

PROSPECTO DEFINITIVO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA 3ª EMISSÃO DA



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Companhia Aberta - CVM nº 2294-2

Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31.630-901, Belo Horizonte - MG

CNPJ nº 19.296.342/0001-29 - NIRE 31.300.039.927

Código ISIN BRMGIPDBS000

R\$316.000.000,00

Classificação de Risco pela Moody's: "Aa2.br"

A MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A. ("Emissora") está realizando uma oferta pública de distribuição de 31.600 (trinta e uma mil e seiscentas) debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios, em série única, da sua terceira emissão, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 em 30 de agosto de 2012, e vencimento em 30 de agosto de 2017, perfazendo o valor total de R\$316.000.000,00 em 30 de agosto de 2012 ("Debêntures"), com intermediação do BANCO CITIBANK S.A. ("Coordenador Líder"), do BANCO ABC BRASIL S.A. ("Banco ABC"), e do BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. ("Santander"), e em conjunto com o Banco ABC e o Coordenador Líder, "Coordenadores"), e do BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG ("Estruturador"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta" ou "Emissão").

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, respectivamente por meio do (i) SDT - Módulo de Distribuição de Títulos e SNT - Módulo Nacional de Debêntures, administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou do (ii) DDA - Sistema de Distribuição de Ativos e sistema de negociação da BM&FBOVESPA ("Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA") (ambiente de negociação de ativos de renda fixa), administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), com a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 23 de julho de 2012, cuja ata foi devidamente protocolada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") em 27 de julho de 2012, e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal "Hoje em Dia", em 26 de julho de 2012, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A constituição da cessão fiduciária de direitos creditórios foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora em 23 de julho de 2012 ("RCA").

A emissão das Debêntures é regulada pela "Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI - Minas Gerais Participações S.A." ("Escritura"), celebrada em 24 de julho de 2012 entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário") representando, perante a Emissora, a comunhão de titulares das Debêntures da presente emissão ("Debenturistas"), conforme aditada em 1º de Agosto de 2012. A Escritura foi devidamente protocolada na JUCEMG em 27 de julho de 2012.

Este prospecto ("Prospecto") não deve, em qualquer circunstância, ser considerada recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir investir nas Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures. Este Prospecto foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo que os Coordenadores tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Este Prospecto deve ser lido em conjunto com as informações apresentadas no Formulário de Referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"). O Formulário de Referência da Emissora encontra-se disponível para consulta nos sites da Emissora (www.mgipart.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br). Para informações detalhadas de acesso em cada um destes sites, ver seção "Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência" e "Sumário da Oferta", nas páginas 22 e 12, respectivamente deste Prospecto.

A Oferta foi registrada pela CVM em 04 de setembro de 2012, sob o nº CVM/SRE/DEB/2012/022.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa como a Emissora.

ANTES DE TOMAR DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES QUE VENHAM A SER DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA, A EMISSORA E OS COORDENADORES RECOMENDAM AOS POTENCIAIS INVESTIDORES A LEITURA CUIDADOSA DESTES PROSPECTO E DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, EM ESPECIAL DA SEÇÃO "FATORES DE RISCO" NAS PÁGINAS 59 A 64 DESTES PROSPECTO E NOS ITENS 4 E 5 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA. MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA E A OFERTA PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À COMPANHIA, AOS COORDENADORES E À CVM NOS ENDEREÇOS INDICADOS NA SEÇÃO "INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA", NA PÁGINA 17 DESTES PROSPECTO.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA.



"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos."

COORDENADOR LÍDER



COORDENADORES



ESTRUTURADOR



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	3
SUMÁRIO DA OFERTA	12
SUMÁRIO DA EMISSORA.....	17
Visão Geral	17
ORGANOGRAMA	20
PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA EMISSORA.....	20
DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA.....	22
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES	23
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA.....	24
IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES.....	25
EMISSORA.....	25
COORDENADOR LÍDER.....	25
COORDENADORES.....	25
ESTRUTURADOR	25
CONSULTORES JURÍDICOS.....	26
AGENTE FIDUCIÁRIO	26
BANCO MANDATÁRIO	26
AUDITORES.....	26
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	27
DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	27
APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES E DO ESTRUTURADOR DA OFERTA	28
COORDENADORES.....	28
ESTRUTURADOR	32
RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA, OS COORDENADORES, O ESTRUTURADOR E O AGENTE FIDUCIÁRIO	33
BANCO CITIBANK S.A. (COORDENADOR LÍDER)	33
BANCO ABC BRASIL S.A. (COORDENADOR)	33
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (COORDENADOR).....	33
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. (ESTRUTURADOR).....	33
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (AGENTE FIDUCIÁRIO)	34
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA.....	35
BANCO CITIBANK S.A. (COORDENADOR LÍDER)	35
BANCO ABC BRASIL S.A. (COORDENADOR)	35
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (COORDENADOR).....	35
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. (ESTRUTURADOR)	35
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA	36
AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS	36
COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	36
REQUISITOS	36
QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E NÚMERO DE SÉRIES	36
VALOR NOMINAL UNITÁRIO, VALOR TOTAL DA EMISSÃO E DATA DE EMISSÃO	36
FORMA, CONVERTIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES.....	36
ESPÉCIE	37
GARANTIAS	37
DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO	40
PÚBLICO-ALVO	41
PREÇO DE SUBSCRIÇÃO	41
PRAZO E DATA DE VENCIMENTO	41
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	41
REMUNERAÇÃO	41
PERIODICIDADE DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES	43
CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO	43
REPACTUAÇÃO	43
RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO	44

VENCIMENTO ANTECIPADO	46
ENCARGOS MORATÓRIOS	49
FORMA DE PAGAMENTO	49
PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS	49
CRONOGRAMA ESTIMADO DAS ETAPAS DA OFERTA.....	49
PUBLICIDADE.....	50
IMUNIDADE DOS TITULARES DE DEBÊNTURES	50
ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....	50
CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO.....	50
CUSTOS DA OFERTA	55
CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO	55
PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO.....	55
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	55
DECLARAÇÃO DE INADEQUAÇÃO DO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES	55
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	56
CAPACIDADE DE PAGAMENTO	57
CAPITALIZAÇÃO.....	58
FATORES DE RISCO	59
RISCOS RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES.....	59
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À CESSÃO DO DIREITO AUTÔNOMO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	61

ANEXOS

ANEXO A – ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES E ADITAMENTOS.....	67
ANEXO B – ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA EMISSORA QUE DELIBEROU A OFERTA ..	123
ANEXO C – ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMISSORA QUE DELIBEROU SOBRE A CESSÃO FIDUCIÁRIA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	133
ANEXO D – RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS DEBÊNTURES ELABORADO PELA MOODY’S ...	139
ANEXO E – DECLARAÇÕES DA EMISSORA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	149
ANEXO F – DECLARAÇÕES DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	153
ANEXO G – ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA	157
ANEXO H – CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E ADITAMENTO	169
ANEXO I – CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA E ADITAMENTO	201
ANEXO J – CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA E ADITAMENTO	241
ANEXO K – RELATÓRIO ELABORADO PELA KPMG FINANCIAL RISK & ACTUARIAL SERVICES LTDA.	291
ANEXO L – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009, 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011, ACOMPANHADAS DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	347
ANEXO M – INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS - ITR DA EMISSORA RELATIVAS AOS TRIMESTRES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 30 DE JUNHO DE 2011, ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DOS AUDITORES INDEPENDENTES ..	409

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos indicados abaixo devem ter o significado a eles atribuído nesta Seção, salvo se definido de outra forma neste Prospecto:

Acionistas	O governo do Estado de Minas Gerais, o Banco de Desenvolvimento Minas Gerais S.A. – BDMG, e a Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG.
Acionista Controlador	O governo do Estado de Minas Gerais.
AGD	Assembleia Geral de Debenturistas.
AGE/MG	Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais.
Agente Fiduciário	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Agentes de Cobrança	A SEF/MF e a AGE/MG, quando referidas em conjunto.
Agrimisa	Banco Agrimisa S.A.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta a ser publicado no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, pela Companhia e Coordenadores, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta a ser publicado no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.
Auditor Independente	KPMG Auditores Independentes.
Aviso ao Mercado	Aviso publicado no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400, em 23 de março de 2012.
Banco ABC	Banco ABC Brasil S.A.
Banco Centralizador	Itaú Unibanco S.A.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A.
Bancos Arrecadadores	Banco ou, conforme o caso, bancos, autorizados pelo Estado de Minas Gerais, de tempos em tempos, por meio de convênio ou do competente instrumento de contratação, a realizar a arrecadação de quaisquer créditos tributários, sendo que, para fins dos Créditos Tributários o único banco arrecadador será o Banco Centralizador.
BDMG ou Estruturador	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG.
BEMGE	Banco do Estado de Minas Gerais S.A.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Categoria B	Categoria em que a Emissora será registrada na CVM, conforme artigo 2º, inciso II da Instrução CVM 480.
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG.
CETIP	CETIP S.A. - Mercados Organizados.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Conselho de Administração	Conselho de Administração da Emissora.
Consultores Legais	Souza, Cescon, Barrieu & Flesch Advogados, para a Emissora, e Pinheiro Neto Advogados, para os Coordenadores e Estruturador.
Conta Centralizadora	Conta constituída pela SEF/MG, nos termos do Contrato de Administração de Contas, e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, sendo essa uma conta centralizadora e vinculada, de titularidade da SEF/MG, movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, na qual serão depositados os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos.
Conta de Recebimento	Conta constituída pela Emissora, nos termos dos Contratos de Garantia, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, sendo essa uma conta de recebimento, na qual será depositado e mantido o montante equivalente aos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos (bem como os rendimentos do Investimento Permitido, realizado com recursos desta conta), já excluídos os Recursos Excluídos, mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com a autorização expressa do Agente Fiduciário enquanto as Debêntures estiverem em vigor, nos termos dos Contratos de Garantia, e na forma do art. 55 da Lei das Sociedades por Ações.
Conta de Pagamento	Conta constituída pela Emissora, nos termos dos Contratos de Garantia, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, sendo essa uma conta de pagamento das Debêntures da presente Emissão, na qual será depositado e mantido o montante previsto na Escritura (bem como os rendimentos do Investimento Permitido, realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário enquanto as Debêntures estiverem em vigor, nos termos dos Contratos de Garantia, e na forma do art. 55 da Lei das Sociedades por Ações.

Conta de Serviço da Dívida	Conta constituída pela Emissora, nos termos dos Contratos de Garantia, de forma irrevogável e irrevogável, para todos os fins de direito, sendo essa uma conta de serviço da dívida para as Debêntures da presente Emissão, na qual será depositado e mantido o montante equivalente ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (bem como os rendimentos do Investimento Permitido, realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada pelo Banco Centralizador com a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário enquanto as Debêntures estiverem em vigor, nos termos dos Contratos de Garantia, e na forma do art. 55 da Lei das Sociedades por Ações.
Contas da Garantia	A Conta de Recebimento, a Conta de Serviço da Dívida, e a Conta de Pagamento, quando referidas em conjunto.
Contas Vinculadas	A Conta Centralizadora, a Conta de Recebimento, a Conta de Serviço da Dívida, e a Conta de Pagamento, quando referidas em conjunto.
Contrato de Administração de Contas	Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, firmado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o Banco Centralizador, e com a interveniência da SEF/MG, da AGE/MG e do Coordenador Líder.
Contrato de Banco Mandatário	Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Debêntures firmado entre a Itaú Corretora de Valores S.A., o Coordenador Líder, e a Emissora.
Contrato de Cessão Fiduciária	Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI – Minas Gerais Participações S.A., firmado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o Banco Centralizador, e com a interveniência da SEF/MG e da AGE/MG.
Contrato de Cessão Onerosa	Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, firmado entre a Emissora e o Estado de Minas Gerais, com a interveniência do Banco Centralizador, da SEF/MG e da AGE/MG.
Contrato de Distribuição	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação de Distribuição Pública, sob regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em série única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A., celebrado entre a Emissora, os Coordenadores e o Estruturador.
Contratos de Garantia	O Contrato de Cessão Fiduciária, e o Contrato de Administração de Contas, quando referidos em conjunto.

Contribuintes	Os contribuintes responsáveis pelos pagamentos de certos créditos tributários vencidos referentes ao ICMS.
Coordenador Líder	Banco Citibank S.A.
Coordenadores	O Coordenador Líder, o Banco ABC e o Santander, quando referidos em conjunto.
Credireal	Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.
Credireal Financeira	Credireal Financeira S.A.
Créditos Tributários	Certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos Contribuintes, objeto de Parcelamentos, referentes ao ICMS.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	30 de agosto de 2012.
Data de Liquidação	Será a data em que dar-se-á a Liquidação Financeira, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação do Anúncio de Início.
Data de Vencimento	30 de agosto de 2017.
Data de Verificação	1º (primeiro) dia útil de cada mês, sendo certo que a primeira verificação ocorrerá no dia 3 de setembro de 2012.
DDA	Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Debêntures	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios, em série única, todas nominativas e escriturais, da 3ª emissão da Emissora.
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
Debêntures Subordinadas	As debêntures simples que foram emitidas, adicionalmente, pela Emissora, em 2ª emissão pública não conversíveis em ações, da espécie subordinada, por meio de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
Debenturistas	Os titulares das Debêntures.

Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente	A cessão fiduciária dos Direitos de Crédito Autônomos e todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, de titularidade da Emissora, presentes e futuros, conforme descritos na Escritura.
Direitos de Crédito Autônomos	O direito autônomo de recebimento dos Créditos Tributários que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Estado de Minas Gerais.
DOEMG	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.
Emissora ou Companhia	MGI – Minas Gerais Participações S.A.
Escritura	Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A.
Estatuto Social	Estatuto Social da Emissora.
Eventos de Avaliação	Os eventos descritos na Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão.
Financeira BEMGE	Financeira BEMGE S.A.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Emissora, devidamente arquivado na CVM, conforme previsto na Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.
Garantia	A garantia real representada pela cessão fiduciária dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, constituída pelo Contrato de Cessão Fiduciária conforme descrita na seção “Informações Relativas à Oferta – Garantias”, na página 37 deste Prospecto.
IC ou Índice de Cobertura	Índice calculado mensalmente pelo Agente Fiduciário, na Data de Verificação, por meio da aplicação da expressão descrita na Cláusula 3.8.7 da Escritura de Emissão.
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
IGR ou Índice de Garantia Real	Índice calculado mensalmente pelo Agente Fiduciário, na Data de Verificação, por meio da aplicação da expressão descrita na Cláusula 3.8.5 da Escritura de Emissão.
Instituição Depositária	Itaú Corretora de Valores S.A.

Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 409	Instrução CVM nº 409, de 16 de agosto de 2004, conforme alterada.
Investimento Permitido	As aplicações feitas no fundo de investimento Itaú GOV MG Renda Fixa – Fundo de Investimento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 41.716.515/0001-70 e administrado pelo Banco Itaucard S.A.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
JUCEMG	Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei de Licitações	Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme alterada.
Lei nº 19.266/10	Lei Estadual de Minas Gerais nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010.
Lei nº 6.385/76	Lei 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei Orçamentária	Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme alterada.
Liquidação Financeira	A liquidação financeira da Oferta, com a respectiva prestação de contas e pagamentos.
LRF	Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
Minascaixa	Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S.A. – MINASCAIXA.
Moody's	Moody's America Latina Ltda.
Oferta ou Emissão	A presente oferta pública de Debêntures.
Pagamento da Remuneração	As datas de pagamento mensal da Remuneração, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 30 de setembro de 2012 e o último na Data de Vencimento, ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de Vencimento Antecipado, ou da realização do resgate nos termos da Cláusula 4.4.1.4, inciso I da Escritura.
Parcelamentos	Os parcelamentos administrativos referentes ao ICMS.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam: (a) controladores, pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora, ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores dos Coordenadores; e (c) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como, os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c).

Prazo de Colocação

Período de colocação das Debêntures compreendido entre o Anúncio de Início e a Data de Integralização. O prazo de colocação das Debêntures será de até 06 (seis) meses, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início ou até a data da publicação do anúncio de encerramento da Oferta, o que ocorrer primeiro.

O prazo de subscrição e integralização das Debêntures será de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de publicação do anúncio de início da Emissão.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento organizado pelos Coordenadores, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, de forma a definir, de comum acordo com a Emissora, a taxa final dos Juros Remuneratórios e a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas.

Puderam participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, incluindo Pessoas Vinculadas, que poderão subscrever Debêntures até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures. Como não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures, foi permitida a colocação de Debêntures junto a investidores que sejam Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica à(s) instituição(ões) financeira(s) que venha(m) a ser contratada(s) para atuar como formador(es) de mercado da Emissão, desde que o direito de subscrever e a quantidade máxima de valores mobiliários a ser subscrita, se houver tal limitação, estejam divulgados no Prospecto Preliminar, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Prospecto Preliminar

O Prospecto Preliminar desta oferta.

**Prospecto Definitivo ou
Prospecto**

Este Prospecto Definitivo.

Prospectos	O Prospecto Preliminar e este Prospecto Definitivo, conjuntamente considerados.
Real ou R\$	Moeda corrente do Brasil.
Recursos Excluídos	Os recursos devidos aos municípios do Estado de Minas Gerais, ao FUNDEB e às verbas decorrentes do ajuizamento de ações judiciais, inclusive honorários advocatícios, sendo que tais recursos devidos representam, em conjunto, o equivalente a 40% (quarenta por cento) dos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos.
Remuneração	A remuneração das Debêntures é de 3,25%, na forma percentual ao ano, definida através de procedimento de <i>bookbuilding</i> , incidente sobre o Valor Nominal Unitário.
Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
SDT	Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
SEF/MG	Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG.
Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA	Sistema de negociação da BM&FBOVESPA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
SND	Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Sobretaxa	A sobretaxa equivalente 3,25% ao ano, definida de acordo com o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
STF	Supremo Tribunal Federal.
STJ	Superior Tribunal de Justiça.
Taxa DI	Variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “ <i>over extra-grupo</i> ”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).
TED	Transferência Eletrônica Disponível – TED.

Vale	Companhia Vale do Rio Doce.
Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida	Montante igual ou superior ao somatório do valor das 4 (quatro) parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido de 4 (quatro) parcelas vincendas de Remuneração das Debêntures, o qual será representado pelos recursos depositados na Conta de Serviço da Dívida, em moeda corrente nacional, vinculados ao pagamento das Debêntures (em seu vencimento regular ou antecipado).
Valor Nominal Unitário	R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão.
Vencimento Antecipado ou Evento de Inadimplemento	Os eventos descritos na Cláusula 7.1 da Escritura de Emissão.

SUMÁRIO DA OFERTA

Esta seção não contém todas as informações sobre a Emissora que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. O Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção “Fatores de Risco”, na página 59 deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.

Segue, abaixo, breve resumo de alguns dos termos da Oferta:

Emissora ou Companhia	MGI – Minas Gerais Participações S.A. Para informações adicionais a respeito da Companhia, veja seção “Sumário da Emissora”, na página 17 deste Prospecto.
Coordenador Líder	Banco Citibank S.A.
Coordenadores	Banco Citibank S.A., Banco ABC Brasil S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.
Estruturador	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG
Agente Fiduciário	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Banco Centralizador	Itaú Unibanco S.A.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A.
Instituição Depositária	Itaú Corretora de Valores S.A.
Oferta	Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da Emissora, sob o regime de garantia firme de colocação.
Debêntures	A Emissão será realizada em série única, sendo colocadas 31.600 (trinta e um mil e seiscentas) Debêntures.
Valor Nominal Unitário	O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.
Data de Emissão	30 de agosto de 2012.
Aumento da Oferta	A quantidade de Debêntures ofertada não será aumentada, não havendo exercício das disposições previstas no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, e no artigo 24, da Instrução CVM 400.
Preço de Subscrição	O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, definida em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , calculada <i>pro rata temporis</i> , desde a data de emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização.
Procedimento de Bookbuilding	Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Emissora, da quantidade de Debêntures a serem emitidas e da Remuneração. Puderam participar do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> os investidores do público alvo da Oferta, incluindo Pessoas Vinculadas, que poderiam subscrever Debêntures até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures.

Valor Total da Oferta	O valor total da Emissão é de R\$316.000.000,00 (trezentos e dezesseis milhões de reais), na Data de Emissão.
Público Alvo da Oferta	As Debêntures serão colocadas junto a pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta. Não haverá colocação de Debêntures junto a quaisquer investidores não qualificados, sendo vedada a sua participação, sem realização, portanto, de oferta de varejo.
Pessoas Vinculadas	São (i) acionistas, controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de quaisquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (iii) acima. As Pessoas Vinculadas poderiam participar do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> e subscrever Debêntures até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures.
Prazo de Distribuição	O prazo de colocação das Debêntures no âmbito da Oferta é de até 06 (seis) meses, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, (i) contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, (ii) ou até a data da publicação do anúncio de encerramento da Oferta, o que ocorrer primeiro.
Remuneração	A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, se for o caso, definidos em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano (Taxa DI), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 3,25% (três inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.
Atualização Monetária	O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.
Forma de Integralização	As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

Prazo e Data de Vencimento das Debêntures	60 (sessenta) meses contatos da Data de Emissão, vencendo, portanto em 30 de agosto de 2017.
Pagamento da Remuneração	Mensalmente, a partir da Data de Emissão até a data de vencimento.
Amortização das Debêntures	O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, a partir de 30 de março de 2013, de acordo com o fluxo de liquidação dos Direitos Creditórios Autônomos, de acordo com o cronograma de amortização previsto na Escritura.
Repactuação	As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
Resgate Antecipado Facultativo Total ou Parcial	Não haverá possibilidade de resgate antecipado facultativo das Debêntures, seja ele total ou parcial.
Aquisição Facultativa	Será facultado à Emissora, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM, acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas nos termos aqui previstos poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser recolocadas pela Emissora.
Vencimento Antecipado	As Debêntures estão sujeitas a determinados eventos de inadimplemento que podem acarretar o seu vencimento antecipado. Para mais informações, veja a Cláusula 7.1 da Escritura, e a seção “Informações Relativas à Oferta – Vencimento Antecipado”, deste Prospecto, e “Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e às Debêntures – As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado” na página 59 deste Prospecto.
Distribuição e Negociação	As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, respectivamente por meio do (i) SDT e SND, administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou do (ii) DDA da BM&FBOVESPA (ambiente de negociação de ativos de renda fixa), administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, com a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

Quórum de Deliberação em AGD	Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures e toda e qualquer alteração das cláusulas ou condições previstas na Escritura deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação. As deliberações da AGD relativamente a (i) à redução da Remuneração aplicável às Debêntures, à alteração dos prazos de vencimento e aos pagamentos de principal e da Remuneração; e (ii) a qualquer modificação na cláusula de vencimento antecipado, à alteração de qualquer dos termos e garantia, incluindo, qualquer alteração dos Contratos de Garantia deverão obter aprovação de Debenturistas representando pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.
Regime de Colocação	A totalidade das Debêntures objeto da Oferta será distribuída sob regime de garantia firme de colocação.
Contrato de Distribuição	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação de Distribuição Pública, sob regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em série única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta Pública de Debêntures de emissão da Companhia, informando acerca do início do período de colocação das Debêntures, nos termos da Instrução CVM 400.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Debêntures de emissão da Companhia, informando acerca do resultado final da Oferta, a ser publicado imediatamente após a distribuição das Debêntures, nos termos da Instrução CVM 400.
Capital Social	O capital social da Emissora atualmente é de R\$105.570.752,00 (cento e cinco milhões, quinhentos e setenta mil, setecentos e cinquenta e dois reais), dividido em 146.429.361 (cento e quarenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, trezentas e sessenta e uma) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
Destinação dos Recursos	O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será integralmente utilizado para amortização programada extraordinária das Debêntures Subordinadas.
Liquidação Financeira	A liquidação financeira da Oferta, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, dar-se-á em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação do Anúncio de Início.
Fatores de Risco	Para avaliação dos riscos associados ao investimentos nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 59 a 64 deste Prospecto Definitivo. Adicionalmente, para uma descrição completa de todos os riscos associados a Emissora, os investidores deverão ler os itens “4” e “5” do Formulário de Referência da Companhia.
Inadequação de Oferta	A Oferta não é adequada aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez com relação aos títulos adquiridos, uma vez que o mercado secundário para negociação de debêntures no Brasil é restrito. Para avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, recomenda-se aos investidores a leitura da seção “Fatores de Risco”, nas páginas 59 a 64 deste Prospecto Definitivo.

Cronograma da Oferta	Consulte a seção “Informações Relativas à Oferta” a partir da página 36 deste Prospecto Definitivo.
Informações Adicionais	Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta” a partir da página 36 deste Prospecto Definitivo. Quaisquer informações complementares sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto: (i) à MGI – Minas Gerais Participações S.A., em seu endereço de atendimento aos acionistas e em seu <i>website</i> ; (ii) ao Coordenador Líder, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar (parte), CEP 01311-920, São Paulo/SP; (iii) ao Banco ABC, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.400, 4º andar, CEP 04543-000, São Paulo/SP; (iv) ao Santander, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e nº 2.235 – Bloco A, 27º andar, CEP 04543-011, São Paulo/SP; (v) ao Agente Fiduciário, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, CEP 22640-100, Rio de Janeiro/RJ; (vi) à CVM, localizada na Rua 7 de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20050-901, Rio de Janeiro/RJ, ou na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, São Paulo/SP; (vii) à CETIP, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, CEP 01452-001, São Paulo/SP; e (viii) à BM&FBOVESPA, localizada na Rua XV de Novembro, 275, CEP 01010-010, São Paulo/SP.

O Prospecto Definitivo está disponível nas seguintes páginas da internet:

- (i) **Emissora:**
Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.143, Prédio Gerais, 6º andar, Serra Verde, Belo Horizonte – MG
<http://www.mgipart.com.br> - neste *website* clicar em “Prospecto Definitivo de Debêntures Simples da MGI - Minas Gerais Participações S.A. na lateral direita”;
- (ii) **Coordenador Líder:**
Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar (parte), São Paulo – SP
<https://www.citibank.com.br/corporate> - neste website acessar “Prospecto de Operações” e depois clicar em “Oferta Pública de Ações e Debêntures”, e em seguida e clicar em “Prospecto Definitivo de Debêntures Simples da MGI - Minas Gerais Participações S.A.”.
- (iii) **Banco ABC:**
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.400, 4º andar, São Paulo – SP
<http://www.abcbrasil.com.br> - neste website clicar em “Produtos”, e após clicar em “Mercado de Capitais”. Na tabela onde consta o cliente “MGI Participações”, clicar em “Prospecto Definitivo de Debêntures Simples da MGI - Minas Gerais Participações S.A.”.
- (iv) **Santander:**
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nºs. 2.041 e 2.235 – Bloco A, São Paulo – SP
<http://www.santander.com.br/prospectos> - neste website acessar “Prospecto Definitivo de Debêntures Simples da MGI - Minas Gerais Participações S.A.”.
- (v) **CVM:**
<http://www.cvm.gov.br>. Neste *website* selecionar subitem “Registros de Ofertas Públicas” e após em “Prospectos de Ofertas Públicas de Distribuição”. No link, clicar em “MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.” e selecionar “Prospecto de Distribuição Pública”. Acessar *download* com a data mais recente;
- (vi) **CETIP:**
<http://www.cetip.com.br>. Neste *website*, acessar “Comunicados e Documentos” e, em seguida, clicar em “Prospectos”. Em seguida, selecionar “Prospectos de Debêntures”, digitar “MGI” no campo “Busca (Título/Número/Código/Arquivo)” e, no campo “Ano”, selecionar “2012”. No link, selecionar o prospecto da MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.;
- (vii) **BM&FBOVESPA:**
<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/ofertas-publicas/ofertas-publicas.aspx?Idioma=pt-br>. Neste *website* selecionar item “Oferta em Andamento”.

SUMÁRIO DA EMISSORA

Este sumário é apenas um resumo das informações da Emissora. As informações completas sobre a Emissora estão no Formulário de Referência. Leia-o antes de aceitar a oferta.

Este sumário contém um resumo das atividades e das informações financeiras e operacionais da Emissora, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto e do Formulário de Referência. Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Debêntures. Antes de tomar sua decisão de investir nas Debêntures, o investidor deve ler todo o Prospecto e o Formulário de Referência cuidadosamente, bem como também as demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto. As informações constantes dessa seção são consistentes com as informações constantes do Formulário de Referência.

VISÃO GERAL

A Companhia foi constituída em 19 de agosto de 1976, sob a forma de sociedade anônima, pelo BDMG, pela Companhia Vale do Rio Doce, pela CEMIG, pelo BEMGE, pela Financeira BEMGE, pelo Credireal e pela Credireal Financeira, sendo controlada pelo BDMG, que detinha na época 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia.

Em 1981, o Estado de Minas Gerais ingressou no quadro de acionistas da Companhia, passando a ser o seu novo acionista controlador, com mais de 99% (noventa e nove por cento) do capital social. Além do controle direto do Estado de Minas Gerais, a Companhia está atualmente vinculada à Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais e é integrante da administração pública indireta.

A Companhia foi criada com o objetivo de investir em participação acionária em empresas privadas, no Estado de Minas Gerais, em fase de instalação ou expansão, que apresentassem índices técnicos e econômicos financeiros satisfatórios, aproveitando-se do amplo conhecimento (*know how*) de seus acionistas fundadores e de seus principais executivos, prestando (i) serviços de gestão de ativos de créditos próprios e de créditos do Estado de Minas Gerais; e (ii) serviços relacionados à alienação de bens imóveis de propriedade do Estado de Minas Gerais.

Atualmente, além de manter as atividades desenvolvidas, tais quais investimentos em companhias com sede no Estado de Minas Gerais, recuperação de créditos próprios e de terceiros e prestação de serviços de alienação de bens imóveis de propriedade do Estado, a Companhia tem dado ênfase ao desenvolvimento, implantação e operação de novos projetos com foco no atendimento às solicitações dos dirigentes da SEF/MG para melhoria do Sistema Estadual de Finanças.

Gestão de Ativos de Créditos

Com a privatização do BEMGE e Credireal, a Companhia adquiriu duas carteiras de direitos de crédito lançados na conta de créditos em liquidação ou baixados em prejuízo, com a finalidade de lucrar com o recebimento dos valores decorrentes dos créditos adquiridos, mediante a utilização de modernos processos de recuperação dos créditos, até a finalização de cada uma das carteiras de créditos. Nas datas de suas respectivas aquisições, tais carteiras possuíam o valor de aproximadamente R\$410 milhões, para os créditos adquiridos do BEMGE e R\$324 milhões para os créditos adquiridos do Credireal, sendo que as carteiras foram adquiridas pelo montante simbólico de R\$19 mil, sendo R\$18 mil para os créditos adquiridos do BEMGE e R\$1 mil para os créditos adquiridos do Credireal. Nos termos do Contrato Particular de Cessão de Créditos e Outras Avenças celebrado com o BEMGE, 90% (noventa por cento) do valor recuperado dos direitos de crédito adquiridos do BEMGE serão pagos aos antigos acionistas do BEMGE (incluindo o Estado de Minas Gerais), 1,5% (um inteiro e cinquenta centésimo) ao BDMG, na qualidade de assessor da Companhia e apoio técnico, e 8,5% (oito inteiros e cinquenta centésimos) corresponderão à remuneração da Companhia.

Ademais, em 2003, a SEF/MG, objetivando reduzir custos e buscar alternativas para o encerramento das carteiras de créditos decorrentes das operações da extinta Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S.A. - MINASCAIXA e das privatizações do BEMGE e do Credireal, celebrou com a Companhia o Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Ativos Remanescentes da Extinta Minhas Caixa, do BDMG e dos Bancos Estaduais Privatizados BEMGE e Credireal, para administração desses ativos. Em virtude da celebração do referido documento, a Companhia recebeu o valor de, aproximadamente, R\$364 mil mensais, até 30 de julho de 2012, sendo que o referido contrato poderá ser prorrogado até a data limite de 30 de julho de 2014.

A contratação da Companhia pela SEF/MG, para prestar apoio técnico e de gestão administrativa ao Estado de Minas Gerais na execução da política de Privatização do Estado, permitiu a sua especialização na atividade de recuperação de créditos.

A SEF/MG, objetivando reduzir custos e buscar alternativas para o encerramento das carteiras de créditos decorrentes das operações da extinta Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S.A. – MINASCAIXA, contratou a Companhia para regulamentar a administração desses ativos. Mediante a celebração de um convênio, a Companhia tornou-se a única prestadora dos serviços de recuperação de créditos para o Estado de Minas Gerais.

Diagnóstico das Carteiras Adquiridas

Posição em 2003 (em quantidade de crédito)		Posição em 2011 (em quantidade de crédito)	
MGI (BEMGE e Credireal)	27.435	MGI (BEMGE e Credireal)	25.675
Estado (Minacaixa, BEMGE e Credireal)	43.089	Estado (Minacaixa, BEMGE e Credireal)	41.136

Obs.: Os créditos do BEMGE e Credireal foram adquiridos por valores simbólicos, não precificados na cessão.

No período compreendido entre os anos de 2009 e 2011, a gestão de ativos de crédito possibilitou à Companhia a realização diversas recuperações de créditos, o que gerou uma receita correspondente a R\$30.319 mil, para a Companhia, e R\$39.581 mil, para o Estado de Minas Gerais. A remuneração da Companhia em contraprestação dos serviços de gestão das carteiras do Estado de Minas Gerais resultou numa receita no montante de R\$15.940 mil em 2011.

Nos termos da Lei nº 19.266/10, a Companhia foi autorizada a adquirir o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários, reconhecidos pelo contribuinte, objeto de parcelamentos administrativos referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, sujeito às limitações previstas no considerando “ii” imediatamente abaixo, os quais já se encontram inscritos ou não na dívida ativa do Estado de Minas Gerais, de maneira a formar um conjunto de recebíveis determinado.

A cessão foi realizada por meio do Contrato de Cessão Onerosa, celebrado em 24 de julho de 2012, apresentando as seguintes principais características: (i) compreende apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito; (ii) somente recai sobre o recebimento dos créditos tributários vencidos e reconhecidos pelo contribuinte ou devedor mediante a formalização do parcelamento; (iii) não modifica a natureza do crédito tributário que originou os direitos creditórios objeto da cessão, o qual mantém suas garantias, privilégios, condições de pagamento, critérios de atualização e data de vencimento; (iv) não transfere a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos tributários originadores, que devem permanecer com a AGE/MG ou a SEF/MG; (v) não é realizada por valor inferior ao saldo atualizado do parcelamento, excluídos juros e demais acréscimos financeiros incidentes sobre as parcelas vincendas; (vi) é parcial, ficando excluídas (a) a parcela pertencente aos Municípios, nos termos do disposto no inciso IV do art. 158 e no art. 159 da Constituição Federal, e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e (b) as verbas que decorram do ajuizamento de ações judiciais, inclusive honorários advocatícios; (vii) possui caráter definitivo, sem assunção, pelo Estado, perante a companhia, de responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa, nos termos da LRF, caracterizar a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos como operação de crédito.

Os recebíveis decorrentes da cessão acima mencionada constituem parte significativa de receita da Companhia.

Participação em Empresas do Território Mineiro

Além da gestão de ativos de crédito, um dos objetivos da constituição da Companhia foi a atuação como um instrumento do Estado de Minas Gerais: (i) na participação acionária em empresas privadas, no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios; (ii) na participação de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do Estado de Minas Gerais, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no Estado de Minas Gerais; (iii) na promoção de associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agro industrial mineiro; (iv) no apoio técnico e de gestão administrativa na política de Privatização do Estado, nos termos da legislação em vigor; e (v) na assessoria aos dirigentes da SEF/MG e colaboração com o sistema estadual de finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do Estado de Minas Gerais.

Apresentamos abaixo as principais participações da Companhia em empresas investidas, em 30 de junho de 2012:

INVESTIMENTOS	SETOR	PARTICIPAÇÃO (%)
Cemig - Centrais Elétricas de Minas Gerais	Energia	1,00
Helibrás - Helicópteros do Brasil S.A.*	Fabricação de Helicópteros	16,04
Copasa - Cia de Saneamento de Minas Gerais	Saneamento	0,20
Grupo Gerdau**	Siderurgia	0,13

* Companhia coligada da MGI

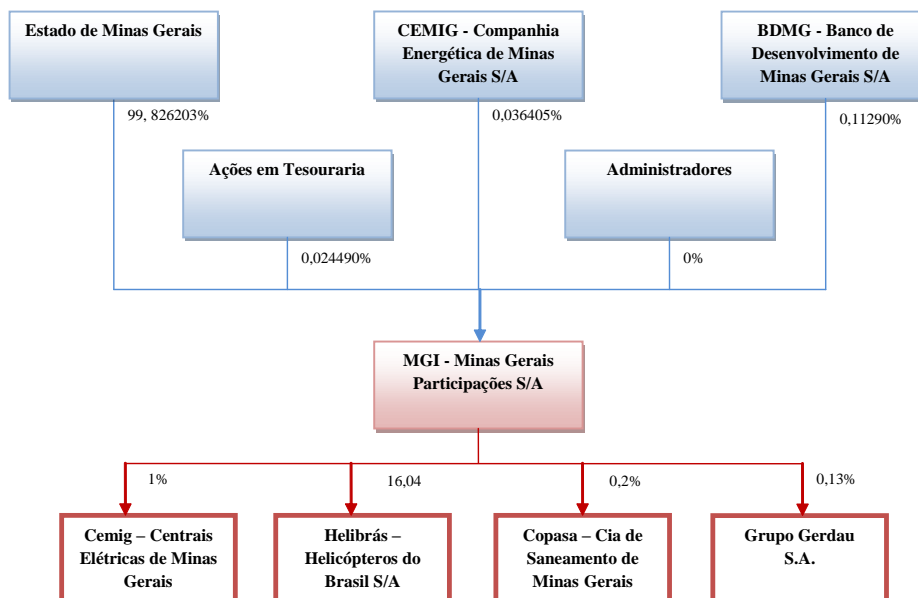
** Grupo Gerdau é formado pelas seguintes sociedades: Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau América do Sul Participações S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A. e Gerdau Aços Especiais S.A.

No período entre 2009 a 2012, a Companhia obteve receitas decorrentes de dividendos pagos por suas companhias investidas no montante de R\$115.832 mil, sendo deste total, R\$76.502 mil pagos pela CEMIG.

Prestação de Serviços Diversos ao Estado

A Companhia celebrou com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, contrato para a prestação de serviços de alienação de bens imóveis de propriedade do Estado de Minas Gerais, que totalizam 16 (dezesesseis) imóveis, sendo, 14 (quatorze) comerciais urbanos e 2 (dois) rurais. A atuação da Companhia neste contrato compreende a regularização cartorária, tributária, documental, divulgação, avaliação mercadológica e realização dos processos licitatórios, conforme prescrito na Lei de Licitações. O contrato de prestação de serviços mantido entre a Companhia e a SEPLAG possibilitou a recuperação, em 2011 para o Estado de Minas Gerais, de R\$20.337 mil com a venda de 10 (dez) imóveis, do total de 16 (dezesesseis) imóveis. A receita da Companhia em decorrência deste contrato corresponde a R\$370 mil.

Apresentamos abaixo o organograma do grupo econômico da Companhia:



PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA EMISSORA

A Emissora é parte na Ação Popular nº 0024.90.666702-7

Dentre os processos judiciais em que a Emissora é parte, encontra-se em fase recursal a Ação Popular nº 0024.90.666702-7, que tem por objeto a desconstituição da transferência da sua participação societária no Banco Agrimisa S.A. para a Goés Cohabita Participações Ltda. Atualmente, encontra-se pendente de julgamento o Recurso Extraordinário perante o Supremo Tribunal Federal, objetivando reverter a sentença do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que decretou a desconstituição da referida alienação. Se a Companhia vier a perder o Recurso Extraordinário, a Agrimisa retornará ao seu controle, incluindo seus ativos e passivos, o que pode ocasionar um efeito adverso em seus resultados, sendo que a Emissora não tem como estimar as perdas ou valores envolvidos.

A Emissora é controlada pelo Governo Estadual de Minas Gerais, que poderá ter interesses diversos dos interesses dos investidores

O governo do Estado de Minas Gerais é acionista controlador da Emissora e exerce influência substancial sobre a orientação estratégica dos seus negócios. O governo do Estado de Minas Gerais atualmente detém 99,8741% das ações ordinárias da Emissora, e, consequentemente, tem o direito à maioria dos votos em decisões tomadas em assembleias gerais, podendo (i) eleger a maioria dos seus membros do Conselho de Administração e (ii) determinar as matérias que exijam aprovação por *quorum* qualificado dos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e pagamento de quaisquer dividendos. Não é possível analisar o impacto e os efeitos que isso possa causar sobre a Emissora ou sobre seus resultados operacionais. As operações da Emissora causaram e continuarão a causar impacto importante sobre o desenvolvimento comercial e industrial do Estado de Minas Gerais e sobre suas condições sociais. No passado, o Governo Estadual utilizou e poderá utilizar no futuro sua qualidade de acionista controlador para decidir se a Emissora deve se dedicar a certas atividades e efetuar certos investimentos destinados, principalmente, a promover seus objetivos políticos, econômicos ou sociais e não necessariamente para lograr o objetivo de melhoria dos negócios e/ou resultados operacionais da Emissora.

A Emissora pode não ser capaz de receber o montante total de sua carteira de recebíveis.

A Emissora possui uma carteira de recebíveis formada por 25.675 (vinte e cinco mil, seiscentos e setenta e cinco) direitos creditórios vencidos adquiridos junto ao BEMGE e CrediReal, dos quais 3.926 (três mil, novecentos e vinte e seis) constituem-se como ações de execução em andamento. Os valores atribuídos aos créditos adquiridos correspondem ao valor dos créditos originalmente contratados, tendo recebidos as atualizações contratuais até a propositura da ação judicial, atualizações estas que na década de 90 representavam patamares muito superiores aos atualmente praticados para cobrança de créditos. A partir da propositura da ação, estes foram corrigidos pelo índice de correção monetária do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG, acrescidos de juros de 0,5% até o início da vigência do código civil e, posteriormente com juros de 1% conforme prevê o novo código civil. Tais atualizações, em razão dessa metodologia, não levaram em consideração os cortes no excesso de encargos incorporado ao valor contratado (ajuizado). A Emissora espera, no futuro, poder recuperar créditos nos níveis dos exercícios anteriores. Contudo, caso haja um grande nível de inadimplência dos devedores de tais créditos, a Emissora poderá ter um impacto adverso em seus resultados. Com a finalidade de receber o montante devido pelos devedores dos direitos creditórios, a Emissora realiza judicialmente a cobrança dos mesmos. Se a Emissora não obtiver sucesso nos processos judiciais de cobrança, poderá não receber os valores devidos por estes créditos e ser obrigada a arcar com os custos de sucumbência, de difícil mensuração.

Riscos relacionados à aquisição de carteira de direitos creditórios decorrentes de parcelamentos administrativos, referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

Conforme autorizado pela Lei nº 19.266/10, a Emissora adquiriu do Estado de Minas Gerais a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes, objeto de parcelamentos administrativos referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Estado de Minas Gerais.

Para a aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos, a Emissora realizou a emissão das Debêntures Subordinadas, no montante total de R\$1.819.000.000,00 (um bilhão oitocentos e dezenove milhões de reais) na sua data de emissão.

A Emissora pretende, ademais, amortizar parte das Debêntures Subordinadas com a receita líquida decorrente da Emissão das Debêntures.

A Emissora não possui, sem os recebíveis decorrentes dos Direitos de Crédito Autônomos, recursos suficientes para a realização do fluxo de pagamentos de principal e juros das Debêntures Subordinadas e das Debêntures. De tal modo, o pagamento de principal e juros das Debêntures Subordinadas e das Debêntures depende do fluxo financeiro decorrente dos Direitos de Crédito Autônomos. Caso haja um alto índice de inadimplemento dos Direitos de Crédito Autônomos, a Emissora não será capaz de arcar com suas obrigações decorrentes da emissão das Debêntures Subordinadas e das Debêntures.

Riscos relacionados à cobrança dos Direitos de Crédito Autônomos

A Emissora não terá a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito Autônomos, que deve permanecer com a AGE/MG e/ou com a SEF/MG. O Contrato de Cessão Onerosa dos Direitos de Crédito Autônomos prevê mecanismos de controle quanto à forma como a cobrança deva ser feita, não há garantias de que os Agentes de Cobrança desempenharão tal cobrança da mesma forma e com o mesmo grau de eficiência que o legítimo proprietário dos Direitos de Crédito Autônomos a desempenharia. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito Autônomos inadimplidos poderá acarretar perdas para a Emissora.

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA

Os seguintes documentos e as informações neles contidas ficam expressamente incorporados a este Prospecto como se dele constassem para todos os efeitos legais e regulamentares:

Documento	Endereço Eletrônico
Formulário Cadastral	<p>www.cvm.gov.br (selecionar item “Companhias Abertas e Estrangeiras”, subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras Informações”, digitar “MGI” e clicar em “Continuar”, subitem “MGI – Minas Gerais Participações S.A.”, subitem “Formulário Cadastral”, acessar <i>download</i> com a data mais recente).</p> <p>www.bmfbovespa.com.br (selecionar item “Empresas Listadas”, digitar “MGI” e clicar em “MGI – Minas Gerais Participações S.A.”, subitem “Relatórios Financeiros”, subitem “Formulário Cadastral”, acessar <i>download</i> com a data mais recente).</p>
Formulário de Referência	<p>www.mgipart.com.br (neste <i>website</i> acessar “Formulário de Referência”).</p> <p>www.cvm.gov.br (selecionar item “Companhias Abertas e Estrangeiras”, subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras Informações”, digitar “MGI” e clicar em “Continuar”, subitem “MGI – Minas Gerais Participações S.A.”, subitem “Formulário de Referência”, acessar <i>download</i> com a data mais recente).</p> <p>www.bmfbovespa.com.br (selecionar item “Empresas Listadas”, digitar “MGI” e clicar em “MGI – Minas Gerais Participações S.A.”, subitem “Relatórios Financeiros”, subitem “Formulário de Referência - Em arquivo”, acessar <i>download</i> com a data mais recente).</p>

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES

As declarações contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, relativas aos planos, previsões, expectativas sobre eventos futuros, estratégias e tendências financeiras que afetam as atividades da Emissora, bem como declarações relativas a outras informações, inclusive na Seção “Fatores de Risco”, nas páginas 59 a 64 deste Prospecto e nos itens 4 e 5 do Formulário de Referência, constituem estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas e, portanto, não constituem garantias de resultados futuros da Emissora.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais, estimativas das projeções futuras e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar os negócios operacionais e o setor de atuação da Emissora, bem como sua situação financeira e os seus resultados operacionais e prospectivos. Embora a Emissora acredite que essas estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações atuais à disposição.

Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos em outras seções deste Prospecto e do Formulário de Referência, podem vir a fazer com que os resultados efetivos da Emissora sejam substancialmente diferentes dos resultados previstos em suas estimativas, inclusive os seguintes:

- fatores demográficos e disponibilidade de renda;
- interesse do acionista controlador da Emissora;
- intervenções do governo que poderão resultar em mudanças no ambiente econômico, tributário, tarifário ou regulador no Brasil;
- alteração da conjuntura econômica, da política e de negócios no Brasil, inclusive dos índices de crescimento econômico, flutuações nas taxas de câmbio, de juros ou de inflação;
- alterações nos negócios da Emissora;
- outros fatores que podem afetar as condições financeiras, liquidez e resultados de operações da Emissora; e
- outros fatores de risco apresentados na Seção “Fatores de Risco” na página 59 deste Prospecto e nos itens 4 (Fatores de Risco) e 5 (Riscos de Mercado) do Formulário de Referência.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que a Emissora não pode assegurar que atualizará ou revisará quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores, exceto conforme determinado pela Instrução CVM 480. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam garantia de desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros e o desempenho da Emissora podem diferir substancialmente daqueles previstos nas estimativas em razão, inclusive, dos fatores mencionados acima, mas não se limitando a eles. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento nas Debêntures.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Identificação da Emissora	A Emissora é constituída sob a forma de sociedade por ações, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.300.039.927.
Sede	A sede social da Emissora está localizada na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31.360-901, na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.
Diretoria de Relações com Investidores	A Diretoria de Relações com Investidores da Emissora localiza-se na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31.360-901, na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. O Sr. Fernando Antônio dos Anjos Viana é o responsável por esta diretoria e pode ser contatado através do telefone (55 31) 3915-4858, fax (55 31) 3915-4858 e e-mail fernando@mgipart.com.br.
Auditores Independentes da Emissora	KPMG Auditores Independentes.
Atendimento aos Debenturistas	O atendimento aos debenturistas é feito pelo Sr. Fernando Antônio dos Anjos Viana, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31.360-901, na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, por meio do telefone (55 31) 3915-4858, fax (55 31) 3915-4858 e e-mail fernando@mgipart.com.br.
Jornais nos quais divulga informações	As informações sociais da Emissora são divulgadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal “Hoje em Dia”.
Website	O website da Emissora está disponível no endereço www.mgipart.com.br . As informações constantes no <i>website</i> da Emissora não são parte integrante deste Prospecto, nem se encontram incorporadas por referência a este.

Informações Adicionais: Quaisquer informações complementares sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto: (i) à MGI – Minas Gerais Participações S.A., em seu endereço de atendimento aos acionistas e em seu *website*; (ii) ao Coordenador Líder, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar (parte), CEP 01311-920; (iii) ao Banco ABC, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.400, 4º andar, CEP 04543-000; (iv) ao Banco Santander, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e nº 2.235 – Bloco A, 27º andar, CEP 04543-011; (v) ao Agente Fiduciário, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, CEP 22640-100; (vi) à CVM, localizada na Rua 7 de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20050-901, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (vii) à CETIP, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, CEP 01452-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (viii) à BM&FBOVESPA, localizada na Rua XV de Novembro, 275, CEP 01010-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

EMISSORA

MGI – Minas Gerais Participações S.A.

Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4143, Prédio Gerais, 6º andar
CEP 31.360-901, Belo Horizonte, MG
At.: Sr. Fernando Antônio dos Anjos Viana
Telefone: (31) 3915-4858
Fac-símile: (31) 3915-4858
e-mail: fernando@mgipart.com.br
Internet: www.mgipart.com.br

COORDENADOR LÍDER

Banco Citibank S.A.

Avenida Paulista, n.º 1.111, 2º andar (parte)
CEP 01311-920, São Paulo, SP
At.: Sr. Eduardo Freitas
Telefone: (11) 4009-2823
Fac símile: (11) 2122-2061
e-mail: eduardo.f.freitas@citi.com
Internet: www.citibank.com.br

COORDENADORES

Banco ABC Brasil S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1400, 4º andar
CEP 04543-000, São Paulo, SP
At.: Sr. João Carlos Gonçalves da Silva
Telefone: (11) 3170-2289
Fac símile: (11) 3170-2093
e-mail: joao.silva@abcbrasil.com.br
Internet: www.abcbrasil.com.br

Banco Santander (Brasil) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e nº 2.235 – Bloco A, 27º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. Luciano Gurgel do Amaral
Telefone: (11) 3553.3220
Fac símile: (11) 3553.3220
e-mail: luamaral@santander.com.br
Internet: www.santander.com.br

ESTRUTURADOR

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.

Rua da Bahia, nº 1.600
CEP 30160-907, Belo Horizonte, MG
At.: Sr. Walter Elias Furtado
Telefone: (31) 3219.8128
Fac símile: (31) 3219.8375
e-mail: walter@bdmg.mg.gov.br
Internet: www.bdmg.mg.gov.br



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

CONSULTORES JURÍDICOS

Para a Emissora:

Souza, Cescon, Barrieu & Flesch Advogados

Rua Funchal, nº 418, 11º andar
CEP 04551-060, São Paulo, SP
At.: Sr. Alexandre Barreto
Telefone: (11) 3089-6500
Fac símile: (11) 3089-6565
e-mail: abarreto@scbf.com.br

Para os Coordenadores:

Pinheiro Neto Advogados

Rua Hungria, n.º 1.100
CEP 01455-000, São Paulo, SP
At.: Sr. José Carlos Junqueira S. Meirelles
Telefone: (11) 3247 8546
Fac símile: (11) 3247 8600
e-mail: jcmeirelles@pn.com.br

AGENTE FIDUCIÁRIO

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205
CEP 22640-100, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Gustavo Dezourart
Telefone: (21) 3514-0000
Fac símile: (21) 8158-8526
e-mail: gustavo.dezouzart@oliveiratrust.com.br
Internet: www.oliveiratrust.com.br

BANCO MANDATÁRIO

Itaú Unibanco S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar, Torre Eudoro Villela
CEP 04344-902, São Paulo, SP
At.: Sr. Douglas Cellegari
Telefone: (11) 5029-1905
Fac símile: (11) 5029-1920
email: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Douglas Cellegari
Telefone: (11) 5029-1905
Fac símile: (11) 5029-1920
email: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

AUDITORES

KPMG Auditores Independentes

Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33
CEP 04530-904, São Paulo, SP
At.: Sr. Aquiles Gutierrez Bergamini
Telefone: (31) 2128-5797
e-mail: agbergamini@kpmg.com.br
Internet: www.kpmg.com.br

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Informações adicionais sobre a distribuição pública das Debêntures poderão ser obtidas com os Coordenadores ou nos endereços abaixo:

Comissão de Valores Mobiliários

Rua 7 de Setembro, n.º 111, 5º andar

CEP: 20050-901, Rio de Janeiro - RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º, 3º e 4º andares

CEP: 01333-010, São Paulo - SP

Internet: www.cvm.gov.br

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 1º andar

CEP 01452-001, São Paulo - SP

Internet: www.cetip.com.br

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Rua XV de Novembro, n.º 275

CEP 01010-010, São Paulo - SP

Internet: www.bmfbovespa.com.br

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder relativas ao artigo 56 da Instrução CVM 400 encontram-se nos Anexos “E” e “F”, constante das páginas 135 a 139 deste Prospecto.

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES E DO ESTRUTURADOR DA OFERTA

COORDENADORES

Banco Citibank S.A. (Coordenador Líder)

O Coordenador Líder é uma empresa do grupo Citi, com aproximadamente 200 milhões de contas de clientes e negócios em mais de 160 países. Conta com cerca de 300 mil funcionários e possui ativos totais de US\$ 2,17 trilhões, distribuídos entre pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e outras instituições.

O Coordenador Líder possui estrutura internacional de atendimento, oferecendo produtos e serviços personalizados, soluções para preservação, gestão e expansão de grandes patrimônios individuais e familiares. Atua com forte presença no segmento Citi Markets & Banking, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, project finance e empréstimos sindicalizados. Com know-how internacional em produtos de banco de investimento e experiência em operações estruturadas, atende empresas de pequeno, médio e grande portes, além de instituições financeiras. Com 200 anos de história no mundo, destes mais de 95 anos no Brasil, o Coordenador Líder atua como uma empresa parceira nas conquistas de seus clientes.

Forte atuante no mercado internacional de renda fixa, a diversidade além das fronteiras, clientes e produtos, nos permite manter a posição de liderança nas emissões da América Latina no volume acumulado de 2010 e 2011 e mantém o seu posicionamento entre os melhores desde 2004.

Desde o início das operações na América Latina, oferece aos clientes globais e locais, acesso, conhecimento e suporte através da equipe diferenciada de atendimento em todas as regiões.

O Coordenador Líder destaca sua forte atuação também nas operações locais, reforçada pela consistência de suas ações ao longo da história.

Em 2009, atuou como coordenador líder da oferta pública de debêntures da Light S.A., no valor de R\$300.000.000,00, da emissão de notas promissórias da Terna Participações S.A., no valor de R\$500.000.000,00 e das debêntures do BNDES no valor de R\$ 1.000.000.000,00.

No ano de 2010, o Coordenador Líder se destacou como coordenador líder nas emissões de debêntures no valor de R\$200.000.000,00 (ICVM 476) e notas promissórias no valor de R\$200.000.000,00, além de atuar como coordenadora na emissão de debênture ICVM 400 no valor de R\$651.000.000,00, da Hypermarcas. Também atuou como coordenador líder das emissões de debêntures da Sabesp no valor de R\$ 550 Milhões, Embratel no valor de R\$ 2.43 bilhões; participou na estruturação e distribuição da segunda emissão de quotas seniores do FIDC da GMAC no valor de R\$164.000.000,00, e como coordenador na primeira emissão pública de debêntures simples da empresa Taesa, no valor de R\$ 600 Milhões.

Dentre os principais destaques de 2011, o Coordenador Líder participou como coordenador líder nas ofertas de emissão pública de debêntures da CELPE e Itapebi no valor de R\$ 360 Milhões e R\$ 200 Milhões respectivamente e como coordenador nas ofertas públicas de debêntures da Light SESA (R\$ 650 Milhões) e Light Energia (R\$ 170 Milhões). Além de participar de diversas emissões de notas promissórias totalizando cerca de R\$ 700 Milhões. Em 2012, o Coordenador Líder participou da emissão de Debêntures da Alupar S.A., no valor de R\$150 milhões, e da emissão de debêntures da BrMalls Participações S.A. de R\$300 milhões.

Neste mesmo ano, fomos eleitos pela Global Finance “Best Investment Bank” e “Best Debt Bank” na América Latina.

Coordenador Líder tem uma extensa força de vendas de renda fixa na América Latina, permitindo que seus clientes tenham acesso aos melhores investidores internacionais e regionais de títulos internacionais. De acordo com a Market Axess somos o “Top Dealer” da América Latina em termos de volume negociado e hit ratio e o “Best Dealer” de dívidas brasileiras medido também pelo hit ratio.

O Coordenador Líder possui uma longa história de comprometimento na América Latina com presença em 24 países da região. Coordenador Líder combina recursos globais com forte presença e conhecimento local para entregar as melhores soluções financeiras aos clientes.

Banco ABC Brasil S.A. (Coordenador)

O Banco ABC é um banco múltiplo habilitado a operar nas carteiras comercial, de investimentos, financeira, de crédito imobiliário e de câmbio. O Banco ABC é controlado pelo Arab Banking Corporation, banco internacional com sede em Bahrain e com ações negociadas em bolsas de valores. Na sua formação, o Arab Banking Corporation, controlador do Banco ABC, procura manter uma gestão profissional e claramente voltada aos mercados internacionais. Com presença própria ou através de subsidiárias, o Arab Banking Corporation atua em 21 (vinte e um) países, contando inclusive com uma agência nas Ilhas Cayman, o que proporciona um bom grau de diversificação de portfólio e geração de oportunidades de negócios aos seus clientes.

A principal linha de negócios do Banco ABC é a intermediação financeira voltada para operações que envolvam análise e assunção de riscos de crédito. As operações estruturadas, principalmente de mercado de capitais, com vistas ao financiamento corporativo, complementam esta atividade. A arbitragem de mercados, taxas e moedas, tanto decorrentes das operações demandadas pelos clientes, quando de posições proprietárias, são desenvolvidas regularmente. O Banco ABC adota uma postura conservadora com baixa propensão ao risco nos seus negócios de crédito e tesouraria.

O Banco ABC participou recentemente das seguintes emissões de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios no mercado de capitais brasileiro: FIDC CAESB, no valor de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais); FIDC Banco Paulista, no valor de R\$ 100.000,00 (cem milhões de reais); CELESC I FIDC Mercantis, no valor de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); FIDC Omni Veículos V, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); FIDC CESP IV, no valor de R\$1.250.000.000,00 (um bilhão duzentos e cinquenta milhões de reais); FIDC Emae, no valor de R\$67.000.000,00 (sessenta e sete milhões de reais); FIDC CESP III, no valor de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais); FIDC Paraná Banco, no valor de R\$101.250.000,00 (cento e um milhões duzentos e cinquenta mil reais); FIDC INSS II, no valor de R\$106.250.000,00 (cento e seis milhões duzentos e cinquenta mil reais); FIDC CESP II, no valor de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais); FIDC Furnas II, no valor de R\$878.495.000,00 (oitocentos e setenta e oito milhões quatrocentos e noventa e cinco mil reais); e FIDC CESP I, no valor de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais).

Também merece destaque sua atuação nas operações de emissões de debêntures da Companhia Paulista de Securitização – CPSEC, no valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais); da Virgolino de Oliveira Açúcar e Alcool S.A., no valor de R\$ 92.000.000,00 (noventa e dois milhões de reais); da Brazilian Securities Companhia de Securitização, no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); da Trisul S.A., nos valores de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A., no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); da Alupar Investimento S.A., nos valores de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) e R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais); da Unidas S.A., no valor de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais); da Klabin Segall S.A., no valor de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais); da Company S.A., no valor de R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais); da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., no valor de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais); da Energisa S.A., no valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais); da PanAmericano Arrendamento Mercantil S.A., no valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais); da Fertibrás S.A., no valor de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais); da NET Serviços de Comunicação S.A., no valor de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais); e da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual - CADIP, no valor de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), entre outras, bem como nas emissões de notas promissórias da Concessionária Rodovias do Tietê, nos valores de R\$ 484.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões de reais), R\$ 484.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões de reais), e R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais); de quatro emissões da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., no valor de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais) cada uma; e da CESP – Companhia Energética de São Paulo, no valor de R\$119.000.000,00 (cento e dezenove milhões de reais), entre outras.

Banco Santander (Brasil) S.A.

O Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander Brasil") é controlado pelo Banco Santander, S.A. ("Santander Espanha"), instituição com sede na Espanha fundada em 1857. O Grupo Santander possui, atualmente, cerca de €1,3 trilhão em ativos, administra quase €1,4 trilhão em fundos, possui mais de 102 milhões de clientes e aproximadamente 15 mil agências. O Santander acredita ser o principal grupo financeiro da Espanha, tem grande presença na América Latina e também desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou uma presença destacada no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc, assim como em Portugal. Adicionalmente, acredita ser um dos líderes em financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 12 países do continente e nos Estados Unidos.

No primeiro trimestre de 2012, o Grupo Santander registrou lucro líquido atribuído de aproximadamente €1,6 bilhão, na América Latina, o que representou, no mesmo período, aproximadamente 52% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no mundo. Também na América Latina, o Grupo Santander possui cerca de 6.053 agências.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banco do Estado de São Paulo S.A.- Banespa.

Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander Brasil e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Santander Brasil tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma completa gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander Brasil compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros.

Em março de 2012, o Santander Brasil, possuía uma carteira de mais de 25,7 milhões de clientes, 3.776 entre agências e pontos de atendimento bancário (PABs) e mais de 18.443 caixas eletrônicos, além de um total de ativos em torno de R\$ 415 bilhões e patrimônio líquido de, aproximadamente, R\$66 bilhões (excluindo 100% do ágio). O Santander Brasil possui uma participação de aproximadamente 27% dos resultados das áreas de negócios do Santander no mundo, além de representar 53% no resultado do Santander na América Latina e 92 mil funcionários.

O Santander oferece aos seus clientes um amplo portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (global transaction banking), mercados de crédito (credit markets), finanças corporativas (corporate finance), ações (equities), taxas (rates), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Santander no mundo.

Na área de equities, o Santander atua na estruturação de operações em boa parte da América Latina, contando com equipe de equity research, sales e equity capital markets.

A área de research do Santander é considerada pela publicação Institutional Investor como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de estrutura de research dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores target em operações brasileiras.

Em sales & trading, o Grupo Santander possui uma equipe dedicada a ativos latinoamericanos que está presente no Brasil, Estados Unidos, Europa e Ásia e figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da Institutional Investor. O Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio de salas de ações e corretora.

No mercado de renda fixa local, o Santander Brasil tem, consistentemente, ocupado posição de destaque.

Nos anos de 2007, 2008 e 2009, as seguintes operações e classificações merecem destaque: (i) foi classificado como a quarta instituição, tanto em termos de volume de originação quanto em número de operações de renda fixa da ANBIMA, tendo intermediado 31 operações que totalizaram R\$3.002 milhões, equivalente a 6,2% do volume acumulado de originação no ano; (ii) estruturou e atuou como Coordenador Líder da sétima emissão pública de debêntures da Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R\$5,5 bilhões; (iii) sétima emissão pública de debêntures da Telemar Participações S.A., no montante total de R\$250 milhões; (iv) primeira emissão pública de debêntures da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante total de R\$200 milhões; (v) primeira emissão pública de debêntures da Klabin Segall S.A., no montante total de R\$202,5 milhões; (vi) terceira emissão pública de debêntures da Tractebel Energia S.A., no montante total de R\$600 milhões; (vii) terceira emissão pública de debêntures da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., no montante total de R\$300 milhões; (viii) quinta emissão pública de debêntures da Companhia de Concessões Rodoviárias – CCR, no montante total de R\$598 milhões; (ix) segunda emissão pública de debêntures da companhia Energética do Ceará – Coelce, no montante total de R\$245 milhões; (x) primeira emissão pública de debêntures da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no montante de R\$600 milhões.

Ainda nos mesmos anos, no segmento de operações estruturadas, o Santander Brasil intermediou operações, conforme descrição a seguir: (i) CRIs da primeira emissão da WT VRJ Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A., totalizando R\$126,9 milhões; (ii) alienação de Quotas Subordinadas do FIDC Chemical, totalizando R\$41,8 milhões; (iii) CRIs da 3ª série e 4ª série da primeira emissão da Rio Bravo Crédito Cia. de Securitização, lastreados em créditos imobiliários devidos pela Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A., totalizando R\$100,2 milhões e R\$99,6 milhões, respectivamente; (iv) FIDC Chemical III, no montante de R\$324 milhões, sendo este o primeiro do programa de securitização da Braskem S.A.

Em 2010, o Santander Brasil (i) foi o Coordenador Líder da emissão de debêntures de Rota das Bandeiras, pelo montante de R\$1,1 bilhão; (ii) atuou como Coordenador Líder, finalizando a distribuição de 180.000 Quotas Seniores do FIDC Monsanto, totalizando o montante de R\$180 milhões; (iii) foi Coordenador Líder da segunda emissão pública de debêntures da Brookfield Incorporações S.A., no montante total de R\$366 milhões; (iv) foi o Coordenador Líder da emissão de debêntures de Forjas Taurus S.A., no montante de R\$113 milhões; (v) foi o Coordenador da emissão de debêntures de Hypermarcas S.A., no montante de R\$651 milhões; (vi) foi o Coordenador Líder da emissão de debêntures da Vianorte S.A., pelo montante de R\$253 milhões; (vii) atuou como Coordenador Líder da emissão de debêntures da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., de montante de R\$307 milhões; (viii) foi Coordenador Líder de debêntures para Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., pelo valor de R\$406 milhões; (ix) atuou como Coordenador Líder na emissão de debêntures de Autovias S.A., pelo valor de R\$405 milhões; (x) atuou como Coordenador na distribuição de Quotas Seniores do FIDC Lojas Renner no valor de R\$350 milhões; (xi) atuou como Coordenador Líder da emissão de debêntures de Gafisa S.A., somando o valor de R\$300 milhões; (xii) atuou como Coordenador Líder na emissão de debêntures de Telemar Norte Leste S.A, pelo valor de R\$2 bilhões.

No ano de 2011, o Santander (i) coordenou a 5ª emissão e distribuição pública de debêntures da Even Construtora e Incorporadora, no montante total de R\$250 milhões; (ii) atuou como Coordenador Líder na distribuição da Segunda Série de Quotas Seniores do FIDC Monsanto, somando o valor de R\$100 milhões; (iii) foi Coordenador da emissão pública de debêntures da ALL – América Latina Logística S.A., no montante de R\$810 milhões; (iv) atuou como Coordenador Líder na Distribuição de CRIs da 216ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização, lastreados em Debêntures Simples da 4ª Emissão da Rossi Residencial S.A., no montante de R\$150 milhões; (v) atuou como Coordenador Líder na emissão pública de debêntures da Lojas Renner, no montante de R\$300 milhões; (vi) foi Coordenador da sexta emissão pública de debêntures da Ampla Energia e Serviços S.A, no montante de R\$300 milhões; (vii) foi Coordenador da quinta emissão pública de debêntures MRV Engenharia e Participações S.A., no montante de

R\$500 milhões; (viii) atuou como Coordenador Líder na distribuição da primeira emissão de Letras Financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI do Brasil, no montante de R\$ 200 milhões; (ix) foi Coordenador na distribuição da Primeira Série de Quotas Seniores do FIDC – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica (Braskem), somando o valor de R\$500 milhões; (x) foi Coordenador da terceira emissão pública de debêntures da Companhia Energética do Ceará - COELCE, no montante de R\$400 milhões; (xi) foi Coordenador na distribuição da Primeira e Segunda Série de Quotas Seniores do FIDC da Companhia Estadual de águas e Esgotos - CEDAE, somando o valor de R\$1.140 milhões; (xii) foi Coordenador na distribuição da Segunda Série de Quotas Seniores do FIDC – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica (Braskem), somando o valor de R\$500 milhões; (xiii) atuou como Coordenador Líder na primeira emissão de debêntures simples da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., no montante de R\$220 milhões.

No ano de 2012, o Santander Brasil (i) atuou como Coordenador Líder na distribuição da Segunda emissão de Letras Financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI do Brasil, no montante de R\$ 200 milhões; (ii) atuou como Coordenador Líder na terceira de debêntures simples da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante de R\$300 milhões; (iii) foi Coordenador da primeira emissão de debêntures da Sul América S.A., no montante de R\$500 milhões; (iv) atuou como Coordenador Líder na distribuição da Terceira Série de Quotas Seniores do FIDC Monsanto, somando o valor de R\$176 milhões; (v) foi Coordenador da primeira emissão de debêntures da Autometal S.A., no montante de R\$250 milhões; (vi) atuou como Coordenador Líder na distribuição da Primeira emissão de Letras Financeiras do Banco Volkswagen S.A., no montante de R\$ 300 milhões; e (vii) foi Coordenador da quinta emissão de debêntures simples da JSL S.A. , no montante de R\$200 milhões;

ESTRUTURADOR

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (Estruturador)

Fundado em 1962, o BDMG é uma sólida instituição financeira vinculada ao Sistema Operacional de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais. Sua atuação se reflete no incentivo à economia de forma sustentável, com geração de emprego e renda.

Como agente financeiro do Governo do Estado, o BDMG apoia empreendimentos que contribuem para a dinâmica e fortalecimento da economia mineira, com foco na sustentabilidade ambiental e na redução das desigualdades sociais. Estimulando sempre a inovação, o aumento da produtividade e a geração de empregos de qualidade, o Banco fomenta atividades na indústria, agricultura e agronegócio, comércio e prestação de serviços, além de apoiar os municípios mineiros em projetos de infraestrutura e desenvolvimento urbano que trazem benefícios diretos para a população.

Ao longo de sua história, o BDMG vem também acumulando experiência em apoio técnico a instituições municipais e ao governo do Estado de Minas Gerais na estruturação financeira de projetos e na consolidação de mecanismos que garantam boa governança de políticas públicas.

Entre as operações que o BDMG atuou, em 2008 participou da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, na qualidade de estruturador da oferta brasileira. Em 2011, o BDMG participou da estruturação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Cadeias Produtivas de Minas Gerais, com a Fiat Automóveis como o primeiro sacado da operação.

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA, OS COORDENADORES, O ESTRUTURADOR, E O AGENTE FIDUCIÁRIO

COORDENADORES

Banco Citibank S.A. (Coordenador Líder)

Além do relacionamento referente à Oferta descrito neste Prospecto, a Companhia contratou o Coordenador Líder para atuar como coordenador líder da sua 2ª emissão pública de 181.900 (cento e oitenta e um mil e novecentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 1.819.000.000,00 (um bilhão e oitocentos e dezenove milhões de reais), emitidas em 24 de julho de 2012. As partes convencionaram que para a referida emissão não seria devida nenhuma remuneração pelos serviços prestados.

A Companhia poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pelo disposto acima, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, exceto pelas comissões decorrentes da Oferta, conforme descritas no item “Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Comissões e Prêmio” na página 54 deste Prospecto.

Banco ABC Brasil S.A. (Coordenador)

Além do relacionamento referente à Oferta descrito neste Prospecto, a Companhia contratou o Banco ABC para atuar como coordenador da sua 2ª emissão pública de 181.900 (cento e oitenta e um mil e novecentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 1.819.000.000,00 (um bilhão e oitocentos e dezenove milhões de reais), emitidas em 24 de julho de 2012. As partes convencionaram que para a referida emissão não seria devida nenhuma remuneração pelos serviços prestados.

A Companhia poderá, no futuro, contratar o Banco ABC e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pelo disposto acima, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Banco ABC e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, exceto pelas comissões decorrentes da Oferta, conforme descritas no item “Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Comissões e Prêmio” na página 54 deste Prospecto.

Banco Santander (Brasil) S.A. (Coordenador)

Além do relacionamento referente à Oferta descrito neste Prospecto, a Companhia contratou o Santander para atuar como coordenador da sua 2ª emissão pública de 181.900 (cento e oitenta e um mil e novecentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 1.819.000.000,00 (um bilhão e oitocentos e dezenove milhões de reais), emitidas em 24 de julho de 2012. As partes convencionaram que para a referida emissão não seria devida nenhuma remuneração pelos serviços prestados.

A Companhia poderá, no futuro, contratar o Santander e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pelo disposto acima, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Santander e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, exceto pelas comissões decorrentes da Oferta, conforme descritas no item “Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Comissões e Prêmio” na página 54 deste Prospecto.

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (Estruturador)

A Companhia tem o BDMG como um dos seus acionistas minoritários, com 0,08% do capital social. O Estado de Minas Gerais, controlador da Companhia, é também o controlador do BDMG. O BDMG, como agente financeiro do Estado, fornece assessoramento técnico à Companhia na estruturação da operação, no âmbito do mercado de capitais. Além desta relação, pela Companhia ser gestora de créditos do BEMGE, o BDMG, por ser líder de consórcios de empréstimo a empresas, faz os devidos repasses à Companhia, quando há o recebimento das empresas. Outro relacionamento é a recompra de títulos CTN do Tesouro Nacional que são custodiados para garantir dívidas de clientes administrados pela Companhia, quando ocorre o pagamento antecipado da dívida. Outra transferência de recursos para a Companhia são as equalizações pagas pelo Tesouro Nacional em função de recebimento dos clientes da carteira PESA (RURAL), conforme Resolução 2.471 do Tesouro Nacional.

Exceto pelo disposto acima, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento relevante com o BDMG e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, exceto pelas comissões decorrentes da Oferta, conforme descritas no item “Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Comissões e Prêmio” na página 54 deste Prospecto.

AGENTE FIDUCIÁRIO

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Agente Fiduciário)

Além da presente Emissão, e para os fins da alínea “k”, inciso XVII do art.12 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, o Agente Fiduciário atua como agente fiduciário no âmbito da 2ª emissão pública de debêntures simples da CEMIG Geração e Transmissão S.A. (sociedade pertencente ao mesmo grupo econômico da Emissora), da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional prestada pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, com vencimento da primeira série em 15 de janeiro de 2012 e da segunda série em 15 de janeiro de 2015, no volume total de R\$2.700.000.000,00 (dois bilhões e setecentos milhões de reais) na Data de Emissão, mediante a emissão de 270.000 (duzentos e setenta mil) debêntures. Foram realizados pagamentos de juros da primeira série em 17/01/2011 e 16/01/2012, e de amortização da primeira série em 16/01/2012. O Agente Fiduciário não tem atuação em quaisquer outras emissões de valores mobiliários da Emissora, nem de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante de seu grupo econômico.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

COORDENADORES

Banco Citibank S.A. (Coordenador Líder)

Na data deste Prospecto, não há operações vinculadas à presente Emissão com o Coordenador Líder.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta.

Exceto pela remuneração prevista na seção “Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Comissões e Prêmio”, na página 54 deste Prospecto, nenhuma outra comissão ou prêmio serão contratados ou pagos pela Emissora ao Coordenador Líder, direta ou indiretamente, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

Banco ABC Brasil S.A. (Coordenador)

Na data deste Prospecto, não há operações vinculadas à presente Emissão com o Banco ABC.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Banco ABC como instituição intermediária da Oferta.

Exceto pela remuneração prevista na seção “Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Comissões e Prêmio”, na página 54 deste Prospecto, nenhuma outra comissão ou prêmio serão contratados ou pagos pela Emissora ao Banco ABC, direta ou indiretamente, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

Banco Santander (Brasil) S.A. (Coordenador)

Na data deste Prospecto, não há operações vinculadas à presente Emissão com o Santander.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta.

Exceto pela remuneração prevista na seção “Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Comissões e Prêmio”, na página 54 deste Prospecto, nenhuma outra comissão ou prêmio serão contratados ou pagos pela Emissora ao Santander, direta ou indiretamente, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

ESTRUTURADOR

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (Estruturador)

Na data deste Prospecto, não há operações vinculadas à presente Emissão com o Estruturador.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Estruturador como instituição estruturadora da Oferta.

Exceto pela remuneração prevista na seção “Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Comissões e Prêmio”, na página 54 deste Prospecto, nenhuma outra comissão ou prêmio serão contratados ou pagos pela Emissora ao Estruturador, direta ou indiretamente, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

A realização da Oferta foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de julho de 2012, na qual foi deliberada a emissão das Debêntures, seus termos e condições, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, protocolada na JUCEMG em 27 de julho de 2012, e publicada no DOEMG e no jornal “Hoje em Dia”, em 26 de julho de 2012, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Na data deste Prospecto, o capital social da Emissora era de R\$105.570.752,00 (cento e cinco milhões, quinhentos e setenta mil, setecentos e cinquenta e dois reais), dividido em 146.429.361 (cento e quarenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, trezentas e sessenta e uma) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A distribuição do capital social da Emissora na data deste Prospecto é:

Acionistas	Ações Ordinárias		Total das Ações	
	Número	Percentual (%)	Número	Percentual (%)
Estado de Minas Gerais	146.174.871	99,8262	146.174.871	99,8262
BDMG	165.323	0,1129	165.323	0,1129
CEMIG	53.307	0,0364	53.307	0,0364
Ações em Tesouraria	35.860	0,0245	35.860	0,0245
Administradores	0	0	0	0
Total	146.429.361	100	146.429.361	100

Informações detalhadas sobre a composição do capital social da Companhia, bem como sobre o controle da Companhia, podem ser obtidas nos itens “15” e “17”, do Formulário de Referência da Companhia.

REQUISITOS

A Oferta será registrada perante a CVM, na forma da Lei nº 6.385, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais, regulamentares e auto-regulatórias aplicáveis.

QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E NÚMERO DE SÉRIES

Serão emitidas 31.600 (trinta e um mil e seiscentas) Debêntures, em série única.

VALOR NOMINAL UNITÁRIO, VALOR TOTAL DA EMISSÃO E DATA DE EMISSÃO

O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão, perfazendo o montante total de R\$316.000.000,00 (trezentos e dezesseis milhões de reais) na Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos, a Data de Emissão será o dia 30 de agosto de 2012.

AUMENTO DA OFERTA

A quantidade de Debêntures ofertada não será aumentada, não havendo exercício das disposições previstas no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, e no artigo 24, da Instrução CVM 400.

FORMA, CONVERSIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

As Debêntures serão emitidas sob a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND e o extrato em nome do Debenturista emitido pela BM&FBOVESPA, quando as Debêntures estiverem depositadas na BM&FBOVESPA.

ESPÉCIE

As Debêntures serão da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios.

GARANTIAS

As Debêntures terão como garantia real a cessão fiduciária dos Direitos de Crédito Autônomos e todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, de titularidade da Emissora, presentes e futuros, conforme descritos na Escritura, constituída pelo Contrato de Cessão Fiduciária. O Contrato de Cessão Fiduciária será firmado pela Emissora, pelo Agente Fiduciário, e pelo Banco Centralizador, em benefício dos Debenturistas da Emissão, para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes dessa Escritura.

Na Data de Emissão, os Direitos de Crédito Autônomos em garantia da Emissão representam R\$ 1.819.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e dezenove milhões de reais), apurado conforme preço de aquisição dos referidos créditos, nos termos do Contrato de Cessão Onerosa.

Os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente em questão são os seguintes:

- (i) os Direitos de Crédito Autônomos;
- (ii) os direitos detidos pela Emissora, emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e
- (iii) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definido abaixo), depositados ou a serem depositados e mantidos, nas Contas da Garantia, conforme definidas abaixo (os quais deverão ser aplicados no dia útil subsequente ao seu depósito no Investimento Permitido, conforme definido e na forma prevista na Escritura, cujos rendimentos e quotas de fundo também farão parte dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente), conforme definidas abaixo, bem como todos os direitos sobre as Contas da Garantia (conforme definido na Escritura), conforme descritas e caracterizadas nos termos dos Contratos de Garantia.

Os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente são cedidos fiduciariamente aos Debenturistas nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, e nos termos dos artigos 66-B e seguintes da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada.

Conforme previsão nos Contratos de Garantia, os recursos advindos do pagamento dos créditos tributários objeto de parcelamentos administrativos referentes ao ICMS serão depositados na Conta Centralizadora, cabendo ao Banco Centralizador o devido monitoramento e segregação dos recursos devidos aos municípios do Estado de Minas Gerais, ao FUNDEB e às verbas decorrentes do ajuizamento de ações judiciais, inclusive honorários advocatícios, sendo que tais recursos devidos representam, em conjunto, o equivalente a 40% (quarenta por cento) dos recursos advindos do pagamento dos créditos tributários objeto de parcelamentos administrativos referentes ao ICMS, e que também serão depositados na Conta Centralizadora, juntamente com os Direitos de Crédito Autônomos, para posterior liberação para uma conta do Estado de Minas Gerais. Os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos, serão exclusivamente direcionados automaticamente pelo Banco Centralizador à Conta de Recebimento, de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Centralizador com a autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário.

Conta Centralizadora

A SEF/MG constituiu, por meio do Contrato de Administração de Contas, e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, uma conta centralizadora e vinculada, de sua titularidade, movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, na qual serão depositados os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos, sendo que tais recursos deverão ser transferidos automaticamente para a Conta de Recebimento no dia seguinte ao depósito realizado na Conta Centralizadora, já desconsiderando os Recursos Excluídos, na forma da Cláusula 3.8.4 da Escritura.

Conta de Recebimento

A Emissora irá constituir, por meio dos Contratos de Garantia, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, uma conta de recebimento, na qual será depositado e mantido o montante equivalente aos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização ou resgate de quotas de fundo do Investimento Permitido, conforme estabelecido na Escritura, realizado com recursos desta conta), já excluídos os Recursos Excluídos, mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com a autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário enquanto as Debêntures estiverem em vigor nos termos da Escritura, dos Contratos de Garantia, e na forma do art. 55 da Lei das Sociedades por Ações.

Nos termos dos Contratos de Garantia, os recursos existentes na Conta de Recebimento serão mensalmente, na Data de Verificação, respeitado o prazo de carência de 4 (quatro) meses, nos termos da cláusula 1.3.3.1.1. do Contrato de Cessão Fiduciária, primeiramente direcionados para a Conta de Pagamento (conforme definida abaixo), de forma a constituir e manter o montante equivalente a uma parcela de amortização das Debêntures, acrescido da Remuneração (conforme previsto na Escritura), e, em segunda etapa, da Conta de Recebimento para a Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo), de forma a constituir e manter o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo). Tais transferências serão limitadas ao atingimento do montante previsto na Cláusula 3.8.11 da Escritura, e ao atingimento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme aplicável para cada conta e calculado pelo Agente Fiduciário.

Conta de Pagamento

A Emissora irá constituir, por meio dos Contratos de Garantia, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, uma conta de pagamento das Debêntures da presente Emissão, na qual será depositado e mantido o montante previsto na Escritura (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização ou resgate de quotas de fundo do Investimento Permitido, conforme estabelecido na Escritura, realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário enquanto as Debêntures estiverem em vigor nos termos da Escritura, na forma do art. 55 da Lei das Sociedades por Ações.

A Conta de Pagamento deverá ter, até o 2º (segundo) dia útil anterior a cada data de amortização do Valor Nominal Unitário e de pagamento da Remuneração das Debêntures, o montante equivalente à parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida de valor equivalente à parcela vincenda de Remuneração projetada pelo Agente Fiduciário.

Conta de Serviço da Dívida

A Emissora irá constituir, por meio dos Contratos de Garantia, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, uma conta de serviço da dívida para as Debêntures da presente Emissão, na qual será depositado e mantido o montante equivalente ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo) (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização ou resgate de quotas de fundo do Investimento Permitido, conforme estabelecido na Escritura, realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário enquanto as Debêntures estiverem em vigor nos termos da Escritura, na forma do art. 55 da Lei das Sociedades por Ações.

A Emissora, até o 56º (quingüésimo sexto) mês após a Data de Emissão, deverá manter depositados na Conta de Serviço da Dívida recursos em moeda corrente nacional, vinculados ao pagamento das Debêntures (em seu vencimento regular ou antecipado), em montante igual ou superior ao somatório do valor das próximas 4 (quatro) parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido de 4 (quatro) parcelas vincendas de Remuneração das Debêntures. O cálculo a ser feito pelo Agente Fiduciário tomará por base a Taxa DI divulgada um dia útil antes da Data de Verificação, projetada até a efetiva data de pagamento de cada uma das Remunerações das Debêntures consideradas para o Valor Mínimo da Conta de Serviço da

Dívida. A partir do 57º (quingentésimo sétimo) mês após a Data de Emissão, o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida deverá sempre considerar, na Data de Verificação, a quantidade de parcelas restantes para amortização do Valor Nominal Unitário, e a quantidade de parcelas restantes vincendas da Remuneração das Debêntures, que sejam devidas até a Data de Vencimento. Caberá ao Agente Fiduciário calcular mensalmente o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida estabelecido na Escritura, na Data de Verificação, a fim de verificar o enquadramento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, sendo certo que a primeira verificação será realizada em 3 de setembro de 2012.

Observado o prazo para pagamento da primeira parcela de amortização do Valor Nominal Unitário e da primeira parcela vincenda de Remuneração, a Emissora terá um prazo de carência até o 4º (quarto) mês após a Data de Emissão, para atender a obrigação de, após cumprir o previsto na Escritura compor o referido Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, cujos recursos serão enviados da Conta de Recebimento e integralmente retidos na Conta de Serviço da Dívida até que haja montante suficiente para atendimento desta obrigação.

Atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, e, havendo recursos na Conta de Recebimento, e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, esses recursos serão direcionados para a Conta de Livre Movimentação no dia útil subsequente à data de amortização do Valor Nominal Unitário e do pagamento da Remuneração das Debêntures, respeitado o previsto na Escritura. As demais obrigações e procedimentos pertinentes a cada parte, principalmente aqueles relacionados ao Banco Centralizador e Agente Fiduciário, estarão descritos nos Contratos de Garantia.

A partir do momento em que for atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida e durante toda a existência das Debêntures, caso o Agente Fiduciário constate na Data de Verificação que o saldo da Conta de Serviço da Dívida esteja abaixo do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, este deverá (i) primeiramente enviar orientação ao Banco Centralizador para que transfira quaisquer recursos existentes na Conta de Recebimento ou na Conta de Pagamento (respeitado o atendimento do montante previsto na Cláusula 3.8.11.1 da Escritura) para a Conta de Serviço da Dívida, de forma a atingir este Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, e (ii) em segundo lugar, caso ainda assim não tenha sido atingido tal montante, enviar solicitação de reposição à Emissora nesse sentido para providenciar a sua recomposição em até 2 (dois) dias úteis contados de tal solicitação, mediante o depósito de recursos próprios na Conta de Serviço da Dívida, observado o disposto na alínea (z) da Cláusula 7.1 da Escritura.

Mensalmente, em cada Data de Verificação, após terem sido primeiramente atendidos todos os pagamentos a que se destina a Conta de Pagamento, conforme os Contratos de Garantia, bem como posteriormente atendidas todas as obrigações de constituição do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme descrita na Cláusula 3.8.12.1 da Escritura e constituída por meio dos Contratos de Garantia, o eventual saldo que ainda exista na Conta de Pagamento e o eventual excesso sobre o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida será direcionado para a Conta de Livre Movimentação (na forma prevista no Contrato de Administração de Contas), observados os termos da Cláusula 3.8.12.3 da Escritura.

Na hipótese de não haver recursos suficientes na Conta de Pagamento para quitação integral de cada parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida da parcela de Remuneração em cada data de pagamento, o Banco Centralizador, mediante autorização do Agente Fiduciário, transferirá recursos da Conta de Serviço da Dívida para a Conta de Pagamento, no montante que seja necessário para atendimento da obrigação acima.

Observados os termos acima, a Emissora deverá, na data de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, informar ao Banco Mandatário, com cópia para o Agente Fiduciário, imprerivelmente até às 9h00 do respectivo dia, o valor a ser pago de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração.

Em cada data de pagamento, o Banco Mandatário irá debitar da Conta de Pagamento os recursos necessários ao pagamento das Debêntures, conforme informado pela Emissora, nos termos acima, independentemente de qualquer notificação, nos termos do Contrato de Banco Mandatário, sendo desde já expressamente autorizado pela Emissora para tanto.

Verificando o atendimento do previsto na Escritura, e, havendo recursos na Conta de Recebimento e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, esses recursos serão direcionados para a Conta de Livre Movimentação na Data de Verificação, os quais pelo menos 90% (noventa por cento) deverão ser utilizados para amortização das Debêntures Subordinadas, acima mencionadas, observado o IGR previsto na Escritura.

Caso, após a amortização integral das Debêntures, existam recursos nas Contas Vinculadas, os mesmos deverão ser transferidos para a Conta de Livre Movimentação no prazo de 1 (um) dia útil contado da data de amortização integral das Debêntures.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário, tão logo tome conhecimento de tais eventos, deverá interromper imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores das Contas da Garantia para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos nos Contratos de Garantia.

O Agente Fiduciário não será responsável caso, após cumpridos os procedimentos acima descritos, a transferência de valores de quaisquer das Contas da Garantia para a Conta de Livre Movimentação seja realizada após a ocorrência de um dos Eventos de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, caso tal evento ainda não seja de conhecimento do Agente Fiduciário.

A totalidade dos recursos (incluindo os rendimentos do Investimento Permitido, observado o disposto na Escritura), existentes e/ou depositados nas Contas da Garantia, conforme definidas nos Contratos de Garantia e descritas na Escritura, serão cedidos fiduciariamente em favor dos Debenturistas, na forma prevista nos Contratos de Garantia, e deverão ser aplicados no dia útil subsequente ao seu depósito no fundo de investimento Itaú GOV MG Renda Fixa – Fundo de Investimento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 41.716.515/0001-70 e administrado pelo Banco Itaúcard S.A., conforme previsto no Contrato de Administração de Contas.

As quotas do fundo do Investimento Permitido (adquiridas com recursos cedidos fiduciariamente na forma prevista acima) são também cedidas fiduciariamente em favor dos Debenturistas, sendo-lhes aplicáveis, para todos os fins de direito, todas as disposições inerentes aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente previstas nos Contratos de Garantia.

Os recursos existentes e/ou depositados nas Contas da Garantia deverão ser investidos no Investimento Permitido da seguinte forma:

- (a) Conta de Serviço da Dívida e Conta de Pagamento: considerando a natureza dessas contas, os recursos existentes e/ou depositados serão aplicados em até 1 (um) dia útil após terem sido creditados em conta e permanecerão investidos, sendo o excedente liberado mensalmente para a Conta de Livre Movimentação, após o cumprimento dos valores mínimos dessas contas, observado o IGR previsto na Escritura; e
- (b) Conta de Recebimento: quaisquer recursos mantidos na referida Conta de Recebimento também serão aplicados em até 1 (um) dia útil após terem sido creditados em conta e serão mantidos investidos até a data de transferência de recursos da Conta de Recebimento para a Conta de Pagamento e/ou Conta de Serviço da Dívida.

Os recursos depositados na Conta de Recebimento e na Conta de Serviço da Dívida também serão utilizados para liquidação das Debêntures na hipótese de Vencimento Antecipado (conforme prevista na Escritura) das Debêntures.

DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO

As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, respectivamente: (i) por meio do SDT e do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados, sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) por meio do DDA da BM&FBOVESPA, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na BM&FBOVESPA.

PÚBLICO ALVO

O público alvo da Oferta é composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

PREÇO DE SUBSCRIÇÃO

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, de acordo com a Escritura.

PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

O prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 30 de agosto de 2017. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, nos termos da Escritura.

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

REMUNERAÇÃO

Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra-grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“**Taxa DI**”), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 3,25% (três inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“**Sobretaxa**”, e, em conjunto com a Taxa DI, “**Remuneração**”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Farão jus à Remuneração aqueles que forem Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. Observada a periodicidade do Pagamento da Remuneração prevista na Cláusula 4.5 da Escritura, os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos ao final de cada Período de Capitalização ou, conforme o caso, na data do vencimento antecipado das Debêntures. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada período de capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das taxas DI_k , da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a respectiva data de pagamento de Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n_{DI} = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = fator da taxa DI_k , expresso ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n ;

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$FatorSpread$ = Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

$spread$ = 3,2500, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo " n " um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(Fator DI \times FatorSpread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Indisponibilidade da Taxa DI

Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DI_k por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa DI_k às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da taxa DI_k ou de impossibilidade de aplicação da taxa DI_k por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma AGD para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Lei das Sociedades por Ações, a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última taxa DI_k divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas na Escritura, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

Caso a taxa DI_k volte a ser divulgada antes da realização da AGD prevista acima, referida AGD não será realizada e a taxa DI_k , a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas na Escritura, sendo certo que até a data de divulgação da taxa DI_k nos termos aqui previstos, a última taxa DI_k divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas na Escritura.

Caso, na AGD prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva AGD referida neste item, qual a alternativa escolhida:

- I. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa DI_k a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será a última taxa DI_k disponível; ou
- II. a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, independentemente de aprovação dos Debenturistas, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento e as Datas de Amortização estipuladas na Escritura, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures em circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures em circulação, as Debêntures em circulação farão jus à última taxa DI_k disponível.

PERIODICIDADE DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

A Remuneração será paga mensalmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 30 de setembro de 2012 e o último na Data de Vencimento, ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido na Cláusula 7.1 da Escritura), ou da realização do resgate nos termos da Cláusula 4.4.1.4, inciso I da Escritura.

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

Os percentuais de amortização indicados no cronograma de amortização definido no “Anexo I” da Escritura incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, para cada parcela, desde a primeira parcela com vencimento em 30 de março de 2013 até a última com vencimento em 30 de agosto de 2017, nos termos do “Anexo I” à Escritura.

REPACTUAÇÃO

As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

Não haverá a possibilidade de resgate antecipado facultativo.

AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir qualquer quantidade de Debêntures em circulação, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 3.22.1 da Escritura, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados Eventos de Avaliação, sujeitos aos procedimentos definidos nas Cláusulas 6.2 e seguintes da Escritura, quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não-pecuniárias previstas nos Contratos da Emissão, que não sejam integralmente sanadas no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do término do prazo para seu cumprimento;
- (b) descumprimento, por qualquer das partes e intervenientes (outras que não a Emissora), de qualquer de suas respectivas obrigações previstas nos Contratos da Emissão, que não sejam integralmente sanadas nos prazos ali estabelecidos;
- (c) se por qualquer motivo, a classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Debêntures for rebaixada dois níveis abaixo do equivalente à classificação “AA” - escala nacional pela Standard & Poor’s ou pela Fitch Ratings ou ainda seu equivalente pela Moody’s;
- (d) caso seja ajuizada contra a Emissora qualquer ação, ou conjunto de ações, de execução para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- (e) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens da Emissora, cujo valor seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- (f) caso ocorra a concessão de qualquer medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei nº 8.397, de 06 de janeiro de 1992, conforme alterada, que imponha restrição a alienação de ativos de titularidade da Emissora;
- (g) caso o índice de cobertura (IC) não atenda ao valor disposto na Cláusula 3.8.7 da Escritura em 2 Datas de Verificação consecutivas ou 3 Datas de Verificação quaisquer dentro de um período de 12 meses consecutivos;
- (h) caso a Emissora deixe de atender aos limites mínimos fixados para o índice de garantia real (IGR), em qualquer Data de Verificação;
- (i) caso não haja recursos na Conta de Pagamento para atendimento das obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures, e seja necessária a aplicação do procedimento previsto na Cláusula 3.8.12.2.1 da Escritura;
- (j) caso sejam criados novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possam afetar de forma relevante, a critério dos Debenturistas, a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos dos Contratos da Emissão;

- (k) caso a Emissora conceda ou tome mútuos, empréstimos, financiamentos, adiantamentos, ou qualquer outra forma de tomada de recursos (*intercompany*) para ou de quaisquer sociedades controladas pelo Estado de Minas Gerais sem a prévia anuência da maioria das Debêntures em circulação, exceto por mútuos, financiamentos e dívidas subordinadas às Debêntures;
- (l) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas às Debêntures;
- (m) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora que possa afetar adversamente o pagamento das Debêntures;
- (n) ocorrência de questionamento judicial ou administrativo acerca da legalidade ou validade dos Contratos da Emissão, que possa afetar a Emissão, em especial o curso ordinário dos recebíveis (nos termos previstos nos Contratos de Garantia), exceto os casos que tenham sido objeto de decisão judicial irreversível que tenha julgado improcedente o referido questionamento; ou
- (o) caso seja ajuizada contra a Emissora pelo Estado de Minas Gerais qualquer ação, ou conjunto de ações, questionando qualquer dos Contratos da Emissão.

A Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário, na forma da Cláusula 3.16 da Escritura, da ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da data em que esta tomar conhecimento do evento.

Após receber a notificação de que trata o parágrafo acima ou após receber notificação de qualquer Debenturista, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer um dos Eventos de Avaliação, o Agente Fiduciário convocará, em até 3 (três) dias úteis da data em que for notificado, Assembleia Geral de Debenturistas, para que seja avaliado o grau de comprometimento da Emissão, devendo o Agente Fiduciário interromper imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores da Conta de Recebimento para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos nos Contratos de Garantia. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este parágrafo deverá ser realizada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

Para quaisquer dos Eventos de Avaliação, exceto os itens “g” e “h” acima, o Evento de Avaliação será considerado um Evento de Inadimplemento exclusivamente na hipótese de os Debenturistas, titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, deliberarem na Assembleia referida acima que o respectivo Evento de Avaliação **constitui** um Evento de Inadimplemento. Neste caso, serão adotados os procedimentos referidos nas Cláusulas 7.3 e seguintes da Escritura.

Exclusivamente para os Eventos de Avaliação “g” e “h” acima, tais Eventos de Avaliação não serão considerados um Evento de Inadimplemento exclusivamente na hipótese de os Debenturistas, titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, deliberarem na Assembleia referida acima que o respectivo Evento de Avaliação **não constitui** um Evento de Inadimplemento.

Na hipótese de (i) não ser alcançado o quorum da Cláusula 6.4 da Escritura; ou (ii) deliberação pelos Debenturistas, na forma da Cláusula 6.5 da Escritura, de não constituir o Evento de Avaliação em questão um Evento de Inadimplemento, conforme previsto na Cláusula 6.4 da Escritura, o Agente Fiduciário deverá retomar imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores da Conta de Recebimento para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos na Escritura e nos Contratos de Garantia.

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.3 da Escritura, o Agente Fiduciário ou qualquer dos Debenturistas poderão convocar ou solicitar que seja convocada, conforme o caso, novas Assembleias Gerais de Debenturistas, para avaliar se os eventos descritos nas alíneas “m” e “n” da Cláusula 6.1 da Escritura transformar-se-ão em Evento de Inadimplemento, sendo que tal faculdade lhes será assistida a qualquer momento enquanto estiverem em curso as ações a que se referem as alíneas “m” e “n” da Cláusula 6.1 da Escritura.

VENCIMENTO ANTECIPADO

Na ocorrência de qualquer dos eventos listados abaixo, o Agente Fiduciário deverá, tão logo receba notificação, quanto à ocorrência de tais eventos, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração devida desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial (“**Vencimento Antecipado**” e “**Evento de Inadimplemento**”):

- (a) (i) decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; (iii) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (b) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (c) pagamentos aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora estiver em mora com relação às Debêntures ou qualquer outra mora relacionada aos Contratos de Garantia, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social da Emissora;
- (d) a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os Direitos de Crédito Autônomos, ou os direitos e obrigações que respectivamente adquirirá e assumirá na Escritura, no Contrato de Distribuição, e nos Contratos de Garantia relativos às Debêntures, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (e) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial condenatória transitada em julgado contra a Emissora, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas);
- (f) observado o disposto na Cláusula 7.5 da Escritura, cisão, fusão ou ainda, incorporação da Emissora por outra sociedade, ou qualquer forma de reorganização societária (exceto incorporação de outras empresas pela Emissora), sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas;
- (g) criação ou existência de quaisquer ônus ou gravames sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente;
- (h) ocorrência de mudança de controle acionário direto da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (i) transformação da Emissora em sociedade limitada;

- (j) anulação, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer disposição da Escritura e/ou dos Contratos de Garantia, que não seja sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da notificação nesse sentido;
- (k) observado o disposto na Cláusula 7.4 da Escritura, a captação de novos empréstimos, financiamentos, adiantamentos de recursos, emissão de valores mobiliários, ou qualquer outra forma de tomada de recursos, não lastreadas ou garantidas por ativos que tenham sido ou venham a ser, de qualquer forma, transferidos à Emissora para o fim exclusivo de realização de referida captação, os quais ocorram: (i) até a data de encerramento da Emissão; ou (ii) a partir da data da integralização das Debêntures e que, de forma individual ou agregada, superem o montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), exceto, em ambos os casos, pela emissão das Debêntures Subordinadas a qual fica desde já autorizada e que não deve ser levada em conta para cômputo do limite anteriormente definido;
- (l) observado o disposto na Cláusula 7.5 da Escritura, a redução de capital social da Emissora e/ou a negociação, a qualquer título, pela Emissora, com ações de sua emissão;
- (m) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que a Emissora tiver ciência da ocorrência, à exceção do (i) protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo legal e (ii) protesto cancelado;
- (n) inadimplemento ou declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), não sanado pela Emissora no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do inadimplemento e/ou da declaração de vencimento antecipado de tal dívida e/ou obrigação, e desde que sejam observados todos os prazos de carência e períodos de cura aplicáveis a estas obrigações;
- (o) as declarações e garantias prestadas pela Emissora nos Contratos da Emissão provarem-se falsas, incorretas em aspectos relevantes ou enganosas, na data em que foram prestadas;
- (p) provimento de decisão judicial ou administrativa, ainda que de natureza liminar, que declare a ilegalidade ou invalidade dos Contratos da Emissão, de forma a afetar a Emissão, em especial o curso ordinário dos recebíveis (nos termos previstos nos Contratos de Garantia);
- (q) ocorrência de alteração ou qualquer modificação por parte do Estado de Minas Gerais nas características dos Direitos de Crédito Autônomos, ao tempo de sua cessão para a Emissora nos termos do Contrato de Cessão Onerosa;
- (r) caso a auditoria das demonstrações financeiras da Emissora deixe de ser realizada por empresa de auditoria independente, devidamente registrada na CVM, e considerando que tal empresa seja uma daquelas que tenha realizado, em bases constantes, auditoria de companhias abertas emissoras de valores mobiliários em ofertas públicas registradas na CVM no ano imediatamente anterior à contratação da referida empresa de auditoria pela Emissora;
- (s) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada aos Contratos da Emissão e às Debêntures, em especial a amortização do Valor Nominal Unitário e o pagamento da Remuneração, não sanado integralmente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data do respectivo vencimento da obrigação;

- (t) não substituição do Banco Centralizador em até 30 (trinta) dias corridos, contados de um dos eventos a seguir: (i) em caso de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária do Banco Centralizador, (ii) caso o Banco Centralizador deixe de exercer suas funções nos termos dos Contratos de Garantia e dos respectivos Contratos da Emissão, sem a assunção, por outra instituição financeira, de suas responsabilidades definidas nos Contratos da Emissão dos quais o Banco Centralizador seja parte ou interveniente;
- (u) caso seja promulgada qualquer tipo de legislação ou medida administrativa pelo Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, que inviabilize os procedimentos descritos na Escritura ou nos demais Contratos da Emissão;
- (v) caso a Emissora deixe de atender o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, previsto na Cláusula 3.8.12.1 da Escritura, e/ou o valor mínimo da Conta de Pagamento, conforme previsto na Cláusula 3.8.11.1 da Escritura, não sanado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da solicitação de reposição enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, observados os procedimentos previstos nos Contratos de Garantia;
- (w) caso seja proferida decisão judicial ou administrativa, mesmo que em caráter liminar, em qualquer ação ajuizada pelo Estado de Minas Gerais contra a Emissora, declarando a invalidade ou a ilegalidade dos Contratos da Emissão;
- (x) deliberação, em Assembleia Geral de Debenturistas, que qualquer dos Eventos de Avaliação previstos na Escritura constitui um Evento de Inadimplemento, na forma prevista na Cláusula 6.4 da Escritura;
- (y) rescisão, por qualquer motivo, de quaisquer dos Contratos da Emissão; ou
- (z) descumprimento, por qualquer das partes e intervenientes (outras que não a Emissora), dos Contratos de Garantia e/ou do Contrato de Cessão Onerosa, de qualquer de suas respectivas obrigações previstas nos Contratos de Garantia e/ou no Contrato de Cessão Onerosa, que não sejam integralmente sanadas nos prazos ali estabelecidos.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula 3.16 da Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Escritura

Não obstante disposições em contrário na Escritura, não será considerado Evento de Inadimplemento qualquer captação de recursos pela Emissora, incluindo, mas não se limitando, a operações realizadas por meio de financiamento, adiantamento de recursos ou emissão de valores mobiliários, lastreadas ou garantidas por ativos que tenham sido ou venham a ser, de qualquer forma, transferidos à Emissora para o fim exclusivo de realização de referida captação.

Não obstante disposições em contrário na Escritura, não será considerado Evento de Inadimplemento qualquer operação de reorganização societária, transferência de ativos e/ou, redução do capital social, realizadas pela Emissora com o intuito de fazer com que as participações acionárias indiretamente detidas pelos acionistas da Emissora em sociedades investidas pela Emissora tornem-se participações diretas. Para os fins do art. 174, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, a redução do capital com o objetivo previsto na Cláusula 7.5 da Escritura considerar-se-á, desde já, previamente aprovada pelos Debenturistas.

ENCARGOS MORATÓRIOS

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos da Remuneração das Debêntures (conforme definido na Cláusula 4.4. da Escritura) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia do seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso em que as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para as Debêntures que não estejam depositadas em custódia eletrônica vinculada à BM&FBOVESPA e/ou à CETIP.

PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

CRONOGRAMA ESTIMADO DAS ETAPAS DA OFERTA

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das principais etapas da Oferta

N.º	Evento	Data de Realização/ Data Prevista ⁽¹⁾⁽²⁾
1.	Protocolo na CVM	28/05/2012
2.	Publicação do Aviso ao Mercado Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das Apresentações a Potenciais Investidores	30/07/2012
3.	Encerramento das Apresentações a Potenciais Investidores	08/08/2012
4.	Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	29/08/2012
5.	Registro da Oferta	04/09/2012
6.	Publicação do Anúncio de Início com a divulgação do resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Disponibilização do Prospecto Definitivo	05/09/2012
7.	Liquidação da Oferta	10/09/2012
8.	Publicação do Anúncio de Encerramento	11/09/2012

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Emissora e do Coordenador Líder. Na hipótese de vir a ser alterado o cronograma, tal alteração poderá ser considerada uma modificação da Oferta, sujeita ao disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400.

⁽²⁾ Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre manifestação de revogação da aceitação à Oferta, modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, ver a seção “Informações Relativas à Oferta - Contrato de Distribuição - Cancelamento, Suspensão, Revogação e Modificação da Oferta”, na página 53 deste Prospecto.

Quaisquer comunicados ao mercado relativos à Oferta serão informados por meio de publicação de aviso no jornal "Valor Econômico", edição nacional, e na página da Emissora na rede mundial de computadores (internet), no endereço www.mgipart.com.br/ri.

PUBLICIDADE

Exceto pelo Aviso ao Mercado, pelo Anúncio de Início, e pelo Anúncio de Encerramento, e por eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que somente serão publicados no jornal "Valor Econômico", edição nacional, todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no DOEMG e no jornal "Hoje em Dia", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet (www.mgipart.com.br).

IMUNIDADE DOS TITULARES DE DEBÊNTURES

Caso qualquer titular de Debênture goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. A convocação das AGDs se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no órgão de imprensa estabelecido na Cláusula 3.15 da Escritura (sendo que na data deste Prospecto é o DOEMG e o jornal "Hoje em Dia"), respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura.

As AGDs instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum, conforme previsto no artigo 71, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

Nas deliberações das AGDs, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

Nos termos da Lei nº 6.385/76 e da Instrução CVM 400, a Companhia e os Coordenadores celebraram o Contrato de Distribuição, por meio do qual a Companhia contratou os Coordenadores para realizarem a colocação pública das Debêntures. De acordo com o Contrato de Distribuição, a Oferta será realizada e está submetida às seguintes condições descritas nos subitens a seguir.

Regime, Preço e Prazo de Colocação das Debêntures

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação a R\$ 316.000.000,00 (trezentos e dezesseis milhões de reais).

A Escritura foi objeto de aditamento para refletir a quantidade e a remuneração das Debêntures da Emissão, definidas após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*.

Após o encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*, os Coordenadores e a Emissora verificarão a demanda para as Debêntures. Caso não se verifique a demanda pela totalidade das Debêntures pelos investidores, os Coordenadores deverão honrar a garantia firme de forma individual e não solidária, conforme a alocação de volume estabelecida na tabela abaixo:

	Volume Total de Garantia Firme	Percentual da Garantia Firme
Citibank	R\$ 105.340.000,00	33,34%
Banco ABC	R\$ 105.330.000,00	33,33%
Santander	R\$ 105.330.000,00	33,33%
Total	R\$ 316.000.000,00	100%

Fica estabelecido que os Coordenadores serão responsáveis, até o limite de R\$316.000.000,00 (trezentos e dezesseis milhões de reais), pela subscrição e integralização, em regime de garantia firme, das Debêntures não colocadas perante investidores no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação do Anúncio de Início. A data da publicação do Anúncio de Início será acordada entre a Emissora e os Coordenadores, após a concessão do registro da Oferta na CVM. Os Coordenadores poderão decidir entre si, em comum acordo e até a Data de Liquidação, que a garantia firme em relação às Debêntures seja honrada em percentuais diferentes daqueles estabelecidos acima, e sempre observado o limite da garantia firme da Oferta como um todo.

Os Coordenadores, com expressa anuência da Emissora, organizaram a coleta de intenções de investimento através do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, e a consequente colocação das Debêntures perante os investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica.

Plano de Distribuição

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores Líderes iniciarão a colocação das Debêntures somente após: (a) a obtenção do registro da Oferta junto à CVM; (b) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, nos termos da Instrução CVM 400; e (c) a publicação do Anúncio de Início da Oferta. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e/ou do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, bem como com o plano de distribuição organizado pelos Coordenadores de acordo com o § 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme estabelecido no Contrato de Distribuição.

Anteriormente ao Registro da Oferta junto à CVM, os Coordenadores disponibilizarão aos investidores o Prospecto Preliminar, precedido da publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM nº 400, não havendo, contudo, recebimento pelo Coordenador Líder de reservas de subscrição de Debêntures.

Havendo exercício da garantia firme, as Debêntures poderão ser colocadas em qualquer das empresas que integram o conglomerado financeiro dos Coordenadores.

Foi permitida a participação de Pessoas Vinculadas na Oferta tendo em vista que não houve excesso de demanda superior a um terço da quantidade de Debêntures ofertadas, os quais puderam subscrever Debêntures até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável e a prestação de informações à Emissora, quando por ela solicitado, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos seus clientes, e (iii) que os seus representantes de venda recebam previamente o exemplar do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelos Coordenadores.

Não será concedido qualquer tipo de desconto aos investidores interessados em adquirir Debêntures.

O público alvo da Oferta é composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

O prazo de colocação das Debêntures será de até 6 (seis) meses, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início ou até a data da publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta, o que ocorrer primeiro. A subscrição das Debêntures será feita em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início da Emissão. Após a integral colocação das Debêntures, será publicado o respectivo Anúncio de Encerramento.

Os Coordenadores poderão, a qualquer momento após a publicação do Anúncio de Encerramento e até a Data de Vencimento, revender as Debêntures eventualmente adquiridas em virtude do exercício da garantia firme de colocação, pelo saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração aplicável às Debêntures, de acordo com a demanda do mercado e as condições mercadológicas prevalentes à época da Oferta. A revenda das Debêntures aqui mencionadas deverá ser efetuada em observância à regulamentação aplicável.

Durante todo o Prazo de Colocação, as Debêntures serão integralizadas pelo Preço de Subscrição, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

Caso a Oferta não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, na forma e condições estabelecidas nos Prospectos, ficando, porém, desde já estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária, sem dedução de encargos ou tributos, de qualquer natureza. O aqui disposto se aplica, também, se for o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à Oferta quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, caso essa condição não seja satisfeita quando do encerramento da Oferta.

Inadequação da Oferta

A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita.

Cancelamento, Suspensão, Revogação e Modificação da Oferta

A Emissão poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, nos seguintes casos:

I - se estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Emissão; ou

II – se for considerada ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro.

Nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Instrução CVM 400, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta. A eventual suspensão ou cancelamento da Emissão, bem como quaisquer outras informações ou avisos a ela relativos, serão divulgados ao mercado imediatamente após a sua ocorrência, no jornal “Valor Econômico”, edição nacional.

Na hipótese de suspensão da Emissão, os investidores poderão revogar a declaração de aceitação em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da respectiva comunicação informando sobre a suspensão da Emissão. Nesse caso, terão direito à restituição integral, sem adição de juros ou correção monetária e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, dos recursos eventualmente depositados pelos investidores para a subscrição das Debêntures, na forma e condições deste Prospecto: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação no prazo acima mencionado, na hipótese de suspensão da Emissão.

Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição pública das Debêntures, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta, o qual presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do seu protocolo na CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento da Emissora, prorrogar o prazo da oferta por até 90 (noventa) dias. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia à condição da Oferta estabelecida pela Emissora, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400.

A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo o valor dado pelos investidores em contrapartida às Debêntures ser restituído integralmente.

Na hipótese de modificação da Oferta, esta será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser diretamente comunicados pelos Coordenadores a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, sendo presumida a manutenção da aceitação em caso de silêncio, sendo certo que os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Na hipótese de (a) revogação da Oferta ou (b) revogação, pelos investidores, de sua aceitação, em virtude de modificação das condições da Oferta, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ficando desde já estabelecido que esses recursos serão devolvidos sem adição de juros ou correção monetária, bem como com dedução de encargos ou tributos, de qualquer natureza, dos valores dados em contrapartida às Debêntures pelos investidores na hipótese de revogação de sua aceitação. Neste caso, os investidores deverão fornecer um recibo de quitação aos Coordenadores referente aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição referentes às Debêntures já integralizadas.

Comissões e Prêmio

Pelos serviços prestados na forma prevista no Contrato de Distribuição, a Emissora pagará aos Coordenadores e ao Estruturador, na Data de Liquidação, uma remuneração, de acordo com o que segue:

- (a) *Comissão de Estruturação*: a este título a Emissora pagará, (i) aos Coordenadores, uma comissão equivalente a 0,40% (quarenta centésimos por cento), sendo 0,166% (cento e sessenta e seis centésimos por cento) ao Coordenador Líder; 0,166% (cento e sessenta e seis centésimos por cento) ao Banco ABC e; 0,068% (sessenta e oito milésimos por cento) ao Santander, incidente sobre o montante total de Debêntures efetivamente colocado e/ou subscrito, calculado com base no seu Preço de Subscrição; e (ii) ao Estruturador, uma comissão equivalente a 0,18% (dezoito centésimos por cento), incidente sobre o montante total de Debêntures efetivamente colocado e/ou subscrito, calculado com base no seu Preço de Subscrição;
- (b) *Comissão de Colocação*: a este título a Emissora pagará, aos Coordenadores, uma comissão de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), incidente sobre o montante total de Debêntures efetivamente colocado e/ou subscrito, com base no seu Preço de Subscrição;
- (c) *Prêmio de Prestação de Garantia Firme*: a este título a Emissora pagará, aos Coordenadores, um prêmio de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), incidente sobre o montante de Debêntures objeto de garantia firme, com base no seu Preço de Subscrição; e
- (d) *Comissão de Sucesso*: a este título a Emissora pagará, aos Coordenadores e ao Estruturador, uma comissão de sucesso equivalente a 20% (vinte por cento) da diferença a menor entre a taxa inicial do *Bookbuilding* e a taxa final de resultado do *Bookbuilding* (“Diferença de *Spread*”), sendo 16% (dezesseis por cento) devida aos Coordenadores e 4% (quatro por cento) ao Estruturador. A Comissão de Sucesso será incidente sobre o número total de Debêntures emitidas e subscritas, multiplicado pelo valor nominal atualizado de uma Debênture e será calculada pela multiplicação de 20% (vinte por cento) da diferença de *spread* pelo prazo médio das Debêntures. Para efeitos do cálculo da taxa inicial do *Bookbuilding* e da taxa final de resultado do *Bookbuilding*, deverá ser utilizada a Taxa DI over do dia útil anterior à realização do respectivo *Bookbuilding*.

Todos os pagamentos a título de remuneração deverão ser feitos pela Emissora a cada um dos Coordenadores na proporção do volume de garantia firme prestada por cada um dos Coordenadores conforme descrito acima, (exceto quanto ao subitem “a” cuja comissão será aplicável diante do montante efetivamente colocado e/ou subscrito), à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Liquidação, não sendo tais pagamentos restituíveis, parcial ou totalmente, em qualquer hipótese, inclusive em caso de pagamento ou vencimento antecipado das Debêntures. Os pagamentos feitos pela Emissora a título de remuneração do Estruturador seguirão o disposto nos subitens “a” e “d” acima, este último, se houver.

Os pagamentos da comissão de estruturação, comissão de colocação, prêmio de prestação de garantia firme e comissão de sucesso deverão ser feitos à vista, em moeda corrente nacional, líquido de deduções e retenções fiscais de qualquer natureza, incluindo-se quaisquer outros tributos que porventura venham a incidir sobre as operações da espécie, bem como quaisquer majorações das alíquotas dos tributos já existentes, sendo que cada uma das Partes será responsável pelo recolhimento ao Fisco dos tributos por ela devidos na forma da legislação em vigor.

Os Coordenadores e o Estruturador firmarão recibos para a Emissora, dando quitação das importâncias recebidas a título da comissão de estruturação, comissão de colocação, prêmio de prestação de garantia firme e comissão de sucesso. A Emissora também firmará recibo em favor dos Coordenadores e do Estruturador, dando quitação das importâncias recebidas com a colocação das Debêntures.

Nenhuma outra comissão será contratada ou paga pela Emissora aos Coordenadores e/ou ao Estruturador, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência do Contrato de Distribuição, sem prévia manifestação da CVM.

CUSTOS DA OFERTA

As tabelas abaixo demonstram os custos, total e unitário, da Oferta, com base no valor na Data de Emissão.

Custos	Montante em R\$	% em relação ao valor total da Emissão
Comissão de Estruturação e Coordenação ⁽¹⁾	1.832.800,00 ⁽²⁾	0,58%
Comissão de Colocação ⁽¹⁾	1.580.000,01	0,50%
Prêmio de Garantia Firme ⁽³⁾	1.580.000,01	0,50%
Comissão de Sucesso ⁽⁴⁾	380.664,90	0,12%
Impostos	795.892,77	0,25%
Despesas com Publicidade ⁽⁵⁾	83.558,00	0,03%
Agências de Classificação de Risco ⁽⁵⁾	224.116,94	0,07%
Taxa para registro na CVM e BovespaFix ⁽⁵⁾	92.770,00	0,03%
Assessores Legais (2 escritórios) ⁽⁵⁾	912.569,40	0,29%
Agente Fiduciário ⁽⁵⁾	358.492,65	0,11%
Banco Mandatário e Escriturador ⁽⁵⁾	262.406,71	0,08%
Análise do fluxo de recebíveis ⁽⁵⁾	109.469,07	0,03%
Despesas de Roadshow ⁽⁵⁾	34.853,34	0,01%
Total dos Custos	8.247.593,80	2,61%
Montante Líquido para a Companhia ⁽⁶⁾	307.752.406,20	97,39%

⁽¹⁾ Calculada sobre o preço de subscrição das Debêntures efetivamente colocadas.

⁽²⁾ Esse valor deve ser considerado em conjunto com os valores com a nota (5) para efeito de cálculo da remuneração total de Estruturação e Coordenação.

⁽³⁾ Calculada sobre o preço de subscrição das Debêntures objeto da garantia firme, e incidente sobre o montante objeto da garantia firme.

⁽⁴⁾ Calculada sobre o preço de subscrição das Debêntures, incidente sobre o número total de Debêntures emitidas e subscritas, multiplicado pelo valor nominal de uma Debênture e será calculada pela multiplicação de 20% (vinte por cento) da diferença de spread pelo prazo médio das Debêntures. Para efeitos do cálculo da taxa inicial do bookbuilding e da taxa final de resultado do bookbuilding, deverá ser utilizada a taxa DI over do dia útil anterior à realização do respectivo bookbuilding.

⁽⁵⁾ Valores pagos pelo Coordenador Líder e desconto da Remuneração de Estruturação e Coordenação.

⁽⁶⁾ Inclui despesas com taxa de registro da escritura, impressão de prospectos e books de apresentação de roadshow, viagens, reuniões de roadshow, fotocópias no âmbito da Emissão, entre outros.

CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Debêntures objeto desta Emissão:

Nº de Debêntures	Custo do lançamento (R\$)	Custo Por Debênture (R\$)	% em relação ao Valor Nominal Unitário de distribuição
31.600	6.531.116,01	206,68	2,07

PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO

A liquidação financeira da Oferta, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, dar-se-á em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação do Anúncio de Início.

A transferência à Emissora dos recursos resultantes da Emissão ocorrerá na Data de Liquidação, por meio de depósito ou de Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outros mecanismos de transferência equivalentes, ou ainda por qualquer outra forma definida entre os Coordenadores e a Emissora, em relação ao valor por eles obtido com a distribuição das Debêntures em conta vinculada de titularidade do Agente Fiduciário.

Os valores relativos a integralizações realizadas após às 16:00 horas serão transferidos pelo Coordenador Líder à Emissora no dia útil subsequente, observado ainda que, valores relativos a integralizações cujo pagamento do Preço de Subscrição das Debêntures esteja sujeito a compensação bancária serão transferidas à Emissora no 1º (primeiro) dia útil após a respectiva compensação bancária, sem qualquer acréscimo ou penalidade.

A Emissora efetuará, na mesma Data de Liquidação, o pagamento do referido comissionamento aos Coordenadores e ao Estruturador, por meio de TED e/ou crédito de recursos imediatamente disponíveis, para as contas que forem designadas pelos Coordenadores. Os Coordenadores firmarão em favor da Companhia, recibo dando quitação das importâncias recebidas com a colocação das Debêntures.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

A Emissora contratou a Moody's para elaborar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, constante deste Prospecto como Anexo D. A Moody's atribuiu *rating* “Aa2.br” às Debêntures.

DECLARAÇÃO DE INADEQUAÇÃO DO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES

A Oferta não é destinada aos investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário para negociação de debêntures no Brasil é restrito. Para avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, recomenda-se aos investidores a leitura da seção “Fatores de Risco”, nas páginas 59 a 64 deste Prospecto.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A totalidade dos recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures será destinada para amortização —programada extraordinária das Debêntures Subordinadas. As Debêntures Subordinadas representam a 2ª emissão de debêntures pela Companhia, no montante de R\$1.819.000.000,00 (um bilhão oitocentos e dezenove milhões de reais) na sua data de emissão, qual seja 24 de julho de 2012, sendo remuneradas com juros correspondentes à variação acumulada de 85% (oitenta e cinco por cento) ao ano da Taxa DI Over e com prazo de vencimento de 10 (anos) anos.

Em 24 de julho de 2012, o Estado de Minas Gerais firmou com a Emissora o Contrato de Cessão Onerosa, por meio do qual o Estado de Minas Gerais cedeu onerosamente à Emissora os Créditos Tributários, os quais já se encontram inscritos ou não na dívida ativa do Estado de Minas Gerais, nos termos da Lei 19.266/10. As Debêntures Subordinadas foram emitidas para fins de pagamento do Contrato de Cessão Onerosa, na aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos, pelo valor de R\$1.819.000.000,00 (um bilhão oitocentos e dezenove milhões de reais).

Conforme estabelecido no Contrato de Cessão Fiduciária e no art. 56 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme alterada, o pagamento recebido pelo Estado de Minas Gerais, constituído por Debêntures Subordinadas, será repassado para o caixa único do Estado de Minas Gerais e será utilizado nos termos da Lei Orçamentária.

A realização da Emissão causará impactos na situação patrimonial e financeira da Emissora, considerando a utilização dos recursos de acordo com o previsto acima. Para informações adicionais e avaliação sobre o impacto em situação patrimonial dos recursos líquidos auferidos pela Emissora em decorrência da Emissão, veja a seção “Capitalização” na página 58 deste Prospecto.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Os administradores da Emissora, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de sua geração operacional de caixa, entendem que a Emissora tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto e médio prazo, incluindo as Debêntures e as Debêntures Subordinadas. A Emissora pretende pagar o montante principal da sua dívida de curto e longo prazo descrito na Seção “Capitalização” na página 58 deste Prospecto, inclusive as Debêntures e as Debêntures Subordinadas, e os respectivos juros, com recursos provenientes (i) da sua geração operacional de caixa; e (ii) com fluxo dos Direitos de Crédito Autônomo, cujo saldo, em 24 de julho de 2012, era de R\$ 1.819.000.000,00 (um bilhão oitocentos e dezenove milhões de reais).

Os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da Emissora, em 30 de junho de 2012, estão descritos na tabela a seguir:

	Em 30 de junho de 2012	Em 31 de dezembro de 2011	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009
	<i>Em milhares de Reais</i>			
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	4.231	50.720	36.363	16.083
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	1.777	704	27	(6.637)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	1.561	(40.196)	(26.354)	(63.331)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes a caixa	7.569	11.228	10.036	(53.885)

Para mais informações relacionadas à capacidade de pagamento dos compromissos financeiros da Emissora, ver seção “10.1 Comentários dos Diretores – Capacidade de Pagamento em Relação aos Compromissos Financeiros Assumidos” do Formulário de Referência.

CAPITALIZAÇÃO

O quadro abaixo apresenta o endividamento financeiro de curto e de longo prazo, bem como o patrimônio líquido da Companhia, em 30 de junho de 2012, conforme apresentado nas Demonstrações Financeiras da Companhia:

	Em 30 de junho de 2012 (Valores em milhões de Reais)
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	0
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	0
Dívida Total	0
Patrimônio Líquido	357,0
Capitalização Total	357,0

A seguir é apresentado o quadro de capitalização *pro-forma* e a demonstração dos efeitos no balanço patrimonial *pro-forma* da Companhia (i) após a celebração do Contrato de Cessão Onerosa, da emissão das Debêntures Subordinadas, bem como o pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos; e (ii) após a celebração do Contrato de Cessão Onerosa, a emissão das Debêntures Subordinadas e o pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos, bem como a emissão das Debêntures, conforme destinação dos recursos oriundos da Oferta descrito na seção “Destinação dos Recursos” na página 56 deste Prospecto, tendo por base as informações do período encerrado em 30 de junho de 2012.

(i) *Capitalização pro-forma da Companhia considerando a celebração do Contrato de Cessão Onerosa, a emissão das Debêntures Subordinadas, bem como o pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos:*

	Em 30 de junho de 2012 (Valores em milhões de Reais)
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	335,0
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	1.484,0
Dívida Total	1.819,0
Patrimônio Líquido	357,0
Capitalização Total	2.176,0

(ii) *Capitalização pro-forma da Companhia considerando a celebração do Contrato de Cessão Onerosa, a emissão das Debêntures Subordinadas e a emissão das Debêntures, após a realização da amortização de parcela das Debêntures Subordinadas realizada com os recursos líquidos da Oferta:*

	Em 30 de junho de 2012 (Valores em milhões de Reais)
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	328,0
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	1.491,0
Dívida Total	1.819,0
Patrimônio Líquido	357,0
Capitalização Total	2.176,0

O investidor deve ler esta tabela em conjunto com a seção “10.1 Comentários dos Diretores – Alterações Significativas em Cada Item das Demonstrações Financeiras” do Formulário de Referência.

FATORES DE RISCO

Investir em debêntures envolve riscos. O potencial investidor deve avaliar cuidadosamente todas as informações constantes do Prospecto e do Formulário de Referência, inclusive os riscos relacionados às Debêntures mencionados abaixo e riscos descritos nos itens 4 e 5 do Formulário de Referência, bem como as demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, antes de decidir investir nas Debêntures. Caso quaisquer dos fatores mencionados abaixo ou àqueles mencionados no Formulário de Referência venham a ocorrer, o negócio, o resultado operacional e financeiro e o fluxo de caixa da Emissora poderão ser significativa e adversamente afetados. Consequentemente, a capacidade de pagamento da Emissora ou o preço das Debêntures poderá diminuir e o investidor poderá perder todo ou parte substancial de seu investimento nas Debêntures. Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente a Emissora considera que poderão afetá-la de maneira adversa, mas riscos adicionais não previstos neste Prospecto atualmente desconhecidos ou considerados irrelevantes pela Emissora também poderão prejudicar o negócio, o resultado operacional e financeiro e o fluxo de caixa da Emissora, impactando o preço das Debêntures e/ou seu pagamento.

Quando um risco, conforme mencionado nesta seção, puder “causar um efeito adverso relevante sobre a Emissora” ou “nos afetar adversamente”, isto quer dizer que tal efeito adverso poderá afetar ou afetará as atividades da Emissora, condição financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e perspectivas, negócios e/ou preço de negociação das Debêntures. As expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas neste contexto.

Esta seção inclui os principais fatores de risco relativos à Oferta. Para os demais fatores de risco, ver seções “Sumário da Emissora – Principais Fatores de Risco Relativos à Emissora”, na página 20 deste Prospecto, “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, do Formulário de Referência

RISCOS RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES

As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às respectivas Debêntures, tais como pedido de recuperação judicial ou de autofalência pela Emissora, não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão, não observância de certos índices financeiros, perda de concessões e vencimento antecipado de outras dívidas. Não há garantias de que a Emissora disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, hipótese na qual a Emissora poderá sofrer um impacto negativo relevante nos seus resultados e operações.

A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures por seus titulares.

Atualmente, o mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures: (a) apresenta historicamente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que permita aos Debenturistas sua alienação ao preço e no momento desejado; e (b) pode ser negativamente afetado por uma crise no mercado de dívida local ou internacional, fazendo com que os titulares das Debêntures possam ter dificuldade em realizar a venda desses títulos no mercado secundário.

Volatilidade e liquidez dos mercados de títulos brasileiros: a baixa liquidez do mercado secundário brasileiro para negociação de debêntures poderá dificultar a venda das Debêntures e afetar o valor recebido pelos investidores em caso de venda.

Os mercados de títulos brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que os principais mercados de títulos americanos e europeus, e não são tão regulamentados ou supervisionados como estes.

Os investimentos em títulos brasileiros, tal como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, envolvendo, dentre outros: (a) mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de receber pagamentos, no todo ou em parte, com relação a seus investimentos; (b) restrições a investimentos estrangeiros e a repatriação de capital investido; (c) a capitalização de mercado relativamente pequena; e (d) a liquidez dos mercados de títulos brasileiros, que podem limitar substancialmente a capacidade de negociar as Debêntures ao preço e no momento desejado.

Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, as características das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta e/ou à Emissora durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

A taxa de juros estipulada nas Debêntures pode ser questionada em decorrência da Súmula nº 176 do Superior Tribunal de Justiça.

A Súmula nº 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça enuncia que “é nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de divulgada pela ANBIMA/CETIP”. A referida súmula decorreu do julgamento de ações judiciais em que se discutia a validade da aplicação da taxa divulgada pela ANBIMA/CETIP em contratos utilizados em operações bancárias ativas. De acordo com os acórdãos que sustentam a súmula, tanto a ANBIMA quanto a CETIP são instituições de direito privado, destinadas à defesa dos interesses de instituições financeiras. As Debêntures Primeira Série serão remuneradas com base na Taxa DI Over. Assim, há a possibilidade de, em uma eventual disputa judicial, a Súmula nº 176 vir a ser aplicada pelo Poder Judiciário para considerar que a Taxa DI Over, divulgada pela CETIP, não é válida como fator de remuneração das Debêntures. Em se concretizando esta hipótese, o índice que vier a ser estipulado pelo Poder Judiciário poderá conceder aos Debenturistas uma remuneração inferior à Taxa DI Over, prejudicando a rentabilidade das Debêntures.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade da Taxa DI.

Uma vez que as Debêntures poderão, na hipótese de indisponibilidade da Taxa DI, ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Indisponibilidade da Taxa DI”, na página relativa à deste Prospecto, e na Escritura de Emissão, na página relativa à deste Prospecto, os Debenturistas poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência de tal resgate ou amortização antecipada, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate ou da amortização, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

As informações acerca do futuro da Emissora contidas neste Prospecto podem não ser precisas.

Este Prospecto contém informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora, as quais refletem as opiniões da Emissora em relação ao desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro da Companhia seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures”, nas seções “Fatores de Risco” e “Riscos de Mercado”, constantes dos quadros 4 e 5, respectivamente, do Formulário de Referência da Companhia, e em outras seções deste Prospecto, inclusive na seção “Informações Relativas à Emissora” na página 17 deste Prospecto. As expressões “acredita que”, “espera que” e “antecipa que”, bem como outras expressões similares, identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações contidas neste Prospecto e a não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Emissora não assume qualquer obrigação de atualizar ou revisar quaisquer informações acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo disposto na regulamentação aplicável, e a não concretização das perspectivas do futuro da Emissora divulgadas podem gerar um impacto negativo relevante nos resultados e operações da Companhia.

A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso a Oferta não atinja excesso de demanda superior em um terço à quantidade de valores mobiliários ofertada, será permitida a participação de Pessoas Vinculadas, até o limite de 15% do valor da Oferta, inclusive de sociedades integrantes do grupo econômico das controladoras da Emissora. No contexto da Oferta, a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá causar um impacto adverso na definição e má formação da taxa de remuneração final das Debêntures, além de um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.

A limitação na execução da Garantia poderá afetar o recebimento do valor do crédito dos Debenturistas.

Caso venha a ser declarado o vencimento antecipado das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da Oferta, seu eventual pagamento dependerá, principalmente, do sucesso da excussão da Garantia. O processo de excussão da garantia real das Debêntures, tanto judicial quanto extrajudicial, pode ser demorado e seu sucesso depende de diversos fatores que não estão sob o controle da Emissora ou de seus respectivos credores.

Inexistência de Garantias de Terceiros

As Debêntures não contam com a garantia do Estado, do Bancos Centralizador, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou de qualquer outro mecanismo de seguro.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À CESSÃO DO DIREITO AUTÔNOMO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A cessão do direito autônomo ao recebimento dos créditos tributários do Estado de Minas Gerais para a Emissora pode ser questionada judicialmente

Terceiros interessados, tal como o Ministério Público ou os Procuradores do Estado de Minas Gerais, podem questionar judicialmente a cessão do direito autônomo dos créditos tributários de ICMS que são objeto de parcelamento e cujo recebimento será automaticamente transferido para a Emissora. Esses terceiros interessados poderiam alegar que o crédito tributário é inalienável e indisponível, bem como que a Constituição Federal, em seu artigo 167, inciso IV, não permite a vinculação de receitas de impostos a órgão, fundo ou despesa.

A concessão de dilações de prazo ou edição de eventual anistia de créditos tributários de ICMS pelo Estado de Minas Gerais pode prejudicar o fluxo de recebimento dos valores pela Emissora ou gerar questionamento judicial pelos contribuintes

Caso o Estado de Minas Gerais decida conceder ao contribuinte dilações de prazo ou edite lei concedendo anistia para redução de multa e juros para créditos tributários de ICMS, os contribuintes que integram a carteira de créditos de ICMS cujo direito autônomo foi cedido para a Emissora e cedidos fiduciariamente aos Debenturistas, nos termos da Oferta, podem querer usufruir desses benefícios. Na hipótese de ser permitido o ingresso deste contribuinte na anistia ou dilação de prazo, o fluxo de recebimento dos valores pela Emissora poderá ser prejudicado. Uma vez que os créditos tributários de ICMS quando pagos por cada contribuinte ingressam num fluxo de pagamentos e obrigações relacionadas às Contas da Garantia, e que tal fluxo de pagamentos é necessário para que haja o pagamento das obrigações pecuniárias aos Debenturistas relacionadas à Oferta, qualquer concessão da referida anistia ou dilação de prazo a determinado contribuinte pode afetar o fluxo de pagamento das Contas da Garantia, tendo em vista que os Direitos de Crédito Autônomos foram cedidos fiduciariamente aos Debenturistas.

O eventual não pagamento das parcelas de ICMS pelos contribuintes pode afetar o fluxo de recebimento dos valores pela Emissora

O eventual inadimplemento por parte dos contribuintes que integram a carteira de créditos de ICMS cujo direito autônomo foi cedido pode afetar o fluxo de recebimento dos valores pela Emissora e, consequentemente, o fluxo de pagamento das Debêntures. De acordo com o artigo 2º da Lei nº 19.266/10, a qual autorizou o Estado de Minas Gerais a ceder o direito autônomo dos créditos de ICMS para a Emissora, a cessão não transfere a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial que permanecerá com a AGE/MG ou a SEF/MG. Sendo assim, a Emissora não poderá cobrar judicial ou extrajudicialmente os contribuintes inadimplentes. Adicionalmente, cabe ressaltar que o Estado, nos termos do Contrato de Cessão, transferirá para a Emissora o estoque total de Direitos de Crédito Autônomos de sua titularidade autorizados pela Lei nº 19.266/10 e, consequentemente, encontra-se impossibilitado de ceder novos créditos para a Emissora.

Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação na Cessão dos Direitos de Crédito Autônomos

A cessão pelo Estado à Emissora dos Direitos de Crédito Autônomos, realizada nos termos da **Lei nº 19.266/00** e do Contrato de Cessão Onerosa, foi realizada sem co-obrigação, garantia de cumprimento ou direito de regresso contra o Estado. O Estado não responde pela solvência dos Contribuintes, nem assegura ou, por qualquer forma, se responsabiliza pela liquidação dos Direitos de Crédito Autônomos que foram cedidos fiduciariamente.

A competência de cobrança quanto aos créditos tributários é exclusiva do Estado de Minas Gerais.

Nos termos da legislação vigente e da Lei nº 19.266/10, a cobrança administrativa e judicial dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente será de responsabilidade do Estado, por meio da SEF/MG e da AGE/MG, no âmbito de suas respectivas competências. A Emissora não goza das garantias e privilégios da Fazenda Pública e, desta forma, não poderá cobrar diretamente os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente pelo Estado. Além disso, os Contribuintes poderão questionar a legitimidade da Emissora para cobrar diretamente e em nome próprio os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente pelo Estado, caso esta venha a realizar qualquer procedimento neste sentido. Tal evento poderá afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures.

A ausência de notificação aos Contribuintes quanto à cessão fiduciária dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente os isenta de realizar os pagamentos diretamente à Emissora.

A cessão dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente objeto do Contrato de Cessão Onerosa não foi objeto de notificação prévia aos Contribuintes contendo instruções para que estes efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente à Emissora. Caso os procedimentos de recebimento e transferência de valores definidos no Contrato de Cessão Onerosa venham a ser interrompidos ou prejudicados, os Contribuintes não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente diretamente à Emissora.

O descumprimento de qualquer obrigação contratual dos contratos e documentos relacionados à Emissão, por quaisquer das partes signatárias, e a necessidade de um procedimento administrativo ou judiciais, bem como a ocorrência de determinados eventos, poderá afetar o fluxo dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, impedindo a Emissora de honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures.

Na hipótese de o Agente Fiduciário, a Emissora, ou quaisquer das partes signatárias dos contratos e documentos relacionados à Emissão vir a recorrer ao Poder Judiciário para defesa de seus direitos caso haja o descumprimento de qualquer obrigação contratual prevista em tais documentos, o fluxo dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente poderá ser afetado, impedindo a Emissora de honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures.

Além disso, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente poderão ter sua liquidez afetada caso haja: (i) o aumento da inadimplência; (ii) um volume significativo de liquidação dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente mediante compensação de tributos; e (iii) o rompimento do parcelamento.

Os créditos tributários em posse do Banco Centralizador por meio das contas relacionadas à garantia poderão ser bloqueados na hipótese de que referida instituição financeira tenha decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária.

Na hipótese de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária do Banco Centralizador, os recursos de titularidade da Emissora que se encontrem, a qualquer título, na posse da referida instituição financeira, poderão sujeitar-se a bloqueios cuja liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Emissora e/ou, conforme o caso, pelo Agente Fiduciário. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos, sendo que tal fato poderá prejudicar o fluxo financeiro esperado pelos titulares de Debêntures com relação ao recebimento dos valores que lhes são devidos pela Emissora.

O valor representativo dos Direitos de Crédito Autônomos não foi objeto de auditoria por empresa de auditoria independente.

Os Direitos de Crédito Autônomos em garantia da Emissão representam R\$ 1.819.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e dezenove milhões de reais), na Data de Emissão, e tal montante foi apurado e indicado exclusivamente pela SEF/MG. A avaliação de tal montante não foi objeto de análise ou auditoria por empresa de auditoria independente, sendo que tal informação baseia-se exclusivamente nas informações e declarações prestadas pela SEF/MG.

Mudança Legislativa

Os procedimentos que amparam a realização dos negócios jurídicos vinculados, direta e indiretamente, à Emissão das Debêntures encontram-se consubstanciados em legislação complementar federal e estadual. Eventuais alterações nos respectivos normativos poderão afetar, negativamente, a solvência dos Direitos de Crédito Autônomos de titularidade da Emissora. Tal evento poderá afetar a capacidade econômico-financeira da Emissora para honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos e nas condições definidos na Escritura de Emissão.

Exequibilidade Restrita por Força de Lei

A exequibilidade das Debêntures e/ou dos demais documentos relacionados à Oferta pode ser limitada por força de (i) disposições da legislação especial, incluindo a falimentar, que afete os direitos dos titulares das Debêntures; (ii) possível indisponibilidade de execução específica, tutela antecipada, procedimentos executivos ou outros recursos processuais assemelhados; e (iii) conceitos de onerosidade excessiva, desequilíbrio contratual, razoabilidade, função social do contrato e boa-fé.

Riscos Operacionais

Há riscos operacionais relacionados ao desempenho pelo Estado de Minas Gerais, pela SEF/MG, pela AGE/MG, pelo Banco Centralizador (também atuando na qualidade de banco arrecadador) de suas respectivas atribuições previstas nos respectivos Documentos da Operação, os quais poderão ocasionar prejuízos para a Emissora e/ou afetar a boa ordem das rotinas e procedimentos sob sua responsabilidade. O não processamento e encaminhamento de determinadas informações poderá resultar na interrupção dos procedimentos de transferência de valores e do fluxo de informações relativos aos valores arrecadados por meio de procedimentos de cobrança judicial e administrativa. A ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos pode afetar, negativamente, o fluxo de pagamento das Debêntures, conforme previsto na Escritura.

Compensação de Tributos

A Lei Estadual nº 14.699, de 06 de agosto de 2003, conforme alterada, permite a compensação de créditos de precatórios judiciais com débitos líquidos e certos inscritos ou não em dívida ativa até 30 de novembro de 2010, constituídos contra o credor original do precatório, seu sucessor ou cessionário. Caso um volume significativo Crédito Tributários de que decorram os Direitos de Crédito Autônomos forem objeto de procedimentos de compensação, o fluxo de pagamento das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão, poderá ser afetado negativamente.

Eventos de Indenização

Observado o disposto no Contrato de Cessão Onerosa, o Estado obriga-se a indenizar a Emissora por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à Emissora decorrentes do descumprimento do Contrato de Cessão Onerosa pelo Estado. A indenização devida à Emissora, (i) caso o Estado pratique qualquer ato comissivo ou omissivo de que resulte a extinção total ou parcial dos Direitos de Crédito Autônomos, incluindo, mas não se limitando, a qualquer tipo de anistia, remissão de dívida, compensação, dação em pagamento ou qualquer outro ato ou negócio jurídico que possa, de qualquer forma, liquidar ou extinguir, no todo ou em parte, as dívidas dos Contribuintes consubstanciadas nos Créditos Tributários de cujo recebimento depende os Direitos de Crédito Autônomos; (ii) caso o Estado proponha, crie, adote ou promova qualquer parcelamento ou incentivo que seja, de qualquer forma, mais vantajoso ao Contribuinte do que o parcelamento dos Créditos Tributários; (iii) caso o Estado altere o atual programa de parcelamento dos Créditos Tributários, de modo a afetar, prejudicar ou extinguir, no todo ou em parte, o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos ou, ainda, quaisquer das obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão Onerosa; (iv) caso o Estado transija com os devedores dos Créditos Tributários, ou conceda descontos, abatimentos, remissões totais ou parciais de dívida no caso de antecipação ou amortização de pagamento dos Créditos Tributários, ou, de qualquer outra forma, permita que o fluxo do parcelamento dos Créditos Tributários e, consequentemente, o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos, seja a qualquer título alterado; ou (v) em decorrência da responsabilidade eventualmente imputada ao Estado em razão do artigo 295 do Código Civil Brasileiro; deverá ser calculada, na forma do Contrato de Cessão Onerosa, sem prejuízo da apuração de outras perdas e danos eventualmente sofridos pela Emissora, levando-se em consideração o valor que a Emissora receberia caso o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomo não fosse alterado (“Eventos de Indenização”). Os direitos emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo o direito à indenização nos casos de ocorrência de um dos Eventos de Indenização, foram cedidos fiduciariamente aos Debenturistas, na forma do Contrato de Cessão Fiduciária.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Indenização acima previstos, o Estado deverá indenizar a Emissora que, por força do disposto na Cláusula 9.5.1 do Contrato de Cessão Onerosa, deverá depositar o valor da indenização na Conta de Recebimento. O descumprimento pelo Estado de sua obrigação de indenizar a Emissora e/ou o descumprimento da Emissora de depositar na Conta de Recebimento o valor da indenização recebida do Estado poderá afetar, negativamente, o fluxo de pagamento das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão, bem como poderá ensejar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Caso o Estado deixe de pagar qualquer valor devido à Emissora em razão da ocorrência de qualquer dos Eventos de Indenização, o recebimento da indenização somente ocorrerá após a tramitação dos competentes procedimentos legais e trânsito em julgado das respectivas decisões judiciais por meio da emissão de precatórios. Assim, a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário poderá afetar, negativamente, o fluxo de pagamento das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão, sendo o prazo para a obtenção de uma decisão judicial, positiva ou negativa, incerto. Sem prejuízo do acima, o pagamento, pelo Estado, em moeda corrente nacional, dos valores devidos à Emissora em razão da ocorrência de um Evento de Indenização e/ou em razão do descumprimento de qualquer outra obrigação específica assumida nos Documentos da Operação, poderá ser prejudicado caso se verifique a necessidade de existência de previsão orçamentária específica para a sua realização.

Procedimentos de Arrecadação e Transferência dos Recursos Relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos de Titularidade da Emissora

Os Contribuintes efetuam o pagamento dos Créditos Tributários de que decorrem os Direitos de Crédito Autônomos exclusivamente por meio de boleto bancário, emitido pelo Banco Centralizador (também atuando na qualidade de banco arrecadador) ou na página eletrônica da SEF/MG, localizada na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico “www.fazenda.mg.gov.br”, conforme legislação em vigor. O Banco Centralizador (atuando como banco arrecadador) é responsável pelo recebimento dos valores pagos pelos Contribuintes quando da liquidação dos Créditos Tributários por estes devidos, sendo que tais verbas serão imediatamente creditadas na Conta Centralizadora. Por sua vez, nos termos do Contrato de Administração de Contas, o Banco Centralizador receberá os recursos decorrentes do pagamento dos Créditos Tributários e creditará o percentual de 60%, correspondente aos Direitos de Crédito Autônomos, na Conta de Recebimento, de modo a permitir o fluxo de pagamento das Debêntures, conforme previsto na Escritura e no Contrato de Administração de Contas. Há riscos operacionais relacionados ao desempenho pelo Estado, pela SEF/MG, pela AGE/MG, pelo Banco Centralizador (também atuando na qualidade de banco arrecadador) de suas respectivas atribuições previstas nos documentos relacionados à Oferta, os quais poderão afetar a boa ordem das rotinas e procedimentos necessários ao fluxo de pagamento das Debêntures, conforme previsto na Escritura. Os recursos em trânsito decorrentes do pagamento dos Créditos Tributários e movimentação dos recursos relativos aos Direitos de Crédito Autônomos, desde o recebimento dos Créditos Tributários pelo Banco Centralizador (atuando como banco arrecadador), até o crédito dos recursos relativos aos Direitos de Crédito Autônomos na Conta de Recebimento, poderão ser objeto de constrição judicial ou evento equivalente. A ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos pode afetar, negativamente, o fluxo de pagamento das Debêntures, conforme previsto na Escritura.

Identificação dos Direitos de Crédito Autônomos por Código Criptografado

Os Direitos de Crédito Autônomos serão identificados por meio do Termo de Cessão anexo ao Contrato de Cessão Fiduciária, por código criptografado gerado pelo Estado de Minas Gerais e vinculado a cada parcelamento, de modo a manter o sigilo do nome dos contribuintes. De acordo com o Contrato de Cessão Onerosa, do Contrato de Cessão Fiduciária e do “Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Mídias Eletrônicas sob a forma de CD-ROM que entre si fazem o Estado de Minas Gerais e o Banco do Brasil S.A.”, a ser celebrado previamente à subscrição e integralização das Debêntures, o Estado de Minas Gerais entregará ao Banco do Brasil S.A. (“Custodiante do CD-ROM”), sob dever de sigilo, CD-ROM, devidamente numerado e identificado, contendo informações que permitam a individualização e identificação de cada contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Emissora e onerados em favor do Agente Fiduciário, em nome dos Debenturistas. A Emissora e/ou o Agente Fiduciário somente poderão ter acesso às informações contidas nos CD-ROM para fazer prova em juízo ou no curso de procedimento administrativo devidamente instaurado, quando isso for estritamente necessário à defesa dos direitos, das garantias e das prerrogativas da Emissora e/ou dos titulares das Debêntures, nos termos dos documentos relacionados à Oferta. Nesse caso, caberá ao Custodiante do CD-ROM providenciar o depósito dos CD-ROM perante a autoridade perante a qual esteja tramitando a respectiva ação judicial e/ou procedimento administrativo. Caso a Emissora e/ou o Agente Fiduciário, por qualquer motivo, não tenham acesso às informações contidas no CD-ROM, tal fato poderá prejudicar a defesa, pela Emissora e pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, de seus respectivos direitos, garantias e prerrogativas definidos nos documentos relacionados à Oferta.

A cessão fiduciária dos Direitos de Crédito Autônomos e sua oneração em favor do Agente Fiduciário poderão ter a sua existência, validade e eficácia prejudicada, caso, por qualquer motivo as informações contidas nos CD-ROM não permitam a individualização e identificação de cada contribuinte devedor dos respectivos Direitos de Crédito Autônomos e/ou o respectivo interessado não possa ter acesso a essas informações.

ANEXOS

- Anexo A** - Escritura de Emissão das Debêntures e Aditamento
- Anexo B** - Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora que Deliberou a Oferta
- Anexo C** - Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora
que Deliberou sobre a Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios
- Anexo D** - Relatório de Classificação de Risco das Debêntures elaborado pela Moody's
- Anexo E** - Declarações da Emissora, nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400
- Anexo F** - Declarações do Coordenador Líder, nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400
- Anexo G** - Estatuto Social da Emissora
- Anexo H** - Contrato de Administração de Contas
- Anexo I** - Contrato de Cessão Fiduciária
- Anexo J** - Contrato de Cessão Onerosa
- Anexo K** - Relatório Elaborado pela KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
- Anexo L** - Demonstrações Financeiras da Emissora Relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em
31 de Dezembro de 2009, 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011,
Acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes
- Anexo M** - Informações Financeiras Trimestrais - ITR da Emissora Relativas aos Trimestres
Encerrados em 30 de Junho de 2012 e 30 de Junho de 2011,
Acompanhadas do Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO A

- Escritura de Emissão das Debêntures e Aditamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL REPRESENTADA POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS
CREDITÓRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

(i) MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31.630-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e

(ii) Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão de titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) ("Debenturistas"),

CONSIDERANDO QUE:

(i) a Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010 ("Lei nº 19.266/10") autorizou o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a ceder, a título oneroso à Emissora, o direito autônomo ao recebimento de créditos tributários, objeto de parcelamentos administrativos, referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS ("ICMS");

(ii) de acordo com a Lei nº 19.266/10, a cessão acima indicada: (i) compreende apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito; (ii) somente recai sobre o recebimento dos créditos tributários vencidos, inscritos ou não em dívida ativa e reconhecidos pelo contribuinte ou devedor mediante a formalização do parcelamento; (iii) não modifica a natureza do crédito tributário que originou os direitos creditórios objeto da cessão, o qual mantém suas garantias, privilégios, condições de pagamento, critérios de atualização e data de vencimento; (iv) não transfere a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos tributários originadores, que permanece com a Advocacia-Geral do Estado ("AGE/MG") e com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais ("SEF/MG"); (v) não é realizada por valor inferior ao saldo atualizado do parcelamento, excluídos juros e demais acréscimos financeiros incidentes sobre as parcelas vincendas; (vi) é parcial, ficando excluídas (a) a parcela pertencente aos Municípios, nos termos do disposto no inciso IV do art. 158 e no art. 159 da Constituição Federal, e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB ("FUNDEB"), nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e (b) as verbas que decorram do ajuizamento de ações judiciais, inclusive honorários advocatícios; (vii) possui caráter definitivo, sem assunção, pelo Estado, perante a MGI, de responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 ("LRF"), caracterizar a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos (conforme abaixo definido) como operação de crédito;

(iii) o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais cederá à Emissora, de acordo com a Lei nº 19.266/10, direitos creditórios com as características acima mencionadas, de maneira a formar um conjunto de recebíveis determinado, identificados (i) por código fornecido pelo Estado de Minas Gerais, por meio do qual seja identificado cada parcelamento ("Código Criptografado") e, também, (ii) devidamente relacionados e identificados em CD-ROM, devidamente numerado, identificado e sem possibilidade de editoração, entregue ao Banco do Brasil S.A., instituição financeira, por intermédio de sua Agência 1615-2, Setor Público, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/4336-24, sob dever de sigilo, que irá guardá-lo na qualidade de fiel depositário na forma de depósito ("Direitos de Crédito");

Autônomos"), sendo que tal CD-ROM contém todas as informações necessárias e que permitem a perfeita individualização e identificação dos Direitos de Crédito Autônomos, inclusive contendo informações que permitem a perfeita identificação de cada contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomos, conforme termos e condições a serem estabelecidos no Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, firmado entre a Emissora, a SEF/MG e a AGE/MG e com a intervenção do Banco Centralizador (conforme definido abaixo), a ser celebrado em 24 de julho de 2012 ("Contrato de Cessão Onerosa");

(iv) os recursos obtidos com a presente emissão de debêntures ("Debêntures") terão a destinação indicada na Cláusula 3.19 abaixo;

(v) as Debêntures serão objeto de distribuição pública, com a coordenação do Banco Citibank S.A., do Banco ABC Brasil S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A., conforme previsto na Cláusula 3.4.1 abaixo, e com a estruturação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação de Distribuição Pública, Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A.", celebrado entre a Emissora, o Banco Citibank S.A. e o Banco ABC Brasil S.A. e o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de coordenadores, e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG, na qualidade de estruturador, em 24 de julho de 2012 ("Contrato de Distribuição");

(vi) os recursos referentes aos Direitos de Crédito Autônomos serão depositados em uma conta corrente centralizadora e vinculada, de titularidade da SEF/MG, movimentável, única e exclusivamente pelo Itaú Unibanco S.A. na qualidade de banco centralizador ("Conta Centralizadora" e "Banco Centralizador", respectivamente), nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, bem como do Contrato de Administração de Contas, celebrado em 24 de julho de 2012, entre a Emissora, o Agente Fiduciário (conforme definido abaixo) na qualidade de representante dos Debenturistas, o Banco Centralizador, a SEF/MG e a AGE/MG ("Contrato de Administração de Contas"), sendo que os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (conforme definido na Cláusula 3.8.1 abaixo) serão cedidos fiduciariamente como garantia real a todas as obrigações relativas às debêntures da Emissora, na forma prevista na Cláusula 3.8 abaixo;

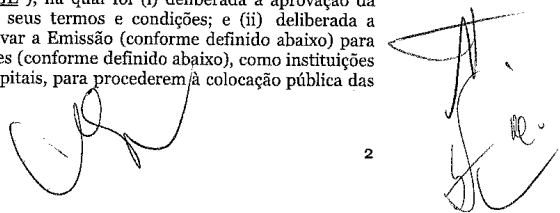
(vii) a constituição da cessão fiduciária anteriormente mencionada será formalizada por meio de um contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios ("Contrato de Cessão Fiduciária" e em conjunto com o Contrato de Administração de Contas, os "Contratos de Garantia"), a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas, a SEF/MG e a AGE/MG, e o Banco Centralizador; e

(viii) serão emitidas, adicionalmente, debêntures simples da 2ª emissão pública pela Emissora, não conversíveis em ações, da espécie subordinada ("Debêntures Subordinadas"), por meio de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, as quais terão como destinação de recursos a aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos pela Emissora;

vêm as Partes por esta e na melhor forma do direito firmar a presente "Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A." ("Escritura"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I **DAS AUTORIZAÇÕES**

1.1. A Escritura é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 23 de julho de 2012 ("AGE"), na qual foi (i) deliberada a aprovação da Emissão (conforme definido abaixo), bem como seus termos e condições; e (ii) deliberada a autorização à Diretoria da Emissora para (a) efetivar a Emissão (conforme definido abaixo) para distribuição pública; (b) contratar os Coordenadores (conforme definido abaixo), como instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais, para procederem à colocação pública das



Debêntures junto ao público; e (c) formalizar os documentos necessários, incluindo, mas não se limitando, aos contratos aplicáveis para efetivação da Emissão (conforme definido abaixo), em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Os Direitos de Crédito Autônomos cedidos fiduciariamente em garantia real aos Debenturistas, na forma prevista na Cláusula 3.8 abaixo, foram previamente cedidos pelo Poder Executivo do Estado de Minas Gerais à Emissora nos termos da Lei nº 19.266/10 e conforme determinado no Contrato de Cessão Onerosa. A constituição da cessão fiduciária de direitos creditórios foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora em 23 de julho de 2012 ("RCA").

CLÁUSULA II **DOS REQUISITOS**

A terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios, em série única, da Emissora, é realizada sob o regime de garantia firme de colocação, na forma e nos limites previstos na Cláusula 3.4.1 e seguintes, e será feita com a observância dos seguintes requisitos ("Emissão"):

2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1. A ata da AGE que deliberou sobre a presente Emissão será devidamente protocolada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") em 27 de julho de 2012 e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal Hoje em Dia ("Hoje em Dia", e em conjunto com o DOEMG, os "Jornais de Publicação") em 26 de julho de 2012, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A ata de RCA que deliberou sobre a cessão fiduciária de direitos creditórios será devidamente protocolada na JUCEMG em 27 de julho de 2012 e publicada nos Jornais de Publicação em 26 de julho de 2012, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Os atos societários relacionados à Emissão que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão protocolados para registro na JUCEMG em até 3 (três) dias úteis de sua assinatura e devidamente publicados nos termos da Cláusula 3.15 abaixo.

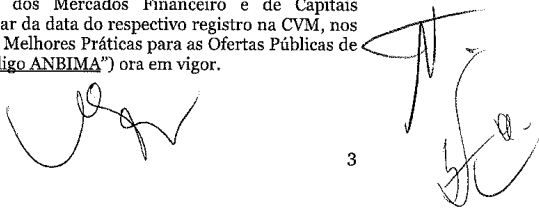
2.2. Registro da Escritura e do Contrato de Cessão Fiduciária

2.2.1. A Escritura devidamente firmada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, seus anexos e respectivos aditamentos serão protocolados para registro na JUCEMG em até 3 (três) dias úteis de sua assinatura.

2.2.2. O Contrato de Cessão Fiduciária e seus aditamentos serão protocolados para registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma da legislação em vigor e conforme especificado em cada um dos Contratos de Garantia, em até 5 (cinco) dias úteis de sua respectiva assinatura. A garantia real em questão somente se encontrará formalizada e constituída em favor dos Debenturistas após o devido arquivamento do Contrato de Cessão Fiduciária nos cartórios acima mencionados.

2.3. Registro na CVM e na ANBIMA

2.3.1. A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, ("Lei nº 6.385/76"), da Lei das Sociedades por Ações e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, especialmente a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do respectivo registro na CVM, nos termos do art. 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBIMA") ora em vigor.



2.4. Registro e Negociação em Sistema de Liquidação e Custódia

2.4.1. As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, respectivamente, por meio do (i) SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), com a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do (ii) DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”) e sistema de negociação da BM&FBOVESPA (“Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA”) (ambiente de negociação de ativos de renda fixa), administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), com a distribuição e a negociação liquidadas e as debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

CLÁUSULA III **DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Valor Total e Número da Emissão

3.1.1. As Debêntures representam a terceira emissão de debêntures da Emissora, mas a segunda emissão pública de debêntures.

3.1.2. O valor total da Emissão é de R\$ 316.000.000,00 (trezentos e dezesseis milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 3.9 abaixo.

3.2. Valor Nominal Unitário

3.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

3.3.1. Serão emitidas 31.600 (trinta e um mil e seiscentas) Debêntures.

3.3.2. A quantidade de Debêntures não será aumentada, não havendo exercício das disposições previstas no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, e no artigo 24, da Instrução CVM 400.

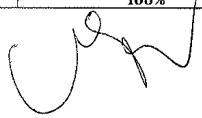
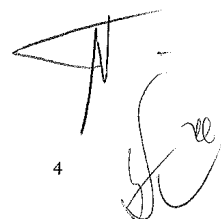
3.3.3. A Emissão contará com série única.

3.4. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.4.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação a R\$ 316.000.000,00 (trezentos e dezesseis milhões de reais), com a intermediação do Banco Citibank S.A. (“Coordenador Líder”), do Banco ABC Brasil S.A. (“Banco ABC”) e do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), e em conjunto com o Banco ABC e com o Coordenador Líder, “Coordenadores”, e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG (“Estruturador”), nos termos do Contrato de Distribuição.

3.4.1.1. A garantia firme a ser prestada, de forma não solidária entre os Coordenadores, respeitará a seguinte proporção:

	Volume Total de Garantia Firme	Percentual da Garantia Firme
Citibank	R\$ 105.340.000,00	33,34%
Banco ABC	R\$ 105.330.000,00	33,33%
Santander	R\$ 105.330.000,00	33,33%
Total	R\$ 316.000.000,00	100%



 4

3.4.2. *Coleta de Intenções de Investimento.* Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Emissora, da quantidade de Debêntures a serem emitidas e da Remuneração (conforme definido abaixo), observado o disposto na Cláusula 4.4 abaixo ("*Procedimento de Bookbuilding*"). Poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Emissão, conforme previsto no Prospecto, incluindo Pessoas Vinculadas (conforme definição prevista no Prospecto). Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas (conforme definido no Prospecto), sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

3.4.2.1. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura, que deverá ser levado a registro perante a JUCEMG, e será divulgado por meio do anúncio de início da Emissão ("*Anúncio de Início*"), nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

3.5. Forma

3.5.1. As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Depositária, conforme definida na Cláusula 3.18.1, que será responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, extrato expedido pela CETIP em nome do titular das Debêntures. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, se for o caso, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia, em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

3.6. Conversibilidade

3.6.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações.

3.7. Espécie

3.7.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios.

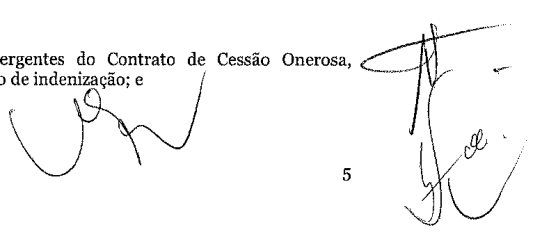
3.8. Garantia

3.8.1. As Debêntures terão como garantia real ("*Garantia*") a cessão fiduciária dos Direitos de Crédito Autônomos e todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, de titularidade da Emissora, presentes e futuros, conforme descritos na Cláusula 3.8.2 abaixo ("*Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente*"), constituída pelo Contrato de Cessão Fiduciária. O Contrato de Cessão Fiduciária será firmado pela Emissora, pelo Agente Fiduciário, e pelo Banco Centralizador, em benefício dos Debenturistas da Emissão, para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes dessa Escritura.

3.8.1.1. Na Data de Emissão, os Direitos de Crédito Autônomos em garantia da Emissão representam R\$ 1.819.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e dezenove milhões de reais), apurado conforme preço de aquisição dos referidos créditos, nos termos do Contrato de Cessão Onerosa.

3.8.2. Os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente em questão são os seguintes:

- (i) os Direitos de Crédito Autônomos;
- (ii) os direitos detidos pela Emissora, emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e



(iii) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definido abaixo), depositados ou a serem depositados e mantidos, nas Contas da Garantia, conforme definidas abaixo (os quais deverão ser aplicados no dia útil subsequente ao seu depósito no Investimento Permitido, conforme definido e na forma prevista nas cláusulas 3.8.14 e 3.8.15 abaixo, cujos rendimentos e quotas de fundo também farão parte dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente), conforme definidas abaixo, bem como todos os direitos sobre as Contas da Garantia (conforme definido na Cláusula 3.8.11.1 abaixo), conforme descritas e caracterizadas nos termos dos Contratos de Garantia.

3.8.3. Os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente são cedidos fiduciariamente aos Debenturistas nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, e nos termos dos arts. 66-B e seguintes da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada.

3.8.4. Conforme previsão nos Contratos de Garantia, os recursos advindos do pagamento dos créditos tributários objeto de parcelamentos administrativos referentes ao ICMS serão depositados na Conta Centralizadora, cabendo ao Banco Centralizador o devido monitoramento e segregação dos recursos devidos aos municípios do Estado de Minas Gerais, ao FUNDEB e às verbas decorrentes do ajuizamento de ações judiciais, inclusive honorários advocatícios, sendo que tais recursos devidos representam, em conjunto, o equivalente a 40% (quarenta por cento) dos recursos advindos do pagamento dos créditos tributários objeto de parcelamentos administrativos referentes ao ICMS ("Recursos Excluídos"), e que também serão depositados na Conta Centralizadora, juntamente com os Direitos de Crédito Autônomos, para posterior liberação para uma conta do Estado de Minas Gerais. Os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos, serão exclusivamente direcionados automaticamente pelo Banco Centralizador à Conta de Recebimento, de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Centralizador com a autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário.

3.8.5. Enquanto existirem Debêntures em circulação o valor mínimo da Garantia deve ser equivalente a 200% (duzentos por cento) do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos, observado o critério *pro rata temporis*. De forma a verificar o enquadramento pela Emissora ao parâmetro acima estabelecido, o Agente Fiduciário deverá calcular, mensalmente no 1º (primeiro) Dia Útil, conforme definido abaixo, de cada mês ("Data de Verificação"), após o recebimento do Relatório Gerencial, o **Índice de Garantia Real ("IGR")**, por meio da aplicação da seguinte expressão:

$$IGR = \frac{\left(\sum_{n=1}^t \frac{VDC_n}{\left(1 + \frac{Spread}{100}\right)^{\frac{dt_n}{252}}} \right) + VFA + VCBM}{SDR}$$

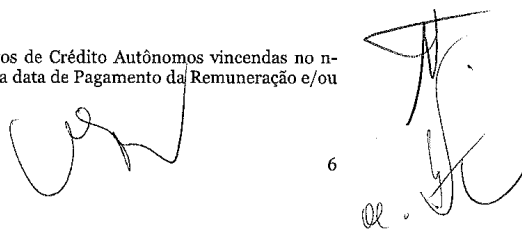
onde:

IGR Índice de Garantia Real, calculado em cada Data de Verificação.

Spread Conforme definido no item 4.4.1.2., como Sobretaxa.

VDCn Valor de todas as parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos de titularidade da Emissora vincendas, apurado no n-ésimo mês subsequente à última data de Pagamento da Remuneração e/ou amortização das Debêntures, tendo como base o "n" ésimos mês de emissão do Relatório Gerencial **deduzido**:

- (i.) os Recursos Excluídos;
- (ii.) o valor das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos vincendas no n-ésimo mês subsequente à última data de Pagamento da Remuneração e/ou



amortização das Debêntures, tendo como base o "n" ésimos mês de emissão do Relatório Gerencial;

- (iii.) o valor das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos cujo status no Relatório Gerencial elaborado pela SEF/MG, e disponibilizado pela Emissora, por meio eletrônico ao Agente Fiduciário, até o último Dia Útil de cada mês calendário, observado o layout contido no "Anexo II" desta Escritura de Emissão ("Relatório Gerencial"), conste como "Rompido" e/ou em atraso a mais de 30 dias, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva emissão do Relatório Gerencial. Para fins do Relatório Gerencial, o termo "Rompido" significa o crédito referente a determinado contribuinte que esteja inadimplente por 3 (três) meses consecutivos ao pagamento da sua parcela de ICMS.

VFA	valor dos recursos mantidos em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, vinculados à Conta de Serviço da Dívida, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior ao respectivo "n" ésimos mês de emissão do Relatório Gerencial.
VCBM	valor dos recursos mantidos em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, vinculados à Conta de Pagamento, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior ao respectivo "n" ésimos mês de emissão do Relatório Gerencial.
SDR	somatório do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior ao respectivo "n" ésimos mês de emissão do Relatório Gerencial.
dun	número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso e a data de pagamento da "n" ésimas parcelas, ou a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.
K	número total de meses entre a Data de Verificação e a Data de Vencimento, sendo K um número inteiro.

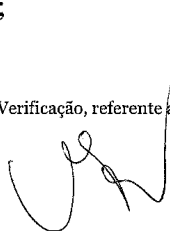
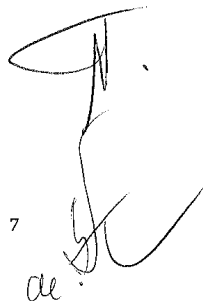
3.8.6. Enquanto existirem Debêntures em circulação, o IGR, apurado na forma do item 3.8.5 acima, deverá ser equivalente a, no mínimo, 200% (duzentos por cento). Caso o valor do IGR seja inferior a 200% em qualquer Data de Verificação, configura-se um Evento de Avaliação, observados os termos da alínea (h) da Cláusula 6.1 abaixo. Para os fins e efeitos de cálculo do IGR, a primeira verificação ocorrerá na Data de Verificação do mês calendário imediatamente subsequente a emissão do Relatório Gerencial.

3.8.7. Enquanto existirem Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá calcular, em cada Data de Verificação, utilizando o último Relatório Gerencial elaborado pela SEF/MG, e disponibilizado pela Emissora, por meio eletrônico, ao Agente Fiduciário, o **Índice de Cobertura ("IC")** para cada mês *m* entre o mês imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação e o mês de vencimento das Debêntures em circulação, de acordo com a seguinte expressão:

$$IC_m = \frac{VCR_m}{VAM_m + VJ_m};$$

onde:

ICm Índice de Cobertura, calculado em cada Data de Verificação, referente ao mês *m*.


 7

 de

VCRm	valor das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos de titularidade da Emissora, recebido e disponibilizado pela Emissora, no mês <i>m</i> , a ser levantado pelo Agente Fiduciário com base em informações do Banco Centralizador dos recursos ingressados na Conta de Recebimento.
VAMm	valor da parcela de amortização das Debêntures em circulação, pago ou a ser pago no mês <i>m</i> , conforme definido na tabela contida no "Anexo V" desta Escritura de Emissão.
VJm	valor da parcela de Remuneração das Debêntures, pago ou a ser pago no mês.

3.8.8. Enquanto existirem Debêntures em circulação, cada IC, apurado na forma do item 3.8.7 acima, deverá ser equivalente a, no mínimo, 1.8. Para os fins e efeitos de cálculo do IC, a primeira verificação ocorrerá na Data de Verificação do mês calendário imediatamente subsequente a emissão do Relatório Gerencial.

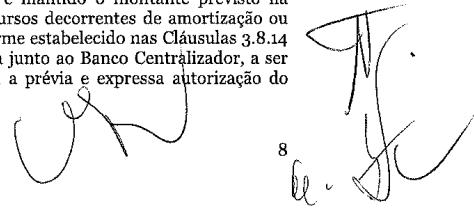
3.8.8.1. Para fins de verificação do IGR e do IC, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário, até o último dia útil de cada mês, o Relatório Gerencial atualizado elaborado pela SEF/MG.

3.8.9. Conta Centralizadora. A SEF/MG irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas, e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, uma conta centralizadora e vinculada, de sua titularidade, movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, na qual serão depositados os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos ("Conta Centralizadora"), sendo que tais recursos deverão ser transferidos automaticamente para a Conta de Recebimento no dia útil seguinte ao depósito realizado na Conta Centralizadora, já desconsiderando os Recursos Excluídos, na forma da Cláusula 3.8.4 acima.

3.8.10. Conta de Recebimento. A Emissora irá constituir, por meio dos Contratos de Garantia, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, uma conta de recebimento, na qual será depositado e mantido o montante equivalente aos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização ou resgate de quotas de fundo do Investimento Permitido, conforme estabelecido nas Cláusulas 3.8.14 e 3.8.15 abaixo, realizado com recursos desta conta), já excluídos os Recursos Excluídos, mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, enquanto as Debêntures estiverem em vigor nos termos desta cláusula, nos Contratos de Garantia, e na forma do art. 55 da Lei das Sociedades por Ações ("Conta de Recebimento").

3.8.10.1. Nos termos dos Contratos de Garantia, os recursos existentes na Conta de Recebimento serão mensalmente, na Data de Verificação, respeitado o prazo de carência de 4 (quatro) meses, nos termos da cláusula 1.3.3.1.1. do Contrato de Cessão Fiduciária, primeiramente direcionados para a Conta de Pagamento (conforme definida abaixo), de forma a constituir e manter o montante equivalente a uma parcela de amortização das Debêntures, acrescido da Remuneração (conforme previsto na Cláusula 3.8.11.1 abaixo) e, em segunda etapa, da Conta de Recebimento para a Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo), de forma a constituir e manter o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo). Tais transferências serão limitadas ao atingimento do montante previsto na Cláusula 3.8.11.1 abaixo, e ao atingimento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme aplicável para cada conta e calculado pelo Agente Fiduciário.

3.8.11. Conta de Pagamento. A Emissora irá constituir, por meio dos Contratos de Garantia, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, uma conta de pagamento das Debêntures da presente Emissão, na qual será depositado e mantido o montante previsto na Cláusula 3.8.11.1 abaixo (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização ou resgate de quotas de fundo do Investimento Permitido, conforme estabelecido nas Cláusulas 3.8.14 e 3.8.15 abaixo, realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com a prévia e expressa autorização do



Agente Fiduciário enquanto as Debêntures estiverem em vigor nos termos desta cláusula, na forma do art. 55 da Lei das Sociedades por Ações (“Conta de Pagamento”).

3.8.11.1. A Conta de Pagamento deverá ter, até o 2º (segundo) dia útil anterior a cada data de amortização do Valor Nominal Unitário e de pagamento da Remuneração das Debêntures, o montante equivalente à parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida de valor equivalente à parcela vincenda de Remuneração projetada pelo Agente Fiduciário.

3.8.12. *Conta de Serviço da Dívida.* A Emissora irá constituir, por meio dos Contratos de Garantia, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, uma conta de serviço da dívida para as Debêntures da presente Emissão, na qual será depositado e mantido o montante equivalente ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo) (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização ou resgate de quotas de fundo do Investimento Permitido, conforme estabelecido nas Cláusulas 3.8.14 e 3.8.15 abaixo, realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário enquanto as Debêntures estiverem em vigor nos termos desta cláusula, na forma do art. 55 da Lei das Sociedades por Ações (“Conta de Serviço da Dívida”, e, em conjunto com a Conta Centralizadora, a Conta de Recebimento e a Conta de Pagamento, “Contas Vinculadas”, e, devendo ainda ser considerada a Conta de Serviço da Dívida em conjunto com a Conta de Recebimento e com a Conta de Pagamento como as “Contas da Garantia”).

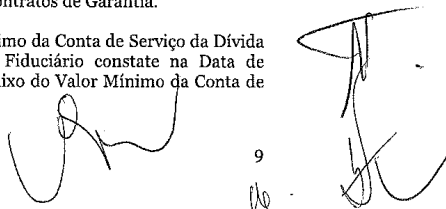
3.8.12.1. A Emissora, até o 56º (quinquagésimo sexto) mês após a Data de Emissão, deverá manter depositados na Conta de Serviço da Dívida recursos em moeda corrente nacional, vinculados ao pagamento das Debêntures (em seu vencimento regular ou antecipado), em montante igual ou superior ao somatório do valor das próximas 4 (quatro) parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido de 4 (quatro) parcelas vincendas de Remuneração das Debêntures (“Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida”). O cálculo a ser feito pelo Agente Fiduciário tomará por base a Taxa DI divulgada 1 (um) dia útil antes da Data de Verificação, projetada até a efetiva data de pagamento de cada uma das Remunerações das Debêntures consideradas para o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida. A partir do 57º (quinquagésimo sétimo) mês após a Data de Emissão, o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida deverá sempre considerar, na Data de Verificação, a quantidade de parcelas restantes para amortização do Valor Nominal Unitário, e a quantidade de parcelas restantes vincendas da Remuneração das Debêntures, que sejam devidas até a Data de Vencimento.

3.8.12.1.1. Caberá ao Agente Fiduciário calcular mensalmente o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida estabelecido na cláusula acima, na Data de Verificação, a fim de verificar o enquadramento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, sendo certo que a primeira verificação será realizada em 3 de setembro de 2012.

3.8.12.1.2. Observado o prazo para pagamento da primeira parcela de amortização do Valor Nominal Unitário e da primeira parcela vincenda de Remuneração (conforme Cláusulas 4.3 e 4.5 abaixo), a Emissora terá um prazo de carência até o 4º (quarto) mês após a Data de Emissão para atender a obrigação de, após cumprir o previsto na Cláusula 3.8.11.1 acima, compor o referido Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, cujos recursos serão enviados da Conta de Recebimento e integralmente retidos na Conta de Serviço da Dívida até que haja montante suficiente para atendimento desta obrigação.

3.8.12.1.3. Atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, e, havendo recursos na Conta de Recebimento, e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, esses recursos serão direcionados para a Conta de Livre Movimentação no dia útil subsequente à data de amortização do Valor Nominal Unitário e do pagamento da Remuneração das Debêntures, respeitado o previsto nas Cláusulas 3.8.10.1 acima e 3.8.12.3 abaixo. As demais obrigações e procedimentos pertinentes a cada parte, principalmente aqueles relacionados ao Banco Centralizador e Agente Fiduciário, estarão descritos nos Contratos de Garantia.

3.8.12.1.4. A partir do momento em que for atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida e durante toda a existência das Debêntures, caso o Agente Fiduciário constate na Data de Verificação que o saldo da Conta de Serviço da Dívida esteja abaixo do Valor Mínimo da Conta de



9

Serviço da Dívida, este deverá (i) primeiramente enviar orientação ao Banco Centralizador para que transfira quaisquer recursos existentes na Conta de Recebimento ou na Conta de Pagamento (respeitado o atendimento do montante previsto na Cláusula 3.8.11.1 acima) para a Conta de Serviço da Dívida, de forma a atingir este Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, e (ii) em segundo lugar, caso ainda assim não tenha sido atingido tal montante, enviar solicitação de reposição à Emissora nesse sentido para providenciar a sua recomposição em até 2 (dois) dias úteis contados de tal solicitação, mediante o depósito de recursos próprios na Conta de Serviço da Dívida, observado o disposto na alínea (z) da Cláusula 7.1.

3.8.12.2. Mensalmente, em cada Data de Verificação, após terem sido primeiramente atendidos todos os pagamentos a que se destina a **Conta de Pagamento**, conforme os Contratos de Garantia, bem como posteriormente atendidas todas as obrigações de constituição do **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida**, conforme descrita na Cláusula 3.8.12.1 e constituída por meio dos Contratos de Garantia, o eventual saldo que ainda exista na Conta de Pagamento e o eventual excesso sobre o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida será direcionado para a Conta de Livre Movimentação (na forma prevista no Contrato de Administração de Contas), observados os termos da Cláusula 3.8.12.3 abaixo.

3.8.12.2.1. Na hipótese de não haver recursos suficientes na Conta de Pagamento para quitação integral de cada parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido da parcela de Remuneração em cada data de pagamento, o Banco Centralizador, mediante autorização do Agente Fiduciário, transferirá recursos da Conta de Serviço da Dívida para a Conta de Pagamento, no montante que seja necessário para atendimento da obrigação da Cláusula 3.8.11 acima.

3.8.12.2.2. Observados os termos da Cláusula 3.8.12.2.1 acima, a Emissora deverá, na data de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, informar ao Banco Mandatário (conforme definido abaixo), com cópia para o Agente Fiduciário, imprimevelmente até às 9h00 do respectivo dia, o valor a ser pago de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração.

3.8.12.2.3. Em cada data de pagamento, o Banco Mandatário (conforme definido abaixo) irá debitar da Conta de Pagamento os recursos necessários ao pagamento das Debêntures, conforme informado pela Emissora, nos termos da Cláusula 3.8.12.2.2 acima, independentemente de qualquer notificação, nos termos do "Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Debêntures" ("Contrato de Banco Mandatário"), sendo desde já expressamente autorizado pela Emissora para tanto.

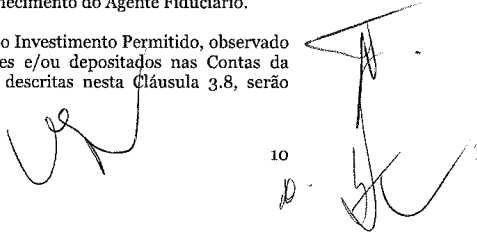
3.8.12.3. Verificando o atendimento à Cláusula 3.8.10.1 acima, e, havendo recursos na Conta de Recebimento, e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, esses recursos serão direcionados para a Conta de Livre Movimentação na Data de Verificação, os quais pelo menos 90% (noventa por cento) deverão ser utilizados para amortização das Debêntures Subordinadas, acima mencionadas, observado o IGR previsto nesta Escritura.

3.8.12.3.1. Caso, após a amortização integral das Debêntures, existam recursos nas Contas Vinculadas, os mesmos deverão ser transferidos para a Conta de Livre Movimentação no prazo de 1 (um) dia útil contado da data de amortização integral das Debêntures.

3.8.13. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário, tão logo tome conhecimento de tais eventos, deverá interromper imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores das Contas da Garantia para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos nos Contratos de Garantia.

3.8.13.1. O Agente Fiduciário não será responsável caso, após cumpridos os procedimentos acima descritos, a transferência de valores de quaisquer das Contas da Garantia para a Conta de Livre Movimentação seja realizada após a ocorrência de um dos Eventos de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, caso tal evento ainda não seja de conhecimento do Agente Fiduciário.

3.8.14. A totalidade dos recursos (incluindo os rendimentos do Investimento Permitido, observado o disposto nas Cláusulas 3.8.14.1 e 3.8.15 abaixo) existentes e/ou depositados nas Contas da Garantia, conforme definidas nos Contratos de Garantia e descritas nesta Cláusula 3.8, serão



Handwritten signature and initials, including the number 10.

cedidos fiduciariamente em favor dos Debenturistas, na forma prevista nos Contratos de Garantia, e deverão ser aplicados no dia útil subsequente ao seu depósito no fundo de investimento Itaú GOV MG Renda Fixa – Fundo de Investimento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 41.716.515/0001-70 e administrado pelo Banco Itaúcard S.A. (“Investimento Permitido”), conforme previsto no Contrato de Administração de Contas.

3.8.14.1. As quotas do fundo do Investimento Permitido (adquiridas com recursos cedidos fiduciariamente na forma da Cláusula 3.8.14 acima) são também cedidas fiduciariamente em favor dos Debenturistas, sendo-lhes aplicáveis, para todos os fins de direito, todas as disposições inerentes aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente previstas nos Contratos de Garantia.

3.8.15. Os recursos existentes e/ou depositados nas Contas da Garantia deverão ser investidos no Investimento Permitido da seguinte forma:

- (a) Conta de Serviço da Dívida e Conta de Pagamento: considerando a natureza dessas contas, os recursos existentes e/ou depositados serão aplicados em até 1 (um) dia útil após terem sido creditados em conta e permanecerão investidos, sendo o excedente liberado mensalmente, para a Conta de Livre Movimentação, após o cumprimento dos valores mínimos dessas contas, observado o IGR previsto nesta Escritura; e
- (b) Conta de Recebimento: quaisquer recursos mantidos na referida Conta de Recebimento também serão aplicados em até 1 (um) dia útil após terem sido creditados em conta e serão mantidos investidos até a data de transferência de recursos da Conta de Recebimento para a Conta de Pagamento e/ou Conta de Serviço da Dívida.

3.8.15.1. Os recursos depositados na Conta de Recebimento e na Conta de Serviço da Dívida também serão utilizados para liquidação das Debêntures na hipótese de Vencimento Antecipado (conforme prevista nas Cláusulas 7.1 e seguintes abaixo) das Debêntures.

3.9. Data de Emissão

3.9.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 30 de agosto de 2012 (“Data de Emissão”).

3.10. Local de Pagamento

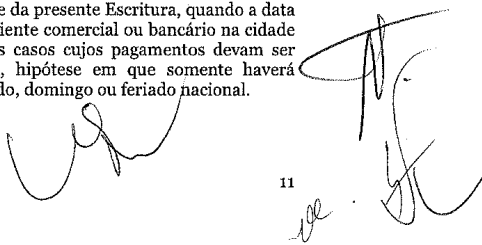
3.10.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia do seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso em que as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures, bem como para as Debêntures que não estejam depositadas em custódia eletrônica vinculada à BM&FBOVESPA e/ou à CETIP.

3.11. Imunidade dos Debenturistas

3.11.1. Caso qualquer titular de Debênture goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário (conforme definido abaixo), no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.12. Prorrogação dos Prazos

3.12.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.



3.13. Encargos Moratórios

3.13.1. Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos da Remuneração das Debêntures (conforme definido na Cláusula 4.4. desta Escritura) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

3.14. Mora do Debenturista

3.14.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.13 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.

3.15. Publicidade

3.15.1. Exceto pelos anúncios e avisos exigidos nos termos da Instrução CVM 400 (quais sejam, o aviso ao mercado, anúncio de início, e o anúncio de encerramento da Oferta), e por eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do anúncio de encerramento, que somente serão publicados no jornal "Valor Econômico", edição nacional, todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no DOEMG e em jornal de grande circulação indicado no Formulário de Referência da Emissora (sendo que na data de assinatura desta Escritura de Emissão, o jornal utilizado é o Hoje em Dia), bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (internet), no endereço www.mgipart.com.br/ri, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

3.15.2. A alteração ao jornal de grande circulação indicado na Cláusula 3.15.1 acima, não importará em aditamento à presente Escritura e deverá ser informada mediante publicação no jornal em vigor até então indicado no Formulário de Referência e no DOEMG.

3.16. Comunicações

3.16.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile, serão consideradas recebidas desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio; e se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

(a) Para a Emissora:

MGI – Minas Gerais Participações S.A.
Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Prédio Gerais, 6º andar
CEP 31630-901 – Belo Horizonte, MG
Tel: (31) 3915-4858
Fax: (31) 3915-4893
At.: Sr. Fernando Antônio dos Anjos Viana
Email: fernando@mgipart.com.br

(b) Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca
CEP 22640-100 – Rio de Janeiro, RJ
Tel: (21) 3514-0000
Fax: (21) 3514-0099
At.: Srs. Gustavo Dezouart, Monique Garcia e Marcelo Andrade
Email: gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br / ger3.agente@oliveiratrust.com.br / scc@oliveiratrust.com.br

(c) Para o Banco Mandatário e Banco Centralizador:

Itaú Unibanco S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar, Torre Eudoro Villela
CEP 04344-902 – São Paulo, SP
Tel: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
At.: Sr. Douglas Cellegari
Email: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

(d) Para a Instituição Depositária:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar
CEP 04538-132 – São Paulo, SP
Tel: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
At.: Sr. Douglas Cellegari
Email: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

(e) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, São Paulo, SP.
At.: Gerência de Valores Mobiliários
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br
Site: www.cetip.com.br

(f) Para a BM&FBOVESPA:

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Rua Antonio Prado, nº 48, São Paulo, SP
Rua XV de Novembro, nº 275, São Paulo, SP
Site: www.bmfbovespa.com.br

(g) Para a CVM:

Comissão de Valores Mobiliários

Rua 7 de Setembro, nº 111, 5º andar
CEP: 20050-901, Rio de Janeiro - RJ

Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares
CEP: 01333-010, São Paulo - SP
Internet: www.cvm.gov.br

3.17. Banco Mandatário

3.17.1. O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar, Torre Eudoro Villela, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-10 ("Banco Mandatário").

3.18. Instituição Depositária

3.18.1. A instituição depositária da Emissão é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Instituição Depositária").

3.19. Destinação dos Recursos

3.19.1. O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será integralmente utilizado para amortização programada extraordinária das Debêntures Subordinadas.

3.20. Repactuação

3.20.1. As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

3.21. Resgate Antecipado Facultativo

3.21.1. Não haverá a possibilidade de resgate antecipado facultativo.

3.22. Aquisição Facultativa

3.22.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir qualquer quantidade de Debêntures em circulação, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 3.22.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

CLÁUSULA IV
CONDICÕES FINANCEIRAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Quantidade

4.1.1. Serão emitidas 31.600 (trinta e um mil e seiscentas) Debêntures, não sendo esse número aumentado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme a Cláusula 3.3.2 desta Escritura.

4.2. Prazo e Data de Vencimento

4.2.1. O prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 30 de agosto de 2017 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, nos termos da Cláusula 4.4.

4.3. Cronograma de Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. Os percentuais de amortização indicados no cronograma de amortização definido no "Anexo I" desta Escritura de Emissão incidirão sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, para cada parcela, desde a primeira parcela com vencimento em 30 de março de 2013 até a última com vencimento em 30 de agosto de 2017, nos termos do "Anexo I".

4.4. Remuneração

4.4.1. A remuneração das Debêntures será calculada conforme o disposto nas Cláusulas 4.4.1.1 e 4.4.1.2 abaixo.

4.4.1.1. *Atualização Monetária:* O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.4.1.2. *Juros Remuneratórios:* Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a até 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Sobretaxa”, e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Farão jus à Remuneração aqueles que forem Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. Observada a periodicidade do Pagamento da Remuneração prevista na Cláusula 4.5 abaixo, os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos ao final de cada Período de Capitalização ou, conforme o caso, na data do vencimento antecipado das Debêntures. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada período de capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das taxas DI, da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a respectiva data de pagamento de Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n_{DI} = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo “ n_{DI} ” um número inteiro;

TDI_k = fator da taxa DI_k , expresso ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n ;

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator *Spread* = Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = acréscimo sobre a Taxa DI, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, informado com 4 (quatro) casas decimais, limitado a até 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator *Spread*) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.4.1.3. *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.* Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última taxa DI_k divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da taxa DI_k que seria aplicável. Se a não divulgação da taxa DI_k for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 4.4.1.4 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.4.1.4. *Indisponibilidade da Taxa DI.* Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DI_k por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou

divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa DI_k às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da taxa DI_k ou de impossibilidade de aplicação da taxa DI_k por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral (conforme definida na Cláusula X abaixo) de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Lei das Sociedades por Ações, a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última taxa DI_k divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

Caso a taxa DI_k volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a taxa DI_k , a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, sendo certo que até a data de divulgação da taxa DI_k nos termos aqui previstos, a última taxa DI_k divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura.

Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral referida nesta Cláusula 4.4.1.4, qual a alternativa escolhida:

- I. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa DI_k a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será a última taxa DI_k disponível; ou
- II. a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, independentemente de aprovação dos Debenturistas, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento e as Datas de Amortização estipuladas nesta Escritura, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures em circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures em circulação, as Debêntures em circulação farão jus à última taxa DI_k disponível.

4.4.2. Para fins da presente Escritura, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou no Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA significa qualquer dia, exceto pelos sábados, domingos ou feriados nacionais. Para as demais obrigações previstas nesta Escritura ou para as Debêntures que não estiverem custodiadas na CETIP e/ou no Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA, a expressão significa o dia em que os bancos não deverão ou não poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

4.4.3. Para fins da presente Escritura, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, imediatamente anterior, no caso dos demais

Períodos de Capitalização, e termina na próxima data de pagamento da Remuneração. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento das Debêntures.

4.4.4. Para fins da presente Escritura, a expressão “Saldo do Valor Nominal Unitário” significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada data de amortização das Debêntures.

4.5. Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures

4.5.1. A Remuneração será paga mensalmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 30 de setembro de 2012 e o último na Data de Vencimento, ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo), ou da realização do resgate nos termos da Cláusula 4.4.1.4., inciso I acima, conforme previsto nesta Escritura (“Pagamento da Remuneração”).

4.6. Integralização

4.6.1. A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou BM&FBOVESPA, conforme disposto na Cláusula 4.7.1 abaixo.

4.7. Preço de Subscrição

4.7.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto nas Cláusulas 4.4 e 4.5 desta Escritura.

CLÁUSULA V **DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA E DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS**

5.1. Até o pagamento total do saldo devedor das Debêntures, e a menos que os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de outra forma previamente autorizem, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme estabelecido na Cláusula 3.19 acima;
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos (i) do Contrato de Cessão Onerosa e/ou (ii) desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;
- (c) notificar o Agente Fiduciário sobre quaisquer processos judiciais e extrajudiciais que venham a ser ajuizados a partir da data de assinatura desta Escritura, (i) de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), ou (ii) para os casos em que o valor seja inferior ao mencionado no subitem “i” anterior, nas hipóteses em que afete ou que possa afetar adversamente a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, dos Contratos de Garantia e/ou do Contrato de Cessão Onerosa, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento do respectivo processo;
- (d) notificar o Agente Fiduciário acerca de qualquer inadimplemento ou descumprimento por parte da Emissora ou do Estado de Minas Gerais de qualquer obrigação nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data que a Emissora tomar conhecimento do respectivo inadimplemento ou

descumprimento, se estes forem por parte do Estado de Minas Gerais, ou se estes forem por parte da Emissora;

- (e) fornecer ao Agente Fiduciário cópia de qualquer comunicação enviada pelo Estado de Minas Gerais à Emissora relativa a uma possível causa de término, vencimento antecipado ou resilição, ou resolução do Contrato de Cessão Onerosa ou ainda qualquer alteração ou revogação da Lei nº 19.266/10, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data do recebimento pela Emissora da referida comunicação;
- (f) notificar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer (i) descumprimentos de obrigações previstas nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e no Contrato de Cessão Onerosa, e/ou (ii) Eventos de Avaliação (conforme definidos na Cláusula 6.1 abaixo), ou ainda Eventos de Inadimplemento (conforme definidos na Cláusula 7.1 abaixo), no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data do descumprimento ou da ocorrência de tais eventos;
- (g) não constituir, em favor de terceiros, garantias ligadas aos direitos creditórios oriundos do Contrato de Cessão Onerosa;
- (h) manter válidas todas as autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, especialmente licenças e autorizações, sejam elas requeridas ou não nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, e que possam impactar adversamente e de forma significativa, a condução de seus negócios;
- (i) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora;
- (j) encaminhar ao Agente Fiduciário: (i) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação pelo Agente Fiduciário, sempre considerando o escopo da solicitação, informações sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer; (ii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos legalmente previstos; (iii) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento, Evento de Avaliação, ou evento de inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação por ela assumida fora do âmbito da Oferta, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida correspondência ou notificação; e (iv) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício cópia do organograma atualizado do grupo societário da Emissora, incluindo as sociedades controladoras e controladas.
- (k) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas no prazo solicitado;
- (l) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;
- (m) obter e manter, sempre atualizado, o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis;
- (n) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (o) (i) contratar ou manter contratada agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch, ou outra agência de *rating* de renome internacional, aceita por Debenturistas representativos por pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário e à CVM os

relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iii) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da alteração da classificação de risco das Debêntures;

- (p) divulgar na página da rede mundial de computadores pertinentes, o relatório referido na alínea anterior;
- (q) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura, os Contratos de Garantia, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Cessão Onerosa ("Contratos da Emissão") e todos os demais documentos elaborados no âmbito da Emissão, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (r) cumprir, em todos seus aspectos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora;
- (s) estruturar departamento para atender aos Debenturistas, de forma a assegurar a devida prestação de informações aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;
- (t) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento de notificação de qualquer Debenturista solicitando tal convocação;
- (u) observar e cumprir com todas as suas obrigações constantes dos Contratos da Emissão e de todos os demais documentos elaborados no âmbito da Emissão, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (v) manter e preservar todos os direitos reais de garantia constituídos e/ou descritos, conforme o caso, nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia, bem como eventuais aditamentos a esses documentos, e notificar o Agente Fiduciário e os Coordenadores sobre qualquer evento, fato ou circunstância, incluindo, sem limitação, qualquer decisão, ação judicial, procedimento administrativo, procedimento arbitral, reivindicação, investigação ou alteração de legislação (ou na sua interpretação) ou, ainda, qualquer evento, fato ou circunstância potencial que vier a ser de seu conhecimento e que possa ser justificadamente considerado como apto a afetar a validade, legalidade ou eficácia da garantia real constituída nos termos dos Contratos de Garantia, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data dos referidos eventos, fatos ou circunstâncias; e
- (w) fornecer ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, ou nas respectivas datas de divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social então encerrado, ou cópia das informações financeiras revisadas relativas ao respectivo trimestre, conforme o caso, acompanhadas do relatório da administração, e de parecer dos auditores independentes e/ou relatório de revisão especial, conforme o caso, caso não estejam disponíveis na CVM.

CLÁUSULA VI
EVENTOS DE AVALIAÇÃO

6.1. São considerados eventos de avaliação ("Eventos de Avaliação"), sujeitos aos procedimentos definidos nas Cláusulas 6.2 e seguintes abaixo, quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não-pecuniárias previstas nos Contratos da Emissão, que não sejam integralmente sanadas no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do término do prazo para seu cumprimento;
- (b) descumprimento, por qualquer das partes e intervenientes (outras que não a Emissora), de qualquer de suas respectivas obrigações previstas nos Contratos da Emissão, que não sejam integralmente sanadas nos prazos ali estabelecidos;
- (c) se por qualquer motivo, a classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Debêntures for rebaixada dois níveis abaixo do equivalente à classificação "AA" - escala nacional pela Standard & Poor's ou pela Fitch Ratings ou ainda seu equivalente pela Moody's;
- (d) caso seja ajuizada contra a Emissora qualquer ação, ou conjunto de ações, de execução para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- (e) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens da Emissora, cujo valor seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- (f) caso ocorra a concessão de qualquer medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei nº 8.397, de 06 de janeiro de 1992, conforme alterada, que imponha restrição a alienação de ativos de titularidade da Emissora;
- (g) caso o índice de cobertura (IC) não atenda a, no mínimo, 90% do valor disposto na Cláusula 3.8.7 em 2 Datas de Verificação consecutivas ou 3 Datas de Verificação quaisquer dentro de um período de 12 meses consecutivos;
- (h) caso a Emissora deixe de atender a, no mínimo, 90% dos limites mínimos fixados para o índice de garantia real (IGR), em qualquer Data de Verificação;
- (i) caso não haja recursos na Conta de Pagamento para atendimento das obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures, e seja necessária a aplicação do procedimento previsto na Cláusula 3.8.12.2.1;
- (j) caso sejam criados novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possam afetar de forma relevante, a critério dos Debenturistas, a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos dos Contratos da Emissão;
- (k) caso a Emissora conceda ou tome mútuos, empréstimos, financiamentos, adiantamentos, ou qualquer outra forma de tomada de recursos (*intercompany*) para ou de quaisquer sociedades controladas pelo Estado de Minas Gerais sem a prévia anuência da maioria das Debêntures em circulação, exceto por mútuos, financiamentos e dívidas subordinadas às Debêntures;
- (l) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de

suas obrigações relativas às Debêntures;

- (m) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora que possa afetar adversamente o pagamento das Debêntures;
- (n) ocorrência de questionamento judicial ou administrativo acerca da legalidade ou validade dos Contratos da Emissão, que possa afetar a Emissão, em especial o curso ordinário dos recebíveis (nos termos previstos nos Contratos de Garantia), exceto os casos que tenham sido objeto de decisão judicial irreversível que tenha julgado improcedente o referido questionamento; ou
- (o) caso seja ajuizada contra a Emissora pelo Estado de Minas Gerais qualquer ação, ou conjunto de ações, questionando qualquer dos Contratos da Emissão.

6.2. A Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário, na forma da Cláusula 3.16 acima, da ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da data em que esta tomar conhecimento do evento.

6.3. Após receber a notificação de que trata a Cláusula 6.2 acima ou após receber notificação de qualquer Debenturista, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer um dos Eventos de Avaliação, o Agente Fiduciário convocará, em até 3 (três) dias úteis da data em que for notificado, Assembleia Geral de Debenturistas, para que seja avaliado o grau de comprometimento da Emissão, devendo o Agente Fiduciário interromper imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores da Conta de Recebimento para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos nos Contratos de Garantia. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta cláusula deverá ser realizada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

6.4. Para quaisquer dos Eventos de Avaliação, exceto os itens “g” e “h” acima, o Evento de Avaliação será considerado um Evento de Inadimplemento exclusivamente na hipótese de os Debenturistas, titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, deliberarem na Assembleia referida na Cláusula 6.3 acima que o respectivo Evento de Avaliação **constitui** um Evento de Inadimplemento. Neste caso, serão adotados os procedimentos referidos nas Cláusulas 7.3 e seguintes.

6.5. Exclusivamente para os Eventos de Avaliação “g” e “h” acima, tais Eventos de Avaliação não serão considerados um Evento de Inadimplemento exclusivamente na hipótese de os Debenturistas, titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, deliberarem na Assembleia referida na Cláusula 6.3 acima que o respectivo Evento de Avaliação **não constitui** um Evento de Inadimplemento.

6.6. Na hipótese de (i) não ser alcançado o quorum da Cláusula 6.4 acima; ou (ii) deliberação pelos Debenturistas, na forma da Cláusula 6.5 acima, de não constituir o Evento de Avaliação em questão um Evento de Inadimplemento, conforme previsto na Cláusula 6.4, o Agente Fiduciário deverá retomar imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores da Conta de Recebimento para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos nesta Escritura e nos Contratos de Garantia.

6.7. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.3 acima, o Agente Fiduciário ou qualquer dos Debenturistas poderão convocar ou solicitar que seja convocada, conforme o caso, novas Assembleias Gerais de Debenturistas, para avaliar se os eventos descritos nas alíneas “m” e “n” da Cláusula 6.1 transformam-se em Evento de Inadimplemento, sendo que tal faculdade lhes será assistida a qualquer momento enquanto estiverem em curso as ações a que se referem as alíneas “m” e “n” da Cláusula 6.1.

CLÁUSULA VII
VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos listados abaixo, o Agente Fiduciário deverá, tão logo receba notificação, quanto à ocorrência de tais eventos, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração devida desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial ("Vencimento Antecipado" e "Evento de Inadimplemento");

- (a) (i) decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; (iii) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (b) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (c) pagamentos aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora estiver em mora com relação às Debêntures ou qualquer outra mora relacionada aos Contratos de Garantia, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social da Emissora;
- (d) a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os Direitos de Crédito Autônomos, ou os direitos e obrigações que respectivamente adquirirá e assumirá nesta Escritura, no Contrato de Distribuição, e nos Contratos de Garantia relativos às Debêntures, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (e) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial condenatória transitada em julgado contra a Emissora, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA") (ou seu equivalente em outras moedas);
- (f) observado o disposto na Cláusula 7.5 abaixo, cisão, fusão ou ainda, incorporação da Emissora por outra sociedade, ou qualquer forma de reorganização societária (exceto incorporação de outras empresas pela Emissora), sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas;
- (g) criação ou existência de quaisquer ônus ou gravames sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente;
- (h) ocorrência de mudança de controle acionário direto da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (i) transformação da Emissora em sociedade limitada;
- (j) anulação, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer disposição desta Escritura e/ou dos Contratos de Garantia, que não seja sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da notificação nesse sentido;

- (k) observado o disposto na Cláusula 7.4 abaixo, a captação de novos empréstimos, financiamentos, adiantamentos de recursos, emissão de valores mobiliários, ou qualquer outra forma de tomada de recursos não lastreadas ou garantidas por ativos que tenham sido ou venham a ser, de qualquer forma, transferidos à Emissora para o fim exclusivo de realização de referida captação, os quais ocorram: (i) até a data de encerramento da Emissão; ou (ii) a partir da data da integralização das Debêntures e que, de forma individual ou agregada, superem o montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), exceto, em ambos os casos, pela emissão das Debêntures Subordinadas a qual fica desde já autorizada e que não deve ser levada em conta para cômputo do limite anteriormente definido;
- (l) observado o disposto na Cláusula 7.5 abaixo, a redução de capital social da Emissora e/ou a negociação, a qualquer título, pela Emissora, com ações de sua emissão;
- (m) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que a Emissora tiver ciência da ocorrência, à exceção do (i) protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo legal e (ii) protesto cancelado;
- (n) inadimplemento ou declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), não sanado pela Emissora no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do inadimplemento e/ou da declaração de vencimento antecipado de tal dívida e/ou obrigação, e desde que sejam observados todos os prazos de carência e períodos de cura aplicáveis a estas obrigações;
- (o) as declarações e garantias prestadas pela Emissora nos Contratos da Emissão provarem-se falsas, incorretas em aspectos relevantes ou enganosas, na data em que foram prestadas;
- (p) provimento de decisão judicial ou administrativa, ainda que de natureza liminar, que declare a ilegalidade ou invalidade dos Contratos da Emissão, de forma a afetar a Emissão, em especial o curso ordinário dos recebíveis (nos termos previstos nos Contratos de Garantia);
- (q) ocorrência de alteração ou qualquer modificação por parte do Estado de Minas Gerais nas características dos Direitos de Crédito Autônomos, ao tempo de sua cessão para a Emissora nos termos do Contrato de Cessão Onerosa;
- (r) caso a auditoria das demonstrações financeiras da Emissora deixe de ser realizada por empresa de auditoria independente, devidamente registrada na CVM, e considerando que tal empresa seja uma daquelas que tenha realizado, em bases constantes, auditoria de companhias abertas emissoras de valores mobiliários em ofertas públicas registradas na CVM no ano imediatamente anterior à contratação da referida empresa de auditoria pela Emissora;
- (s) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada aos Contratos da Emissão e às Debêntures, em especial a amortização do Valor Nominal Unitário e o pagamento da Remuneração (previstos nas Cláusulas 4.3 e 4.5, respectivamente), não sanado integralmente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data do respectivo vencimento da obrigação;
- (t) não substituição do Banco Centralizador em até 30 (trinta) dias corridos, contados de um dos eventos a seguir: (i) em caso de decretação de intervenção, liquidação

extrajudicial ou regime especial de administração temporária do Banco Centralizador, (ii) caso o Banco Centralizador deixe de exercer suas funções nos termos dos Contratos de Garantia e dos respectivos Contratos da Emissão, sem a assunção, por outra instituição financeira, de suas responsabilidades definidas nos Contratos da Emissão dos quais o Banco Centralizador seja parte ou interveniente;

- (u) caso seja promulgada qualquer tipo de legislação ou medida administrativa pelo Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, que inviabilize os procedimentos descritos nesta Escritura ou nos demais Contratos da Emissão;
- (v) caso a Emissora deixe de atender o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, previsto na Cláusula 3.8.12.1 acima, e/ou o valor mínimo da Conta de Pagamento, conforme previsto na Cláusula 3.8.11.1 acima, não sanado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da solicitação de reposição enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, observados os procedimentos previstos nos Contratos de Garantia;
- (w) caso seja proferida decisão judicial ou administrativa, mesmo que em caráter liminar, em qualquer ação ajuizada pelo Estado de Minas Gerais contra a Emissora, declarando a invalidade ou a ilegalidade dos Contratos da Emissão;
- (x) deliberação, em Assembleia Geral de Debenturistas, que qualquer dos Eventos de Avaliação previstos nesta Escritura constitui um Evento de Inadimplemento, na forma prevista na Cláusula 6.4 acima;
- (y) rescisão, por qualquer motivo, de quaisquer dos Contratos da Emissão; ou
- (z) descumprimento, por qualquer das partes e intervenientes (outras que não a Emissora), dos Contratos de Garantia e/ou do Contrato de Cessão Onerosa, de qualquer de suas respectivas obrigações previstas nos Contratos de Garantia e/ou no Contrato de Cessão Onerosa, que não sejam integralmente sanadas nos prazos ali estabelecidos.

7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas da Cláusula 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

7.3. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula 3.16 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.13 acima.

7.4. Não obstante disposições em contrário nesta Escritura, não será considerado Evento de Inadimplemento qualquer captação de recursos pela Emissora, incluindo, mas não se limitando, a operações realizadas por meio de financiamento, adiantamento de recursos ou emissão de valores mobiliários, lastreadas ou garantidas por ativos que tenham sido ou venham a ser, de qualquer forma, transferidos à Emissora para o fim exclusivo de realização de referida captação.

7.5. Não obstante disposições em contrário nesta Escritura, não será considerado Evento de Inadimplemento qualquer operação de reorganização societária, transferência de ativos e/ou, redução do capital social, realizadas pela Emissora com o intuito de fazer com que as participações acionárias indiretamente detidas pelos acionistas da Emissora em sociedades investidas pela Emissora tornem-se participações diretas. Para os fins do art. 174, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, a redução do capital com o objetivo previsto nesta Cláusula 7.5 considerar-se-á, desde já, previamente aprovada pelos Debenturistas.

CLÁUSULA VIII
DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada, como o Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

8.1.2. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28").

8.2. Substituição

8.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

8.2.2. Se a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 8.2.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.2.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que o escolher, observado o disposto na Cláusula 8.2.5 abaixo.

8.2.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.2.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

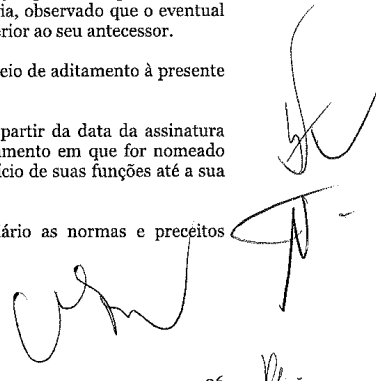
8.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

8.2.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembleia Geral de Debenturistas não delibere sobre a matéria, observado que o eventual substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor.

8.2.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser inscrito na JUCEMG.

8.2.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição.

8.2.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.



8.3. Deveres

8.3.1. Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, na presente Escritura e nos Contratos de Garantia, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) enviar à CVM e à BM&FBOVESPA e/ou à CETIP, após a primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) enviar à CVM e à BM&FBOVESPA e/ou à CETIP, no primeiro dia útil da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida Assembleia;
- (n) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora; (ii) alterações estatutárias ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômico-financeiros e a estrutura de capital da Emissora; (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (v) amortização, conversão, repactuação, aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da

Emissora; (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura e nos Contratos de Garantia; (viii) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures; e (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(o) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (i) na sede da Emissora; (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário; (iii) na CVM; (iv) na BM&FBOVESPA e/ou na CETIP; (v) na instituição líder da colocação das Debêntures, inclusive, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;

(p) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.15 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea (o) acima;

(q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA;

(r) fiscalizar, com obrigações de meio, o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(s) notificar os Debenturistas por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias (prazo este aplicável à notificação individual), de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura ou nos Contratos de Garantia indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: (i) à CVM; (ii) à BM&FBOVESPA e/ou (iii) à CETIP;

(t) verificar a regularidade da constituição da cessão fiduciária de direitos creditórios, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, de acordo com Relatório Gerencial a ser apresentado anualmente por auditoria independente;

(u) acompanhar as obrigações da Emissora nos Contratos de Garantia, bem como cumprir com as obrigações estabelecidas pelo Agente Fiduciário nos Contratos de Garantia;

(v) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e

(w) calcular o IC e o IGR mensalmente, utilizando-se dos dados do Relatório Gerencial e informações do Banco Centralizador, conforme indicado nesta Escritura.

8.4. Atribuições Específicas

8.4.1. Nos casos de ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento ou de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas, quando cabível nos termos desta Escritura, o Agente Fiduciário deverá usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

(a) declarar, observadas as condições desta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

(c) requerer a falência da Emissora, após a inobservância desta última de notificação que lhe tenha sido encaminhada requerendo o cumprimento da obrigação em atraso, mediante a concessão de prazo de, pelo menos, 5 (cinco) dias; e

(d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora, após a inobservância desta última de

notificação que lhe tenha sido encaminhada requerendo o cumprimento da obrigação em atraso, mediante a concessão de prazo de, pelo menos, 5 (cinco) dias.

8.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar pelo quorum de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) da mesma Cláusula.

8.4.3. O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das despesas necessárias à salvaguarda dos direitos e interesses dos Debenturistas, para o fim de ser, imediatamente, ressarcido pela Emissora.

8.4.4. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 8.4.3 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

8.4.5. O Agente Fiduciário obriga-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei e pelas demais disposições desta Escritura. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora.

8.4.6. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional.

8.5. Remuneração do Agente Fiduciário

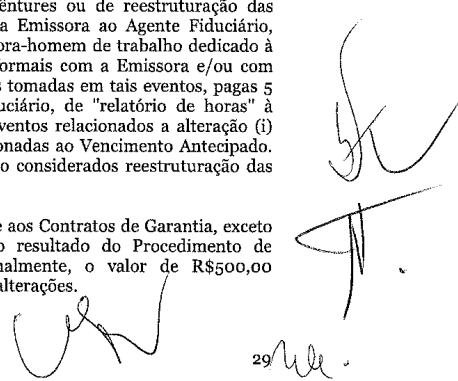
8.5.1. Serão devidas ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga pelo Coordenador Líder da seguinte forma:

- (a) parcela única de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de implementação da Emissão, devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura desta Escritura; e
- (b) parcela única de R\$260.768,19 (duzentos e sessenta mil, setecentos e sessenta e oito reais e dezenove centavos) para o acompanhamento padrão dos serviços de Agente Fiduciário, devidas 5 (cinco) dias após a data de assinatura desta Escritura.

8.5.1.1. Caso as Debêntures não sejam quitadas na data de seu vencimento, serão devidas, pela Emissora, parcelas mensais adicionais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) até a liquidação integral das Debêntures.

8.5.1.2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, serão devidas pela Emissora ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao Vencimento Antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

8.5.1.3. No caso de celebração de aditamentos a esta Escritura e aos Contratos de Garantia, exceto pelo aditamento já previsto nessa Escritura para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, serão devidos ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações.



8.5.1.4. A remuneração será acrescida dos seguintes impostos: ISS ou outros (Impostos Sobre Serviços) de qualquer natureza, IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.5.1.5. As parcelas de remuneração serão atualizadas pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta deste ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão.

8.5.1.6. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.5.1.7. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

8.5.1.8. Fica acordado que o Agente Fiduciário devolverá ao Coordenador Líder, no caso de sua substituição, seja por renúncia ou por deliberação dos Debenturistas em Assembleia Geral, o valor líquido de impostos do honorário previsto na alínea “b” do item 8.5.1 acima referente ao serviço não prestado.

8.5.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais relacionadas à presente Emissão serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

8.5.3. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da emissão facultarão as partes da revisão dos honorários propostos.

CLÁUSULA IX **DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

9.1. Convocação

9.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral”).

9.1.2. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.1.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no órgão de imprensa estabelecido na Cláusula 3.15 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum, conforme previsto no artigo 71, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

9.2.2. Para os efeitos da presente Escritura, considera-se "Debêntures em circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como por seus respectivos executivos e administradores e respectivos parentes até segundo grau.

9.3. Mesa Diretora

9.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. Quorum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

9.4.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures.

9.4.3. As alterações referentes: (i) à redução da Remuneração aplicável às Debêntures, à alteração de prazos de vencimento e aos pagamentos de principal e da Remuneração; e (ii) a qualquer modificação na cláusula de Vencimento Antecipado, à alteração de qualquer dos termos da Garantia, incluindo, qualquer alteração nos termos descritos nos Contratos de Garantia, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

9.4.4. Toda e qualquer alteração nas Cláusulas ou condições previstas nesta Escritura, ressalvadas as alterações indicadas na Cláusula 9.4.3 acima, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico previsto para a matéria.

9.4.5. Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos nesta Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas, com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

9.4.6. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

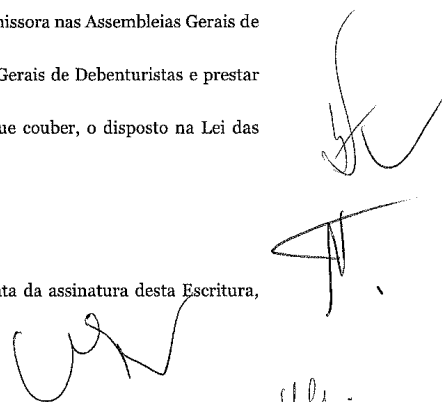
9.4.7. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.4.8. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA X **DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

10.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

10.1.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:



- (a) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (d) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (e) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia e o cumprimento de suas obrigações previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (f) esta Escritura e os Contratos de Garantia contêm obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (g) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (h) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (i) nos termos da alínea "k", inciso XVII do art.12 da Instrução CVM 28, prestamos serviços para a CEMIG Geração e Transmissão S.A., sociedade pertencente ao mesmo grupo econômico da Emissora, em sua 2ª emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional prestada pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, com vencimento da primeira série em 15 de janeiro de 2012 e da segunda série em 15 de janeiro de 2015, no volume total de R\$2.700.000.000,00 (dois bilhões e setecentos milhões de reais), na Data de Emissão, mediante a emissão de 270.000 debêntures. Foram realizados pagamentos de juros da primeira série em 17/01/2011 e 16/01/2012, e de amortização da primeira série em 16/01/2012.;
- (j) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
- (k) aceita integralmente todas as Cláusulas e condições da Escritura e dos Contratos de Garantia;
- (l) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes;
- (m) verificou a veracidade das informações, observados os termos da Cláusula 10.2.1. abaixo, contidas nesta Escritura, na Data de Emissão, nos documentos e informações prestados pela Emissora; e
- (n) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, a garantia real não está devidamente constituída e exequível, sendo certo que sua constituição está sujeita aos registros nos prazos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, bem como verificou que a garantia real é suficiente em relação ao saldo devedor das Debêntures na Data de Emissão, sendo certo que a execução da referida garantia sujeita-se aos riscos indicados no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo..
- 10.1.2. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

10.2. Declarações e Garantias da Emissora

10.2.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar os Contratos da Emissão e a cumprir com todas as obrigações neles previstas, possuindo capacidade legal e os poderes necessários para celebrar todos os documentos no âmbito da Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pela Garantia e por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) a celebração desta Escritura, dos Contratos de Garantia, e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (d) esta Escritura e os Contratos de Garantia, e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissão, e o Formulário de Referência contém todas as informações relevantes em relação à Emissora, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (f) as declarações, informações e fatos contidos no Prospecto Preliminar, no Prospecto Definitivo da Emissão e no Formulário de Referência da Emissora em relação à Emissora são verdadeiras, corretas e completas;
- (g) as opiniões, análises e expectativas expressas no Prospecto Preliminar, no Prospecto Definitivo da Emissão e no Formulário de Referência da Emissora em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (h) não há fatos relativos à Emissora que, nas respectivas datas dos Prospectos Preliminar e Definitivo da Emissão e na data de apresentação do Formulário de Referência da Emissora, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante do referido documento seja enganosa, incorreta ou inverídica; as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;
- (i) as informações financeiras da Emissora, em todo os seus aspectos relevantes, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (j) a Emissora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (k) exceto pelas contingências informadas no Formulário de Referência da Emissora, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação

governamental, que seja de conhecimento da Emissora, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira;

(l) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

(m) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente as suas funções; e

(n) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições.

10.3. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inверacidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula X.

CLÁUSULA XI

TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

11.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

CLÁUSULA XII

DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

12.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba a quaisquer das partes e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da outra parte prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

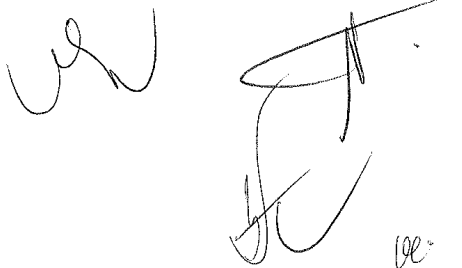
12.4. O Agente Fiduciário não é obrigado, para se basear nas suas decisões, a efetuar qualquer verificação de veracidade das deliberações societárias e atos da administração da Emissora ou ainda de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores. O Agente Fiduciário não será ainda, em nenhuma circunstância, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

12.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.6. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2012.

The image shows three handwritten signatures in black ink. The first signature on the left is a stylized, cursive mark. The second signature in the middle is more complex, with several loops and a long horizontal stroke extending to the right. The third signature on the right is smaller and appears to be a simple, cursive mark.


Página de Assinatura Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI - Minas Gerais Participações S.A.

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:
Cargo:


Benedito Sérgio de Rezende
Diretor Presidente

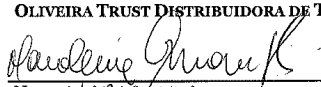
Nome:
Cargo:


Fernando Antônio dos Anjos Viana
Diretor de Relações com Investidores



Página de Assinatura Escrita da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI - Minas Gerais Participações S.A.

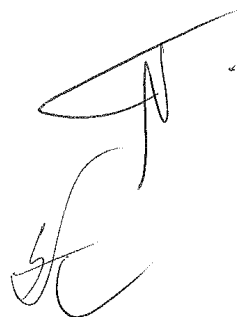
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



Nome: MARIA CAROLINA V. M. SANTOS
Cargo: PROCURADORA



Nome: MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. NETO
Cargo: PROCURADORA



Página de Assinatura Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Testemunhas

Nome: Marcelo Matheus Pinto Lourenço
RG: 045.244.926-66 / 16.11.031365

Nome: EDSON PRIMUNDO DE OLIVEIRA
RG: M-1.115.502

Anexo I
Cronograma de Amortização

Mês	Percentual do Valor Nominal Unitário
30/setembro/2012	0,00%
30/outubro/2012	0,00%
30/novembro/2012	0,00%
30/dezembro/2012	0,00%
30/janeiro/2013	0,00%
28/fevereiro/2013	0,00%
30/março/2013	2,92%
30/abril/2013	2,84%
30/maio/2013	2,76%
30/junho/2013	2,72%
30/julho/2013	2,66%
30/agosto/2013	2,61%
30/setembro/2013	2,55%
30/outubro/2013	2,49%
30/novembro/2013	2,46%
30/dezembro/2013	2,41%
30/janeiro/2014	2,36%
28/fevereiro/2014	2,32%
30/março/2014	2,26%
30/abril/2014	2,23%
30/maio/2014	2,19%
30/junho/2014	2,07%
30/julho/2014	2,00%
30/agosto/2014	1,96%
30/setembro/2014	1,90%
30/outubro/2014	1,86%
30/novembro/2014	1,83%
30/dezembro/2014	1,82%
30/janeiro/2015	1,79%
28/fevereiro/2015	1,75%

Mês	Percentual do Valor Nominal Unitário
30/março/2015	1,72%
30/abril/2015	1,69%
30/maio/2015	1,66%
30/junho/2015	1,64%
30/julho/2015	1,63%
30/agosto/2015	1,61%
30/setembro/2015	1,59%
30/outubro/2015	1,57%
30/novembro/2015	1,68%
30/dezembro/2015	1,67%
30/janeiro/2016	1,65%
29/fevereiro/2016	1,62%
30/março/2016	1,59%
30/abril/2016	1,58%
30/maio/2016	1,55%
30/junho/2016	1,53%
30/julho/2016	1,51%
30/agosto/2016	1,49%
30/setembro/2016	1,46%
30/outubro/2016	1,44%
30/novembro/2016	1,42%
30/dezembro/2016	1,41%
30/janeiro/2017	1,39%
28/fevereiro/2017	1,36%
30/março/2017	1,35%
30/abril/2017	1,33%
30/maio/2017	1,29%
30/junho/2017	1,27%
30/julho/2017	1,27%
30/agosto/2017	1,27%
Total	100,00%

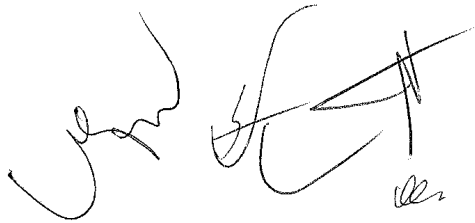
Anexo II
Layout do Relatório Gerencial

Quanto às informações referentes ao **mês imediatamente anterior**, que devem ser enviadas até o dia [●] de cada mês, um relatório contendo o seguinte:

Saldo atualizado da carteira de Direitos Creditórios apurado para o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior, discriminada:	
Carteira Ativa	R\$ [●]
Carteira de Direitos Creditórios Rompidos (Créditos que estão em processamento pelo Estado por qualquer motivo)	R\$ [●]
Valor dos Direitos Creditórios em atraso, a mais de 30 dias e cujo rompimento ainda não tenha ocorrido no mês calendário imediatamente anterior:	R\$ [●]

Quanto às informações referentes ao **mês em questão**, que devem ser enviadas até o dia [●] de cada mês, um relatório contendo o seguinte:

Valor dos Direitos Creditórios cuja data de vencimento ocorra no mês calendário do relatório: (valor esperado para o recebimento de Direitos Creditórios para o mês calendário do relatório)	R\$ [●]
---	---------



INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL REPRESENTADA POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular:

(i) **MGI – Minas Gerais Participações S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31.630-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e

(ii) **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão de titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) ("Debenturistas"),

CONSIDERANDO QUE:

(i) em 24 de julho de 2012, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram a "Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A." ("Escritura de Emissão"); e

(ii) na presente data, as partes acordaram em aditar a Escritura de Emissão de forma ajustar a redação de determinados itens da Escritura de Emissão.

Resolvem as partes, na melhor forma do direito, celebrar o presente instrumento particular de "Primeiro Aditamento à Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A." ("Aditamento"), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas:

CLÁUSULA I
DAS AUTORIZAÇÕES

1.1 A Emissora celebra o presente aditamento com base nos poderes conferidos por meio da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 23 de julho de 2012, cuja ata encontra-se protocolada e em fase de registro na JUCEMG nos termos do item 2.1.1 da Escritura de Emissão.

CLÁUSULA II
DAS RETIFICAÇÕES

2.1. A Emissora e o Agente Fiduciário acordam em alterar as seguintes cláusulas da Escritura de Emissão, que passam a vigorar com as novas redações que lhes são atribuídas abaixo:

"6.1. São considerados eventos de avaliação ("Eventos de Avaliação"), sujeitos aos procedimentos definidos nas Cláusulas 6.2 e seguintes abaixo, quaisquer das seguintes ocorrências: (...)

(g) caso o índice de cobertura (IC) não atenda ao valor disposto na Cláusula 3.8.7 em 2 Datas de Verificação consecutivas ou 3 Datas de Verificação quaisquer dentro de um período de 12 meses consecutivos;

(h) caso a Emissora deixe de atender aos limites mínimos fixados no item 3.8.5 para o índice de garantia real (IGR), em qualquer Data de Verificação;"

CLÁUSULA III
DAS RATIFICAÇÕES

3.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão, e não expressamente alteradas por este Aditamento.

CLÁUSULA IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

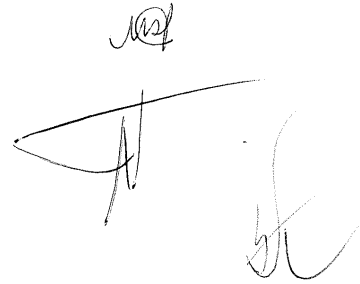
4.2. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.

4.3. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

4.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais para dirimir as questões porventura resultantes deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

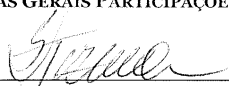
Belo Horizonte, 1º de agosto de 2012.




JUR_SP - 15371199v4 - 535.315332 2

Página de Assinatura do Primeiro Aditamento à Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI - Minas Gerais Participações S.A.

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.


Nome: **Benedito Sérgio de Rezende**
Cargo: **Diretor Presidente**


Nome: **Fernando Antônio dos Anjos Viana**
Cargo: **Diretor de Relações com Investidores**

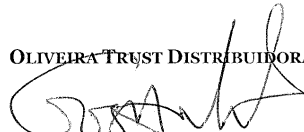




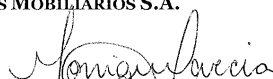
JUR_SP - 15371199v4 - 535.315332 3

Página de Assinatura do Primeiro Aditamento à Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A.

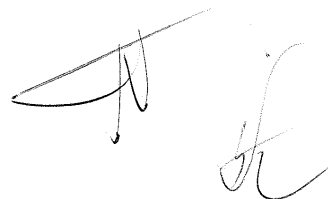
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



Nome: Gustavo De Souza Teixeira Neto
Cargo: Procurador



Nome: Mariana de Silva Garcia
Cargo: Coordenadora




Página de Assinatura do Primeiro Aditamento à Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Testemunhas

Nome: Olavo Augusto Neves Leite
RG: 4684777
Cargo: Consultor da Diretoria Executiva
Matrícula: 225

Nome: Marcelo Azeiteiro S. Gonçalves
RG: 7105180

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: ED.000.123-6/001
EM 29/08/2012
#MGI MINAS GERAIS PARTICIPACOES S.A.
PROTOCOLO: 12/570.546-8
AF0677676


MARLENE DE PAULA PACHECO
SECRETARIA GERAL

JUCENMG

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO À ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL REPRESENTADA POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular:

(i) **MGI – Minas Gerais Participações S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31.630-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Emissora”); e

(ii) **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Agente Fiduciário”), representando a comunhão de titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) (“Debenturistas”),

CONSIDERANDO QUE:

(i) em 24 de julho de 2012, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram a “Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A.” (“Escritura de Emissão”), a qual foi aditada em 1º de agosto de 2012; e

(ii) na presente data, as partes acordaram em aditar pela segunda vez a Escritura de Emissão de forma a ajustar a redação de determinados itens da Escritura de Emissão para contemplar o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

Resolvem as partes, na melhor forma do direito, celebrar o presente instrumento particular de “Segundo Aditamento à Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A.” (“Aditamento”), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas:

CLÁUSULA I
DAS AUTORIZAÇÕES

1.1 A Emissora celebra o presente aditamento com base nos poderes conferidos por meio da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 23 de julho de 2012, cuja ata encontra-se registrada na JUCEMG sob o nº ED000123-6/000, em 14 de agosto de 2012.

1.2 Este Aditamento será arquivado na JUCEMG.

CLÁUSULA II
DAS RETIFICAÇÕES E DO REGISTRO DO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA

2.1 Considerando o término do Procedimento de *Bookbuilding*, que estabeleceu a taxa de juros aplicável às Debêntures, as partes acordam em alterar as cláusulas 3.4.2, 3.4.2.1 e 4.4.1.2 da Escritura, que passam a vigorar com a nova redação que lhes é atribuída abaixo:

“3.4.2. Coleta de Intenções de Investimento. Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Emissora, da quantidade de Debêntures a serem emitidas e da Remuneração (conforme definido abaixo), observado o disposto na Cláusula 4.4 abaixo (“Procedimento de Bookbuilding”). Puderam participar do Procedimento de Bookbuilding os investidores do público alvo da Emissão, conforme previsto no Prospecto, incluindo Pessoas

JUR_SP - 15568769v1 - 535.315332



Vinculadas (conforme definição prevista no Prospecto). Caso fosse verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, não seria permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas (conforme definido no Prospecto), sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

3.4.2.1. O resultado do Procedimento de Bookbuilding foi ratificado por meio de aditamento a esta Escritura, que deverá ser levado a registro perante a JUCEMG, e será divulgado por meio do anúncio de início da Emissão ("Anúncio de Início"), nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400."

"4.4.1.2. Juros Remuneratórios: Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 3,25% (três inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa"), e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração", calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Farão jus à Remuneração aqueles que forem Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. Observada a periodicidade do Pagamento da Remuneração prevista na Cláusula 4.5 abaixo, os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos ao final de cada Período de Capitalização ou, conforme o caso, na data do vencimento antecipado das Debêntures. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada período de capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das taxas DI_k, da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a respectiva data de pagamento de Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

JUR_SP - 15568769v1 - 535.31832 2

Sendo que:

n_{DI} = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = fator da taxa DI_k , expresso ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n ;

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobre taxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 3,2500, conforme definido no Procedimento de Bookbuilding, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo " n " um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

2.2 O Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido na Escritura) e seus aditamentos serão protocolados para registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na forma da legislação em vigor e conforme especificado em cada um dos Contratos de Garantia (conforme definido na Escritura), em até 30 (trinta) dias de

JUR_SP - 15568769v1 535-115-023

sua respectiva assinatura. A garantia real em questão somente se encontrará formalizada e constituída em favor dos Debenturistas (conforme definido na Escritura) após o devido arquivamento do Contrato de Cessão Fiduciária nos cartórios acima mencionados.

2.3 Na cláusula 3.8.7 da Escritura de Emissão, constou na definição de VAMm, erroneamente, uma referência ao Anexo V quando deveria ter sido ao Anexo I. Dessa forma, a cláusula seguirá com a seguinte redação:

"VAMm valor da parcela de amortização das Debêntures em circulação, pago ou a ser pago no mês m, conforme definido na tabela contida no "Anexo I" desta Escritura de Emissão."

CLÁUSULA III **DAS RATIFICAÇÕES**

3.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão, e não expressamente alteradas por este Aditamento.

CLÁUSULA IV **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

4.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

4.2. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.

4.3. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

4.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais para dirimir as questões porventura resultantes deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2012.



JUR_SP - 15568769v1 - 535.315332 4

Página de Assinatura do Segundo Aditamento à Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI - Minas Gerais Participações S.A.

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:
Cargo:



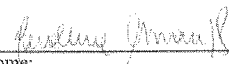
Nome:
Cargo:



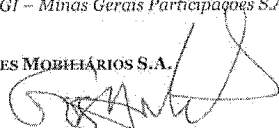
JUR_SP - 15568769v1 - 535.315332 5

Página de Assinatura do Segundo Aditamento à Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI - Minas Gerais Participações S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


Nome: _____
Cargo: _____


MARIA CAROLINA VIEIRA ABRANTES
PROCURADORA

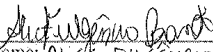

Nome: _____
Cargo: _____


GUSTAVO DE SOUZA ART TEIXEIRA
PROCURADOR

Página de Assinatura do Segundo Aditamento à Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A.

Testemunhas


Nome: Isabella Magalhães Pinto Coutinho
RG: MG 11 091369


Nome: Alice Fulgencio Brandão
RG: MG 11 520543


JUR_SP - 15568769v1 - 535.315332 7

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO B

- Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora que Deliberou a Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



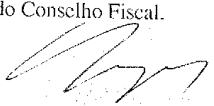
MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.


CNPJ/MF nº 19.296.342/0001-29

NIRE 31300039927

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2012**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada aos 23 dias do mês de julho de 2012, às 11:00 horas, na sede da MGI - Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia") na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31.630-901.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, nos termos do disposto no Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em decorrência de estarem presentes os acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social total e votante da Companhia, conforme Livro de Presença de Acionistas da Companhia.
- 3. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Roney Luiz Torres Alves da Silva e secretariados pela Sra. Marcela Amorim Brant.
- 4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (i) a aprovação dos termos e condições da 2ª emissão de 181.900 (cento e oitenta e um mil e novecentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, da Companhia, a ser realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") ("Oferta 476" ou "Debêntures Subordinadas"); (ii) a aprovação dos termos e condições da oferta pública da 3ª emissão da Companhia para a distribuição de até 31.600 (trinta e um mil e seiscentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios, em série única, da 3ª emissão da Companhia, ser realizada nos termos da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400", "Oferta 400" ou "Debêntures Simples" e, em conjunto com a Emissão de Debêntures Subordinadas, as "Debêntures"); (iii) aprovação da alteração da alínea c do artigo 30 e a consolidação do Estatuto Social da Companhia; (iv) autorização à diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias à emissão das Debêntures, formalização das garantias a serem constituídas e contratação de prestadores de serviços, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e condições para a respectiva prestação de serviços e assinar os respectivos contratos; e (v) Eleição de membro suplente do Conselho Fiscal.



Roney Luiz Torres Alves da Silva
Advogado-Geral Adjunto do Estado
OAB/MG 34.194 - MASP: 277.997


Marcela Amorim Brant
Chefe de Gabinete da Presidência

Rodovia Pref. Américo Gianetti, 4143 - Serra Verde - Cid. Administrativa - Ed. Gerais - 6º andar - Belo Horizonte/MG
Cep: 31630-901 - Fone: (31) 3915-4858 - Fax: (31) 3915-4893 - E-mail: mgi@mgipart.com.br - www.mgipart.com.br

5. DELIBERAÇÕES: Instalada a Assembleia, após exame e discussão das matérias, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, o quanto segue:

5.1. Aprovar a Emissão da 2ª emissão de debêntures: aprovar a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, da Companhia, as quais serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de melhores esforços de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 a qual terá as seguintes características e condições: **(a) Número da Emissão:** a Emissão de Debêntures Subordinadas representa a segunda emissão de debêntures da Companhia; **(b) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão de Debêntures Subordinadas é de até R\$ 1.819.000.000,00 (um bilhão oitocentos e dezenove milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida); **(c) Séries:** a Emissão de Debêntures Subordinadas será realizada em série única; **(d) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas até 181.900 (cento e oitenta e um mil e novecentas) debêntures; **(e) Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 24 de julho de 2012 ("Data de Emissão das Debêntures Subordinadas")"; **(f) Valor Nominal das Debêntures Subordinadas:** O valor nominal unitário das debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas")"; **(g) Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures Subordinadas:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas não será atualizado. As Debêntures Subordinadas farão jus a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 85% (oitenta e cinco por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") ("Juros") calculados a partir da data de subscrição de cada Debênture Subordinada, a serem pagos, mensalmente; **(h) Tipo e Forma:** As Debêntures Subordinadas serão emitidas sob a forma nominativa, sem a emissão de certificados representativos de debêntures; **(i) Conversibilidade:** As Debêntures não serão conversíveis em ações; **(j) Espécie:** As Debêntures Subordinadas serão da espécie subordinada, sem participação nos lucros da Companhia; **(k) Destinação dos Recursos:** O montante obtido pela Companhia com a distribuição das Debêntures Subordinadas será integralmente utilizado para pagamento do preço de aquisição de Direitos de Crédito Autônomos, na forma prevista no Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, a ser firmado entre a Companhia e o Estado de Minas Gerais, em 24 de julho de 2012, conforme autorização do Conselho de Administração em reunião ocorrida em 23 de julho de 2012 ("Contrato de Cessão Onerosa")"; **(l) Prazo e Data de Vencimento das Debêntures Subordinadas:** O prazo das Debêntures será de 10 anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 24 de julho de 2022 ("Data de Vencimento das Debêntures Subordinadas")"; **(m) Local de pagamento:** os pagamentos serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, conforme o caso; ou (ii) na hipótese de as Debêntures Subordinadas não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (1) na sede da Companhia ou (2) conforme o caso, pela instituição depositária contratada para este fim; **(n) Coordenador Líder:** o coordenador líder da Oferta 476 será o Banco Citibank S.A. ("Coordenador Líder")"; **(o) Integralização:** A integralização das debêntures será à vista, em moeda corrente ou em qualquer espécie de bens ou direitos suscetíveis de avaliação pecuniária; **(p)**


Roney Luiz Torres Alves da Silva
Advogado Geral Adjunto do Estado de Minas Gerais
Presidente do Conselho de Administração da Companhia



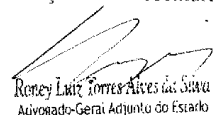
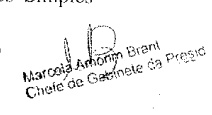
Preço de Subscrição: As Debêntures Subordinadas serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas sem acréscimo a título de Juros; **(q) Registro e Negociação em Sistema de Liquidação e Custódia:** (i) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do SND - Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures Subordinadas custodiadas eletronicamente na CETIP; **(r) Garantias:** As Debêntures Subordinadas são subordinadas a todas as demais obrigações da Emissora e preferem somente aos acionistas no ativo remanescente, se houver, em caso de liquidação da Emissora; **(s) Resgate Antecipado Facultativo Total das debêntures Subordinadas:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado facultativo das Debêntures Subordinadas, desde que (i) as Debêntures Simples sejam integralmente amortizadas e/ou resgatadas, considerando o seu valor nominal unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures Simples (conforme definido abaixo), e (ii) a Companhia encontre-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações definidas na Escritura das Debêntures da Terceira Emissão (conforme definido abaixo), incluindo, mas sem limitação, às Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures Subordinadas em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures Subordinadas, sendo vedado o resgate antecipado parcial (“Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures Subordinadas”); **(t) Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas:** A Companhia, desde que se encontre adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações definidas na Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A., a ser celebrada em 24 de julho de 2012 entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na forma prevista no item 5.4 abaixo (“Escritura das Debêntures da Terceira Emissão”, “Debêntures da Terceira Emissão” e “Agente Fiduciário dos Debenturistas da Terceira Emissão”, respectivamente), incluindo, mas sem limitação às Obrigações Garantidas, conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI – Minas Gerais Participações S.A., a ser celebrado entre a Companhia, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e o Itaú Unibanco S.A., em 24 de julho de 2012, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração nesta data (“Contrato de Cessão Fiduciária”), promoverá, em critério de caixa, a partir de 03 de abril de 2013, inclusive, e sempre no 3º (terceiro) dia útil de cada mês subsequente (“Data de Amortização das Debêntures Subordinadas”), a amortização compulsória das Debêntures Subordinadas (“Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas”), pelo valor de no mínimo 90% (noventa por cento) das disponibilidades de caixa da Emissora depositadas na Conta de Livre Movimentação, conforme definida na Escritura das Debêntures da Terceira Emissão, que estejam desvinculadas e livres para transferência, no dia útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas; **(u) Amortização Programada Extraordinária:** No prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da integralização das Debêntures, a Emissora realizará amortização parcial das

Roney Luiz Torres Alves da Silva
Diretor Presidente

Rodovia Pref. Américo Gianetti, 4143 - Serra Verde - Cid. Administrativa - Ed. Gerência - 31630-901 - Belo Horizonte/MG
Cep: 31630-901 - Fone: (31) 3915-4858 - Fax: (31) 3915-4893 - E-mail: mgi@mgi.com.br - www.mgipart.com.br

Debêntures Subordinadas utilizando os recursos advindos da Terceira Emissão de Debêntures; (v) **Pagamento da Remuneração das Debêntures Subordinadas:** A remuneração das Debêntures Subordinadas será paga mensalmente, observado o disposto na Escritura das Debêntures de 2ª Emissão (conforme definido abaixo); (x) **Vencimento Antecipado das Debêntures Subordinadas:** As Debêntures Subordinadas terão certos eventos que acionarão o seu vencimento antecipado, definidos com base nas práticas usuais de mercado adotadas em operações semelhantes e a serem detalhados no Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A. (“Escritura das Debêntures de 2ª Emissão”).

5.2. Aprovar a Emissão da 3ª emissão de debêntures simples: aprovar a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios, em série única, da Companhia, as quais serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução CVM 400, a qual terá as seguintes características e condições: (a) **Número da Emissão:** as Debêntures Simples representam a terceira emissão de debêntures da Companhia, mas a sua segunda emissão pública de debêntures; (b) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Oferta nos termos da Instrução CVM nº 400 é de até R\$ 316.000.000,00 (trezentos e dezesseis milhões de reais), na Data de Emissão das Debêntures Simples (conforme abaixo definida); (c) **Séries:** a emissão das Debêntures Simples será realizada em série única; (d) **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas até 31.600 (trinta e um mil e seiscentas) Debêntures Simples, não devendo haver qualquer acréscimo a título de lote suplementar ou adicional após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, para a definição, com a Companhia, da Remuneração das Debêntures Simples (conforme definido abaixo) (“Procedimento de Bookbuilding”). (e) **Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 30 de agosto de 2012 (“Data de Emissão das Debêntures Simples”); (f) **Valor Nominal das Debêntures Simples:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (“Valor Nominal Unitário das Debêntures Simples”); (g) **Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures da Primeira Série:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures Simples não será atualizado. Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Simples incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a até 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Sobretaxa”), e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração das Debêntures Simples”, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Simples desde a Data de Emissão das Debêntures Simples ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures Simples


Reney Lima Torres Alves da Silva
Advogado-Geral Adjunto do Estado
Car. 14.62 aut. 177

Marcos Antônio Brant
Chefe de Gabinete da Presidência

Rodovia Pref. Américo Gianetti, 4143 - Serra Verde - Cid. Administrativa - Ed. Ger. 14.62 aut. 177 - Belo Horizonte/MG
Cep: 31630-901 - Fone: (31) 3915-4858 - Fax: (31) 3915-4893 - E-mail: mgi@mgipart.com.br - www.mgipart.com.br



imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração das Debêntures Simples será calculada de acordo com a fórmula descrita na Escritura das Debêntures da Terceira Emissão; **(h) Tipo e Forma:** As Debêntures Simples terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de debêntures; **(i) Conversibilidade:** As Debêntures Simples não serão conversíveis em ações; **(j) Espécie:** As Debêntures Simples serão da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos de crédito autônomos; **(k) Destinação dos Recursos:** O montante líquido obtido pela Companhia com a distribuição das Debêntures Simples será integralmente utilizado para a amortização programada extraordinária das Debêntures Subordinadas; **(l) Prazo e Data de Vencimento:** O prazo das Debêntures Simples será de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão das Debêntures Simples, com vencimento final previsto para 30 de agosto de 2017 ("Data de Vencimento das Debêntures Simples") ; **(m) Integralização:** A integralização das Debêntures Simples será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP") e/ou BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") ; **(n) Preço de Subscrição:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Escritura das Debêntures da Terceira Emissão; **(o) Registro e Negociação em Sistema de Liquidação e Custódia:** As Debêntures Simples serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, respectivamente, por meio do (i) SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrados e operacionalizados pela CETIP, com a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do (ii) DDA e/ou sistema de negociação da BM&FBOVESPA (ambiente de negociação de ativos de renda fixa), administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, com a distribuição e a negociação liquidadas e as debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA; **(p) Garantias:** As Debêntures Simples terão como garantia real ("Garantia") a cessão fiduciária dos Direitos de Crédito Autônomos (conforme abaixo definido) e todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos (conforme abaixo definido), de titularidade da Companhia, presentes e futuros, ("Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente"), nos termos a serem negociados e previstos no Contrato de Cessão Fiduciária; **(q) Resgate Antecipado Facultativo:** Não haverá a possibilidade de resgate antecipado facultativo; **(r) Amortização:** O percentual de amortização, será indicado em cronograma de amortização a ser definido na Escritura das Debêntures da Terceira Emissão, incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures Simples, para cada parcela, desde a primeira parcela com vencimento em 30 de março de 2013 até a última com vencimento em 30 de agosto de 2017; **(s) Pagamento da Remuneração das Debêntures Simples:** A Remuneração das Debêntures Simples será paga mensalmente, a partir da Data de Emissão das Debêntures Simples, sendo o primeiro pagamento devido em 30 de setembro de 2012 e o último na Data de Vencimento das Debêntures Simples, ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de Vencimento Antecipado (conforme a ser definido na Escritura das Debêntures da Terceira Emissão), ou da realização do resgate nos termos da Escritura das Debêntures da Terceira Emissão; e **(t) Vencimento Antecipado das Debêntures Simples:** As Debêntures Simples terão certos eventos que acionarão o seu vencimento


Marcos Amorim Brandão
Chefe de Gabinete do Presidente



antecipado, definidos de comum acordo entre a Companhia e os coordenadores da Oferta com base nas práticas usuais de mercado adotadas em operações semelhantes e a serem detalhados na Escritura das Debêntures da Terceira Emissão.

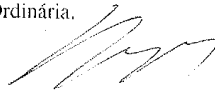
5.3. Alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia:

5.3.1 Suprimida a expressão “observado o disposto no art. 5º, § 2º, b, deste Estatuto” que, inadvertidamente, consta da alínea c, do art. 30, do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: “(c) do lucro líquido ajustado verificado anualmente, 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados à distribuição sob a forma de dividendos, compensáveis com os juros sobre capital próprio, eventualmente pagos, salvo decisão da Assembleia Geral dos Acionistas em contrário”.

5.3.2 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em razão da alteração da redação da alínea c do art. 30 e da modificação introduzida no art. 5º, através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2011, passando o Estatuto Social a vigorar com a redação constante do Anexo I à presente Ata.

5.4. Autorização à Diretoria: Ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à efetivação da Oferta 400 e Oferta 476, bem como autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e deliberações e praticar todos os demais atos necessários e úteis à implementação das deliberações tomadas nos itens anteriores, incluindo, mas não se limitando: (a) a negociação dos demais termos e condições, com base nas práticas usuais de mercado adotadas em operações semelhantes, e celebração da Escritura das Debêntures da Segunda Emissão e da Escritura das Debêntures da Terceira Emissão; (b) a negociação dos termos e condições, com base nas práticas usuais de mercado adotadas em operações semelhantes, e contratação dos coordenadores da Oferta 400 e da Oferta 476; (c) a negociação dos termos e condições, com base nas práticas usuais de mercado adotadas em operações semelhantes, e contratação dos demais prestadores de serviços relacionados à Emissão e da oferta das Debêntures; e (d) a negociação e celebração de todos os atos e documentos relacionados à efetivação da Oferta 400 e Oferta 476.

5.5. Eleição do Membro Suplente do Conselho Fiscal: eleger, para o cargo de suplente do Conselho Fiscal, em substituição a **Humberto Rodrigues Gomes**, o Sr. **Cleber Reis Grego**, brasileiro, casado, Procurador do Estado de Minas Gerais, advogado, CI n.º MG - 1.524.627, expedida pela Secretaria de Estado de Defesa Social, CPF n.º 455.588.506-63, residente e domiciliado na Rua Arquiteto Raffaello Berté n.º 774, casa, Bairro Mangabeiras, nesta Capital, CEP: 30210-120, inscrito na OAB/MG sob o n.º 45.805, com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

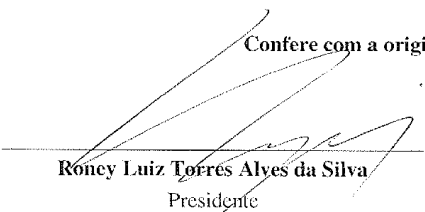

Roney Luiz Torres Alves da Silva
Advogado-Geral Adjunto do Estado
CADEN 34.134 - OABSP: 777.097/3


Marcelo Amorim Brant
Chefe de Gabinete da Presidência



6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, em forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, que, lida, conferida, e achada conforme, foi por todos assinada. Belo Horizonte, 23 de julho de 2012. Mesa: Roney Luiz Torres Alves da Silva – Presidente; Marcela Amorim Brant – Secretária. Acionistas Presentes: (i) Estado de Minas Gerais, representado por Roney Luiz Torres Alves da Silva, na qualidade de Advogado Geral Adjunto do Estado; (ii) CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais S.A, representado por Djalma Bastos de Moraes, na qualidade de Diretor-Presidente; e (iii) BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., representado por Marcela Amorim Brant, na qualidade de procuradora.

Confere com a original lavrada em livro próprio.


Roney Luiz Torres Alves da Silva
Presidente


Marcela Amorim Brant.
Secretária

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO C

- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora que Deliberou sobre a Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA MGI – MINAS
GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF nº 19.296.342/0001-29

NIRE 31300039927

ATA nº. 009/2012	Data: 23/07/2012	Hora: 09:00
Pauta: Autorizar a outorga de cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia à oferta pública para distribuição da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A.		

1. **DATA, HORA E LOCAL DA REUNIÃO:** Realizada aos 23 dias do mês de julho de 2012, às 09:00 horas, na sede da MGI - Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31.630-901.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Dispensada a convocação, tendo em vista estarem presentes os conselheiros representando a totalidade do Conselho de Administração da Companhia.
3. **MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Dr. Leonardo Maurício Colombini Lima e secretariados pelo Dr. Fernando Viana Cabral.
4. **ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para (i) deliberar sobre a outorga de cessão fiduciária de direitos creditórios, sob condição suspensiva, em garantia à oferta pública para a distribuição de até 31.600 (trinta e um mil e seiscentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios, em série única, da 3ª emissão da Companhia (“Oferta” ou “Emissão”); e (ii) autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar o Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, a ser firmado entre a Companhia, a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco centralizador (“Contrato de Cessão Onerosa”).





5. **DELIBERAÇÕES:** Instalada a reunião, após a discussão e apreciação da matéria objeto da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, o seguinte:

5.1 Aprovar a outorga de cessão fiduciária em garantia aos debenturistas da Emissão dos seguintes direitos: (a) direitos autônomos ao recebimento de créditos tributários, objeto de parcelamentos administrativos, referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, no montante de até R\$ 1.819.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e dezenove milhões de reais) (“Direitos de Crédito Autônomos”); (b) direitos detidos pela Companhia, emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e (c) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os recursos devidos aos municípios do Estado de Minas Gerais, à Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e às verbas decorrentes do ajuizamento de ações judiciais, incluindo honorários advocatícios, depositados ou a serem depositados ou a serem depositados e mantidos, em contas vinculadas, cujas características serão descritas na escritura da Emissão, incluindo rendimentos e investimentos realizados com tais recursos, que também farão parte da cessão fiduciária em garantia, bem como todos os direitos sobre as Contas da Garantia (a serem definidas no Contrato de Cessão Fiduciária), cuja movimentação deverá ocorrer exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas (a ser celebrado conforme definido abaixo).

5.2. Ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à efetivação da Emissão e da Oferta das debêntures, bem como da constituição da garantia e autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e deliberações e praticar todos os demais atos necessários e úteis à implementação da deliberação tomada no item anterior, incluindo, mas não se limitando, a negociação dos termos e condições e celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças (“Contrato de Cessão Fiduciária”) e do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas (“Contrato de Administração de Contas”).

5.3. Autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar o Contrato de Cessão Onerosa e ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à celebração do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo todas as providências, deliberações e prática de todos os atos necessários e úteis à implementação da deliberação tomada neste item.



6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Belo Horizonte, 23 de julho de 2012. Mesa: Leonardo Maurício Colombini Lima – Presidente; e Fernando Viana Cabral – Secretário. Conselheiros Presentes: (i) Leonardo Maurício Colombini Lima; (ii) Fernando Viana Cabral; (iii) Antonio Jorge de Souza Marques; (iv) Perácio Alves Salvador; (v) José Orlando Silva e Santos; e (vi) Sady da Cunha Pereira.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

Leonardo Maurício Colombini Lima

Presidente

Fernando Viana Cabral

Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO D

- Relatório de Classificação de Risco das Debêntures elaborado pela Moody's

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Rating Action: A Moody's atribui ratings preliminares às debêntures sênior emitidas pela MGI - Minas Gerais Participações S.A. com garantia real de créditos parcelados de ICMS

Global Credit Research - 19 Jul 2012

Aproximadamente R\$ 316 milhões de debêntures sênior classificadas

Sao Paulo, July 19, 2012 -- A Moody's America Latina (Moody's) atribuiu ratings preliminares (P) Aa2.br (sf) (Escala Nacional Brasileira) e (P) Ba1 (sf) (Escala Global, Moeda Local) às debêntures sênior emitidas pela MGI - Minas Gerais Participações S.A., uma operação de securitização com garantia real por meio da cessão fiduciária de parcelamentos administrativos de ICMS devidos por contribuintes ao Estado de Minas Gerais e decorrentes de renegociação de créditos tributários.

Emissora: MGI - Minas Gerais Participações S.A. (MGI ou Emissora)

Debêntures Sênior -- (P) Aa2.br (sf) (Escala Nacional Brasileira) & (P) Ba1 (sf) (Escala Global, Moeda Local)

FUNDAMENTO DOS RATINGS

Os ratings preliminares (P) Aa2.br (sf) / (P) Ba1 (sf) são atribuídos à 3ª emissão de debêntures sênior da MGI - Minas Gerais Participações S.A., com garantia real de parcelamento de ICMS decorrentes de renegociação. As debêntures são de série única e não conversíveis em ações.

A MGI é uma sociedade anônima, controlada pelo Estado de Minas Gerais, que, em 31/03/2012, detinha 99,8% do capital social da Emissora. O rating de emissor do Estado de MG é Ba1 na escala global. A MGI não possui rating pela Moody's.

Os ratings (P) Aa2.br (sf) / (P) Ba1 (sf) atribuídos às debêntures sênior estão baseados principalmente no fluxo de recursos resultantes dos parcelamentos de ICMS cedidos em garantia à operação. Adicionalmente, os ratings refletem a força financeira do Estado de MG para realizar pagamentos de indenização, conforme encontra-se definido abaixo.

As debêntures terão como garantia real a cessão fiduciária do direito autônomo ao recebimento de 60% do fluxo de créditos tributários, reconhecidos pelos contribuintes, objeto de parcelamentos administrativos referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação -- ICMS, com pagamentos mensais, e devidos ao Estado de MG (direitos creditórios).

Haverá uma única cessão fiduciária de direitos creditórios do Estado de MG para a Emissora; a cessão será realizada pelo valor de face dos direitos creditórios no momento da cessão. No contrato de cessão onerosa, firmado entre o Estado de MG e a Emissora, o Estado de MG obriga-se a indenizar a Emissora e os debenturistas em caso de prejuízos decorrentes de futuras renegociações de direitos creditórios realizadas após a cessão, nas situações em que as referidas renegociações tenham sido resultado de descumprimento das obrigações do Estado definidas no referido contrato.

As debêntures sênior possuem prazo de 60 meses. Serão realizados pagamentos de juros nos 6 primeiros meses; nos meses posteriores serão realizados pagamentos mensais de principal e juros. A taxa de juros, acumulada diariamente, será equivalente à taxa DI acrescida de taxa pré-fixada a ser definida em processo de bookbuilding, com teto de 3,5% a.a.. As debêntures sênior serão distribuídas por meio de oferta pública, via Instrução CVM 400. As debêntures subordinadas serão integralmente integralizadas pelo Estado de MG.

A operação monitorará determinados índices, que, caso desenquadrados, acionam um evento de avaliação e/ou liquidação. Na ocorrência de um evento de avaliação, os debenturistas poderão deliberar pela liquidação antecipada da debênture. Em caso de liquidação antecipada, todos os recursos deverão ser direcionados para amortização das debêntures sênior, não havendo transferência de fluxos para a Emissora até que as debêntures

sênior sejam completamente amortizadas. Os dois principais índices de monitoramento do desempenho dos créditos tributários são:

- Índice de Garantia Real (IGR) de, no mínimo, 200%, definido como a razão entre os direitos creditórios decorrentes de direitos creditórios que estejam adimplentes sobre o montante de debêntures sênior em circulação. O IGR será calculado mensalmente pelo agente fiduciário. Será considerado um evento de avaliação o desenquadramento do Índice de Garantia Real (IGR) em qualquer data de verificação.
- Índice de Cobertura (IC) de, no mínimo, 180%, definido como a razão entre o montante de pagamentos de direitos creditórios recebidos no mês sobre o volume a ser pago a título de amortização de principal e juros às debêntures sênior no mesmo mês. O IC será calculado mensalmente pelo agente fiduciário. Será considerado um evento de avaliação o desenquadramento do IC em 2 datas de verificação consecutivas ou 3 datas de verificação alternadas em um período de 12 meses.

Para atribuir os ratings à operação, a Moody's analisou dados de produção e desempenho dos programas de parcelamento de créditos tributários relativos ao ICMS do Estado de MG. Os dados foram revisados e disponibilizados pela KPMG Auditores Independentes. A análise cobre o período iniciado em Outubro de 2004 e findo em Janeiro de 2012 e está segregada por safras trimestrais de originação. O desempenho das safras é apresentado com periodicidade mensal.

Risco de descasamento de taxa de juros:

Os créditos tributários representados pelos direitos creditórios cedidos são corrigidos pela Taxa Selic, enquanto a taxa de juros paga às debêntures sênior é indexada ao CDI. O risco de descasamento de taxa de juros é considerado mínimo nessa operação, devido ao forte grau de acoplamento histórico dessas taxas.

A operação não possui critérios de elegibilidade. A carteira alvo a ser cedida em garantia da operação representa a totalidade da carteira de parcelamentos de ICMS do Estado de Minas Gerais (excluído o percentual de Recursos Excluídos). Para efeitos de modelagem e assumindo o montante máximo de debêntures sênior de R\$ 316 milhões, a Moody's assumiu que o valor de face a ser adquirido será de no mínimo, R\$ 1.108,6 milhões vencidos até o mês 60 (prazo de vencimento das debêntures).

O risco de fungibilidade é limitado, tendo em vista que:

- Os devedores realizam os pagamentos das parcelas em uma das instituições financeiras responsáveis pelo recebimento dos pagamentos;
- Os fluxos de recursos recebidos referentes aos direitos creditórios são depositados em uma conta centralizadora, de titularidade da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, de movimentação exclusiva pelo Itaú Unibanco S.A., como Banco Centralizador da operação.
- Caberá ao Banco Centralizador (Itaú Unibanco) o devido monitoramento e segregação dos Recursos Excluídos (recursos devidos aos municípios do Estado de Minas Gerais, ao FUNDEB e às verbas decorrentes do ajuizamento de ações judiciais, inclusive honorários advocatícios, sendo que tais recursos devidos representam, em conjunto, o equivalente à 40% dos recursos advindos da realização dos direitos creditórios autônomos), que também serão depositados na conta centralizadora, para posterior liberação para uma conta do Estado de Minas Gerais. Os recursos advindos da realização dos direitos de crédito autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos, serão exclusivamente direcionados automaticamente pelo Banco Centralizador à Conta de Recebimento, de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Centralizador com a autorização expressa do Agente Fiduciário. Tais recursos deverão ser transferidos automaticamente para a Conta de Recebimento no dia útil seguinte ao depósito realizado na Conta Centralizadora. Na conta de recebimento, serão também recebidos os rendimentos e cotas de fundos do Investimento Permitido.

Dentre os principais riscos da operação, destacamos:

- A operação está vinculada ao Estado de MG, o qual deverá disponibilizar informações precisas e tempestivas para determinados partícipes da operação (como agente fiduciário e banco centralizador), incluindo: (i) informar a ocorrência de um novo programa de renegociação de ICMS, (ii) disponibilizar os dados atualizados para o cálculo da indenização decorrente da renegociação dos créditos tributários pelos contribuintes, (iii) dados atualizados para o cálculo dos triggers da operação, como IGR e IC. A Moody's enxerga como o fator mitigante o papel

desempenhado pelo Itaú Unibanco, como banco centralizador, o qual acompanhará os fluxos de caixa realizados dos direitos creditórios, configurando-se como uma terceira parte independente capaz de prover informações referentes ao desempenho dos direitos creditórios cedidos à operação. A Moody's também entende que os ratings definitivos da operação não serão mais elevados do que o rating do Estado de MG.

- Criação de novos programas de renegociação de ICMS: A revisão dos dados disponibilizados pela KPMG sugere que nos meses subsequentes ao anúncio de 2 novos programas de renegociação (Dez/07 e Mai/10), a maior parte dos devedores tenham optado por renegociar seus créditos tributários sob o novo programa. Por exemplo, 6 meses após o anúncio do programa em Dez/07, houve queda de cerca de 80% no montante do saldo em aberto de parcelamentos. Estatísticas similares foram observadas para o programa anunciado em Mai/10. Como mitigante, a Moody's aponta os seguintes fatores: (i) eventuais novos programas de renegociação de ICMS que levem à renegociação dos direitos creditórios atuais acionarão a exigência de pagamento de indenização pelo Estado de MG para cobrir eventuais prejuízos sofridos pela MGI e/ou debenturistas, e (ii) caso o Estado de MG não realize o pagamento da indenização à MGI e/ou aos debenturistas, o default da MGI em relação às debêntures também poderia acionar um evento de cross default em outras dívidas do Estado de MG (conforme informado pelo Citibank, coordenador líder). O supra mencionado configura-se como incentivo ao Estado de MG em honrar sua obrigação quanto ao pagamento da indenização e/ou à opção de recompra dos direitos creditórios renegociados.

Ao atribuir os ratings (P) Aa2.br (sf) / (P) Ba1 (sf) às debêntures sênior, a Moody's considerou a principal fonte de reforço de crédito -- subordinação inicial de 71% e subordinação mínima ao longo da operação de 50% (ou Índice de Garantia Real equivalente a 200%) -- em um cenário de estresse em relação ao desempenho histórico da carteira.

A Moody's considerou os fluxos de caixa estressados obtidos a partir de:

- Cronograma de amortização da carteira cedida em garantia (cronograma de amortização prevista nos contratos assumindo que não ocorrerá perdas), conforme apresentado no relatório da KPMG;
- Curva de mortalidade que reflete as perdas de crédito da carteira sob um cenário de estresse e incorporando o efeito de seasoning (ou do número de parcelas mensais já quitadas pelo devedor). A Moody's assume que a ausência de pagamento de qualquer parcela até o último dia do 3º mês subsequente ao de seu vencimento levará ao cancelamento do contrato de parcelamento, o que incorrerá na perda dos fluxos de caixas decorrentes desse contrato.

Análise de Sensibilidade e Break-Even

A fim de calcular o break-even da operação, a Moody's estressou as premissas de perda sob o cenário base, aplicando um fator de estresse na forma de um corte nos fluxos de caixa projetados. O fator de estresse foi elevado até o momento em que as debêntures sênior começassem a sofrer perdas (cenário de break-even). A análise de break-even foi repetida assumindo que um cenário de liquidação antecipada, em que todo o fluxo de pagamentos é utilizado primeiramente para amortização das debêntures sênior, para todos os meses em que um cenário de liquidação antecipada entrasse em efeito. Dado o elevado reforço de crédito que a operação possuiria em caso de um cenário de liquidação antecipada, quando todo o fluxo de pagamentos é utilizado primeiramente para a amortização das debêntures sênior, a análise de break-even foi realizada para os diversos meses em que a liquidação antecipada fosse iniciada.

Por exemplo, os fluxos de caixa sob o cenário base poderiam sofrer redução de 54% sem que os investidores sofressem perdas, assumindo um cenário de liquidação antecipada a partir do 1º mês. Da mesma forma, caso um liquidação antecipada nunca seja acionado, os fluxos de caixa assumidos pela Moody's poderiam ter uma redução adicional de 28% antes que os investidores tivessem a primeira perda.

A Moody's nota que os fluxos de caixa sob o cenário base foram dimensionados de forma conservadora a partir do desempenho das piores safras e que a redução adicional se dá sobre o cenário base já estressado.

Risco de Concentração

O risco de concentração da operação é limitado pelo nível de reforço de crédito, com relação ao nível de subordinação da operação. A análise de break-even sugere que a operação poderia suportar a inadimplência simultânea dos 30 maiores sacados no primeiro mês contado do fechamento, que representam cerca de 35% da carteira, caso os investidores colocassem a operação entrasse em liquidação antecipada até o mês 40.

Para maiores detalhes sobre a análise realizada pela Moody's da operação consulte o relatório de Pré-Venda publicado no site da Moody's (www.moody's.com).

Os Ratings em Escala Nacional da Moody's (NSRs) têm o intuito de serem avaliações relativas da idoneidade creditícia entre as emissões de dívida e os emissores de um dado país, a fim de permitir que os participantes do mercado diferenciem melhor os riscos relativos. Os NSRs são diferentes dos ratings globais da Moody's pois não são globalmente comparáveis ao universo global de entidades classificadas pela Moody's, mas apenas a NSRs de outras emissões e emissores classificados no mesmo país. Os NSRs são designados por um modificador ".nn" que indica o país relevante, como ".br" no caso do Brasil. Para maiores informações sobre a abordagem da Moody's para ratings na escala nacional, consulte as Diretrizes para Implementação de Ratings da Moody's publicadas em março de 2011 sob o título "Mapeamento dos Ratings na Escala Nacional da Moody's para Ratings na Escala Global" ("Mapping Moody's National Scale Ratings to Global Scale Ratings").

DIVULGAÇÕES REGULATÓRIAS

Para ratings atribuídos a um programa, série ou categoria/classe de dívida, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes a cada um dos ratings de títulos ou notas emitidas subsequentemente da mesma série ou categoria/classe de dívida ou de um programa no qual os ratings sejam derivados exclusivamente dos ratings existentes, de acordo com as práticas de rating da Moody's. Para os ratings atribuídos a um provedor de suporte, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes à ação de rating dos provedor de suporte e referentes a cada uma das ações de rating dos títulos que derivam seus ratings do rating do provedor de suporte. Para ratings provisórios, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes ao rating provisório atribuído, e em relação ao rating definitivo que pode ser atribuído após a emissão final da dívida, em cada caso em que a estrutura e os termos da transação não tiverem sido alterados antes da atribuição do rating definitivo de maneira que pudesse ter afetado o rating. Para maiores informações, consulte a aba de ratings na página do respectivo emissor/entidade disponível no www.moody's.com.

As fontes de informação utilizadas na elaboração do rating de crédito são as seguintes: partes envolvidas nos ratings e informações públicas.

A Moody's recebeu e considerou uma avaliação realizada por terceiros através do relatório de devida diligência sobre os ativos subjacentes ou instrumentos financeiros desta operação. A avaliação teve impacto positivo no rating.

Maiores informações sobre as representações e garantias e mecanismos de cumprimento disponíveis aos investidores encontram-se no http://www.moody's.com/viewresearchdoc.aspx?docid=PBS_SF292321.

A Moody's considera a qualidade das informações disponíveis sobre o emissor ou obrigação como sendo satisfatória ao processo de atribuição do rating de crédito.

A Moody's adota todas as medidas necessárias para que as informações utilizadas na atribuição de ratings seja de qualidade suficiente e proveniente de fontes que a Moody's considera confiáveis incluindo, quando apropriado, fontes de terceiros. No entanto, a Moody's não realiza serviços de auditoria, e não pode realizar, em todos os casos, verificação ou confirmação independente das informações recebidas nos processos de rating.

Consulte a página de divulgação de ratings em www.moody's.com para obter maiores informações a respeito de conflitos de interesse potenciais.

Consulte a página de divulgação de ratings em www.moody's.com para obter informações sobre (A) os principais acionistas da MCO (com participação acima de 5%) e (B) para ter acesso a mais informações sobre relações que possam existir entre os diretores da MCO e entidades classificadas assim como (C) os nomes das entidades que têm ratings da MIS que também reportaram publicamente à Securities and Exchange Commission dos EUA uma participação na MCO acima de 5%. Um membro do conselho de administração da entidade classificada também pode ser membro do conselho de administração de um acionista da Moody's Corporation; no entanto, a Moody's não verificou esse assunto de maneira independente.

Consulte os "Símbolos e Definições de Rating da Moody's" na página de Processo de Rating no www.moody's.com para obter mais informações sobre o significado de cada categoria de rating, além da definição de default e recuperação.

Consulte a aba de ratings na página do emissor/entidade no www.moody's.com para visualizar o histórico e a última ação de rating deste emissor.

A data em que alguns Ratings foram atribuídos pela primeira vez diz respeito a uma época em que os ratings da Moody's não eram integralmente digitalizados e pode ser que os dados precisos não estejam disponíveis. Consequentemente, a Moody's fornece uma data que acredita ser a mais confiável e precisa com base nas informações que são disponibilizadas. Consulte a página de divulgação de ratings em nosso website www.moody's.com para obter maiores informações.

Consulte o www.moody's.com para atualizações ou alterações sobre o analista líder e a entidade legal da Moody's que emitiu o rating.

Johann Grieneisen
Vice President - Senior Analyst
Structured Finance Group
Moody's America Latina Ltda.
Avenida Nacoes Unidas, 12.551
16th Floor, Room 1601
Sao Paulo, SP 04578-903
Brazil
JOURNALISTS: 800-891-2518
SUBSCRIBERS: 55-11-3043-7300

Maria Ines Muller
Senior Vice President
Structured Finance Group
JOURNALISTS: 212-553-0376
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

Releasing Office:
Moody's America Latina Ltda.
Avenida Nacoes Unidas, 12.551
16th Floor, Room 1601
Sao Paulo, SP 04578-903
Brazil
JOURNALISTS: 800-891-2518
SUBSCRIBERS: 55-11-3043-7300



© 2012 Moody's Investors Service, Inc. and/or its licensors and affiliates (collectively, "MOODY'S"). All rights reserved.

CREDIT RATINGS ISSUED BY MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC. ("MIS") AND ITS AFFILIATES ARE MOODY'S CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES, AND CREDIT RATINGS AND RESEARCH PUBLICATIONS PUBLISHED BY MOODY'S ("MOODY'S PUBLICATIONS") MAY INCLUDE MOODY'S CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES. MOODY'S DEFINES CREDIT RISK AS THE RISK THAT AN ENTITY MAY NOT MEET ITS CONTRACTUAL, FINANCIAL OBLIGATIONS AS THEY COME DUE AND ANY ESTIMATED FINANCIAL LOSS IN THE EVENT OF DEFAULT. CREDIT RATINGS DO NOT ADDRESS ANY OTHER RISK, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO: LIQUIDITY RISK, MARKET VALUE RISK, OR PRICE VOLATILITY. CREDIT RATINGS AND MOODY'S OPINIONS INCLUDED IN MOODY'S PUBLICATIONS ARE NOT STATEMENTS OF CURRENT OR HISTORICAL FACT. CREDIT RATINGS AND MOODY'S PUBLICATIONS DO NOT

CONSTITUTE OR PROVIDE INVESTMENT OR FINANCIAL ADVICE, AND CREDIT RATINGS AND MOODY'S PUBLICATIONS ARE NOT AND DO NOT PROVIDE RECOMMENDATIONS TO PURCHASE, SELL, OR HOLD PARTICULAR SECURITIES. NEITHER CREDIT RATINGS NOR MOODY'S PUBLICATIONS COMMENT ON THE SUITABILITY OF AN INVESTMENT FOR ANY PARTICULAR INVESTOR. MOODY'S ISSUES ITS CREDIT RATINGS AND PUBLISHES MOODY'S PUBLICATIONS WITH THE EXPECTATION AND UNDERSTANDING THAT EACH INVESTOR WILL MAKE ITS OWN STUDY AND EVALUATION OF EACH SECURITY THAT IS UNDER CONSIDERATION FOR PURCHASE, HOLDING, OR SALE.

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS PROTECTED BY LAW, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO, COPYRIGHT LAW, AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR RESOLD, OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT. All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, all information contained herein is provided "AS IS" without warranty of any kind. MOODY'S adopts all necessary measures so that the information it uses in assigning a credit rating is of sufficient quality and from sources Moody's considers to be reliable, including, when appropriate, independent third-party sources. However, MOODY'S is not an auditor and cannot in every instance independently verify or validate information received in the rating process. Under no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, resulting from, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the procurement, collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect, special, consequential, compensatory or incidental damages whatsoever (including without limitation, lost profits), even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages, resulting from the use of or inability to use, any such information. The ratings, financial reporting analysis, projections, and other observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or recommendations to purchase, sell or hold any securities. Each user of the information contained herein must make its own study and evaluation of each security it may consider purchasing, holding or selling. NO WARRANTY, EXPRESS OR IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH RATING OR OTHER OPINION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER.

MIS, a wholly-owned credit rating agency subsidiary of Moody's Corporation ("MCO"), hereby discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and commercial paper) and preferred stock rated by MIS have, prior to assignment of any rating, agreed to pay to MIS for appraisal and rating services rendered by it fees ranging from \$1,500 to approximately \$2,500,000. MCO and MIS also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between directors of MCO and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to the SEC an ownership interest in MCO of more than 5%, is posted annually at www.moody.com under the heading "Shareholder Relations — Corporate Governance — Director and Shareholder Affiliation Policy."

Any publication into Australia of this document is by MOODY'S affiliate, Moody's Investors Service Pty Limited ABN 61 003 399 657, which holds Australian Financial Services License no. 336969.

This document is intended to be provided only to "wholesale clients" within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001. By continuing to access this document from within Australia, you represent to MOODY'S that you are, or are accessing the document as a representative of, a "wholesale client" and that neither you nor the entity you represent will directly or indirectly disseminate this document or its contents to "retail clients" within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001.

Notwithstanding the foregoing, credit ratings assigned on and after October 1, 2010 by Moody's Japan K.K. ("MJKK") are MJKK's current opinions of the relative future credit risk of entities, credit commitments, or debt or debt-like securities. In such a case, "MIS" in the foregoing statements shall be deemed to be replaced with "MJKK". MJKK is a wholly-owned credit rating agency subsidiary of Moody's Group Japan G.K., which is wholly owned by Moody's Overseas Holdings Inc., a wholly-owned subsidiary of MCO.

This credit rating is an opinion as to the creditworthiness of a debt obligation of the issuer, not on the equity securities of the issuer or any form of security that is available to retail investors. It would be dangerous for retail investors to make any investment decision based on this credit rating. If in doubt you should contact your financial or other professional adviser.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO E

- Declarações da Emissora, nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31.360-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (“JUCEMG”) sob o NIRE 31300039927, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Companhia”), no âmbito da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública da Companhia (“Oferta”), a ser realizada pela Companhia e sob a coordenação do Banco Citibank S.A. (“Coordenador Líder”), do Banco ABC Brasil S.A. (“Banco ABC”), e do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), e em conjunto com o Banco ABC e o Coordenador Líder, “Coordenadores”) e com a estruturação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG, vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), exclusivamente para os fins do processo de registro da Oferta na CVM, o quanto segue:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição;
- (ii) o formulário de referência (“Formulário de Referência”) e o prospecto preliminar (“Prospecto Preliminar”) contém e o prospecto definitivo (“Prospecto Definitivo”) conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, do Emissor, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

- (iii) o Formulário de Referência, o Prospecto Preliminar foram e o Prospecto

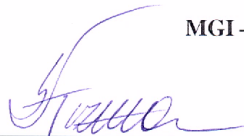


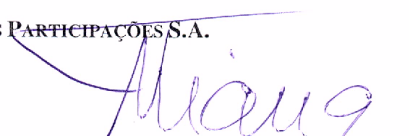
Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Sendo o que cumpria para o momento, renova os votos de estima e consideração e subscreve-se.

Minas Gerais, 27 de julho de 2012.

MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.



Benedito Sérgio de Rezende
Diretor Presidente

Fernando Antônio dos Anjos Viana
Diretor de Relações com Investidores

ANEXO F

- Declarações do Coordenador Líder, nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

O BANCO CITIBANK S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar (parte), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 33.479.023/0001-80, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, (“Coordenador Líder”), na qualidade de instituição intermediária líder responsável pela coordenação e colocação da distribuição pública de 31.600 (trinta e um mil e seiscentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios, em série única, sob o regime de garantia firme de colocação, da 3ª emissão da **MGI – Minas Gerais Participações S.A.** (“Companhia”), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, qual seja, 30 de agosto de 2012 (“Data de Emissão”), perfazendo o valor total de R\$ 316.000.000,00 (trezentos e dezesseis milhões de reais) na Data de Emissão, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”, “Oferta” e “Debêntures”, respectivamente), declarar o quanto segue:

Considerando que:

- (i) a Companhia e o Coordenador Líder constituíram assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para a realização da Oferta está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em 30 de setembro de 2011, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta (“Prospecto Definitivo”);
- (iii) a Companhia contratou os seus auditores independentes para (i) aplicação dos procedimentos previstos na Norma e Procedimento de Auditoria nº 12, de 7 de março de 2006, emitida pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), com relação ao prospecto preliminar da Oferta (“Prospecto Preliminar”) e ao Prospecto Definitivo; e (ii) emissão de carta de conforto para o Coordenador Líder;
- (iv) a Companhia confirmou ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seu assessor legal, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (v) a Companhia, em conjunto com o Coordenador Líder, participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio do seu assessor legal.

O Coordenador Líder declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações fornecidas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações prestadas ao mercado durante todo prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integra o

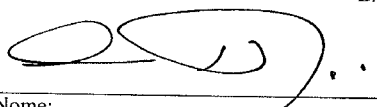


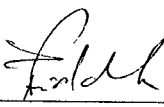
Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

- (ii) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures, da Companhia, das suas atividades, da sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 26 de julho de 2012.

BANCO CITIBANK S.A


Nome: _____
Cargo: André Franco de Moraes
Diretor


Nome: _____
Cargo: Robin Liddle
Diretor Executivo
Citi Wealth Management



ANEXO G

- Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ANEXO I

À Ata de Assembleia Geral Extraordinária da MGI – Minas Gerais Participações S.A. realizada em
23 DE Julho DE 2012

CNPJ 19296342000129 / NIRE 31300039927

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - Denominação, Objetivos, Sede, Foro, Duração

Art. 1º - A MGI - Minas Gerais Participações S.A. é uma Sociedade Anônima criada em 19 de Agosto de 1976, cujo ato constitutivo está arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 394.363/76, e que se rege pelo presente Estatuto e pela legislação vigente.

Parágrafo 1º- A denominação social MGI - Minas Gerais Participações S.A., o vocábulo Sociedade e a sigla MGI se equivalem para os efeitos deste Estatuto.

Parágrafo 2º - A MGI vincula-se, por cooperação, à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.

Art. 2º - A MGI tem por objetivos:

I - participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do Estado de Minas Gerais, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no Estado de Minas Gerais;

II - promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agro industrial mineiro;

III - prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do Estado, nos termos da legislação em vigor;

IV - assessorar os dirigentes da Secretaria de Estado da Fazenda e colaborar com o sistema estadual de finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do Estado;

V – realizar operações de aquisição de créditos do Estado de Minas Gerais, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto.

Art. 3º- A MGI tem sede e foro na cidade de Belo Horizonte - MG, e poderá, a critério de sua Diretoria Executiva e na forma que dispuser a Lei, manter representação em qualquer parte do território nacional, bem como nomear representantes e correspondentes no exterior.


Roney Luiz Torres Almeida
Advogado-Geral Adjunto do Estado
OAB/RJ 24.164 - NRE 279.001

Roney Luiz Torres Almeida
Advogado-Geral Adjunto do Estado
OAB/RJ 24.164 - NRE 279.001

Rodovia Pref. Américo Gianetti, 4143 - Serra Verde - Cid. Administrativa - Ed. Gerais - 6º andar - Belo Horizonte/MG
Cep: 31630-901 - Fone: (31) 3915-4858 - Fax: (31) 3915-4893 - E-mail: mgi@mgipart.com.br - www.mgipart.com.br



Art. 4º - O prazo de duração da MGI é indeterminado.

CAPÍTULO II - Capital Social, Ações e Acionistas

Art. 5º - O capital social da MGI – Minas Gerais Participações S.A. é de R\$ 105.570.752,00 (cento e cinco milhões, quinhentos e setenta mil, setecentos e cinquenta e dois reais), dividido em 146.429.361 ações, sem valor nominal, todas ordinária nominativas.

Parágrafo 1º - Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral dos Acionistas.

Parágrafo 2º - É vedado à MGI emitir Partes Beneficiárias.

Art. 6º - A MGI poderá emitir cautelas provisórias, títulos ou certificados representativos de ações simples ou múltiplos, que deverão ser assinados por 2(dois) de seus Diretores, admitida a chancela mecânica, bem como debêntures conversíveis ou não em ações, na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO III - Assembleia Geral dos Acionistas

Art. 7º - A Assembleia Geral dos Acionistas da MGI, reunir-se-á, por convocação, de acordo com a Lei.

I - ordinariamente, nos quatro primeiros meses depois de findo o exercício social, para:

- a) tomar as contas da Diretoria Executiva e votar as demonstrações financeiras;
- b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos;
- c) eleger os membros do Conselho de Administração nas épocas próprias e fixar sua remuneração, assim como a dos membros da Diretoria Executiva; e


II - extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento e a decisão dos acionistas.

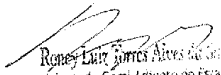
Art. 8º - A Assembleia Geral dos Acionistas será instalada e presidida por um dos acionistas da MGI presentes à reunião e secretariada por outro acionista por ele convidado.

Art. 9º - Somente poderão tomar parte da Assembleia Geral os Acionistas da MGI cujas ações estejam inscritas em seu nome e no livro próprio, até 3 (três) dias antes da data marcada para a realização da mesma.

Art. 10 - Os editais de convocação da Assembleia Geral dos Acionistas, publicados de acordo com a Lei, conterão, além do local, data e hora de sua realização, a ordem do dia e, no caso de reforma do Estatuto, a indicação da matéria.

Parágrafo Único - O edital de convocação deverá ser publicado por, no mínimo, 3 (três) vezes, no respectivo órgão oficial de imprensa e em jornal de grande circulação, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, na primeira convocação, e 8 (oito) dias, na segunda convocação. Independentemente das formalidades previstas neste parágrafo único, será considerada regular a Assembleia Geral em que comparecerem todos os acionistas.


Marcia Amorim Brand
Chefe de Gabinete da Presidência


Roney Luiz Gomes Alves de Sá
Advogado-Geral Adjunto do Estado
OAB/RJ 34.154 - NASP: 271.527



Art. 11 - As deliberações da Assembleia Geral dos Acionistas serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando, no cálculo, os votos em branco, excetuando-se os casos em que a lei exigir quórum diferenciado.

CAPÍTULO IV - Administração da Sociedade

SEÇÃO I - Das Disposições Gerais

Art. 12 - A administração da MGI - Minas Gerais Participações S.A. será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Parágrafo 1º - Será assegurado aos Diretores, enquanto no exercício de seus respectivos cargos:


- a) Remuneração mensal, fixada pela Assembleia Geral dos Acionistas;
- b) Gratificação anual, correspondente a remuneração mensal, pagável em dezembro de cada ano ou proporcionalmente na data da eventual extinção do mandato;
- c) Recolhimento da contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, de acordo com o facultado em Lei;
- d) Período de 30 (trinta) dias de descanso, sem prejuízo da remuneração mensal, após completados 12 (doze) meses no efetivo exercício do cargo, observando-se que não poderão ser acumulados 2 (dois) períodos consecutivos de descanso, admitida a conversão em espécie do período vencido, desde que não usufruído, por motivo justificado perante a Diretoria Executiva, dentro de 30 dias do vencimento do período subsequente;
- e) Na hipótese de extinção do mandato, por término do prazo de duração, será facultada a conversão em espécie do último período de descanso, já vencido e não usufruído pelo Diretor;
- f) Estas regras se aplicam aos empregados da empresa quando no exercício de mandato eletivo, desde que optantes pelas condições do cargo, inclusive remuneração.

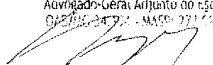
Parágrafo 2º - A MGI assegurará aos administradores e ex-administradores da Sociedade, relativamente aos atos praticados no estrito cumprimento das atribuições de seus respectivos cargos, excetuadas as hipóteses previstas nos incisos I e II do Artigo 158 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a defesa em juízo ou administrativamente, através da contratação, direta pela Sociedade, de advogados, peritos e a execução de outras despesas vinculadas ao processo, cabendo ao Conselho de Administração manifestar-se previamente sobre as condições contratuais.

Art. 13 - O Conselho de Administração da MGI é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da Sociedade privativa de seus Diretores, obedecido o que dispuser a lei e o presente Estatuto.

SEÇÃO II - Do Conselho de Administração

Art. 14 - O Conselho de Administração da MGI compor-se-á de 7 (sete) membros, residentes no País.


Marcelo Amorim Brant
Chefe de Gabinete da Presidência


Roney Luiz Torres Alves da Silva
Advogado-Geral Adjunto do Estado
OAB/RS-34.792 - NAC- 771.741

Rodovia Pref. Américo Gianetti, 4143 - Serra Verde - Cid. Administrativa - Ed. Gerais - 6º andar - Belo Horizonte/MG
Cep: 31630-901 - Fone: (31) 3915-4858 - Fax: (31) 3915-4893 - E-mail: mgi@mgipart.com.br - www.mgipart.com.br

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração designará, dentre os eleitos, seu Presidente e seu Vice-Presidente.

Parágrafo 2º - Nas ausências e impedimentos eventuais e legais, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente automaticamente.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho de Administração terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 4º - O Presidente do Conselho de Administração terá, além do voto próprio, o de qualidade, nos casos de empate.

Parágrafo 5º - No caso de vacância do cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.

Art. 15 - O Conselho de Administração, reunir-se-á, em caráter ordinário, pelo menos uma vez por trimestre, e em caráter extraordinário, sempre que for convocado por seu Presidente ou por, no mínimo, 2 (dois) Conselheiros. Serão admitidas, excepcionalmente, reuniões por meio de conferência telefônica, vídeo conferência, ou por qualquer outro meio de comunicação.


Parágrafo 1º - As convocações para as reuniões (i) serão feitas pelo Presidente do Conselho ou por, no mínimo, 2 (dois) Conselheiros, (ii) deverão discriminar a ordem do dia das respectivas reuniões, e (iii) serão feitas por escrito com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, mediante entrega pessoal, correio eletrônico, fac-símile ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento, nos locais informados pelos Conselheiros à MGI. Todo e qualquer material de apoio necessário e pertinente às deliberações a serem tomadas nas reuniões deverá ser encaminhado, nas mesmas condições das convocações, com antecedência mínima de 3 (três) dias das reuniões. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo e demais requisitos acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho.

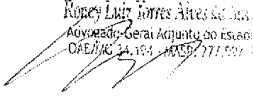
Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar.

Parágrafo 3º - Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no competente Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e assinadas pelos Conselheiros presentes. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 4º - Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 5º - Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos o voto escrito antecipado e o voto proferido por fac-símile, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.


Marcia Amorim Brant
Chefe de Gabinete da Presidência


Roney Luiz Torres Azeiteiro
Advogado-Geral Adjunto do Estado
OAB/AL 14.154 - N° 177.501



Parágrafo 6º- Será dispensada a convocação de que trata o parágrafo 1º deste Artigo se estiverem presentes à reunião todos os membros em exercício do Conselho de Administração.

Parágrafo 7º - O quorum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será de, no mínimo, 4 (quatro) membros.

Parágrafo 8º - O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Art. 16 - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos de seus membros, observado o art.14, §4º.

Art. 17 – Além das matérias legais de sua competência privativa, compete, ainda, ao Conselho de Administração:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;

II - eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Sociedade;

III - estabelecer as atribuições das áreas operacional, administrativo-financeira e jurídica, observado o disposto em lei e neste Estatuto Social;

IV - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e de quaisquer outros atos;

V - convocar, através de seu Presidente ou de dois de seus membros, a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou, em se tratando de Assembleia Geral Ordinária, nas épocas e condições previstas em Lei;

VI - manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva;

VII – manifestar-se, previamente, sobre quaisquer atos, operações, contratos e acordos, de valor igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), bem como aprovar operações com base em moeda estrangeira, observado o disposto na legislação vigente;


VIII – autorizar as alienações de bens do ativo permanente de valor igual ou superior a R\$100.000,00 (cem mil reais), a constituição de ônus reais, a prestação de avais, fianças ou quaisquer outras garantias a terceiros, bem como a celebração de contratos, que envolvam responsabilidade da Sociedade, observado o disposto na legislação vigente;

IX - escolher e destituir auditores independentes;

X - aprovar os orçamentos operacionais, de investimentos e o geral da Sociedade, sejam anuais ou plurianuais;

XI - deliberar sobre qualquer proposta ou recomendação da Diretoria Executiva à Assembleia Geral;

XII - deliberar sobre emissão de ações;


Marcelo Amorim Brant
Chefe de Gabinete de Presidência


Roney Luiz Soares
Advogado-Geral Adjunto
C.A.B.R.G. 24.152 - MG-9



XIII - manifestar-se, previamente, sobre as contratações para preenchimento dos Cargos de Recrutamento Ampla;

XIV - autorizar o pagamento de juros sobre o capital próprio nos limites dos dividendos obrigatórios (artigo 27), sem prejuízo da competência concorrente da Assembleia Geral;

XV - deliberar sobre a emissão de debêntures não conversíveis em ações; e

XVI - resolver os casos omissos.

SEÇÃO III - Da Diretoria Executiva

Art. 18 - A Diretoria Executiva da MGI será composta de 4 (quatro) Diretores residentes no País, acionistas ou não, eleitos por 2 (dois) anos, pelo Conselho de Administração, podendo ser reeleitos ou destituídos a qualquer tempo, observada a seguinte caracterização: 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente, 1 (um) Diretor de Relação com Investidores e 1 (um) Diretor sem designação específica.

Art. 19 - As licenças aos Diretores serão concedidas pela Diretoria Executiva, perdendo o cargo o Diretor que deixar o exercício por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sem licença ou motivo justificado.

Art. 20 - Em caso de licença ou impedimento temporário de qualquer Diretor, suas atribuições serão exercidas por quem o Diretor Presidente designar, e nos casos de renúncia ou vacância do cargo, pelo Diretor que vier a ser eleito pelo Conselho de Administração para completar o tempo restante do mandato do substituído.

Art. 21 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, ou extraordinariamente, sempre que o Diretor-Presidente convocar, e deliberará, validamente por maioria de votos dos seus membros.

Parágrafo 1º - Fica facultado a 2 (dois) Diretores a convocação da Reunião mensal, no caso de esta não se realizar no período de 60 (sessenta) dias consecutivos.

Parágrafo 2º - O Diretor Presidente, além do voto próprio, terá o de qualidade, nos casos de empate.


Art. 22 - Compete à Diretoria Executiva, em colegiado:

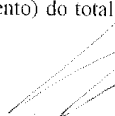
I - determinar a orientação geral dos trabalhos da Sociedade, emitindo normas e instruções a ela aplicáveis;

II - elaborar o plano de organização da Sociedade;

III - propor ao Conselho de Administração o estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento, expansão, diversificação e modernização das atividades da Sociedade;

IV - decidir sobre a aprovação do quadro de pessoal, seus cargos, funções e remunerações, observando-se, quanto aos cargos de recrutamento amplo sua limitação a 30% (trinta por cento) do total de número de vagas para os cargos efetivos, fixado pelo Conselho de Administração;


Marcela Amorim Brant
Chefe de Gabinete da Presidência


Roney Luiz Gomes
Advogado-Geral
OAB/MG 14.161 - 1990



V - distribuir e aplicar o lucro apurado na forma estabelecida neste Estatuto;

VI - resolver todos os negócios da Sociedade e os casos extraordinários que não forem da competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

VII - sempre que necessário solicitar ao Presidente do Conselho a convocação do Conselho de Administração, ou caso este não o faça no prazo de 5 (cinco) dias contados de tal solicitação, autorizar o Diretor Presidente a proceder à convocação.

Parágrafo Único - A assinatura dos documentos de responsabilidade da sociedade, os movimentos bancários, os endossos e aceites e a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da sociedade serão efetuados, em conjunto, por 2 (dois) membros da Diretoria-Executiva, indistintamente, ou por um diretor e um mandatário, este nomeado por 2 (dois) Diretores.

SEÇÃO IV - Das Atribuições dos Diretores

Art. 23 - Compete ao Diretor Presidente:

I - representar a Sociedade em juízo, ativa e passivamente, podendo, para tal fim, constituir procuradores e designar prepostos;

II - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

III - superintender e coordenar a administração geral da Sociedade;

IV - designar representantes, admitir e dispensar empregados;

V - efetuar o provimento dos cargos em comissão, mediante designação de empregados admitidos em cargo efetivo ou recrutamento amplo, observado o disposto no inciso IV, do Art. 22 deste Estatuto;

VI - submeter ao Conselho de Administração os planos das atividades da Sociedade, mantendo-o sempre informado sobre o desempenho da mesma; e

VII - fixar as áreas de atuação de cada Diretor, previstas no inciso III do Art. 17

Art. 24- Compete ao Diretor Vice-Presidente:


I - desempenhar as atribuições correspondentes às áreas de atuação que lhe forem fixadas pelo Diretor Presidente;

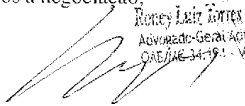
II - auxiliar e assistir o Diretor Presidente nos negócios da Sociedade; e,

III - substituir o Diretor Presidente no caso de ausência, impedimento eventual ou período de descanso.

Art. 25 - Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

I - representar a MGI perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais onde os valores mobiliários de emissão da Sociedade forem admitidos à negociação;


Marcia Amorim Brand
Chefe de Gabinete da Presidência


Roney Leão Torres Adv.
Advogado-Geral da MGI
OAB/MG 34.791 - 19/06/2011



II - representar a MGI perante o público investidor prestando as informações necessárias;

III - tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários; e

IV - exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Art. 26 - Compete ao Diretor, sem designação específica, exercer as funções e atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

CAPÍTULO V - Conselho Fiscal

Art. 27 - A MGI terá um Conselho Fiscal que funcionará em caráter permanente, composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de membros suplentes, todos com residência no País, com constituição, requisitos, poderes e atribuições que lhe são conferidos por lei.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral dos Acionistas elegerá os membros do Conselho Fiscal, nos termos da lei, fixando-lhes a remuneração e estabelecendo critérios de substituição ou sucessão em caso de renúncia, impedimento ou falecimento.

Parágrafo 2º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua eleição, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 3º - As manifestações do Conselho Fiscal da sociedade se processarão por meio de registros feitos nas atas de suas reuniões em livro próprio.

CAPÍTULO VI - Exercício Social e Distribuição dos Resultados

Art. 28 - O exercício social terá início em 01 de janeiro e será encerrado em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras, com a observância das prescrições legais.

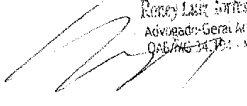
Art. 29 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

Art. 30 - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

(a) 5% (cinco por cento) será aplicado, antes de qualquer outra destinação, na formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(b) uma parcela poderá ser destinada à constituição de Reserva para Contingências e Reserva para Incentivos Fiscais, nos termos dos arts. 195 e 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;


Marcelo Antônio Brasil
Chefe de Gabinete do Presidente


Roney Luiz Gomes
Advogado-Geral
OAB/MG nº 173.000



(c) do lucro líquido ajustado verificado anualmente, 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados à distribuição sob a forma de dividendos, compensáveis com os juros sobre capital próprio, eventualmente pagos, salvo decisão da Assembleia Geral dos Acionistas em contrário;

(d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e

(e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo Único - O saldo ficará à disposição da Assembleia Geral dos Acionistas, que decidirá a respeito de sua aplicação, por proposta da Diretoria Executiva, com manifestação prévia do Conselho de Administração da Sociedade.

Artigo 31 - A MGI poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e poderá declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

I - o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;

II - a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e

III - o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.


CAPÍTULO VII - Disposições Gerais

Art. 32 - É expressamente vedado o uso do nome da MGI - Minas Gerais Participações S.A. em endosso, aval, fiança ou outro documento que acarrete responsabilidade para a Sociedade, em negócios estranhos a seus objetivos sociais.

Art. 33 - A MGI - Minas Gerais Participações S.A. deverá publicar no órgão de divulgação oficial do Estado o seu Regulamento de Licitações, na forma da legislação em vigor.

Art. 34 - A MGI - Minas Gerais Participações S.A. entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, cabendo à Assembleia Geral dos Acionistas eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

Belo Horizonte, 23 de julho de 2012.


Roberto Luiz Gomes de Almeida
Advogado-Geral Adjunto do Estado
OAB/MG 34.154 - MASP: 277.097


Marcelo Amorim Brant
Chefe de Gabinete da Presidência

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO H

- Contrato de Administração de Contas e Aditamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS**

1. MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31630-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais ("**Emissora**");

2. OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de agente fiduciário, e representante legal da comunhão de titulares das debêntures da segunda emissão da **Emissora** ("**Agente Fiduciário**");

3. ITAÚ UNIBANCO S.A., com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, São Paulo, SP, CNPJ nº 60.701.190/0001-04 ("**Itaú Unibanco**" ou "**Banco Centralizador**");

e, na qualidade de contratante dos serviços:

BANCO CITIBANK S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.479.023/0001-80, representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de contratante dos serviços a serem prestados em favor da Emissora e Agente Fiduciário ("**Citibank**");

e, ainda, na qualidade de intervenientes-anuentes:

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS, na pessoa do Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais no uso de suas atribuições, com endereço na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Bairro Serra Verde, Cidade Administrativa, Prédio Gerais, 7º andar, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("**SEF/MG**"); e

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, na pessoa do Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais no uso de suas atribuições, com endereço Avenida Afonso Pena, nº 1901, Funcionários, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("**AGE/MG**").

Considerando que:

I. a **Emissora** e o **Agente Fiduciário** celebraram, em 24 de julho de 2012, a "Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada Por Cessão Fiduciária de



Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A. (“**Escritura**” e “**Debêntures**”, respectivamente), referente à 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora (“**Emissão**”);

II. a Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010 (“**Lei nº 19.266/10**”) autorizou o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a ceder, a título oneroso à Emissora, o direito autônomo ao recebimento de créditos tributários, objeto de parcelamentos administrativos, referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS (“**ICMS**”);

III. de acordo com a Lei nº 19.266/10, a cessão acima indicada: (i) compreende apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito; (ii) somente recai sobre o recebimento dos créditos tributários vencidos, inscritos ou não em dívida ativa, e reconhecidos pelo contribuinte ou devedor mediante a formalização do parcelamento; (iii) não modifica a natureza do crédito tributário que originou os direitos creditórios objeto da cessão, o qual mantém suas garantias, privilégios, condições de pagamento, critérios de atualização e data de vencimento; (iv) não transfere a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos tributários originadores, que permanece com a AGE/MG e a SEF/MG; (v) não é realizada por valor inferior ao saldo atualizado do parcelamento, excluídos juros e demais acréscimos financeiros incidentes sobre as parcelas vincendas; (vi) é **parcial, ficando excluídas** a parcela pertencente aos Municípios, nos termos do disposto no inciso IV do art. 158 e no art. 159 da Constituição Federal, e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (“**FUNDEB**”), nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e as verbas que decorram do ajuizamento de ações judiciais, inclusive honorários advocatícios, sendo que tais recursos devidos representam, em conjunto, o equivalente a 40% (quarenta por cento) dos recursos advindos do pagamento dos créditos tributários objeto de parcelamentos administrativos referentes ao ICMS (“**Recursos Excluídos**”); (vii) possui caráter definitivo, sem assunção, pelo Estado, perante a MGI, de responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (“**LRF**”), caracterizar a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos (conforme abaixo definido) como operação de crédito;

IV. o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais cederá à Emissora, de acordo com a Lei nº 19.266/10, direitos creditórios com as características acima mencionadas, de maneira a formar um conjunto de recebíveis determinado, identificados (i) por código fornecido pelo Estado de Minas Gerais, por meio do qual será identificado cada parcelamento (“**Código Criptografado**”) e, também, (ii) devidamente relacionados e identificados em CD-ROM, devidamente numerado, identificado e sem possibilidade de editoração, entregue ao Banco do Brasil S.A., instituição financeira, por intermédio de sua Agência 1615-2, Setor Público, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/4336-24, sob dever de sigilo, que irá guardá-lo na qualidade de fiel depositário na forma

78

[Handwritten signatures]

2

[Handwritten signatures]

de depósito ("**Direitos de Crédito Autônomos**"), sendo que tal CD-ROM contém todas as informações necessárias e que permitem a perfeita individualização e identificação dos Direitos de Crédito Autônomos, inclusive contendo informações que permitem a perfeita identificação de cada contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomos, conforme termos e condições a serem estabelecidos no Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, firmado entre a Emissora, a SEF/MG e a AGE/MG e com a interveniência do Itaú Unibanco, a ser celebrado em 24 de julho de 2012 ("**Contrato de Cessão Onerosa**");

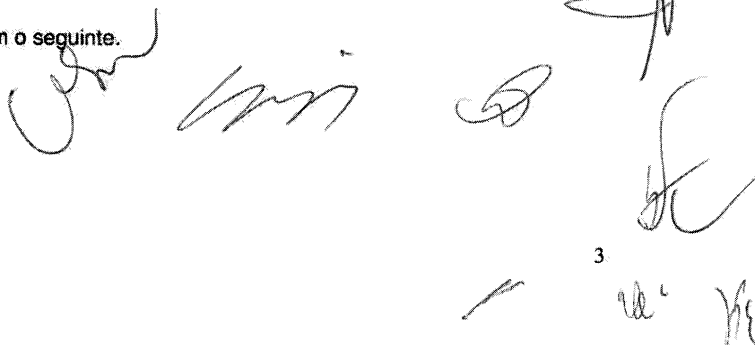
V. os recursos referentes aos **Direitos de Crédito Autônomos** serão depositados em uma conta corrente centralizadora e vinculada, de titularidade da SEF/MG, movimentável, única e exclusivamente pelo Itaú Unibanco, nos termos deste contrato e do Contrato de Cessão Onerosa;

VI. como garantia real das obrigações assumidas na **Escritura**, a Emissora cedeu fiduciariamente, na forma do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido no Anexo I), em favor do **Agente Fiduciário**, este na qualidade de representante do(s) debenturista(s), a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos seguintes direitos, em cessão fiduciária em garantia, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições: ("**Créditos Cedidos Fiduciariamente**"), os quais deverão ter sido transferidos da **Conta Centralizadora** (abaixo definida), líquidos das deduções dos **Recursos Excluídos**, para a **Conta de Recebimento** (abaixo definida):

- a) os **Direitos de Crédito Autônomos**;
- b) os direitos detidos pela Emissora emergentes do **Contrato de Cessão Onerosa**, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e
- c) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos **Direitos de Crédito Autônomos**, já desconsiderando os **Recursos Excluídos**, depositados ou a serem depositados e mantidos, nas **Contas da Garantia** (conforme definidas abaixo, e os quais deverão ser aplicados no dia útil subsequente ao seu depósito em **Investimento Permitido**, conforme definido e na forma prevista no Anexo IV, cujos rendimentos e quotas de fundo também farão parte dos **Créditos Cedidos Fiduciariamente**), bem como todos os direitos sobre as **Contas da Garantia**.

VI. a Emissora e o **Agente Fiduciário** pretendem contratar o Itaú Unibanco para prestar serviços de custódia de recursos financeiros e administração das **Contas Vinculadas**.

As partes ajustam o seguinte.



1. OBJETO

- 1.1 O Itaú Unibanco prestará serviços de custódia de recursos financeiros e de cobrança dos **Créditos Cedidos Fiduciariamente**, bem como administração das contas ora elencadas.
- 1.2 Para prestação de serviços objeto deste contrato o Itaú Unibanco manterá as seguintes contas vinculadas:
- a) conta corrente nº 05210-9, agência 8541 do Itaú Unibanco, em nome da **SEF/MG**, exclusivamente vinculada a este contrato, na qual serão depositados a totalidade dos recursos advindos da realização dos **Direitos de Crédito Autônomos**, a ser movimentada exclusivamente pelo Itaú Unibanco, enquanto as **Debêntures** estiverem em vigor ("**Conta Centralizadora**")
 - b) conta corrente nº 05209-1, agência 8541 do Itaú Unibanco, em nome da **Emissora**, exclusivamente vinculada a este contrato, para a qual serão transferidos os recursos da **Conta Centralizadora**, já excluídos os **Recursos Excluídos**, e mantidos tais recursos advindos da realização dos **Direitos de Crédito Autônomos** (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização ou resgate de quotas de fundo do **Investimento Permitido**, realizado com recursos desta conta), a ser movimentada exclusivamente pelo Itaú Unibanco com a autorização prévia e expressa do **Agente Fiduciário** enquanto as **Debêntures** estiverem em vigor ("**Conta de Recebimento**")
 - c) conta corrente nº 06726-3, agência 8541 do Itaú Unibanco, em nome da **Emissora**, exclusivamente vinculada a este contrato, na qual será depositado e mantido o montante equivalente à próxima parcela vincenda de amortização do valor nominal unitário das **Debêntures** (descrito no Anexo III), acrescida de valor equivalente à próxima parcela vincenda de remuneração das **Debêntures** projetada pelo **Agente Fiduciário** (bem como os rendimentos e quotas de fundo do **Investimento Permitido**, realizado com recursos desta conta), a ser movimentada exclusivamente pelo Itaú Unibanco com a autorização prévia e expressa do **Agente Fiduciário** enquanto as **Debêntures** estiverem em vigor ("**Conta de Pagamento**")
 - d) conta corrente nº 06727-1, agência 8541 do Itaú Unibanco, em nome da **Emissora**, exclusivamente vinculada a este contrato, e constituída para completar o pagamento das amortizações programadas e o pagamento da remuneração das **Debêntures**, na qual será depositado e mantido o montante equivalente ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme definido no Anexo I (bem como os rendimentos e quotas de fundo do **Investimento Permitido**, realizado com recursos desta conta), a ser movimentada exclusivamente pelo Itaú Unibanco com a autorização prévia e expressa do **Agente**

4

Fiduciário enquanto as **Debêntures** estiverem em vigor ("**Conta de Serviço da Dívida**", e, em conjunto com a **Conta Centralizadora**, a **Conta de Recebimento** e a **Conta de Pagamento**, "**Contas Vinculadas**" e, devendo ainda ser considerada a **Conta de Serviço da Dívida** em conjunto com a **Conta de Recebimento** e com a **Conta de Pagamento** como as "**Contas da Garantia**").

- 1.2.1 Os prazos e especificidades relacionadas aos valores envolvidos nas referidas **Contas Vinculadas** estão devidamente descritos nas condições operacionais do Anexo I.
- 1.2.2 Adicionalmente, o **Itaú Unibanco** manterá a conta corrente nº 00502-9, agência 3380 do **Itaú Unibanco**, em nome da **Emissora**, de livre movimentação pela **Emissora**, cujo montante de pelo menos 90% (noventa por cento) desses recursos deverão ser utilizados com a finalidade exclusiva de pagamento das debêntures subordinadas da **Emissora**, para a qual serão transferidos os eventuais recursos excedentes das **Contas Vinculadas**, respeitadas as disposições operacionais do Anexo I deste contrato ("**Conta de Livre Movimentação**"), bem como da **Escritura** e demais documentos da **Emissão**.
- 1.3 O **Itaú Unibanco** movimentará as **Contas Vinculadas** em estrita obediência ao estabelecido no Anexo I a este contrato, de acordo com o Contrato de Cessão Onerosa, a **Emissora** e o **Agente Fiduciário** concordam e declaram-se cientes de que a referida movimentação é exclusiva do **Itaú Unibanco**, mediante prévia e expressa autorização do **Agente Fiduciário**, com exceção da **Conta Centralizadora** cujos recursos, nela depositados, advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomo, deverão ser transferidos pelo **Itaú Unibanco** automaticamente para a **Conta Recebimento** no dia útil seguinte ao depósito realizado na **Conta Centralizadora**, já desconsiderando os **Recursos Excluídos**.
- 1.4 O **Itaú Unibanco** poderá movimentar as **Contas Vinculadas** de maneira diversa da prevista no Anexo I a este contrato, na hipótese de ordem judicial, mandamento legal ou regulamentar, devendo, nessa hipótese, notificar imediatamente o **Agente Fiduciário** acerca de tal ordem judicial, mandamento legal ou regulamentar.
- 1.5 A **Emissora** e a **SEF/MG** autorizam o **Itaú Unibanco** a fornecer ao **Agente Fiduciário** todas as informações referentes a qualquer movimentação e o saldo das **Contas Vinculadas**, inclusive, a liberação de acesso às **Contas Vinculadas** via *internet banking*, renunciando ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, de acordo com o inciso V, parágrafo 3º, artigo 1º, da Lei Complementar nº 105/2001.

2. CONTINGÊNCIA

- 2.1 As partes obrigam-se a manter sistemas, meios de telecomunicação, local e pessoal treinado para impedir interrupções na execução das atividades objeto deste contrato, decorrentes de atos ou fatos imprevistos, tais como greves e falhas de sistemas de informática e telecomunicações.
- 2.2 A despeito de as partes adotarem procedimentos de contingência, elas não responderão por eventuais interrupções nas atividades que lhe caibam, se decorrentes comprovadamente e diretamente de falhas nos sistemas públicos de infra-estrutura e telecomunicações.

3. CONFIDENCIALIDADE

- 3.1 As partes, seus dirigentes, diretores, funcionários e representantes, a qualquer título, manterão sigilo a respeito de todas as informações a que tiverem acesso em decorrência deste contrato ("**INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**"), durante a sua execução e enquanto as **Debêntures** estiverem em vigor.
- 3.2 São consideradas **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, para os fins deste contrato, todos os documentos, informações gerais, comerciais, operacionais ou outros dados privativos das partes, de seus clientes e de pessoas ou entidades com as quais mantenham relacionamento, bem como todo e qualquer material desenvolvido e/ou alterado com tais informações gerais, comerciais, operacionais, excetuadas apenas aquelas que (i) sejam ou se tornem de domínio público sem a interferência de qualquer parte; e (ii) sejam de conhecimento de qualquer parte ou de seus representantes antes do início das negociações que resultaram neste contrato.
- 3.3 As partes somente poderão revelar a terceiros **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** mediante prévia autorização escrita da parte proprietária da informação, exceto no caso de determinação de autoridade pública ou em decorrência de ordem judicial, hipóteses em que procederão como segue: (i) imediatamente dará notícia à parte proprietária das **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** a respeito da ordem da autoridade pública ou do juiz, exceto se da intimação constar vedação nesse sentido; e (ii) prestará todas as informações e subsídios que possam ser necessários para que o titular das **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, a seu critério, possa defender-se contra a divulgação de qualquer informação confidencial, observada eventual limitação em referida intimação ou restrição legal.
- 3.4 Exceto com relação ao **Citibank**, além de constituir infração contratual, a violação do dever de confidencialidade, inclusive aquela cometida por seus funcionários, dirigentes e representantes a qualquer título, obriga a parte infratora ao pagamento de indenização pelos danos causados diretamente à parte proprietária da informação, conforme sentença final transitada em julgado, sem prejuízo de continuar cumprindo, no que cabível, o dever de confidencialidade.



[Handwritten signatures and initials]

3.5 As disposições desta cláusula 3ª permanecerão válidas e em vigor mesmo após o cumprimento de todas as obrigações decorrentes do presente Contrato.

4. REMUNERAÇÃO DO ITAÚ UNIBANCO

4.1 O Citibank pagará ao Itaú Unibanco, a título de remuneração pela Administração das Contas, o seguinte valor:

- a) R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a título de implantação; e
- b) R\$ 199.906,71 (cento e noventa e nove mil, novecentos e seis reais, e setenta e um centavos), a título de taxa fixa pelos serviços prestados em decorrência deste contrato

4.2 Os valores acima serão pagos no 20º (vigésimo) dia do mês subsequente a contar da data de assinatura do presente contrato, por meio crédito na conta de nº 30549-5 Agência nº 2001 de titularidade Crédito Operações Sup. Sev Emp. (Itaú Unibanco) C.N.P.J: 60.701.190/0001-04.

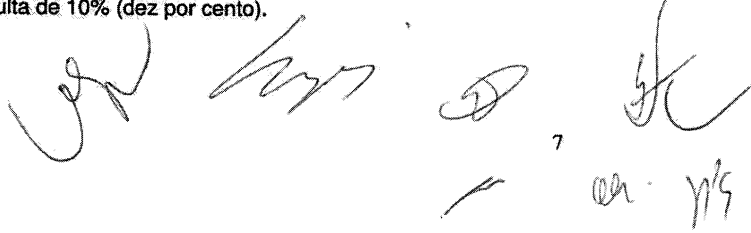
4.3 Se houver atraso no pagamento da remuneração prevista no item 4.1 acima, o Citibank pagará juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido pela variação do IGPM/FGV ou, na sua falta, do IGP-DI/FGV ou, na falta de ambos, do IPC/FIPE.

5. REPARAÇÃO DE DANOS

5.1 Exceto com relação ao Citibank, as demais partes obrigam-se a responder pela reparação dos danos causados uma à outra, ou a terceiros, relacionados com os serviços objeto deste contrato.

5.2 Estão incluídos nos danos previstos no subitem anterior os gastos e prejuízos decorrentes de condenações, multas, juros e outras penalidades impostas por leis, regulamentos ou autoridades fiscalizadoras em processos administrativos ou judiciais, bem como os honorários advocatícios incorridos nas respectivas defesas.

5.3 A parte infratora reembolsará, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do aviso que lhe for enviado, acompanhado dos respectivos comprovantes e demonstrativos, o valor correspondente a eventuais prejuízos causados à outra parte, inclusive o relativo a custas e honorários advocatícios, atualizado com base na variação do IGPM/FGV ou, na sua falta, do IGP-DI/FGV ou, na falta de ambos, do IPC/FIPE, desde a data do desembolso até a do ressarcimento, acrescido, na mora, de juros de 12% (doze por cento) ao ano e multa de 10% (dez por cento).

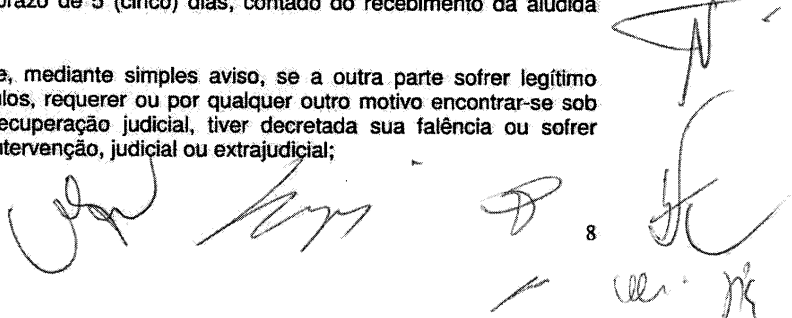


6. VIGÊNCIA

- 6.1 Este contrato é celebrado pelo prazo equivalente ao da **Escritura**, podendo ser denunciado por qualquer uma das Partes, a qualquer momento, em relação aos seus direitos e obrigações, ressalvado o previsto na cláusula 6.2 abaixo.
- 6.2 O **Itaú Unibanco** poderá denunciar aos seus direitos e obrigações previstas neste Contrato mediante notificação prévia e por escrito, enviada com, pelo menos, 90 (noventa) dias de antecedência, simultaneamente à **Emissora** e ao **Agente Fiduciário**, desde que as partes logrem contratar, de comum acordo, em condições equivalentes às deste Contrato, um banco depositário sucessor ("**Banco Depositário Sucessor**"). Caso, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação prevista acima, o **Itaú Unibanco** receba do **Agente Fiduciário** notificação informando que o Banco Depositários Sucessor ainda não foi contrato, o **Itaú Unibanco** obriga-se a permanecer exercendo seus direitos e obrigações ora descritos neste Contrato, pelo prazo adicional de 90 (noventa) dias contados do final de tal período de 30 (trinta) dias, perfazendo, desta forma, um total de 120 (cento e vinte) dias contatos desde o recebimento, pelo **Agente Fiduciário**, da notificação enviada pelo **Itaú Unibanco**, sendo que, ao final de tal processo, o **Itaú Unibanco** colocará à disposição do **Agente Fiduciário** os valores depositados nas **Contas Vinculadas**, ocasião em que o **Itaú Unibanco** dará como liquidadas as obrigações decorrentes deste Contrato.
- 6.3 Na data de extinção deste contrato, e condicionado ao efetivo cumprimento pela **Emissora** de todas as suas obrigações decorrentes da **Emissão**, as **Contas Vinculadas** entrarão em regime de encerramento nos termos da regulamentação em vigor, e uma vez concluído o regime de encerramento, as **Contas Vinculadas** serão automaticamente encerradas, ficando o **Itaú Unibanco**, desde já, autorizado a tomar todas as providências necessárias para tanto.

7. RESOLUÇÃO

- 7.1 Este contrato poderá ser resolvido, a critério da parte prejudicada, nas seguintes hipóteses:
- (a) se qualquer parte descumprir obrigação prevista neste contrato e, após ter sido notificada por escrito pela outra parte, deixar de corrigir seu inadimplemento e de pagar à parte prejudicada os danos comprovadamente causados, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento da aludida notificação;
- (b) imediatamente, mediante simples aviso, se a outra parte sofrer legítimo protesto de títulos, requerer ou por qualquer outro motivo encontrar-se sob processo de recuperação judicial, tiver decretada sua falência ou sofrer liquidação ou intervenção, judicial ou extrajudicial;



- (c) descredenciamento do **Itaú Unibanco** para o exercício das atividades previstas neste contrato.

8. TOLERÂNCIA

- 8.1 A tolerância de uma das partes quanto ao descumprimento de qualquer obrigação pela outra parte não significará renúncia ao direito de exigir o cumprimento da obrigação, nem perdão, nem alteração do que foi aqui contratado.

9. COMUNICAÇÕES

- 9.1 A comunicação escrita entre as partes será feita exclusivamente por intermédio dos representantes de cada uma, relacionados no Anexo II, nos respectivos endereços ali indicados e poderá ser feita por meio de cartas protocoladas, *fac-símile* ou *e-mail*.
- 9.2 As partes poderão alterar os representantes acima referidos, a qualquer tempo, desde que a outra parte seja avisada por escrito e confirmada por ligação telefônica com antecedência mínima de 1 (um) dia útil.

10. CESSÃO

- 10.1 Fica vedada a cessão dos direitos e transferência das obrigações decorrentes deste contrato sem anuência da outra parte, ressalvada a hipótese de as partes os cederem total ou parcialmente a empresa pertencente aos seus conglomerados econômicos e desde que os cessionários estejam autorizados pelos órgãos reguladores a exercer as atividades decorrentes deste contrato.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1 O **Itaú Unibanco** não terá responsabilidade em relação à **Escritura**, exceto no que diz respeito às obrigações relacionadas aos serviços de custódia de recursos financeiros e de recebimento e compensação bancária dos **Créditos Cedidos Fiduciariamente** e de administração das **Contas Vinculadas**, objeto deste contrato, e não será, sob nenhum pretexto ou fundamento, chamado a atuar como árbitro com relação a qualquer controvérsia surgida entre as partes ou intérprete das condições nele estabelecidas.

- 11.2 O **Itaú Unibanco** terá o direito de confiar em laudo arbitral, ordem, sentença judicial ou outro tipo de instrumento escrito que lhe for entregue, conforme aqui previsto, sem que fique obrigado a verificar a autenticidade ou a exatidão dos fatos neles declarados ou sua adequação, exceto se

9

entender que existe uma fraude explícita nos documentos, sendo obrigado a informar a **Emissora** sobre isso.

11.3 O **Itaú Unibanco** não prestará declaração quanto ao conteúdo, à validade, ao valor, à autenticidade, ou à possibilidade de cobrança de qualquer duplicata, ou título, ou outro documento, ou instrumento por ele detido ou a ele entregue, em relação a este contrato. Contudo, o **Itaú Unibanco** será responsável pela correta e perfeita segregação e identificação dos **Créditos Cedidos Fiduciariamente** e respectivo repasse às **Contas Vinculadas**.

11.4 O **Itaú Unibanco** não será responsável caso, por força de decisão judicial, tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo seria exigível.

11.5 O **Itaú Unibanco** não será responsável se os valores depositados nas **Contas Vinculadas** forem bloqueados por ordem administrativa ou judicial, emitida por autoridade à qual o **Itaú Unibanco** esteja sujeito, entre outras, Banco Central do Brasil, Conselho Monetário Nacional e Secretaria da Receita Federal.

11.6 Este contrato é firmado sem obrigação de exclusividade e as partes não poderão usar ou associar serviços e produtos aos nomes e marcas um do outro, inclusive em editais e materiais publicitários, salvo mediante autorização prévia, por escrito, da parte detentora do nome ou marca que será utilizada.

11.7 O recolhimento dos tributos incidentes sobre esta contratação será realizado pela parte definida como contribuinte pela legislação tributária, na forma nela estabelecida.

11.8 O **Itaú Unibanco** não terá nenhuma responsabilidade em relação às formalidades legais para a regular constituição de garantias, sendo tal responsabilidade atinente à **Emissora**, mediante acompanhamento do **Agente Fiduciário**, na forma dos normativos CVM e Lei das Sociedades por Ações.

12. SOLUÇÃO AMIGÁVEL DE CONFLITOS

12.1 Para a solução amigável de conflitos relacionados à prestação dos serviços pelo **Itaú Unibanco** objeto deste contrato, sugestões, reclamações ou pedidos de esclarecimentos poderão ser direcionados ao atendimento comercial, dias úteis das 9 às 18h. Se necessário, utilize o SAC Itaú 0800 728 0728, todos os dias, 24h, ou o Fale Conosco (www.itaunet.com.br). Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú Unibanco 0800 570 0011, dias úteis, das 9 às 18h, Caixa Postal nº 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala, dias úteis, das 9 às 18h, 0800 722 1722.

13. FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Minas Gerais.

Este contrato é assinado em 6 (seis) vias.

Benedito Sérgio da Rezende
Diretor Presidente

Belo Horizonte, 24 de julho de 2012.

Fernando Antônio dos Anjos Viana
Diretor de Relações com Investidores

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Maria Carolina V. Abrantes
OLIVEIRA TRUST DTVM S.A. *MAYRA EVARISTO ROTH M. DE F. NELO*
PROCURADORA PROCURADORA

JOÃO PAULO S. EUVALDO
GERENTE COMERCIAL - 003021998

ITAU UNIBANCO S.A.

Maria Aparecida Simionato
Gerente Comercial
CPF: 057.761.968-44
RG: 14.036.873-5

Luiz Henrique
Gerente de Marketing

BANCO CITIBANK S.A.

Fernando Ayres Netto

Leonardo Maurício Colombini Lima
Secretário de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Roney Luiz Torres Alves da Silva
Advogado-Geral do Estado,
em exercício

Testemunhas:

1. *Maria do Rosário Perez Vilas*
Nome: **Maria do Rosário Perez Vilas**
RG: **RG nº 17.411.259**

2. *Ligia Maria Capisano*
Nome: **Ligia Maria Capisano**
RG: **RG: 8.136.372**
CPF: **CPF: 033.265.748-51**

**ANEXO I AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS, CELEBRADO EM 24 DE
JULHO DE 2012**

CONDIÇÕES OPERACIONAIS

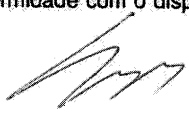
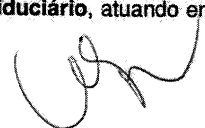
1. CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS

1.1 A **Emissora**, em caráter fiduciário, cede ao **Agente Fiduciário**, este na qualidade de representante do(s) debenturista(s), a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos seguintes direitos, em cessão fiduciária em garantia, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, designados **Créditos Cedidos Fiduciariamente**, cuja custódia será realizada pelo **Itaú Unibanco**, na forma do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI – Minas Gerais Participações S.A., firmado entre a **Emissora**, o **Agente Fiduciário**, o **Itaú Unibanco**, e com a interveniência da **SEF/MG** e da **AGE/MG**, em 24 de julho de 2012 ("**Contrato de Cessão Fiduciária**"):

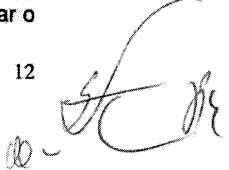

- a) os Direitos de Crédito Autônomos;
- b) os direitos detidos pela **Emissora** emergentes do **Contrato de Cessão Onerosa**, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e
- c) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos **Direitos de Crédito Autônomos**, já desconsiderando os **Recursos Excluídos**, depositados ou a serem depositados e mantidos, nas **Contas da Garantia** (conforme definidas abaixo, e os quais deverão ser aplicados em **Investimento Permitido**, conforme definido e na forma prevista no Anexo IV, cujos rendimentos e quotas de fundo também farão parte dos **Créditos Cedidos Fiduciariamente**), bem como todos os direitos sobre as **Contas da Garantia**.

1.2 Os **Créditos Cedidos Fiduciariamente** são entregues em garantia das obrigações assumidas na **Escritura**, pela **Emissora** perante o **Agente Fiduciário**, ficando o **Itaú Unibanco**, desde que expressamente notificado pelo **Agente Fiduciário**, nos termos da cláusula 1.2.1 abaixo, autorizado a utilizar os valores disponíveis nas **Contas da Garantia** para liquidação das aludidas obrigações na hipótese de inadimplemento e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado com relação às **Debêntures** e, no curso do dia-a-dia, deverá utilizar o valor disponível na **Conta de Pagamento** para o pagamento das **Debêntures**, nos termos do subitem 1.3.1 abaixo.

1.2.1 Na hipótese de inadimplemento e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado com relação às **Debêntures**, prevista acima, caberá ao **Agente Fiduciário**, atuando em conformidade com o disposto na **Escritura**, notificar o



12



Itaú Unibanco, acerca do inadimplemento, bem como com as instruções necessárias para autorizar a transferência dos valores disponíveis nas **Contas da Garantia** para fins de amortizar o saldo devedor das obrigações garantidas, ficando o **Itaú Unibanco** desde já autorizado a tomar por verdadeira a notificação neste sentido. O **Itaú Unibanco** deverá sempre observar os limites e condições estabelecidos pelo **Agente Fiduciário** na referida notificação.

1.3 Todo produto da realização dos **Direitos de Crédito Autônomos**, já excluídos os **Recursos Excluídos**, será transferido automaticamente da **Conta Centralizadora** para a **Conta de Recebimento**, especialmente aberta para essa finalidade no **Itaú Unibanco**, no dia útil seguinte ao depósito realizado na **Conta Centralizadora**.

1.3.1 Os recursos disponíveis nas **Contas da Garantia** integrarão a garantia ora constituída para as **Debêntures** e não poderão ser sacados, transferidos ou movimentados de forma diversa dos parâmetros aqui estabelecidos, salvo por expressas instruções do **Agente Fiduciário**, antes do devido cumprimento de todas as obrigações previstas na **Escritura**. Os recursos depositados na **Conta de Pagamento** serão utilizados para pagamento das obrigações da **Emissora**, assumidas na **Escritura**, conforme parcelas e respectivas datas de vencimento indicadas no Anexo III.

1.3.1.1 A liquidação das parcelas referidas no subitem 1.3.1 será realizada pelo **Itaú Unibanco**, que, nas datas de pagamento previstas no Anexo III, efetuará o débito na **Conta de Pagamento** e utilizará tais recursos para o pagamento de cada Debenturista, por via do sistema da CETIP, independentemente de qualquer notificação, ficando desde já expressamente autorizado pela **Emissora** para tanto.

1.3.1.2 Caso haja alteração do cronograma de amortização das debêntures, nos termos da cláusula 4.4.1.4. (II) da Escritura de Emissão, a **Emissora** e o **Agente Fiduciário** deverão encaminhar, em conjunto, as novas datas de pagamento ao Itaú Unibanco e as Partes se comprometem a aditar o presente contrato para substituir o Anexo III em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da carta pelo Itaú Unibanco, sendo certo que este está desde já autorizado a realizar os pagamentos previstos nesta cláusula de acordo com as novas datas informadas pela **Emissora** e pelo **Agente Fiduciário**, em conjunto, independentemente da assinatura do instrumento de aditamento.

1.3.1.3 Caso os pagamentos aos debenturistas não sejam realizados através do sistema da CETIP, o Itaú Unibanco (na qualidade de Banco Mandatário) se compromete a encaminhar ao **Agente Fiduciário** documento comprobatório do referido pagamento em até 1 (um) dia útil contado da respectiva data de pagamento.

1.3.1.4 A **Emissora** deverá, a cada data de pagamento de amortização do **Valor Nominal Unitário**, acrescido da **Remuneração**, informar, impreterivelmente até às 9:00 horas do respectivo dia, o valor a ser pago de amortização do **Valor Nominal Unitário**, acrescido da **Remuneração**, ao Itaú Unibanco, calculada conforme previsto na Escritura de Emissão.

1.4 O valor total da Emissão, previsto na **Escritura**, é de R\$ 316.000.000,00 (trezentos e dezesseis milhões de reais), sendo que a quantidade de **Debêntures** não será aumentada, não havendo exercício das disposições previstas no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, e no artigo 24, da Instrução CVM 400.

1.4.1 O prazo para pagamento da última parcela referente às obrigações decorrentes da **Escritura** será a data de vencimento das **Debêntures**, qual seja, 30 de agosto de 2017.

1.5 O inadimplemento da **Emissora**, com relação ao cumprimento de quaisquer das disposições previstas na **Escritura**, será comunicado ao **Itaú Unibanco** pelo **Agente Fiduciário**, isoladamente, ficando o **Itaú Unibanco**, desde já, expressamente autorizado pela **Emissora** a acatar tal comunicação e instrução bancária, atuando sempre em conformidade e nos parâmetros estabelecidos pelo **Agente Fiduciário** na referida comunicação/instrução.

1.6 O **Agente Fiduciário** reconhece que os valores existentes nas **Contas da Garantia** somente podem ser utilizados para liquidação das parcelas relacionadas no Anexo III ao contrato, ou na hipótese de inadimplemento e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado, por parte da **Emissora**, das obrigações decorrentes da **Escritura**, não servindo para pagamento de obrigação de natureza diversa, ou de mesma natureza, mas ainda não exigível.

2. OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

2.1 A **Emissora** obriga-se a:

- (i) a suas expensas, levar este contrato e seus Anexos para registro em Cartório de Títulos e Documentos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar desta data, devendo comprovar o registro perante o **Itaú Unibanco**, no prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura deste contrato;
- (ii) recompor imediatamente o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, em caso de perda, diminuição de seu valor, ou se por qualquer motivo ela se tornar insuficiente para atendimento do mínimo determinado na Cláusula 5.4. abaixo.

3. OBRIGAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

3.1 Na hipótese de ocorrer um inadimplemento e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado das **Debêntures**, o **Agente Fiduciário**, tão logo tome conhecimento de tais eventos, notificará o **Itaú Unibanco** imediatamente, para que este mantenha retidos os valores depositados nas **Contas da Garantia**, de forma que esses sejam utilizados para saldar valores devidos pela **Emissora** no que se refere às **Debêntures**.

4. OBRIGAÇÕES DO ITAÚ UNIBANCO

4.1 O Itaú Unibanco obriga-se a:

- (i) abrir as **Contas Vinculadas** referidas no subitem 1.2 deste contrato, na forma ali prevista;
- (ii) movimentar os **Créditos Cedidos Fiduciariamente**, conforme os parâmetros estabelecidos neste Anexo I e mediante a notificação prévia e expressa do **Agente Fiduciário**;
- (iii) manter investido todo e qualquer montante existente nas **Contas da Garantia**, conforme os parâmetros definidos no Anexo IV deste contrato;
- (iv) manter retidos os valores creditados nas **Contas da Garantia**, na hipótese de ter sido comunicado pelo **Agente Fiduciário** que houve um inadimplemento e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, os quais serão utilizados para saldar valores devidos pela **Emissora** no que se refere às Debêntures.
- (v) não acatar instruções da **Emissora** para débitos nas **Contas Vinculadas**.

5. ADMINISTRAÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS

5.1 O Itaú Unibanco administrará diariamente as **Contas Vinculadas**, respeitadas as disposições abaixo previstas.

5.2 **Conta Centralizadora**: serão depositados os recursos advindos da realização dos **Direitos de Crédito Autônomos**, sendo que tais recursos deverão ser transferidos automaticamente para a **Conta de Recebimento** no dia útil seguinte ao depósito realizado na **Conta Centralizadora**, já desconsiderando os **Recursos Excluídos**.

5.3 **Conta de Recebimento**: os recursos existentes na **Conta de Recebimento** serão mensalmente, na **Data de Verificação**, conforme abaixo definida, respeitado o prazo de carência de 4 (quatro) meses, nos termos da cláusula 1.3.3.1.1. do **Contrato de Cessão Fiduciária**, primeiramente direcionados para a **Conta de Pagamento**, de forma a constituir e manter o montante equivalente a uma parcela de amortização das Debêntures, acrescido da remuneração das Debêntures, e, em segunda etapa, da **Conta de Recebimento** para a **Conta de Serviço da Dívida**, de forma a constituir e manter o **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida** (conforme definido abaixo). Tais transferências serão limitadas ao atingimento do montante previsto na Cláusula 5.4 abaixo, e ao atingimento do **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida**, conforme aplicável para cada conta e calculado pelo **Agente Fiduciário**.

5.4 **Conta de Pagamento**: a referida **Conta de Pagamento** deverá ter, até o 2º (segundo) dia útil anterior a cada data de pagamento das Debêntures, o

montante equivalente à parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida de valor equivalente à parcela vincenda de remuneração projetada pelo **Agente Fiduciário**.

- 5.4.1 Caso o montante depositado na **Conta de Pagamento** seja insuficiente para quitação integral de cada parcela vincenda de amortização do **Valor Nominal Unitário**, acrescida da parcela de **Remuneração** em cada data de pagamento, o **Itaú Unibanco**, mediante autorização do **Agente Fiduciário**, transferirá recursos necessários da **Conta de Serviço da Dívida** para a **Conta de Pagamento**, para a realização do pagamento da respectiva parcela vincenda de amortização do **Valor Nominal Unitário**, acrescida da parcela de **Remuneração**, sendo observado os termos da Cláusula 5.5.4.
- 5.4.2 Observados os termos da Cláusula 5.4.1 acima, a **Emissora** deverá, a cada data de pagamento de amortização do **Valor Nominal Unitário**, acrescido da **Remuneração**, informar, impreterivelmente até às 9:00 horas do respectivo dia, o valor a ser pago de amortização do **Valor Nominal Unitário**, acrescido da **Remuneração**, ao **Itaú Unibanco**.
- 5.4.3 Observado o prazo para pagamento da primeira parcela de amortização do **Valor Nominal Unitário** e da primeira parcela vincenda de remuneração das **Debêntures** (conforme estabelecido na Escritura e no Anexo III), a **Emissora** terá um prazo de carência até o 4º (quarto) mês após a Data de Emissão para atender a obrigação de compor o montante referido no item 5.4 acima, que será integralmente retido na **Conta de Pagamento** até que haja montante suficiente para atendimento desta obrigação. Atingido este montante na **Conta de Pagamento**, o eventual valor excedente que já tenha sido transferido da **Conta de Recebimento** para esta conta, será direcionado desta **Conta de Pagamento** para a **Conta de Serviço da Dívida**, nos termos do item 5.2 acima.
- 5.5 **Conta de Serviço da Dívida:** A **Emissora**, até o 56º (quingentésimo sexto) mês após a Data de Emissão, deverá manter depositados na **Conta de Serviço da Dívida** recursos em moeda corrente nacional, vinculados ao pagamento das **Debêntures** (em seu vencimento regular ou antecipado), em montante igual ou superior ao somatório do valor das próximas 4 (quatro) parcelas vincendas de amortização de principal e 4 (quatro) parcelas vincendas de remuneração das **Debêntures** ("**Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida**"). O cálculo a ser feito pelo **Agente Fiduciário** tomará por base a Taxa DI divulgada 1 (um) dia útil antes da Data de Verificação, projetada até a efetiva data de pagamento de cada uma das **Remunerações** das **Debêntures** consideradas para o **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida**. A partir do 57º (quingentésimo sétimo) mês após a Data de Emissão, o **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida** deverá sempre considerar, na Data de Verificação, conforme abaixo definida, a quantidade de parcelas restantes para amortização do **Valor Nominal Unitário**, e a quantidade de parcelas restantes vincendas da remuneração das **Debêntures**, que sejam devidas até a Data de Vencimento, conforme abaixo definida.

- 5.5.1 Caberá ao **Agente Fiduciário** calcular mensalmente o **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida** estabelecido nesta cláusula, no 1º (primeiro) dia útil de cada mês, a fim de verificar o enquadramento do **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida ("Data de Verificação")**, sendo certo que a primeira verificação será realizada em 3 de setembro de 2012.
- 5.5.2 Para fins de cálculo do **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida**, o **Agente Fiduciário** irá considerar o montante equivalente ao somatório do valor das próximas 4 (quatro) parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal Unitário (conforme descrito no Anexo III), acrescido de 4 (quatro) parcelas vincendas de remuneração das **Debêntures** (conforme descrito no Anexo III). O cálculo tomará por base a Taxa DI na **Data de Verificação**, projetada até a efetiva data de pagamento de cada uma das Remunerações das Debêntures consideradas para o **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida**.
- 5.5.3 Observado o prazo para pagamento da primeira parcela de amortização do Valor Nominal Unitário e da primeira parcela vincenda de remuneração das **Debêntures**, a **Emissora** terá um prazo de carência até o 4º (quarto) mês após a Data de Emissão para atender a obrigação de, após cumprir o previsto no item 5.4 deste Anexo, acima, compor o referido **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida**, cujos recursos serão enviados da **Conta de Recebimento** e integralmente retidos na **Conta de Serviço da Dívida** até que haja montante suficiente para atendimento desta obrigação. Atingido o **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida** nesse período, e, havendo recursos na **Conta de Recebimento**, esses recursos serão direcionados para a **Conta de Livre Movimentação**, respeitado o previsto no item 5.3, acima, e 5.7, abaixo.
- 5.5.4 A partir do momento em que for atingido o **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida** e durante toda a existência das **Debêntures**, caso o **Agente Fiduciário** constate na **Data de Verificação** que o saldo da **Conta de Serviço da Dívida** esteja abaixo do **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida**, este deverá enviar solicitação de reposição a **Emissora** nesse sentido para providenciar a sua recomposição em até 2 (dois) dias úteis contados de tal solicitação, mediante o depósito de recursos próprios na **Conta de Serviço da Dívida**.
- 5.6 Mensalmente, após terem sido primeiramente atendidos todos os pagamentos a que se destina a **Conta de Pagamento**, bem como posteriormente atendidos todas as obrigações de constituição do **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida**, conforme descrita no item 5.5, o eventual saldo que ainda exista nas referidas contas será liberado em favor da **Emissora**, observados os termos do item 5.7 abaixo, e conservando-se sempre o saldo equivalente ao **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida**, nos termos aqui previstos.

18

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

17

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

5.7 Verificando o atendimento do item 5.3 acima, e havendo recursos na **Conta de Recebimento**, esses recursos serão direcionados no dia útil subsequente, contado da referida verificação, à **Conta de Livre Movimentação**, os quais pelo menos 90% (noventa por cento) deverão ser utilizados para amortização das debêntures subordinadas, observado o IGR previsto na **Escritura**.

5.7.1 Verificado o atendimento ao item 5.3 e 5.7 acima, e havendo recursos na **Conta de Recebimento** e, ainda, que a **Emissora** tenha composto o **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida**, nos termos do item 5.5.3, acima, os recursos existentes na **Conta de Recebimento** serão direcionados à **Conta de Livre Movimentação**, para, e limitado à quantia necessária, ao pagamento dos valores dispendidos pela **Emissora** quando da composição do **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida**, prevista na cláusula 5.5.4 acima.

6. TRANSFERÊNCIA E RETENÇÃO DOS RECURSOS

6.1 O **Itaú Unibanco** transferirá, mensalmente, os recursos existentes na **Conta de Recebimento** para: 1º) a **Conta de Pagamento**, na forma prevista na Cláusula 5.3 e 5.4, acima, 2º) para a **Conta de Serviço da Dívida**, na forma prevista na Cláusula 5.3 e 5.5, acima, e 3º) para a **Conta de Livre Movimentação**, na forma prevista na Cláusula 5.5.3 acima.

6.1.1 O **Itaú Unibanco** fica autorizado pela **Emissora**, desde já, em caráter irrevogável e irretroatável, a reter, nas **Contas da Garantia**, o saldo ali existente caso seja comunicado pelo **Agente Fiduciário** de que a **Emissora** inadimpliu quaisquer de suas obrigações assumidas na **Escritura**, em especial no que diz respeito à tempestiva liquidação das obrigações indicadas neste último, conforme datas de pagamento das parcelas referentes à amortização do valor nominal unitário e ao pagamento da remuneração das debêntures, indicadas no Anexo III.

6.1.2 A retenção mencionada no subitem 6.1.1 acima operar-se-á sobre a totalidade dos valores ali depositados nas **Contas da Garantia**, mediante comunicação escrita do **Agente Fiduciário** ao **Itaú Unibanco**, devendo indicar o inadimplemento da **Emissora**. Tal comunicação produzirá efeitos a partir do dia de seu recebimento, pelo **Itaú Unibanco**, desde que ocorrido até às 13:00 horas, sendo que as comunicações recebidas após este horário somente produzirão efeito a partir do dia útil seguinte ao do seu recebimento.

6.1.3 Sempre que o **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida** não for plenamente atendido na **Data de Verificação**, o **Itaú Unibanco** fica, desde já, autorizado a reter automaticamente quaisquer valores, independentemente de comunicação.

6.2 Os valores que o **Itaú Unibanco** reter, nos termos do subitem 6.1.1, deverão ser mantidos investidos no **Investimento Permitido** do Anexo IV enquanto perdurar a retenção.

Este Anexo é assinado em 6 (seis) vias.

Benedito Sérgio de Rezende
Diretor Presidente

Belo Horizonte, 24 de julho de 2012.

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Fernando Antônio dos Anjos Viana
Diretor de Relações com Investidores

Handwritten signature: Maria Eunice Motta M. de F. Neto

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.
MARIA CRISTINA V. ALXANTES
PROCURADORA

MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. NETO
PROCURADORA

Handwritten signature: João Paulo S. Elvaldo
ITAU UNIBANCO S.A.
JOÃO PAULO S. ELVALDO
GERENTE COMERCIAL - 003841886

Maria Aparecida Simonato
Gerente Comercial
CPF: 057.761.968-42
RG: 14.036.873-5

Handwritten signature: Fernando Ayres Netto
BANCO CITIBANK S.A.
LUIZ F. LOUREIRO
Gerente

Fernando Ayres Netto

Leonardo Maurício Colombini Lima
Secretário de Estado de Fazenda

Leonardo Maurício Colombini Lima
Secretário de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Roney Luiz Torres Alves da Silva
Advogado-Geral do Estado,
em exercício

Testemunhas:

1. *Handwritten signature: Maria do Rosário Perez Vilas*
Nome: Maria do Rosário Perez Vilas
RG: RG nº 17.411.259

2. *Handwritten signature: Ligia Maria Capisano*
Nome: Ligia Maria Capisano
RG: RG: 8.138.372
CPF: 033.265.748-51

**ANEXO II AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS, CELEBRADO EM 24 DE
JULHO DE 2012**

COMUNICAÇÕES

Os representantes, endereços e nrs. do *fac-simile* de cada uma das partes, para os fins do item 9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas, são os seguintes.

MGI – Minas Gerais Participações S.A.

Endereço: Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Prédio Gerais, 6º andar
CEP: 31630-901 – Belo Horizonte, MG
Telefone: (31) 3915-4858
Fax: (31) 3915-4893
Aos cuidados de: Sr. Fernando Antônio dos Anjos Viana
E-mail: fernando@mgipart.com.br

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Endereço: Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca
CEP: 22640-100 – Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 3514-0000
Fax: (21) 3514-0099
Aos cuidados de: Sr. Gustavo Dezouart / Srta. Monique Garcia / Sr. Marcelo Andrade
E-mail: gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br /
ger3.agente@oliveiratrust.com.br / scc@oliveiratrust.com.br

Itaú Unibanco S.A.

Endereço: Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar, Torre Eudoro Villela
CEP: 04344-902 – São Paulo, SP
Fax: (11) 5029-1535
Aos cuidados de Gerência de Trustee
E-mail: trustee.operacional@itau-unibanco.com.br

Banco Citibank S.A.

Endereço: Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar (parte)
CEP: 01311-920 – São Paulo, SP
Tel: (11) 4009 2823
Fax: (11) 2122 2061
Aos cuidados de: Sr. Eduardo Freitas
E-mail: eduardo.f.freitas@citi.com

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Endereço: Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Prédio Gerais, 7º andar
CEP: 31630-901 – Belo Horizonte, MG
Telefone: (31) 3915-6102
Fax: (31) 3915-6925
Aos cuidados de: Sr. Leonardo Mauricio Colombini Lima
E-mail: gabinete@fazenda.mg.gov.br



Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais
Endereço: Avenida Afonso Pena, nº 1901, Funcionários
CEP: 30130-004 – Belo Horizonte, MG
Telefone: (31) 3218.0757
Fax: (31) 3218-0774
Aos cuidados de: Sr. Roney Luiz Torres Alves da Silva
E-mail: gabadjsec@advocaciageral.mg.gov.br

Este Anexo é assinado em 6 (seis) vias.

Benedito Sérgio de Rezende
Diretor Presidente

Belo Horizonte, 24 de julho de 2012.

Fernando Antônio dos Anjos Viana
Diretor de Relações com Investidores

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Pauline Gama *Carla Gama Vello*
OLIVEIRA TRUST DTVM S.A. *MARIA EVNICE PONTA M. DE F. NETTO*
MARIA CAROLINA V. ABRAHES
PROCURADORA *PROCU. NETTO*

JOÃO PAULO S. EUVALDO
GERENTE COMERCIAL - 003841998

ITAU UNIBANCO S.A.

Maria Aparecida Simionato
Gerente Comercial
CPF: 057.761.959-42
RG: 14.036.975-5

Luiz F. ...
Global Banking

BANCO CITIBANK S.A.

Fernando Ayres Netto

Leonardo Márcio Colombini Lima
Secretário de Estado de Fazenda

Leonardo Márcio Colombini Lima

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Roney Luiz Torres Alves da Silva
Advogado-Geral do Estado,
em exercício

Testemunhas:

1. *Maria do Rosário Perez Vilas*
Nome: *Maria do Rosário Perez Vilas*
RG: RG nº 17.411.259

Nome: *Maria do Rosário Perez Vilas*
RG: RG nº 8.138.372
CPF: 033.265.748-51

**ANEXO III AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS, CELEBRADO EM 24 DE
JULHO DE 2012**

**RELACÃO DAS PARCELAS REFERENTES À
AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO E AO
PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES**

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**").

Cronograma de Amortização do Valor Nominal Unitário:

Os percentuais de amortização indicados no cronograma de amortização definido no "**Anexo V**" deste Contrato incidirão sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, para cada parcela, desde a primeira parcela com vencimento em 30 de março de 2013 até a última com vencimento em 30 de agosto de 2017, nos termos do "**Anexo V**".

Pagamento da Remuneração das Debêntures:

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado. Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("**Taxa DI**"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a até 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("**Sobretaxa**"), e, em conjunto com a Taxa DI, "**Remuneração**", calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.

A Remuneração será paga **mensalmente**, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 30 de setembro de 2012 e o último na Data de Vencimento, ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de vencimento antecipado descritos na Escritura, ou da realização do resgate conforme previsto na Escritura ("**Pagamento da Remuneração**").

Este Anexo é assinado em 6 (seis) vias.

Benedito Sérgio de Rezende
Diretor Presidente

Belo Horizonte, 24 de julho de 2012.

Fernando Antônio dos Anjos Viana
Diretor de Relações com Investidores

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Maria Eunice Potts M. de F. Melo
OLIVEIRA TRUST DTVM S.A. MARIA EUNICE POTTS M. DE F. MELO
PROCURADORA

JOÃO PAULO S. EUVALDO
GERENTE COMERCIAL - 093841898

ITAU UNIBANCO S.A.

Maria Aparecida Simionato
Gerente Comercial
CPF: 087.761.868-42
RG: 14.036/873-5

Luiz F. Loureiro
Global Banking

BANCO CITIBANK S.A.

Fernando Ayres Netto

Leonardo Mauricio Colombini Lima
Substituto do Estado de Minas

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Roney Luiz Torres Alves da Silva
Advogado-Geral do Estado,
em exercício

Testemunhas:

1. *Maria do Rosário Perez Vilas*
Nome: Maria do Rosário Perez Vilas
RG: RG nº 17.411.259

2. *Ligia Maria Capisano*
Nome: Ligia Maria Capisano
RG: RG: 8.138.372
CPF: 033.265.748-51

**ANEXO IV AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS, CELEBRADO EM 24 DE
JULHO DE 2012**

**PARÂMETROS DE INVESTIMENTO DO SALDO DISPONÍVEL NAS CONTAS
DA GARANTIA**

Nos termos da alínea (iii), do subitem 4.1, do Anexo I ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas, todo e qualquer montante existente nas **Contas da Garantia** deverá ser investido no dia útil subsequente ao seu depósito, conforme política abaixo:

1. A totalidade dos recursos (incluindo os rendimentos do Investimento Permitido, provenientes dos investimentos realizados nos termos desse Anexo IV) existentes nas **Contas da Garantia** deverão ser aplicados no dia útil subsequente ao seu depósito no fundo de investimento Itaú GOV MG Renda Fixa – Fundo de Investimento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 41.716.515/0001-70 e administrado pelo Banco Itaúcard S.A. ("**Investimento Permitido**"). As quotas do fundo do Investimento Permitido são também cedidas fiduciariamente em favor dos Debenturistas, sendo-lhes aplicáveis, para todos os fins de direito, todas as disposições inerentes aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente previstas no Contrato de Cessão Fiduciária e neste Contrato de Administração de Contas.

2. Os recursos existentes ou depositados nas **Contas da Garantia** deverão ser investidos no **Investimento Permitido** da seguinte forma:

- (a) **Conta de Serviço da Dívida e Conta de Pagamento:** considerando a natureza dessas contas, os recursos existentes e/ou depositados serão aplicados em até 1 (um) dia útil após terem sido creditados em conta e permanecerão investidos, sendo o excedente liberado mensalmente, após o cumprimento dos valores mínimos dessas contas; e
- (b) **Conta de Recebimento:** quaisquer recursos mantidos na referida **Conta de Recebimento** também serão aplicados em até 1 (um) dia útil após terem sido creditados em conta e serão mantidos investidos até a data de transferência de recursos da **Conta Recebimento** para a **Conta de Pagamento** e/ou **Conta de Serviço da Dívida**.



[Handwritten signatures and initials]

Este Anexo é assinado em 6 (seis) vias.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2012.

Benedito Sérgio de Rezende
Diretor Presidente

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Fernando Antônio dos Anjos Viana
Diretor de Relações com Investidores

Handwritten signatures: Fernando Viana, Maria Bruna Vello

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

MARIA CAROLINA V. ABRANTE
PROCURADORA

FRANCISCA EVILACI MOTA M. DE F. MELO
PROCURADORA

JOÃO PAULO S. EUVALDO
GERENTE COMERCIAL

ITAU UNIBANCO S.A.

Maria Aparecida Simionato
Gerente Comercial
CPF: 087.761.968-42
RG: 14.036.973-8

BANCO CITIBANK S.A.

W. F. Loureiro
Global Banking

Fernando Ayres Netto

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

Leonardo Maurício Colombini Lima
Secretário de Estado de Fazenda

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Roney Luiz Torres Alves da Silva
Advogado-Geral do Estado,
em exercício

Testemunhas:

1. *Maria do Rosário Perez Vilas*
Nome: Maria do Rosário Perez Vilas
RG: RG nº 17.411.259

2. *Ligia Maria Capisano*
Nome: Ligia Maria Capisano
RG: RG: 8.138.372
CPF: 033.265.746-51

ANEXO V AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS, CELEBRADO EM 24 DE JULHO DE 2012

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO

Mês	Percentual do Valor Nominal Unitário	Mês	Percentual do Valor Nominal Unitário
30/setembro/2012	0,00%	30/março/2015	1,72%
30/outubro/2012	0,00%	30/abril/2015	1,69%
30/novembro/2012	0,00%	30/maio/2015	1,66%
30/dezembro/2012	0,00%	30/junho/2015	1,64%
30/janeiro/2013	0,00%	30/julho/2015	1,63%
28/fevereiro/2013	0,00%	30/agosto/2015	1,61%
30/março/2013	2,92%	30/setembro/2015	1,59%
30/abril/2013	2,84%	30/outubro/2015	1,57%
30/maio/2013	2,76%	30/novembro/2015	1,68%
30/junho/2013	2,72%	30/dezembro/2015	1,67%
30/julho/2013	2,66%	30/janeiro/2016	1,65%
30/agosto/2013	2,61%	29/fevereiro/2016	1,62%
30/setembro/2013	2,55%	30/março/2016	1,59%
30/outubro/2013	2,49%	30/abril/2016	1,58%
30/novembro/2013	2,46%	30/maio/2016	1,55%
30/dezembro/2013	2,41%	30/junho/2016	1,53%
30/janeiro/2014	2,36%	30/julho/2016	1,51%
28/fevereiro/2014	2,32%	30/agosto/2016	1,49%
30/março/2014	2,26%	30/setembro/2016	1,46%
30/abril/2014	2,23%	30/outubro/2016	1,44%
30/maio/2014	2,19%	30/novembro/2016	1,42%
30/junho/2014	2,07%	30/dezembro/2016	1,41%
30/julho/2014	2,00%	30/janeiro/2017	1,39%
30/agosto/2014	1,96%	28/fevereiro/2017	1,36%
30/setembro/2014	1,90%	30/março/2017	1,35%
30/outubro/2014	1,86%	30/abril/2017	1,33%
30/novembro/2014	1,83%	30/maio/2017	1,29%
30/dezembro/2014	1,82%	30/junho/2017	1,27%
30/janeiro/2015	1,79%	30/julho/2017	1,27%
28/fevereiro/2015	1,75%	30/agosto/2017	1,27%
		Total	100,00%



[Handwritten signatures and initials]

26



Soluções para o
Mercado de Capitais

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS**

As Partes:

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31630-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais ("**Emissora**");

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de agente fiduciário, e representante legal da comunhão de titulares das debêntures da segunda emissão da **Emissora** ("**Agente Fiduciário**");

ITAÚ UNIBANCO S.A., com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, São Paulo, SP, CNPJ nº 60.701.190/0001-04 ("**Itaú Unibanco**" ou "**Banco Centralizador**");

e, na qualidade de contratante dos serviços:

BANCO CITIBANK S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.479.023/0001-80, representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de contratante dos serviços a serem prestados em favor da Emissora e Agente Fiduciário ("**Citibank**");

e, ainda, na qualidade de intervenientes-anuentes:

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS, na pessoa do Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais no uso de suas atribuições, com endereço na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Bairro Serra Verde, Cidade Administrativa, Prédio Gerais, 7º andar, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("**SEF/MG**"); e

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, na pessoa do Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais no uso de suas atribuições, com endereço Avenida Afonso Pena, nº 1901, Funcionários, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("**AGE/MG**").



Considerando que:

I. as Partes celebraram, no dia 24 de julho de 2012, o Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas ("**Contrato**"), sob o qual o **Itaú Unibanco** presta serviços de conta vinculada e administração de valores; e

II. as Partes optaram, de comum acordo, por aditar o **Contrato**, nos termos deste aditamento;

resolvem as Partes celebrar este Primeiro Aditamento, a fim de alterar o **Contrato**, conforme disposições abaixo:






1. A cláusula 1.4 do **Contrato** passa a vigorar com a seguinte redação:

*"1.4 O **Itaú Unibanco** poderá movimentar as Contas Vinculadas de maneira diversa da prevista no Anexo I a este Contrato, na hipótese de ordem judicial, mandamento legal ou regulamentar, observadas as disposições previstas nos itens 1.4.1, 1.4.2 e 1.4.3 abaixo."*

2. Serão adicionadas ao **Contrato** as cláusulas 1.4.1, 1.4.2 e 1.4.3, nos seguintes termos:

*"1.4.1 Na hipótese de o cumprimento da cláusula 1.4, acima, resultar em bloqueio das **Contas Vinculadas**, o **Itaú Unibanco** deverá notificar por escrito, tal fato à **Emissora** e ao **Agente Fiduciário**, no prazo de 5 dias corridos, contados a partir do bloqueio."*

*1.4.2 Na hipótese de a ordem judicial ou mandamento, nos termos da cláusula 1.4, acima, impor a transferência de recursos constantes das **Contas Vinculadas** ou qualquer outra movimentação das **Contas Vinculadas** de maneira diversa da prevista no Anexo I a este **Contrato**, o **Itaú Unibanco** deverá notificar, por escrito, tal fato à **Emissora** e ao **Agente Fiduciário**, no prazo de não mais do que 10 dias corridos antes da implementação da operação imposta, ou em prazo menor caso o **Itaú Unibanco** tenha recebido tal ordem judicial ou mandamento em prazo inferior aos mencionados 10 dias corridos."*





Soluções para o
Mercado de Capitais

1.4.3 O dever de notificação previsto nas cláusulas acima não afastará a obrigação de cumprimento da ordem judicial, mandamento legal ou regulamentar, independentemente de anuência por parte da **Emissora** ou do **Agente Fiduciário**."

3. A cláusula 2.2 do **Contrato** passará a vigorar com a seguinte redação:

"2.2 A despeito de as partes adotarem procedimentos de contingência, elas não responderão por eventuais interrupções nas atividades que lhe caibam, se decorrentes de falhas nos sistemas públicos de infra-estrutura e telecomunicações."

4. A cláusula 2.1 (i) do Anexo I do **Contrato** passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1. A **Emissora** obriga-se a:

(i) a suas expensas, levar este contrato e seus Anexos, assim como de qualquer aditamento a este contrato, para registro em Cartório de Títulos e Documentos, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar desta data ou, conforme o caso, da assinatura do aditamento, devendo comprovar o registro perante o **Itaú Unibanco**, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da obtenção do respectivo registro, ou até a data de liquidação das Debêntures, o que ocorrer primeiro;"





5. Ratificam-se as demais disposições do **Contrato** que não tenham sido alteradas expressamente por este Aditamento.

Este aditamento é assinado em 6 (seis) vias de igual teor e efeito e na presença de duas testemunhas.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2012.

Benedito Sérgio de Rezende
Diretor Presidente

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Fernando Antonio dos Anjos Viana
Diretor de Relações com Investidores

Nina Bueno Lahóz Moya Blasquez da Silva
Procuradora

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

Marcelo Takeshi Yano de Andrade
Procurador

Noemi Silva
Gerente

José A. Camilo
Gerente

ITAU UNIBANCO S.A.

Eduardo Freitas
Head DCM Local
Brazil Credit Markets
Leonardo Maurício Colombini Lima
Secretário de Estado de Fazenda

BANCO CITIBANK S.A.

Roberto Paolino

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Roney Luiz Torres Alves da Silva
Advogado-Geral Adjunto do Estado
OAB/MG 34.194 - MASP: 229.997 3

Testemunhas:

1.
Nome: **Claudia Maria Stuchi Cruz**
CPF: 337.771.778-14
RG: 44.352.033-1

2.
Nome: **Eduardo Costa Borges**
CPF: 377.774.298-84
RG: 48.080.588-X



ANEXO I

- Contrato de Cessão Fiduciária e Aditamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS, VINCULAÇÃO DE RECEITA E
OUTRAS AVENÇAS DA MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.**

O presente instrumento é celebrado entre:

MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31630-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais ("**Emissora**");

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Agente Fiduciário**"), na qualidade de agente fiduciário, e representante legal da comunhão de titulares das debêntures da terceira emissão da Emissora ("**Debenturistas**"); e

Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar, Torre Eudoro Villela, inscrita no CNPJ/MF 60.701.190/0001-10, neste ato representada por seus representantes legais ("**Banco Centralizador**").

e, na qualidade de intervenientes-anuentes:

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na pessoa do Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais no uso de suas atribuições, com endereço na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.143, Bairro Serra Verde, Cidade Administrativa, Prédio Gerais, 7º andar, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("**SEF/MG**"); e

Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, na pessoa do Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais no uso de suas atribuições, com endereço Avenida Afonso Pena, nº 1901, Funcionários, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("**AGE/MG**").

CONSIDERANDO QUE:

(i) a Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010 ("**Lei nº 19.266/10**") autorizou o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a ceder, a título oneroso à Emissora, o direito autônomo ao recebimento de créditos tributários, objeto de parcelamentos administrativos, referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS ("**ICMS**");

(ii) de acordo com a Lei nº 19.266/10, a cessão acima indicada: (i) compreende apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito; (ii) somente recai sobre o recebimento dos créditos tributários vencidos, inscritos ou não em dívida ativa e reconhecidos pelo contribuinte ou devedor mediante a formalização do parcelamento; (iii) não modifica a natureza do crédito tributário que originou os direitos creditórios objeto da cessão, o qual mantém suas garantias, privilégios, condições de pagamento, critérios de atualização e data de vencimento; (iv) não transfere a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos tributários originadores, que permanece com a AGE/MG e a SEF/MG; (v) não é realizada por valor inferior ao saldo atualizado do parcelamento, excluídos juros e demais acréscimos financeiros incidentes sobre as parcelas vincendas; (vi) é parcial, ficando excluídas (a) a parcela pertencente aos Municípios, nos termos do disposto no inciso IV do art. 158 e no art. 159 da Constituição Federal, e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB ("**FUNDEB**"), nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e (b) as verbas que decorram do ajuizamento de ações judiciais, inclusive honorários advocatícios; (vii) possui caráter definitivo, sem assunção, pelo Estado, perante a MGI, de responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 ("**LRF**"), caracterizar a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos (conforme abaixo definido) como operação de crédito;

(iii) o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais cederá à Emissora, de acordo com a Lei nº 19.266/10, direitos creditórios com as características acima mencionadas, de maneira a formar um conjunto de recebíveis determinado, os quais (i) estão identificados no Termo de Cessão constante do Anexo II a este Contrato, pelas informações constantes no referido Termo de Cessão, incluindo o código fornecido pelo Estado de Minas Gerais, por meio do qual seja identificado cada parcelamento ("Código Criptografado") e, também, (ii) devidamente relacionados e identificados em CD-ROM, devidamente numerado, identificado e sem possibilidade de editoração, entregue ao Banco do Brasil S.A., instituição financeira, por intermédio de sua Agência 1615-2, Setor Público, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/4336-24 ("Banco do Brasil"), sob dever de sigilo, que irá guardá-lo na qualidade de fiel depositário na forma de depósito ("Direitos de Crédito Autônomos"), sendo que tal CD-ROM contém todas as informações necessárias e que permitem a perfeita individualização e identificação dos Direitos de Crédito Autônomos, inclusive contendo informações que permitem a perfeita identificação de cada contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomos, conforme termos e condições a serem estabelecidos no Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, firmado entre a Emissora, a SEF/MG e a AGE/MG e com a interveniência do Banco Centralizador (conforme definido abaixo), a ser celebrado em 24 de julho de 2012 ("Contrato de Cessão Onerosa");

(iv) a Emissora deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de julho de 2012, a emissão de 31.600 (trinta e um mil e seiscentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios, em série única, para distribuição pública ("Debêntures" e "Emissão"), cujas principais condições e características estão descritas na Cláusula 1.5 abaixo, sem prejuízo do detalhamento constante na "Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A.", celebrada em 24 de julho de 2012 entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Escritura");

(v) os recursos referentes aos Direitos de Crédito Autônomos serão depositados em uma conta corrente centralizadora e vinculada, de titularidade da SEF/MG, movimentável, única e exclusivamente pelo Banco Centralizador ("Conta Centralizadora"), nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, bem como do Contrato de Administração de Contas, celebrado em 24 de julho de 2012, entre a Emissora, o Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas, o Banco Centralizador, a SEF/MG e a AGE/MG ("Contrato de Administração de Contas"), e em conjunto com o presente instrumento, os "Contratos de Garantia" sendo que os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (conforme definido abaixo) serão cedidos fiduciariamente como garantia real a todas as obrigações relativas às Debêntures da Emissora, conforme detalhado abaixo;

(vi) a constituição da cessão fiduciária é formalizada nesse momento por meio do presente instrumento;

(vii) serão emitidas, adicionalmente, debêntures simples da 2ª emissão pública pela Emissora, não conversíveis em ações, da espécie subordinada ("Debêntures Subordinadas"), por meio de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, as quais terão como destinação de recursos a aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos pela Emissora;

(viii) o montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será integralmente utilizado para amortização programada extraordinária das Debêntures Subordinadas, na forma prevista no Contrato de Cessão Onerosa, na Escritura e no prospecto preliminar da Emissão ("Prospecto Preliminar") e a ser descrito no prospecto definitivo da Emissão ("Prospecto Definitivo"), e em conjunto com o Prospecto Preliminar, os "Prospectos"; e

(ix) a validade e eficácia da cessão fiduciária objeto deste instrumento, e os efeitos deste instrumento, estarão sujeitos às seguintes condições suspensivas ("Condições Suspensivas"): (a) celebração do Contrato de Cessão Onerosa, o qual se estima ocorrer até o dia 24 de julho de 2012; (b) integralização das Debêntures Subordinadas; e (c) entrega (i) do CD-ROM com os dados dos direitos creditórios com as características acima mencionadas, bem como (ii) do Código Criptografado, os quais serão fornecidos concomitantemente à celebração do Contrato de Cessão Onerosa.

Resolvem as Partes celebrar o presente "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI – Minas Gerais Participações S.A." ("Contrato de Cessão Fiduciária"), que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir.

Exceto quando definidos no presente Contrato de Cessão Fiduciária, os termos cujas letras apareçam em maiúscula neste instrumento, deverão ter o mesmo significado a eles atribuído na Escritura.

CLÁUSULA I
CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTROS ATIVOS

1. Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito e nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, com nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e posteriores alterações, em garantia fiel e cabal do cumprimento de todas as obrigações decorrentes deste Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Administração de Contas e da Escritura, e eventuais aditivos ou prorrogações, obrigações essas principais, acessórias e moratórias, presentes e futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora, inclusive o principal da dívida, juros ordinários e de mora, encargos moratórios, multas, atualização monetária, tributos ou contribuições, conforme descritas na Cláusula 1.5 abaixo, além das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário para defesa, conservação e satisfação integral dos direitos dos Debenturistas e outras despesas previstas ou decorrentes dos respectivos instrumentos contratuais, seja em juízo ou fora dele ("Obrigações Garantidas"), a Emissora cede e transfere aos Debenturistas, neste ato representados pelo Agente Fiduciário, quando da subscrição das Debêntures, em caráter irrevogável e irretirável, observadas as Condições Suspensivas, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos seguintes direitos, em cessão fiduciária em garantia, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições ("Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente"):

- a) os Direitos de Crédito Autônomos;
- b) os direitos detidos pela Emissora, emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e
- c) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definido abaixo), depositados ou a serem depositados e mantidos, nas Contas da Garantia, conforme definidas abaixo (os quais deverão ser aplicados no dia útil subsequente ao seu depósito no Investimento Permitido, conforme definido na Cláusula 1.1.1 abaixo, cujos rendimentos e quotas de fundo também farão parte dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente), bem como todos os direitos sobre as Contas da Garantia, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas celebrado nesta data.

1.1. Pela presente cessão fiduciária em garantia, os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, quando da subscrição das Debêntures, adquirirão a propriedade resolúvel dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente na qualidade de proprietários fiduciários, que se resolverá tão somente com o integral cumprimento das Obrigações Garantidas. Na qualidade de proprietário fiduciário dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, deverá o Agente Fiduciário praticar todos os atos necessários para salvaguardar os direitos dos Debenturistas, incluindo, sem limitação, executar a presente garantia nos casos e termos previstos neste Contrato de Cessão Fiduciária, que inclui, mas não se limita, ao caso de declaração de vencimento antecipado previstos na Escritura.

1.1.1. A totalidade dos recursos (incluindo os rendimentos do Investimento Permitido) existentes e/ou depositados nas Contas da Garantia, conforme definidas neste Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Administração de Contas e descritas nesta cláusula, são cedidos fiduciariamente em favor dos Debenturistas, na forma prevista neste Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Administração de Contas, e deverão ser aplicados no dia útil subsequente ao seu depósito no fundo de investimento Itaú GOV MG Renda Fixa – Fundo de Investimento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 41.716.515/0001-70 e administrado pelo Banco Itaúcard S.A. ("Investimento Permitido"), conforme previsto no Contrato de Administração de Contas.

1.1.1.1. As quotas de fundo do Investimento Permitido (adquiridas com recursos cedidos fiduciariamente na forma da Cláusula 1.1.1 acima) são também cedidas fiduciariamente em favor dos Debenturistas, sendo-lhes aplicáveis, para todos os fins de direito, todas as disposições inerentes aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente previstas neste Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Administração de Contas.

1.1.2 Até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, a Emissora não poderá ceder direta ou

indiretamente os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente para garantia de outras obrigações diversas das Obrigações Garantidas ou realizar qualquer tipo de negócio tendo por objeto, direta ou indiretamente, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente.

1.1.3. Conforme previsão no Contrato de Administração de Contas, as Contas da Garantia são de titularidade da Emissora, porém movimentáveis exclusivamente pelo Banco Centralizador com a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário.

1.2. A Emissora declara (a) ser legítima titular e proprietária de direitos emergentes do Contrato de Cessão Onerosa; (b) que após a integralização das Debêntures Subordinadas, será legítima proprietária dos Direitos de Crédito Autônomos; e (c) que é legítima titular e proprietária de todos os direitos sobre as Contas de Garantia, e será legítima titular e proprietária de todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos depositados ou a serem depositados e mantidos nas Contas da Garantia, pelo que responsabiliza-se perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, pela existência e correta formalização dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, declarando, ainda, que os direitos que eles representam estão e, conforme o caso, estarão totalmente livres e desembaraçados de quaisquer ônus reais, restrições ou gravames de qualquer natureza, inclusive sem limitação a qualquer direito de oneração ou alienação, exceto os ora instituídos e assim deverão permanecer até o cumprimento da totalidade das Obrigações Garantidas.

1.2.1. Observado o disposto na Cláusula VI – “Eventos de Avaliação” da Escritura e na Cláusula IV abaixo, a constatação do descumprimento das obrigações constantes do presente Contrato de Cessão Fiduciária, bem como da falsidade, inexatidão ou imprecisão de qualquer das declarações constantes das cláusulas anteriores e outras, constantes do presente Contrato de Cessão Fiduciária, poderá acarretar, na forma prevista na Cláusula 6.4 da Escritura, o vencimento antecipado de todas as obrigações, principais e acessórias, integrantes das Obrigações Garantidas, juntamente com os encargos de mora e outras penalidades aplicáveis ao vencimento antecipado, conforme previstos na Escritura ou nos instrumentos das Obrigações Garantidas, com a imediata execução da presente garantia.

1.2.2. A Emissora obriga-se a defender, em nome próprio, os direitos dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente contra quaisquer ações que venham a ser propostas por terceiros.

1.3. Do recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente pagos em moeda corrente pela Emissora. A SEF/MG e a AGE/MG obrigaram-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante a Emissora, nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, a fazer com que os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos sejam pagos em moeda corrente e remetidos automaticamente e exclusivamente para a Conta Centralizadora, conforme definida abaixo. Os recursos advindos do pagamento dos créditos tributários objeto de parcelamentos administrativos referentes ao ICMS serão depositados na Conta Centralizadora, cabendo ao Banco Centralizador o devido monitoramento e segregação dos recursos devidos aos municípios do Estado de Minas Gerais, ao FUNDEB e às verbas decorrentes do ajuizamento de ações judiciais, inclusive honorários advocatícios, sendo que tais recursos devidos representam, em conjunto, o equivalente a 40% (quarenta por cento) dos recursos advindos do pagamento dos créditos tributários objeto de parcelamentos administrativos referentes ao ICMS (“Recursos Excluídos”), e que também serão depositados na Conta Centralizadora, juntamente com os Direitos de Crédito Autônomos, para posterior liberação para uma conta do Estado de Minas Gerais. Os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos, serão exclusivamente direcionados automaticamente pelo Banco Centralizador à Conta de Recebimento (conforme definida abaixo), de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Centralizador com a autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, observado o Índice de Garantia Real e o Índice de Cobertura, conforme previstos na Escritura. O Banco Centralizador obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a segregar em seus sistemas de controle interno os Direitos de Crédito Autônomos (conforme seus procedimentos operacionais internos que permitam o atendimento integral das obrigações previstas nesse e nos demais instrumentos da Emissão), de forma que os referidos direitos sejam automaticamente identificados pelo Banco Centralizador, como cedidos em garantia das Obrigações Garantidas.

1.3.1. Conta Centralizadora. A SEF/MG irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas, e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, uma conta centralizadora e vinculada, de sua titularidade, movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, na qual serão depositados os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos (“Conta Centralizadora”), sendo que tais recursos deverão ser transferidos automaticamente para

a Conta de Recebimento no dia útil seguinte ao depósito realizado na Conta Centralizadora, já desconsiderando os Recursos Excluídos, na forma da Cláusula 3.8.4 da Escritura.

1.3.2. Conta de Recebimento. A Emissora irá constituir, por meio deste Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Administração de Contas, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, uma conta de recebimento, na qual será depositado e mantido o montante equivalente aos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização ou resgate de quotas de fundo do Investimento Permitido, conforme estabelecido na Cláusula 1.1.1 acima, realizado com recursos desta conta), já excluídos os Recursos Excluídos, mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o cumprimento da totalidade das Obrigações Garantidas, nos termos desta cláusula, nos Contratos de Garantia, e na forma do art. 55 da Lei das Sociedades por Ações ("Conta de Recebimento").

1.3.2.1. Nos termos dos Contratos de Garantia, os recursos existentes na Conta de Recebimento serão mensalmente, na Data de Verificação, respeitado o prazo de carência de 4 (quatro) meses, nos termos da cláusula 1.3.3.1.1. deste Contrato, primeiramente direcionados para a Conta de Pagamento (conforme definida abaixo), de forma a constituir e manter o montante equivalente a uma parcela de amortização das Debêntures, acrescido da Remuneração (conforme previsto na Cláusula 1.3.3.1 abaixo) e, em segunda etapa, da Conta de Recebimento para a Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo), de forma a constituir e manter o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo). Tais transferências serão limitadas ao atingimento do montante previsto na Cláusula 1.3.3.1 abaixo, e ao atingimento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme aplicável para cada conta e calculado pelo Agente Fiduciário.

1.3.3. Conta de Pagamento. A Emissora irá constituir, por meio deste Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Administração de Contas, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, uma conta de pagamento das Debêntures da presente Emissão, na qual será depositado e mantido o montante previsto na Cláusula 1.3.3.1 abaixo (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização ou resgate de quotas de fundo do Investimento Permitido, conforme estabelecido na Cláusula 1.1.1 acima, realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário enquanto as Debêntures estiverem em vigor nos termos desta cláusula, na forma do art. 55 da Lei das Sociedades por Ações ("Conta de Pagamento").

1.3.3.1. A Conta de Pagamento deverá ter, até o 2º (segundo) dia útil anterior a cada data de amortização do Valor Nominal Unitário e de pagamento da Remuneração das Debêntures, o montante equivalente à parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescida de valor equivalente à parcela vincenda de Remuneração projetada pelo Agente Fiduciário.

1.3.4. Conta de Serviço da Dívida. A Emissora irá constituir, por meio deste Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Administração de Contas, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, uma conta de serviço da dívida para as Debêntures da presente Emissão, na qual será depositado e mantido o montante equivalente ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização ou resgate de quotas de fundo do Investimento Permitido, conforme estabelecido na Cláusula 1.1.1 acima, realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário enquanto as Debêntures estiverem em vigor nos termos desta cláusula, na forma do art. 55 da Lei das Sociedades por Ações ("Conta de Serviço da Dívida", e, em conjunto com a Conta Centralizadora, a Conta de Recebimento e a Conta de Pagamento, "Contas Vinculadas", e, devendo ainda ser considerada a Conta de Serviço da Dívida em conjunto com a Conta de Recebimento e com a Conta de Pagamento como as "Contas da Garantia").

1.3.4.1. A Emissora, até o 56º (quinquagésimo sexto) mês após a Data de Emissão, deverá manter depositados na Conta de Serviço da Dívida recursos em moeda corrente nacional, vinculados ao pagamento das Debêntures (em seu vencimento regular ou antecipado), em montante igual ou superior ao somatório do valor das próximas 4 (quatro) parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido de 4 (quatro) parcelas vincendas de Remuneração das Debêntures ("Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida"). O cálculo a ser feito pelo Agente Fiduciário tomará por base a Taxa DI divulgada um dia útil antes da Data de Verificação, projetada até a efetiva data de pagamento de cada uma das Remunerações das Debêntures consideradas para o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida. A partir do 57º

(quinquagésimo sétimo) mês após a Data de Emissão, o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida deverá sempre considerar, na Data de Verificação (conforme definida abaixo), a quantidade de parcelas restantes para amortização do Valor Nominal Unitário, e a quantidade de parcelas restantes vincendas da Remuneração das Debêntures, que sejam devidas até a Data de Vencimento.

1.3.4.1.1. Caberá ao Agente Fiduciário calcular mensalmente o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida estabelecido na cláusula acima, no 1º (primeiro) dia útil de cada mês, a fim de verificar o enquadramento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida ("Data de Verificação"), sendo certo que a primeira verificação será realizada em 3 de setembro de 2012.

1.3.4.1.2. Observado o prazo para pagamento da primeira parcela de amortização do Valor Nominal Unitário e da primeira parcela vincenda de Remuneração (conforme Cláusulas 4.3 e 4.5 da Escritura), a Emissora terá um prazo de carência até o 4º (quarto) mês após a Data de Emissão para atender a obrigação de, após cumprir o previsto na Cláusula 1.3.3.1 acima, compor o referido Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, cujos recursos serão enviados da Conta de Recebimento e integralmente retidos na Conta de Serviço da Dívida até que haja montante suficiente para atendimento desta obrigação.

1.3.4.1.3. Atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, e havendo recursos na Conta de Recebimento, e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, esses recursos serão direcionados para a Conta de Livre Movimentação no dia útil subsequente à data de amortização do Valor Nominal Unitário e do pagamento da Remuneração das Debêntures, respeitado o previsto nas Cláusulas 1.3.2.1 acima e 1.3.4.3 abaixo. As demais obrigações e procedimentos pertinentes a cada parte, principalmente aqueles relacionados ao Banco Centralizador e Agente Fiduciário, estarão descritos neste Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Administração de Contas.

1.3.4.1.4. A partir do momento em que for atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida e durante toda a existência das Debêntures, caso o Agente Fiduciário constate na Data de Verificação que o saldo da Conta de Serviço da Dívida esteja abaixo do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, observado o disposto na Cláusula 1.3.4.1 acima e da Cláusula 3.8.12.1 da Escritura, este deverá (i) primeiramente enviar orientação ao Banco Centralizador para que transfira quaisquer recursos existentes na Conta de Recebimento ou na Conta de Pagamento (respeitado o atendimento do montante previsto na Cláusula 1.3.3.1. acima) para a Conta de Serviço da Dívida, de forma a atingir este Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, e (ii) em segundo lugar, caso ainda assim não tenha sido atingido tal montante, enviar solicitação de reposição à Emissora nesse sentido para providenciar a sua recomposição em até 2 (dois) dias úteis contados de tal solicitação, mediante o depósito de recursos próprios na Conta de Serviço da Dívida, observado o disposto na alínea (z) da Cláusula 7.1 da Escritura.

1.3.4.2. Mensalmente, em cada Data de Verificação, após terem sido primeiramente atendidos todos os pagamentos a que se destina a **Conta de Pagamento**, conforme este Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Administração de Contas, bem como posteriormente atendidas todas as obrigações de constituição do **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida**, conforme descrita na Cláusula 1.3.4.1 e constituída por meio deste Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Administração de Contas, o eventual saldo que ainda exista na Conta de Pagamento e o eventual excesso sobre o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida será direcionado para a Conta de Livre Movimentação (na forma prevista no Contrato de Administração de Contas), observados os termos da Cláusula 1.3.4.3 abaixo.

1.3.4.2.1. Na hipótese de não haver recursos suficientes na Conta de Pagamento para quitação integral de cada parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida da parcela de Remuneração em cada data de pagamento, o Banco Centralizador, mediante autorização do Agente Fiduciário, transferirá recursos da Conta de Serviço da Dívida para a Conta de Pagamento, no montante que seja necessário para atendimento da obrigação da Cláusula 1.3.3 acima.

1.3.4.2.2. Observados os termos da Cláusula 1.3.4.2.1 acima e da Cláusula 3.8.12.2.1 da Escritura, a Emissora deverá, na data de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures, informar ao Banco Mandatário, com cópia para o Agente Fiduciário, impreterivelmente até às 9h00 do respectivo dia, o valor a ser pago de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração.

1.3.4.2.3. Em cada data de pagamento, o Banco Mandatário irá debitar da Conta de Pagamento os recursos necessários ao pagamento das Debêntures, conforme informado pela Emissora, nos termos da Cláusula 1.3.4.2.2 acima, independentemente de qualquer notificação, nos termos do "Contrato de Prestação de

Serviços de Escrituração de Debêntures" ("Contrato de Banco Mandatário"), sendo desde já expressamente autorizado pela Emissora para tanto.

1.3.4.3. Verificado o atendimento à Cláusula 1.3.2.1 acima, e havendo recursos na Conta de Recebimento, e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, esses recursos serão direcionados para a Conta de Livre Movimentação na Data de Verificação, os quais pelo menos 90% (noventa por cento) deverão ser utilizados para amortização das Debêntures Subordinadas, acima mencionadas, observado o IGR previsto na Escritura.

1.3.4.3.1. Caso, após a amortização integral das Debêntures, existam recursos nas Contas Vinculadas, os mesmos deverão ser transferidos para a Conta de Livre Movimentação no prazo de 1 (um) dia útil contado da data de amortização integral das Debêntures.

1.3.5. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário, tão logo tome conhecimento de tais eventos, deverá interromper imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores das Contas da Garantia para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos nos Contratos de Garantia.

1.3.5.1. O Agente Fiduciário não será responsável caso, após cumpridos os procedimentos acima descritos, a transferência de valores de quaisquer das Contas da Garantia para a Conta de Livre Movimentação seja realizada após a ocorrência de um dos Eventos de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, caso tal evento ainda não seja de conhecimento do Agente Fiduciário.

1.3.6. Na hipótese de ocorrer um dos Eventos de Avaliação ou Vencimento Antecipado, previstos na Escritura, ou o inadimplemento de qualquer das Obrigações Garantidas da Emissora, em conjunto ou isoladamente, o Agente Fiduciário fica, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, autorizado pela Emissora a reter os valores depositados nas Contas da Garantia e obrigado a utilizá-los para a amortização dos valores devidos por esta em decorrência das Obrigações Garantidas, nos termos das Cláusulas 4 e 4.1 abaixo, e na forma prevista no Contrato de Administração de Contas.

1.3.7. Adicionalmente, a SEF/MG obriga-se em caráter irrevogável e irretratável a destinar o pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos, pagos em moeda corrente mediante depósito, exclusivamente para a Conta Centralizadora. A SEF/MG, por este ato, nomeia o Banco Centralizador, para os fins previstos neste Contrato de Cessão Fiduciária e na Escritura, como depositário da Conta Centralizadora e dos ganhos e receitas financeiras dela eventualmente decorrentes. O Banco Centralizador, por este instrumento, expressamente aceita a nomeação como fiel depositário da Conta Centralizadora e dos ganhos e receitas financeiras eventualmente dela decorrentes e assume total responsabilidade pela boa manutenção, conservação e preservação dos valores assim recebidos. O Banco Centralizador fica, a partir da data deste instrumento, considerado como notificado, em caráter irrevogável e irretratável, dando a partir deste momento completa ciência e declarando-se de acordo a não compensar nem deduzir qualquer valor dos valores recebidos na Conta Centralizadora, exceto os custos decorrentes de obrigações legais bem como aceitar as ordens recebidas diretamente do Agente Fiduciário relativa às movimentações da Conta Centralizadora.

1.3.7.1. A Emissora, por este ato, nomeia o Banco Centralizador como depositário das Contas da Garantia e dos ganhos e receitas financeiras delas decorrentes. O Banco Centralizador, por este instrumento, expressamente aceita a nomeação como fiel depositário das Contas da Garantia e dos ganhos e receitas financeiras delas decorrentes e assume total responsabilidade pela boa manutenção, conservação e preservação dos valores assim recebidos. O Banco Centralizador fica, a partir da data deste instrumento, considerado como notificado, em caráter irrevogável e irretratável, dando a partir deste momento completa ciência e declarando-se de acordo a não compensar nem deduzir qualquer valor dos valores recebidos nas Contas da Garantia, exceto os custos decorrentes de obrigações legais bem como aceitar as ordens recebidas diretamente do Agente Fiduciário relativa às movimentações das Contas da Garantia.

1.3.7.2. O Banco Centralizador obriga-se, neste Contrato de Cessão Fiduciária, a fornecer de forma automática, independentemente de qualquer solicitação, à SEF/MG, à Emissora e ao Agente Fiduciário, **relatórios mensais** de acompanhamento das Contas Vinculadas, contendo os valores das operações de débito e crédito efetuadas nas referidas Contas Vinculadas dentro do aludido período (extratos bancários) estando desde já autorizado pela Emissora a fornecer tais informações ao Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Administração de Contas. Os relatórios mensais de acompanhamento das Contas Vinculadas serão fornecidos na forma escrita, por meio físico ou eletrônico, à escolha do Banco Centralizador.

1.3.7.3. Adicionalmente, na forma prevista no Contrato de Cessão Onerosa, o Estado de Minas Gerais, por meio da SEF/MG, está obrigado a enviar por via eletrônica mensalmente ao Agente Fiduciário, com cópia à Emissora, comunicação contendo todas as informações necessárias à avaliação da normalidade do fluxo de Direitos de Crédito Autônomos pelo Agente Fiduciário.

1.3.7.4. Para fins de cumprimento das normas de sigilo bancário em vigor, a Emissora e a SEF/MG expressamente autorizam o repasse, pelo Banco Centralizador ao Agente Fiduciário e, por sua vez, o repasse pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas, das informações referentes às Contas Vinculadas.

1.3.8. A Emissora e, conforme o caso, a SEF/MG, para todos os fins de direito, não poderão realizar qualquer movimentação nas Contas Vinculadas, seja referente aos recursos depositados e/ou aplicados, sendo o Agente Fiduciário a única parte autorizada exclusivamente a movimentar as Contas da Garantia e todos os recursos ali depositados e/ou aplicados em caso de ocorrência de um dos Eventos de Avaliação ou eventos de Vencimento Antecipado, ou ainda de inadimplemento das Obrigações Garantidas.

1.3.9. A Emissora ficará obrigada a sempre assegurar que (i) a Conta de Serviço da Dívida tenha o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, correspondente a montante igual ou superior ao somatório do valor das próximas 4 (quatro) parcelas vincendas de amortização de principal e 4 (quatro) parcelas vincendas de Remuneração das Debêntures; (ii) a Conta de Pagamento tenha o montante equivalente à uma parcela de amortização do Valor Nominal Unitário e uma parcela de Remuneração das Debêntures; e (iii) a Conta de Recebimento tenha recursos suficientes para cumprir de forma integral o previsto nos itens (i) e (ii) acima, nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária.

1.3.10. Fica desde já estabelecido que a Emissora e/ou a SEF/MG se obrigam a não realizar qualquer ato ou procedimento que implique ou possa resultar no fechamento, cancelamento ou bloqueio de qualquer das Contas Vinculadas e/ou resulte em sua movimentação e na transferência dos recursos ali depositados de forma diversa daquela aqui estabelecida.

1.3.11. Todos e quaisquer custos, despesas, taxas e/ou tributos das averbações e registros aqui previstos ou relacionados a este Contrato de Cessão Fiduciária serão de responsabilidade única e exclusiva da Emissora. A Emissora deverá antecipar os valores necessários ao Agente Fiduciário, por quaisquer custos, despesas, taxas e/ou tributos decorrentes deste Contrato de Cessão Fiduciária. Em caso de eventual pagamento feito pelo Agente Fiduciário, a Emissora deverá proceder o seu ressarcimento, no prazo máximo e improrrogável de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota de débito, emitida pelo Agente Fiduciário, com os respectivos comprovantes.

1.4. Pelo presente Contrato de Cessão Fiduciária, o Agente Fiduciário fica expressamente autorizado pela Emissora e a SEF/MG a receber extratos, recibos e relatórios relativos às Contas Vinculadas com periodicidade mensal, ou mediante solicitação.

1.5. Características das Debêntures:

1.5.1. Para os fins legais, as Partes descrevem as principais condições financeiras das Obrigações Garantidas, sem prejuízo do detalhamento constante na Escritura, que, para esse efeito, é considerada aqui integralmente transcrita:

(i) o valor total da emissão das Debêntures da Terceira Emissão, realizada em série única, é de R\$316.000.000,00 (trezentos e dezesseis milhões de reais), em 30 de agosto de 2012 ("Data de Emissão"), representada por 31.600 (trinta e um mil e seiscentas) debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), sendo que a quantidade de Debêntures não será aumentada, não havendo exercício das disposições previstas no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, e no artigo 24, da Instrução CVM 400;

(ii) a data de vencimento das Debêntures será em 30 de agosto de 2017;

(iii) as Debêntures são remuneradas na forma prevista pela Cláusula 4.4 da Escritura, e serão representadas por juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa

DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a até 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;

(iv) os percentuais de amortização indicados no cronograma de amortização definido no "Anexo I" da Escritura incidirão sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, para cada parcela, desde a primeira parcela com vencimento em 30 de março de 2013 até a última com vencimento em 30 de agosto de 2017, nos termos do "Anexo I" da Escritura; e

(v) ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos da Remuneração das Debêntures (conforme definido na Cláusula 4.4. da Escritura, e descrito no item "iii" acima) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

CLÁUSULA II **OBRIGAÇÕES GARANTIDAS**

2. A cessão fiduciária dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, ora avençada, visa a garantir o fiel, cabal e pronto cumprimento das Obrigações Garantidas, as quais a Emissora declara expressamente e em detalhes conhecer, compreendendo obrigações principais ou acessórias, tais como juros ordinários e de mora, encargos moratórios, multas, atualização monetária, tributos ou contribuições, além das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário para defesa, conservação e satisfação integral de seus direitos e outras despesas previstas ou decorrentes dos respectivos instrumentos contratuais, seja em juízo ou fora dele.

CLÁUSULA III **IRREVOGABILIDADE**

3. A presente cessão fiduciária dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente é irrevogável e irretroatável e vigorará até que as Obrigações Garantidas sejam integralmente liquidadas pela Emissora.

CLÁUSULA IV **EXECUÇÃO DA GARANTIA**

4. O Agente Fiduciário fica autorizado, de forma irrevogável e irretroatável, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial a qualquer das partes deste instrumento, a dispor extrajudicialmente dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e a aplicar os respectivos recursos no pagamento das Obrigações Garantidas, no caso de (i) declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures nos termos da Escritura; ou (ii) ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nas alíneas (a) a (g) abaixo, desde que tal fato seja considerado um Evento de Inadimplemento, na forma prevista na Cláusula 6.4 da Escritura:

- (a) se as garantias convencionadas neste Contrato de Cessão Fiduciária não forem devidamente efetivadas ou formalizadas;
- (b) a constatação, a qualquer momento, de qualquer falsidade, imprecisão ou incorreção quanto a qualquer declaração ou garantia prestada pela Emissora neste Contrato de Cessão Fiduciária;
- (c) se for proposta qualquer medida judicial ou administrativa que afete a propriedade, posse, destinação ou livre utilização dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, ou que cause qualquer embaraço a seu uso;
- (d) se não forem cumpridas quaisquer obrigações descritas nas cláusulas 1.3.6, 1.3.7. e 1.3.8. deste Contrato de Cessão Fiduciária pela Emissora;

- (e) não pagamento ou transferência, na forma prevista no Contrato de Administração de Contas, dos Direitos de Crédito Autônomos nas Contas Vinculadas;
- (f) a transferência, por parte da Emissora, a quaisquer terceiros, de quaisquer obrigações assumidas neste Contrato de Cessão Fiduciária sem prévia anuência do Agente Fiduciário; ou
- (g) inadimplemento total ou parcial, pela Emissora, das Obrigações Garantidas.

4.1. Execução da Garantia. Na hipótese prevista no item "(i)" do *caput* da Cláusula 4 acima, independentemente de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou notificação ao Agente Fiduciário, consolidar-se-á em favor dos Debenturistas, neste ato representados pelo Agente Fiduciário, a titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, podendo o Agente Fiduciário, sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei, especialmente aqueles previstos no Código Civil, excutir a presente garantia, observado o disposto na legislação vigente, incluindo, mas não se limitando à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conforme alterada ("Lei de Responsabilidade Fiscal"), a Lei nº 19.266/10, a Constituição Federal e à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, conforme alterada ("Código Tributário Nacional"), podendo promover a venda, cessão ou transferência dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, judicial ou extrajudicialmente (de forma amigável), em uma ou mais vezes, em operação pública ou privada, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial ou de qualquer outro procedimento, sendo desde já expressamente autorizada pelos Intervenientes Anuentes para tanto. Nas demais hipóteses de descumprimento de obrigação assumida neste Contrato de Cessão Fiduciária, pela Emissora, que não estejam elencadas no item (i) do *caput* da Cláusula 4, fica o Agente Fiduciário obrigado a convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar acerca da execução da garantia.

4.1.1. Fica expressamente estabelecido pelas Partes que o Agente Fiduciário deterá a propriedade resolúvel dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente. Na qualidade de proprietário fiduciário dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, poderá o Agente Fiduciário praticar todos os atos necessários para salvaguardar tais direitos, incluindo, sem limitação, executar a garantia a que esses direitos se prestam, em caso de mora de quaisquer obrigações decorrentes das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 4 deste Contrato de Cessão Fiduciária.

4.1.2. Na forma prevista no Contrato de Cessão Onerosa, o Estado de Minas Gerais, por meio da SEF/MG, está obrigado, em caráter irrevogável e irretroatável, a fazer com que os recursos advindos da cobrança judicial e/ou extrajudicial dos créditos tributários que dão origem aos Direitos de Créditos Autônomos sejam depositados na Conta Centralizadora, de modo a que o fluxo de recebimento siga seu curso ordinário, conforme previsto na Cláusula 1.3 acima.

4.1.3. Durante todo o prazo deste Contrato de Cessão Fiduciária, em razão da oneração dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos fiduciariamente, o Estado, por intermédio da SEF/MG e da AGE/MG, será considerado fiel depositário, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil brasileiro, dos produtos de todo e qualquer Direito de Crédito Autônomo que venham a ser recebidos diretamente pelo Estado, por intermédio da SEF/MG e/ou da AGE/MG, inclusive em razão de qualquer procedimento de cobrança judicial ou extrajudicial, propostos contra os contribuintes devedores dos parcelamentos que deram origem aos Direitos de Crédito Autônomos cedidos fiduciariamente, nos termos da legislação aplicável, até a sua efetiva transferência para a Conta Centralizadora.

4.2. Poderes. Para os fins de excussão da presente garantia, conforme previsto nesta Cláusula IV, o Agente Fiduciário, na qualidade de proprietário fiduciário dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente ora cedidos fiduciariamente em garantia, exercerá sobre estes todos os poderes que lhe são assegurados pela legislação vigente, inclusive poderes *ad judicium* e *ad negotia*, em especial aqueles para (a) utilizar os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente diretamente na liquidação das Obrigações Garantidas; (b) observado o disposto na legislação vigente, incluindo, mas não se limitando à Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Autorizativa, a Constituição Federal e ao Código Tributário Nacional, vender, ceder ou transferir extrajudicialmente os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente; (c) dar quitação e assinar quaisquer documentos ou termos, por mais especiais que sejam, necessários à prática dos atos aqui referidos, sendo (a), (b) e/ou (c) praticados sem necessidade de dar qualquer prévio aviso ou notificação à Emissora; e/ou (d) utilizar os recursos depositados nas Contas da Garantia ou requerer os recursos, até o valor dos respectivos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, na liquidação das Obrigações Garantidas, respeitando as disposições e obrigações previstas no Contrato de Administração de Contas.


10

4.3. Para fins exclusivos do disposto na Cláusula 4.2 acima, a Emissora, por meio deste instrumento, nomeia e constitui o Agente Fiduciário seu bastante procurador, outorgando-lhe poderes especiais para praticar todo e qualquer ato necessário com relação aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, para o pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, inclusive firmar recibos, termos ou quaisquer outros documentos em nome da Emissora, representar a Emissora perante qualquer repartição pública federal, estadual e municipal, e perante terceiros, até que seja concluída e liquidada a excussão da garantia, com poderes especiais para (i) representar a Emissora perante juntas comerciais e cartórios de registro de pessoas jurídicas em qualquer Estado do País, assinando formulários, pedidos e requerimentos; (ii) representar a Emissora perante instituições financeiras custodiantes ou prestadores de serviços de escrituração, em nome e em benefício dos Debenturistas, e eventual posterior alienação a terceiros; e (iii) praticar todos e quaisquer outros atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, sendo vedado o seu subestabelecimento. O presente mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, sendo sua outorga condição do negócio, nos termos do artigo 684 do Código Civil, durante todo o prazo de vigência deste Contrato de Cessão Fiduciária e até que todas as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente cumpridas.

4.3.1. Sem prejuízo do disposto na presente Cláusula IV, em complemento aos poderes outorgados na Cláusula 4.3 acima, a Emissora outorga nesta data, o instrumento particular de procuração em favor do Agente Fiduciário, nos termos do Anexo I ao presente Contrato de Cessão Fiduciária.

4.4. Fica certo e ajustado que a execução ou excussão da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente independe de qualquer providência preliminar por parte dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza.

4.5. A Emissora obriga-se a praticar todos os atos e cooperar com o Agente Fiduciário em tudo que se fizer necessário ao cumprimento do disposto nesta Cláusula IV.

4.6. Adicionalmente, fica desde já certo e ajustado, que a aquisição das Debêntures implica automática, irrevogável e irretratavelmente na (i) confirmação e ratificação, pelos Debenturistas, de todos os atos praticados pelo Agente Fiduciário em relação à constituição da presente cessão fiduciária em favor dos Debenturistas; e (ii) na outorga de procuração irrevogável e irretratável para representá-los (os Debenturistas) judicial e extrajudicialmente em todos os atos e processos relacionados às Debêntures, conferindo-lhe desde já todos os poderes úteis e necessários ao desempenho desse mister, a exemplo dos poderes para constituir advogados, comparecer perante quaisquer autoridades públicas, inclusive do Poder Judiciário, sendo tal outorga condição do negócio, nos termos do artigo 684 do Código Civil.

4.7. Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente. Na hipótese prevista na Cláusula 4 acima, o Agente Fiduciário aplicará o produto dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente ou da sua venda a terceiros e/ou recursos requeridos, até o seus respectivos valores, na liquidação das Obrigações Garantidas (respeitando a ordem de utilização dos recursos prevista na Escritura, e as disposições e obrigações previstas no Contrato de Administração de Contas) e das despesas decorrentes da execução da Garantia (inclusive honorários advocatícios, custas e despesas judiciais para fins de excussão do presente instrumento, além de eventuais tributos, encargos, taxas e comissões). Caso o produto da execução da garantia seja suficiente para a integral liquidação das Obrigações Garantidas e das despesas com a excussão da garantia, e ainda seja apurado saldo positivo, o Agente Fiduciário entregará o saldo à Emissora, acompanhado do respectivo demonstrativo da sua apuração. Caso o produto da execução da garantia seja insuficiente para garantir a integral liquidação das Obrigações Garantidas e despesas com a excussão da garantia, a Emissora ainda assim permanecerá obrigada a quitar o saldo remanescente decorrente das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura, deste Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Administração de Contas.

4.8. A excussão da presente garantia na forma aqui prevista será procedida de forma independente e em adição a qualquer outra execução de garantia, real ou pessoal, concedida pela Emissora nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária e da Escritura, podendo os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente serem executados anteriormente, posteriormente, ou ainda, simultaneamente à execução de qualquer outra garantia, sem que, com isso, os Debenturistas, neste ato representados pelo Agente Fiduciário sejam prejudicados ou percam qualquer direito ou possibilidade de exercer o seu direito no futuro até a quitação integral das Obrigações Garantidas.

4.9. **Sigilo das Informações.** Nos procedimentos alusivos à formalização e à execução da cessão do direito aos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos, as partes obrigam-se a preservar o sigilo relativo a qualquer informação sobre a situação fiscal, econômica ou financeira dos contribuintes e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

4.9.1. Fica, igualmente, vedada as partes a divulgação ou a utilização, conforme o caso, para fins outros que não aqueles relacionados ao objeto deste Contrato de Cessão Fiduciária, da identidade dos contribuintes, de seus débitos e dos respectivos parcelamentos, sob pena das responsabilizações decorrentes de eventuais perdas e danos, conforme determinado por decisão judicial transitada em julgado.

4.9.2. Sem prejuízo do disposto acima, a Emissora e/ou o Agente Fiduciário somente poderão ter acesso às informações contidas no exemplar de CD-ROM referidos no Considerando "iii" para fazer prova em juízo, quando isso for necessário à defesa dos direitos, das garantias e das prerrogativas da Emissora e/ou dos Debenturistas, nos termos dos documentos relacionados à Emissão, ou ainda para atender requisição de autoridade competente que tenha instaurado procedimento administrativo ou ação judicial em face da Emissora e/ou do Agente Fiduciário decorrente de fato relacionado aos documentos da Emissão. Nesse caso, caberá ao Banco do Brasil providenciar o depósito do exemplar de CD-ROM perante a autoridade judicial ou administrativa encarregada da ação judicial e/ou do procedimento administrativo, sem necessidade de consultar o Estado de Minas Gerais, a SEF/MG ou a AGE/MG, porém, alertando sobre o caráter sigiloso dos respectivos dados.

CLÁUSULA V **DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

5. A Emissora, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, declara e assegura em relação a si mesmo, ao Agente Fiduciário, que:

a) (i) é legítima titular e proprietária de direitos emergentes do Contrato de Cessão Onerosa; (b) após a integralização das Debêntures Subordinadas, será legítima proprietária dos Direitos de Crédito Autônomos; e (c) é legítima titular e proprietária de todos os direitos sobre as Contas de Garantia, e será legítima titular e proprietária de todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos depositados ou a serem depositados e mantidos nas Contas da Garantia, os quais se encontram ou, conforme o caso, se encontrarão livres de quaisquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, excetuando-se a cessão fiduciária em garantia feita nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária e das Debêntures;

b) este Contrato de Cessão Fiduciária constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora, exigível de acordo com seus respectivos termos;

c) tem plenos poderes, capacidade e está devidamente autorizada a celebrar o presente instrumento e a cumprir com todas as obrigações neles previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para a celebração e cumprimento das obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária;

d) nem a celebração deste Contrato de Cessão Fiduciária, tampouco a consumação dos termos aqui pactuados violam (i) qualquer disposição de seu Estatuto Social; (ii) as normas legais e regulamentares a que ele e/ou seus bens estejam sujeitos; e/ou (iii) quaisquer contratos, acordos, autorizações governamentais ou compromissos obrigacionais aos quais estejam vinculados;

e) a celebração deste Contrato de Cessão Fiduciária é compatível com a capacidade econômica, financeira e operacional da Emissora de forma que o registro de qualquer débito nas Contas Vinculadas e a cessão fiduciária dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente prevista neste Contrato de Cessão Fiduciária não deverão acarretar qualquer impacto negativo na capacidade econômica, financeira e operacional, ou na sua capacidade de honrar quaisquer compromissos e obrigações;

f) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou qualquer contestação, independentemente de quem seja o autor, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar adversamente as obrigações assumidas neste Contrato de Cessão Fiduciária; e

g) não poderá movimentar as Contas Vinculadas, durante a vigência deste Contrato de Cessão Fiduciária, não sendo permitida à Emissora a emissão de cheques, a movimentação por meio de cartão de débito ou ordem verbal ou escrita ou qualquer outra movimentação dos recursos depositados nas Contas Vinculadas, sendo as Contas Vinculadas movimentadas única e exclusivamente pelo Banco Centralizador mediante prévia e expressa aprovação do Agente Fiduciário, com exceção da Conta Centralizadora, cujos recursos, nela depositados, advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomo deverão ser transferidos automaticamente pelo Banco Centralizador para a Conta Recebimento no dia útil seguinte ao depósito realizado na Conta Centralizadora, já desconsiderando os Recursos Excluídos.

5.1. Até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, a Emissora compromete-se a:

a) não constituir sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente qualquer outro ônus ou gravame além da cessão fiduciária objeto deste Contrato de Cessão Fiduciária e a não vender, ceder em garantia, arrendar, alugar ou de qualquer outra forma alienar qualquer parte dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente a terceiros, exceto se previamente aprovado pelo Agente Fiduciário;

b) manter o Agente Fiduciário indene e a salvo de todos e quaisquer custos e despesas (incluindo, sem limitação, honorários advocatícios) que venha comprovadamente a incorrer (i) provenientes de qualquer atraso no pagamento dos tributos incidentes ou devidos relacionados a qualquer dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente; (ii) resultantes de comprovada violação de qualquer das declarações assumidas neste Contrato de Cessão Fiduciária; e (iii) referentes à formalização e ao aperfeiçoamento da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, de acordo com este Contrato de Cessão Fiduciária, exceto com relação aos custos decorrentes diretamente de culpa ou dolo por parte do Agente Fiduciário;

c) defender, de forma tempestiva e eficaz, os direitos dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, contra quaisquer procedimentos ou processos que venham a ser propostos por terceiros ou que a Emissora venha a ter ciência e que possam, de qualquer forma, afetar adversamente a presente garantia;

d) não terminar ou alterar quaisquer contratos ou instrumentos relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, sem a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário;

e) não celebrar qualquer contrato ou praticar qualquer ato que restrinja os direitos ou a capacidade dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de vender ou de outra forma dispor dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, no todo ou em parte, após a ocorrência de um evento de Vencimento Antecipado, conforme definido na Escritura;

f) cumprir com os termos e condições do Contrato de Administração de Contas, observado que um inadimplemento no Contrato de Administração de Contas será considerado um Evento de Avaliação ou um evento de Vencimento Antecipado, nos termos da alínea (a) da Cláusula 6.1 ou da alínea (s) da Cláusula 7.1, respectivamente, da Escritura;

g) manter e preservar todos os direitos reais de garantia constituídos nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária e eventuais aditamentos e notificar no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do respectivo evento o Agente Fiduciário sobre qualquer evento, fato ou circunstância, incluindo, sem limitação, qualquer decisão, ação judicial, procedimento administrativo, procedimento arbitral, reivindicação, investigação ou alteração de legislação (ou na sua interpretação) ou, ainda, qualquer evento, fato ou circunstância potencial que vier a ser de seu conhecimento e que possa ser justificadamente considerado como apto a afetar a validade, legalidade ou eficácia da garantia real constituída nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária;

h) observada a Cláusula 4.9 acima, quando solicitado pelo Agente Fiduciário, fornecer prontamente todas as informações e/ou cópias autenticadas de quaisquer documentos em meio físico ou eletrônico relacionados à comprovação dos débitos e parcelamentos de ICMS entre contribuintes e o Estado de Minas Gerais, eventualmente acompanhados de certidão de dívida ativa se tratar de débito inscrito ("Documentos Comprobatórios"), relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente para verificar o atendimento às disposições do presente Contrato de Cessão Fiduciária, bem como dar cumprimento a todas as instruções escritas recebidas do Agente Fiduciário para o cumprimento do presente Contrato de Cessão Fiduciária, especialmente quando da ocorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura;

- i) observada a Cláusula 4.9 acima, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, ou em prazo menor que venha a ser determinado por autoridade competente, fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações, cópias de documentos, declarações e comprovações que venham a ser solicitadas com relação aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, de forma a permitir que o Agente Fiduciário verifique o cumprimento das obrigações ora assumidas e execute, caso aplicável, as disposições do presente Contrato de Cessão Fiduciária;
- j) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ato ou fato que possa depreciar ou ameaçar a garantia prestada nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária;
- k) informar imediatamente ao Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura;
- l) informar o Agente Fiduciário, imediatamente após o seu recebimento, sobre qualquer comunicação recebida com relação a processo administrativo, investigação ou imposição de qualquer penalidade decorrente do descumprimento de qualquer dever legal ou contratual da Emissora que possa afetar o recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente;
- m) praticar todos os atos e assinar todo e qualquer documento, necessários à manutenção dos direitos decorrentes deste Contrato de Cessão Fiduciária, bem como a proceder, às suas expensas, ao registro deste Contrato de Cessão Fiduciária e de seus anexos ou aditamentos nos cartórios de título e documentos das comarcas da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme Cláusula VIII abaixo; e
- n) não alterar ou encerrar qualquer das Contas da Garantia ou permitir que seja alterado qualquer termo ou condição dos respectivos contratos de abertura de conta corrente ou de investimento, nem praticar qualquer ato, ou abster-se de praticar qualquer ato, que possa, de qualquer forma, resultar na alteração, encerramento ou oneração das Contas da Garantia.

5.2. A SEF/MG e a AGE/MG, neste ato, também declaram expressamente que as informações contidas no CD-ROM permitem a perfeita individualização e identificação dos Direitos de Crédito Autônomos, inclusive contendo informações que permitem a perfeita identificação de cada contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomos, sendo que a entrega do CD-ROM ao Banco do Brasil é feita sob dever de sigilo.

5.3. As declarações e garantias aqui prestadas subsistirão ao término deste Contrato de Cessão Fiduciária, comprometendo-se a Emissora a indenizar e a manter indenidos o Agente Fiduciário e o Banco Centralizador e suas respectivas controladoras, coligadas, controladas e afiliadas e seus respectivos administradores, empregados, consultores e agentes contra todas e quaisquer reivindicações, danos, perdas, obrigações, responsabilidades e despesas (incluindo, sem limitação, despesas e honorários advocatícios) em que qualquer uma das pessoas acima venha a incorrer ou que contra ela venha a ser cobrado, em cada caso em decorrência da inveracidade, imprecisão ou inexactidão de qualquer de suas declarações aqui contidas.

CLÁUSULA VI **LEGITIMIDADE DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

6. A Emissora reconhece o direito dos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, de executar as garantias, independentemente da ordem e em observância ao disposto acima, como forma de receber os créditos devidos decorrentes das Obrigações Garantidas, com os devidos encargos.

6.1. A Emissora desde logo reconhece a legitimidade extraordinária do Agente Fiduciário para executar as garantias contratadas neste Contrato de Cessão Fiduciária e promover a cobrança de quaisquer valores decorrentes do presente Contrato de Cessão Fiduciária, podendo, para tanto, contratar e destituir advogados, com poderes *ad judicium*, intimar, notificar, interpelar, transigir, desistir, dar e receber quitação, representando os Debenturistas extrajudicial ou judicialmente e em qualquer fase ou grau de jurisdição, com poderes, ainda, para praticar qualquer ato e assinar qualquer documento ou instrumento necessário no cumprimento de suas funções de agente da presente garantia, sempre no interesse e de acordo com as expressas instruções dos Debenturistas nos termos da Escritura e da Cláusula 6.2 abaixo, e de seus eventuais cessionários e sucessores a qualquer título.

6.2. O Agente Fiduciário atua no presente Contrato de Cessão Fiduciária em nome e em benefício dos Debenturistas e de acordo com as expressas instruções dos Debenturistas, em total conformidade com os termos e condições da Escritura. Neste sentido, sempre que neste instrumento estiverem previstos quaisquer atos ou decisões a serem tomados pelos Debenturistas, eles serão tomados pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, observados os quoruns de convocação e deliberação previstos na Escritura, e serão executados pelo Agente Fiduciário em estrita observância às disposições deste Contrato de Cessão Fiduciária e da Escritura.

CLÁUSULA VII
DO MANDATO

7. Fica o Agente Fiduciário, para os fins e efeitos deste Contrato de Cessão Fiduciária e desta Cláusula VII, irrevogável e expressamente autorizado a, no caso de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, e observado o que a respeito dispor a legislação vigente, receber, resgatar, alienar, ceder ou transferir, nas melhores condições e preço comercialmente disponíveis, parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, desde que não seja realizada por preço vil, nomeando-o a Emissora, nos termos dos Artigos 683 e seguintes do Código Civil, em caráter irrevogável e irretratável, seu procurador para que o Agente Fiduciário pratique todos os atos e assine todos os documentos que necessários forem, cujos emolumentos e despesas razoavelmente despendidos que o Agente Fiduciário venha comprovadamente incorrer serão suportados exclusivamente pela Emissora e, em especial, para a execução plena da presente garantia. Para tanto, a Emissora, nesta data, entrega ao Agente Fiduciário procuração na forma do Anexo I ao presente Contrato de Cessão Fiduciária.

CLÁUSULA VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

8. Até a data de subscrição das Debêntures ou no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de assinatura deste Contrato de Cessão Fiduciária e de qualquer aditivo subsequente, o que ocorrer antes, a Emissora deverá, às suas expensas, registrar este instrumento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, devendo fornecer comprovação desses registros ao Agente Fiduciário, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da obtenção dos mesmos, aplicando-se esta mesma regra em caso de celebração de futuros aditivos ao presente instrumento.

8.1. A Emissora responsabiliza-se por qualquer prejuízo que venha a causar ao Agente Fiduciário ou a terceiros em decorrência da garantia ora prestada ser suspensa, cancelada, anulada ou tida como nula de pleno direito.

8.2. A presente cessão fiduciária permanecerá gerando plenos efeitos, ainda que outra garantia ou garantias sejam prestadas pela Emissora ou por terceiros, com a finalidade de assegurar o cumprimento das Obrigações Garantidas, garantias essas que são em adição e não em exclusão à presente e que, como a presente, poderão ser executadas total ou parcialmente, cumulativa ou separadamente, a critério do Agente Fiduciário.

8.3. Se qualquer termo ou disposição deste Contrato de Cessão Fiduciária for considerado por qualquer tribunal competente como sendo nulo, inválido ou inexecutável, o restante deste Contrato de Cessão Fiduciária não será afetado por esta decisão, sendo que cada termo, avença e condição remanescente deste instrumento continuará válido e será cumprido na forma permitida na legislação aplicável.

8.4. A fim de assegurar os direitos do Agente Fiduciário em relação à cessão fiduciária ora constituída, a Emissora compromete-se a, durante a vigência da presente garantia e sob pena de execução da mesma, não realizar qualquer ato que envolva a cessão, transferência ou oneração, sob qualquer forma, dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente objeto desta garantia, bem como informar ao Agente Fiduciário a respeito de qualquer ato ou fato de terceiro ou de alguma parte deste Contrato de Cessão Fiduciária que constitua ameaça à existência da alienação fiduciária pactuada nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária.

8.5 Anuência. A SEF/MG e a AGE/MG anuem, neste ato, à cessão fiduciária ora contratada, assim como à eventual execução de garantia, na forma prevista no artigo 4º da Lei nº 19.266/10, não importando, entretanto, tais anuências, em qualquer obrigação, responsabilidade, garantia ou qualquer espécie de co-obrigação ou compromisso da SEF/MG, da AGE/MG ou do Estado de Minas Gerais.

8.6. Execução Específica. As obrigações assumidas neste Contrato de Cessão Fiduciária poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato de Cessão Fiduciária.

8.7. Ausência de Renúncia ou Novação. Nenhuma ação ou omissão de qualquer das Partes importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente Contrato de Cessão Fiduciária. Os direitos e recursos previstos neste Contrato de Cessão Fiduciária são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos nos demais contratos da Emissão.

8.8. Notificações. Qualquer aviso, instrução ou outro método de comunicação exigidos ou permitidos nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária serão dados por escrito através de entrega em mãos, fac-símile, serviço de entrega rápida ou por correspondência registrada, com recibo de entrega, postagem paga antecipadamente, endereçados à parte que receber os mesmos em seus respectivos endereços conforme disposto abaixo, ou àquele outro endereço conforme tal parte possa designar através de aviso às demais partes.

(a) Se para a Emissora:

MGI – Minas Gerais Participações S.A.
Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Prédio Gerais, 6º andar
CEP 31630-901 – Belo Horizonte, MG
Tel: (31) 3915-4858
Fax: (31) 3915-4893
At.: Sr. Fernando Antônio dos Anjos Viana
Email: fernando@mgipart.com.br

(b) Se para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca
CEP 22640-100 – Rio de Janeiro, RJ
Tel: (21) 3514-0000
Fax: (21) 3514-0099
At.: Sr. Gustavo Dezouart, Sr. Marcelo Andrade e Sra. Monique Garcia
Email: gustavo@oliveiratrust.com.br / ger3.agente@oliveiratrust.com.br / scc@oliveiratrust.com.br

(c) Se para o Banco Centralizador:

Itaú Unibanco S.A.
Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar, Torre Eudoro Villela
CEP 04344-902 – São Paulo, SP
Tel: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
At.: Sr. Douglas Collegari
Email: douglas.collegari@itau-unibanco.com.br

(d) Se para a SEF/MG:

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Prédio Gerais, 7º andar
CEP 31630-901 – Belo Horizonte, MG
Tel: (31) 3915-6102
Fax: (31) 3915-6925
At.: Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima
Email: gabinete@fazenda.mg.gov.br

(e) **Se para a AGE/MG:**

Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais

Avenida Afonso Pena, nº 1901, Funcionários

CEP 30130-004 – Belo Horizonte, MG

Tel: (31) 3218-0757

Fax: (31) 3218-0774

At.: Sr. Roney Luiz Torres Alves da Silva

Email: gabadjsec@advocaciageral.mg.gov.br

8.8.1. Todo e qualquer aviso, instrução e comunicação nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária serão válidos e considerados entregues na data de seu recebimento, conforme comprovado através de protocolo assinado pela parte à qual são entregues ou, em caso de transmissão por fac-símile ou correio, com aviso de recebimento.

8.9. **Alterações.** Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato de Cessão Fiduciária somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado pelas Partes.

8.10. **Irrevogabilidade.** As Partes celebram este Contrato de Cessão Fiduciária em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores, a qualquer título.

8.11. **Anexos ao Contrato de Cessão Fiduciária.** Os anexos a este Contrato de Cessão Fiduciária são dele parte integrante e inseparável. Em caso de dúvidas entre o Contrato de Cessão Fiduciária e seus anexos prevalecerão as disposições do Contrato de Cessão Fiduciária, dado o caráter complementar dos anexos. Não obstante, reconhecem as Partes a unicidade e indivisibilidade das disposições do Contrato de Cessão Fiduciária e dos anexos, que deverão ser interpretadas de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as Partes.

8.12. **Renúncia.** A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato de Cessão Fiduciária.

8.13. **Único Acordo.** Este Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Administração de Contas constituem, coletivamente, o único e integral acordo entre as Partes com relação aos assuntos neles tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

8.14. **Cessão.** Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato de Cessão Fiduciária, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.

8.15. **Despesas.** Fica expressamente acordado entre as Partes que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos relacionados à celebração e registro do presente Contrato de Cessão Fiduciária, das garantias nele previstas ou de qualquer alteração do mesmo serão de responsabilidade e correrão por conta da Emissora.

8.16. **Vigência.** O presente Contrato de Cessão Fiduciária entra em vigor na presente data e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todos os valores devidos em decorrência das Obrigações Garantidas.

8.17. **Lei de Regência.** O presente Contrato de Cessão Fiduciária será regido e interpretado segundo as leis da República Federativa do Brasil.

8.18. **Foro.** Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato de Cessão Fiduciária, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.


E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato de Cessão Fiduciária em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

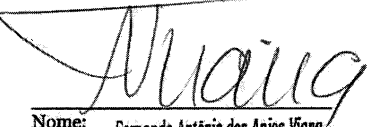
Belo Horizonte, 24 de julho de 2012.

[restante da página intencionalmente deixado em branco]

Página de assinaturas do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI - Minas Gerais Participações S.A."

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

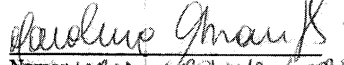

Nome: 
Cargo: Benedito Sérgio da Razeida
Diretor Presidente



Nome: 
Cargo: Fernando Antônio dos Anjos Viana
Diretor de Relações com Investidores



Página de assinaturas do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI - Minas Gerais Participações S.A."

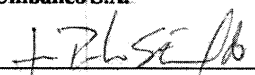
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	
Nome: MARIA CAROLINA V. TIBRANTE	Nome: MARIA EUNICE MOTTA M. DE FIGUEIREDO
Cargo: PROCURADORA	Cargo: PROCURADORA



Página de assinaturas do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI - Minas Gerais Participações S.A."

Itaú Unibanco S.A.


Nome: _____
Cargo: JOÃO PAULO S. EUVALDO
GERENTE COMERCIAL - 003841956

Maria Aparecida Simonato
Gerente Comercial
CPF: 057.761.968-42
RG: 14.036.873-6

Nome: _____
Cargo: _____



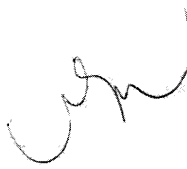
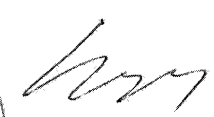

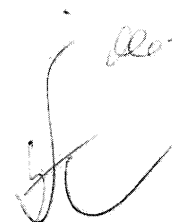


Página de assinaturas do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI – Minas Gerais Participações S.A."

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nome:
Cargo:


Leonardo Maurício Colombini Lima
Secretário de Estado de Fazenda



Página de assinaturas do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI - Minas Gerais Participações S.A."


Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais

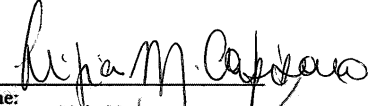
Nome:
Cargo:

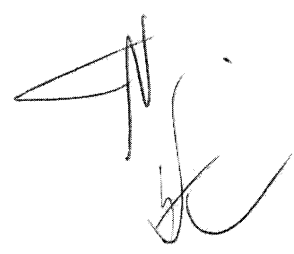
Roney Luiz Torres Alves da Silva
Advogado-Geral do Estado,
em exercício

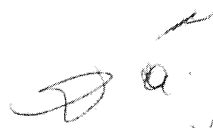
Página de assinaturas do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI - Minas Gerais Participações S.A."

Testemunhas:


Nome: Maria do Rosário Perez Vilas
RG.: Maria do Rosário Perez Vilas
CPF: 087132 998 -08
RG nº 17.411.259


Nome: Ligia Maria Capisano
RG.: Ligia Maria Capisano
CPF: 036.235.740-54
RG: 8.136.372




24

ANEXO I
MODELO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento, MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações com sede na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31.630-901, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Outorgante"), nomeia e constitui, de forma irrevogável e irretratável, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante denominado "Outorgado"), seu bastante procurador, com poderes para, observado o disposto na legislação vigente, em seu nome, praticar todos e quaisquer atos necessários ou recomendáveis com relação ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças, celebrado em 24 de julho de 2012, ("Contrato de Cessão Fiduciária"), inclusive, mas sem limitação:

- (i) sacar ou transferir recursos para a Outorgante: da Conta de Recebimento, da Conta de Serviço da Dívida e da Conta de Pagamento;
- (ii) resgatar qualquer aplicação resultando dos recursos para a Outorgante: da Conta de Recebimento, da Conta de Serviço da Dívida e da Conta de Pagamento;
- (iii) representar a Outorgante perante quaisquer autoridades governamentais e quaisquer outras pessoas de direito público ou privado, no âmbito do exercício dos direitos decorrentes do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (iv) praticar todos os atos necessários e firmar qualquer instrumento perante qualquer autoridade governamental e quaisquer documentos necessários ou recomendáveis para aperfeiçoar ou executar as garantias constituídas de acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária; e
- (v) praticar todos os atos e assinar qualquer instrumento que seja necessário de acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária, visando ao seu fiel cumprimento.

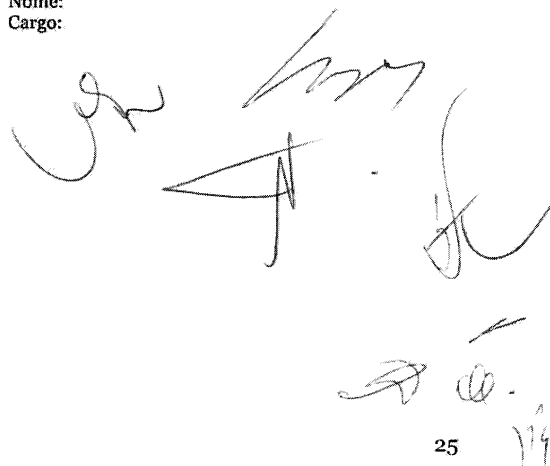
O presente instrumento é irrevogável e deverá permanecer válido e em pleno vigor até o pagamento de todas as Obrigações Garantidas, conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária.

Belo Horizonte, [●] de [●] de 2012

MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____



Handwritten signatures and initials, including a large signature and several smaller ones, some with dates like '25' and '11/9'.

ANEXO II
TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITOS AUTÔNOMOS

1. Observado o disposto na Lei nº 19.266/10, os Direitos de Crédito Autônomos são cedidos, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, pelo Estado de Minas Gerais, agindo através da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na pessoa do Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais no uso de suas atribuições, com endereço na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.143, Bairro Serra Verde, Cidade Administrativa, Prédio Gerais, 7º andar, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("SEF/MG"), e da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, na pessoa do Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais no uso de suas atribuições, com endereço Avenida Afonso Pena, nº 1901, Funcionários, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("AGE/MG"), para a MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31630-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais ("Emissora"), sem qualquer tipo de direito de regresso ou co-obrigação do Estado de Minas Gerais, na forma estipulada no "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI – Minas Gerais Participações S.A.", firmado em 24 de julho de 2012, e registrado em [●] de [●] de 2012, sob o nº [●], nos cartórios de título e documentos das comarcas da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este termo é parte integrante.
2. O Preço de Cessão (conforme indicado abaixo) dos Direitos de Crédito Autônomos será pago ao Estado de Minas Gerais pela Emissora, observados os procedimentos específicos definidos no Contrato de Cessão Onerosa.
3. Preço de Cessão: significa o preço certo e ajustado, indicado no Contrato de Cessão Onerosa, referente ao pagamento, pela Emissora ao Estado de Minas Gerais, em moeda corrente nacional ou bens ou direitos suscetíveis de avaliação pecuniária, em contrapartida à cessão dos Direitos de Crédito Autônomos.
4. Os Documentos Comprobatórios, referentes ao direito de recebimento do fluxo financeiro oriundo dos Direitos de Crédito Autônomos ora cedidos, encontram-se, nesta data, em poder do Estado de Minas Gerais ou de quaisquer órgãos ou entidades integrantes da administração pública direta ou indireta do Estado de Minas Gerais, assim como os gestores públicos e agentes políticos investidos de poderes de representação do Estado de Minas Gerais, sendo que tais Documentos Comprobatórios deverão ser fornecidos à Emissora e/ou ao Agente Fiduciário nos termos e condições previstas no Contrato de Cessão Fiduciária.
5. Os termos aqui iniciados em letra maiúscula e não expressamente definidos neste instrumentos terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato de Cessão Fiduciária.
6. A cessão objeto deste termo, observado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária, é considerada existente, válida e eficaz na data de celebração deste termo.
7. Com o pagamento do Preço de Cessão, o Estado de Minas Gerais e a Emissora conferem um ou outro a mais ampla, geral e rasa quitação com referência ao pagamento do Preço de Cessão, sem prejuízo da manutenção de suas respectivas prerrogativas asseguradas no Contrato de Cessão Fiduciária.

Nº do Código Criptografado	# da Parcela Cedida	Data de Vencimento da Parcela

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
26

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente termo, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, [●] de julho de 2012.

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nome: _____
Cargo: _____

Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais

Nome: _____
Cargo: _____
Roney Luiz Torres Alves da Silva
Advogado-Geral do Estado,
em exercício

MGI – Minas Gerais Participações S.A.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

Testemunhas:

Nome: _____
RG.: _____
CPF: _____

Nome: _____
RG.: _____
CPF: _____

[Handwritten signatures]

[Handwritten signatures]
27

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Soluções para o
Mercado de Capitais

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS, VINCULAÇÃO DE RECEITA E OUTRAS AVENÇAS DA MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, as "Partes":

MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31.630-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão de titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) ("Debenturistas"),

Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar, Torre Eudoro Villela, inscrita no CNPJ/MF 60.701.190/0001-10, neste ato representada por seus representantes legais ("Banco Centralizador").

e, na qualidade de "Intervenientes-Anuentes":

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na pessoa do Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais no uso de suas atribuições, com endereço na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.143, Bairro Serra Verde, Cidade Administrativa, Prédio Gerais, 7º andar, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("SEF/MG"); e

Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, na pessoa do Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais no uso de suas atribuições, com endereço Avenida Afonso Pena, nº 1901, Funcionários, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("AGE/MG").

CONSIDERANDO QUE:

(i) em 24 de julho de 2012, a Emissora, o Agente Fiduciário, e o Banco Centralizador celebraram o "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI – Minas Gerais Participações S.A." ("Contrato de Cessão Fiduciária"); e

(ii) na presente data, as partes acordaram em aditar o Contrato de Cessão Fiduciária de forma ajustar a redação de determinadas cláusulas do Contrato de Cessão Fiduciária.

Resolvem as Partes, na melhor forma do direito, celebrar o presente instrumento particular de "Primeiro Aditamento Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI – Minas Gerais Participações S.A." ("Aditamento"), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas:





CLÁUSULA I
DAS AUTORIZAÇÕES

1.1 O presente Aditamento é celebrado de acordo com o disposto na Cláusula 8.9 do Contrato de Cessão Fiduciária, e será arquivado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

CLÁUSULA II
DAS RETIFICAÇÕES

2.1. As Partes e os Intervenientes-Anuentes acordam em alterar as seguintes cláusulas do Contrato de Cessão Fiduciária, que passam a vigorar com as novas redações que lhes são atribuídas abaixo:

"5.1. Até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, a Emissora compromete-se a: (...)

(m) praticar todos os atos e assinar todo e qualquer documento, necessários à manutenção dos direitos decorrentes deste Contrato de Cessão Fiduciária, bem como a proceder, às suas expensas, ao registro deste Contrato de Cessão Fiduciária e de seus anexos ou aditamentos nos cartórios de título e documentos das comarcas da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme Cláusula VIII abaixo; (...)"

"8. Até a data de subscrição das Debêntures ou no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura deste Contrato de Cessão Fiduciária e de qualquer aditivo subsequente, o que ocorrer antes, a Emissora deverá, às suas expensas, registrar este instrumento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, devendo fornecer comprovação desses registros ao Agente Fiduciário, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da obtenção dos mesmos, aplicando-se esta mesma regra em caso de celebração de futuros aditivos ao presente instrumento."

CLÁUSULA III
DAS RATIFICAÇÕES

3.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes do Contrato de Cessão Fiduciária, e não expressamente alteradas por este Aditamento.



Soluções para o
Mercado de Capitais

CLÁUSULA IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 4.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.
- 4.2. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Contrato de Cessão Fiduciária.
- 4.3. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.
- 4.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir as questões porventura resultantes deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.


Belo Horizonte, 31 de agosto de 2012.



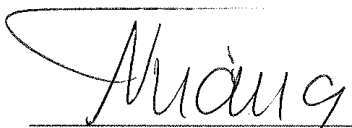


Página de Assinatura do Primeiro Aditamento Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI – Minas Gerais Participações S.A.

MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.







Nome: _____
Cargo: **Benedito Sérgio de Rezende**
Diretor Presidente



Nome: _____
Cargo: **Fernando Antônio dos Anjos Viana**
Diretor de Relações com Investidores



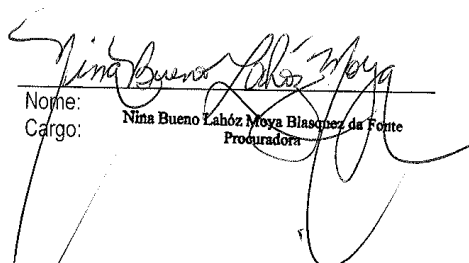

   




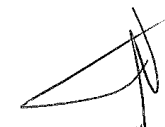


Soluções para o
Mercado de Capitais

Página de Assinatura do Primeiro Aditamento Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos
Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI – Minas Gerais Participações S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

	
Nome: _____	Nome: _____
Cargo: _____	Cargo: _____
Nina Bueno Lahóz Moya Blasquez da Fonte	Marcelo Takeshi Yano de Andrade
Produtora	Procurador









Página de Assinatura do Primeiro Aditamento Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI - Minas Gerais Participações S.A.

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Carlos Alfredo Gomez
Gerente

Nome:
RG:

Noemi Silva
Gerente

Nome:
RG:

Wj

SC

4

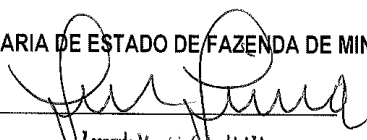


Soluções para o
Mercado de Capitais

*Página de Assinatura do Primeiro Aditamento Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos
Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI – Minas Gerais Participações S.A.*

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS





Nome:
RG:


Leonardo Mauricio Calmon Lima
Secretário de Estado de Fazenda

Nome:
RG:







Página de Assinatura do Primeiro Aditamento Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI – Minas Gerais Participações S.A.

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nome:

RG:

Roney Luiz Torres Alves da Silva
Advogado-Geral do Estado,
em exercício

Nome:

RG:



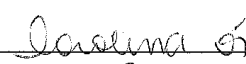


Soluções para o
Mercado de Capitais

Página de Assinatura do Primeiro Aditamento Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos
Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI – Minas Gerais Participações S.A.

Testemunhas


Nome: _____
RG: _____
Claudia Maria Stuchi Cruz
CPF: 337.771.778-14
RG: 44.352.033-9


Nome: _____
RG: _____
Carolina Os
CPF: 324.223.918-00
RG: 29.643.707-4













(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO J

- Contrato de Cessão Onerosa e Aditamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO
DE DIREITO AUTÔNOMO DE RECEBIMENTO DE CRÉDITOS E OUTRAS
AVENÇAS**

entre

ESTADO DE MINAS GERAIS
na qualidade de Cedente,

MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.
na qualidade de Cessionária,

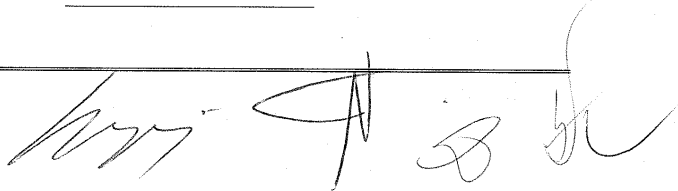
E

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS, ADVOCACIA
GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e ITAÚ UNIBANCO S.A**

na qualidade de Intervenientes Anuentes

Datado de

24 de julho de 2012



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO
DE DIREITO AUTÔNOMO DE RECEBIMENTO DE CRÉDITOS E OUTRAS
AVENÇAS**

Pelo presente instrumento particular, as partes:

ESTADO DE MINAS GERAIS, representado pela SEF/MG e pela AGE/MG (conforme abaixo definidas e qualificadas), na qualidade de cedente (“Cedente” ou “Estado de Minas Gerais”, conforme o caso);

MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Cessionária” ou “MGI”, conforme o caso); sendo o Cedente e a Cessionária, em conjunto, doravante denominados “Partes”, cada qual individualmente uma “Parte”,

e, ainda, como intervenientes anuentes (“Intervenientes Anuentes”):

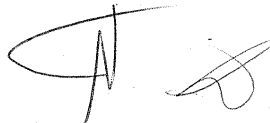
ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar, Torre Eudoro Villela, inscrita no CNPJ/MF 60.701.190/0001-10 (“Banco Centralizador”);

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS, na pessoa do Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais no uso de suas atribuições, com endereço na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Bairro Serra Verde, Cidade Administrativa, Prédio Gerais, 7º andar (“SEF/MG”); e

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, na pessoa do Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais no uso de suas atribuições, com endereço na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Afonso Pena, nº 1901, Funcionários, (“AGE/MG”, em conjunto com o Banco Centralizador e com a SEF/MG “Intervenientes Anuentes”).

CONSIDERANDO QUE:

- (a) sujeito às Características da Cessão (conforme abaixo definido), o Cedente foi autorizado, por força da Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010 ("Lei nº 19.266/10"), a ceder à Cessionária, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes ("Contribuintes"), objeto de parcelamentos administrativos ("Parcelamentos") referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS ("Créditos Tributários"), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Estado de Minas Gerais ("Direitos de Crédito Autônomos");
- (b) a Cessionária, por sua vez, tem interesse em adquirir os Direitos de Crédito Autônomos, na forma prevista na Lei nº 19.266/10, aceitando, para tal fim, sem restrições, as Características da Cessão;
- (c) de tal modo, nos termos do artigo 6º da Lei nº 19.266/10, as Partes desejam formalizar a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, por meio da celebração deste Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Onerosa");
- (d) foram emitidas, pela Cessionária, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada ("Debêntures Subordinadas"), sendo que as Debêntures Subordinadas são ofertadas publicamente nos termos previstos na Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), as quais serão subscritas pelo Cedente e serão totalmente integralizadas com a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos ("Emissão de Debêntures Subordinadas");
- (e) as condições e características da Emissão das Debêntures Subordinadas encontram-se descritas no Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A." ("Escritura da Segunda Emissão"), celebrada em 24 de julho de 2012, entre a Cessionária e a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA. ("Agente Fiduciário da Segunda Emissão"), nos termos do Anexo "e" a este Contrato de Cessão Onerosa;
- (f) a Cessionária realizará, ainda, a terceira emissão ("Terceira Emissão") de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios ("Debêntures com Garantia Real"), em série única, sob o regime de garantia firme de colocação, sendo que as Debêntures com Garantia Real serão ofertadas publicamente nos termos previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003,



conforme alterada ("Instrução CVM 400"), visando à obtenção de recursos para realizar a amortização das Debêntures Subordinadas ("Oferta");

- (g) as condições e características da Terceira Emissão encontram-se descritas na "Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A." ("Escritura da Terceira Emissão"), celebrada em 24 de julho de 2012 entre a Cessionária e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A ("Agente Fiduciário da Terceira Emissão") e
- (h) a Escritura da Terceira Emissão prevê, ainda, que os Direitos de Crédito Autônomos serão cedidos fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures com Garantia Real ("Debenturistas"), conforme "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI – Minas Gerais Participações S.A.", celebrado em 24 de julho de 2012 ("Contrato de Cessão Fiduciária"), a título de garantia fiel e cabal do cumprimento de todas as obrigações decorrentes da Escritura da Terceira Emissão e dos contratos de garantia a ela relacionados, e eventuais aditivos ou prorrogações, obrigações essas principais, acessórias e moratórias presentes e futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Cessionária, no âmbito da Terceira Emissão, inclusive o principal da dívida, juros ordinários e de mora, encargos moratórios, multas, atualização monetária, tributos ou contribuições, além das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão para defesa, conservação e satisfação integral dos Debenturistas e outras despesas previstas ou decorrentes dos respectivos instrumentos contratuais, seja em juízo ou fora dele ("Obrigações Garantidas").

ISTO POSTO, resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Cessão Onerosa, que será regido pelas Cláusulas e condições a seguir dispostas.

CLÁUSULA I DEFINIÇÕES

- 1.1 Os termos utilizados neste Contrato de Cessão Onerosa, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam diversamente definidos neste Contrato de Cessão Onerosa, terão os significados que lhes são atribuídos na Escritura da Terceira Emissão.

CLÁUSULA II CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

- 2.1 O Cedente, neste ato, cede à Cessionária os Direitos de Crédito Autônomos descritos no Anexo 2.7 deste Contrato de Cessão Onerosa, bem como identificados no CD-

ROM (conforme abaixo definido), livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências decorrentes da propriedade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos, condições e restrições estabelecidos neste Contrato de Cessão Onerosa e na Lei nº 19.266/10, sem coobrigação, garantia de cumprimento ou direito de regresso contra o Cedente.

2.2 A cessão dos Direitos de Crédito Autônomos apresenta as seguintes características principais ("Características da Cessão"):

(a) compreende apenas os Direitos de Crédito Autônomos, não devendo ser interpretada, para quaisquer fins de direito, como cessão de Créditos Tributários;

(b) restringe-se ao direito autônomo ao recebimento de Créditos Tributários;

(c) não modifica a natureza dos créditos que originaram os Créditos Tributários, mantendo suas garantias, privilégios, condições de pagamento, critérios de atualização e data de vencimento;

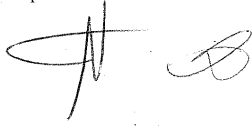
(d) não transfere a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos Créditos Tributários, que deve permanecer com a AGE/MG e/ou com a SEF/MG, conforme política de cobrança descrita no Anexo 2.2(d) a este Contrato de Cessão Onerosa ("Política de Cobrança");

(e) não é realizada por valor inferior ao saldo atualizado dos Parcelamentos, excluídos juros e demais acréscimos financeiros incidentes sobre as parcelas vincendas;

(f) é realizada a título parcial, ficando excluídas as parcelas do direito autônomo ao recebimento dos Créditos Tributários: (i) de titularidade dos Municípios, nos termos do disposto no inciso IV do artigo 158 e no artigo 159 da Constituição Federal; (ii) de titularidade do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ("FUNDEB"); e (iii) as verbas sucumbenciais devidas em decorrência do ajuizamento de ações judiciais, inclusive honorários advocatícios ("Recursos Excluídos"); e

(g) possui caráter definitivo, sem assunção, pelo Cedente, perante a Cessionária, de responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do Contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 ("LRF"), caracterizar a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos como operação de crédito.

2.2.1 Os Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária são originados dos procedimentos administrativos que formalizam os Parcelamentos e cujas respectivas informações encontram-se listadas no Anexo 2.7 ao presente Contrato de Cessão Onerosa,



bem como no CD-ROM, conforme definido na Cláusula 2.2.2 abaixo ("Procedimentos Administrativos"), de forma que cada Direito de Crédito Autônomo é representado por um Procedimento Administrativo.

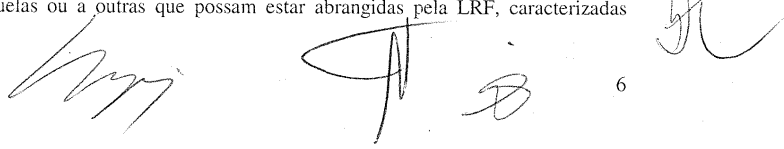
2.2.2 Para fins de controle do fluxo dos Direitos de Crédito Autônomo, as informações referentes aos Direitos de Crédito Autônomo foram criptografadas por códigos fornecidos pelo Cedente, por meio do qual é possível a identificação de cada Parcelamento ("Códigos Criptografados"), e encontram-se relacionadas em CD-ROM ("CD-ROM"), devidamente numerado, identificado e sem possibilidade de editoração, entregue, neste ato, ao Banco do Brasil S.A ("Custodiante do CD-ROM"), sob dever de sigilo, que irá guardá-lo, na forma de depósito, sendo que tal CD-ROM contém todas as informações necessárias e que permitem a perfeita individualização e identificação dos Direitos de Crédito Autônomos, inclusive contendo informações que permitirão a perfeita identificação de cada contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomo, mediante decodificação dos Códigos Criptografados, em estrita observância da legislação vigente, nas hipóteses previstas na Cláusula XII abaixo.

2.2.3 Tendo em vista o disposto na Cláusula 2.2.2 acima, o Custodiante do CD-ROM recebe neste ato o CD-ROM, na qualidade de fiel depositário, celebrando para tanto o contrato de custódia na forma do Anexo 2.2.3 ao presente Contrato ("Contrato de Custódia").

2.2.3.1 O Custodiante do CD-ROM, de modo a atender ao disposto no artigo 7º da Lei nº 19.266/10, garante preservar o sigilo relativamente a qualquer informação sobre a situação econômica ou financeira do Contribuinte.

2.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 2.5 abaixo, o Cedente não se responsabiliza pela solvência ou solvabilidade dos Contribuintes, responsabilizando-se, contudo, (i) pela existência, validade, certeza, liquidez e exigibilidade dos Créditos Tributários, formalizados pelos Procedimentos Administrativos, que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro; (ii) pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Créditos Tributários, formalizados pelos Procedimentos Administrativos, que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária; (iii) pela existência e devida formalização das garantias, conforme o caso, ao tempo da respectiva cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Cessionária; e (iv) pela correta transferência dos Direitos de Crédito Autônomos à Cessionária.

2.3.1 Em nenhuma hipótese, o Cedente será responsável pelo pagamento dos Créditos Tributários devidos pelos Contribuintes ou assumirá qualquer outro tipo de compromisso financeiro que possa caracterizar a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos como contratação de dívida, prestação de qualquer garantia, assunção de qualquer obrigação creditícia, nem a existência ou criação de qualquer situação jurídica semelhante ou equiparável àquelas ou a outras que possam estar abrangidas pela LRF, caracterizadas



como operação de crédito e/ou concessão de garantia.

2.4 Não obstante a responsabilidade do Cedente mencionada na Cláusula 2.3 acima, o Cedente não responderá por prejuízos causados à Cessionária decorrentes de atos e/ou omissões comprovadamente atribuíveis exclusivamente à Cessionária.

2.5 O Cedente, por meio da AGE/MG ou da SEF/MG, realizará tanto a cobrança extrajudicial, quanto judicial dos Créditos Tributários inadimplidos, conforme a Política de Cobrança, sendo que em ambos os casos deverá haver a devida prestação de contas e o repasse à Cessionária dos valores recebidos diretamente pelo Cedente, observado o disposto na Cláusula VI abaixo.

2.5.1 Caso o Contribuinte, por qualquer motivo, não efetue o pagamento dos Créditos Tributários na data fixada no respectivo Procedimento Administrativo, o Cedente, por meio da SEF/MG e/ou da AGE/MG, conforme o caso, deverá cobrar de forma ativa e célere o pagamento dos Créditos Tributários Inadimplidos.

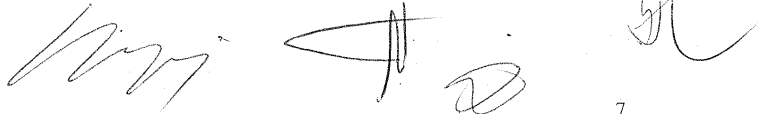
2.5.2 Para fins do disposto na Cláusula 2.5.1 acima, bem como do disposto neste Contrato de Cessão Onerosa, são considerados "Créditos Tributários Inadimplidos" os Créditos Tributários vencidos e não pagos pelos Contribuintes no prazo igual ou superior a 3 (três) meses contado do respectivo vencimento.

2.5.3 A cessão dos Direitos de Crédito Autônomos prevista neste Contrato de Cessão Onerosa transfere à Cessionária, em caráter definitivo, o direito irrevogável e irrevogável e irrevogável de receber os valores decorrentes dos Direitos de Créditos Autônomos pagos pelos respectivos Contribuintes, inclusive quando tal recebimento ocorrer por força de cobrança administrativa, judicial e da execução de eventuais garantias e privilégios legais.

2.5.4 Todos os valores recebidos pelo Cedente, nos termos das Cláusulas 2.5.1 e 2.5.3 acima, deverão ser repassados à Cessionária, em moeda corrente nacional, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento e conforme procedimentos estabelecidos na Cláusula IV abaixo.

2.5.5 O Cedente, por meio da SEF/MG e da AGE/MG, obriga-se a apresentar à Cessionária e ao Banco Centralizador, mensalmente, no primeiro dia útil de cada mês, um relatório contendo, pelo menos ("Relatório Mensal"):

- (i) o volume de Direitos de Crédito Autônomos vencidos e não pagos, dividido e relacionado no relatório conforme número de meses de atraso;
- (ii) o volume de Direitos de Crédito Autônomos vencidos e não pagos que o Cedente considera correspondente a Créditos Tributários Inadimplidos;
- (iii) o volume de Créditos Tributários Inadimplidos que se encontram em cobrança judicial;
- e (iv) os valores que foram recebidos pelo Cedente e repassados à Cessionária na forma da Cláusula 2.5.4 no mês imediatamente anterior ao da apresentação do relatório.



2.6 Este Contrato de Cessão Onerosa se rege por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se estende como parte integrante do presente Contrato de Cessão Onerosa. As Partes e os Intervenientes Anuentes declaram reconhecer a legislação aplicável, ainda que não expressamente transcrita neste Contrato de Cessão Onerosa.

2.7 As Partes celebrarão o Termo de Cessão de Direitos de Crédito Autônomos, na forma do Anexo 2.7 a este Contrato de Cessão Onerosa, para o fim específico de instruir o Contrato de Cessão Fiduciária.

CLÁUSULA III AUTORIZAÇÃO DA CESSÃO ONEROSA

3.1 A cessão dos Direitos de Crédito Autônomos foi autorizada pela Lei nº 19.266/10.

3.2 A regularidade jurídica da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, nos termos da Lei nº 19.266/10, encontra-se amparada por meio da Nota Jurídica nº 2.915, de 18 de agosto de 2011, emitida pela AGE/MG.

3.3 A regularidade jurídica da versão preliminar deste Contrato de Cessão Onerosa encontra-se amparada por meio da Nota Técnica nº 1.453/2012, de 08 de março de 2012, emitida pela SEF/MG, bem como pela Nota Jurídica nº 3.171, de 17 de abril de 2012, emitida pela AGE/MG.

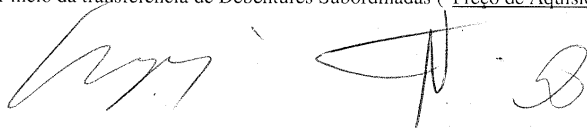
3.4 A Cessionária declara, neste ato, que recebeu 2 (duas) cópias reprográficas, devidamente autenticadas, das notas técnica e jurídicas referidas nas Cláusulas 3.2 e 3.3 acima, tendo enviado uma delas ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão.

3.5 A versão definitiva deste Contrato de Cessão Onerosa e da Escritura da Segunda Emissão, com todos seus anexos e assinada pelas Partes e pelos Intervenientes Anuentes, encontra-se amparada por meio da Nota Técnica nº 32/2012, emitida pela SEF/MG, bem como pela Nota Jurídica nº 3.273, emitida pela AGE/MG.

3.6 A Cessionária declara, neste ato, que recebeu 2 (duas) cópias reprográficas, devidamente autenticadas, do parecer jurídico referido na Cláusula 3.4 acima, tendo enviado uma delas ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão.

CLÁUSULA IV PAGAMENTO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO PELA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

4.1 Pela cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, o Cedente receberá da Cessionária o valor total de R\$1.819.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e dezenove milhões de reais), a ser pago por meio da transferência de Debêntures Subordinadas ("Preço de Aquisição").



4.2 Considerando o disposto na Cláusula 4.1 acima, a Cessionária emitiu 181.900 (cento e oitenta e uma mil e novecentas) Debêntures Subordinadas, pelo valor unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o total do Preço de Aquisição, que serão subscritas pelo Cedente, conforme descrição e características previstas na Escritura da Segunda Emissão, e serão integralizadas em pagamento da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos.

4.2.1 As Partes acordam que a subscrição e a integralização das Debêntures Subordinadas ocorrerão exclusivamente na forma prevista na Escritura da Segunda Emissão.

4.2.2 As Debêntures Subordinadas deverão ser subscritas e integralizadas em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de assinatura deste Contrato de Cessão Onerosa.

4.2.3 O produto do número de Debêntures Subordinadas subscritas e integralizadas pelo Cedente multiplicado pelo valor nominal unitário de cada Debênture Subordinada, deverá ser, necessariamente, igual ao Preço de Aquisição.

4.3 Observado o disposto na Cláusula 4.2.2 acima, as Debêntures Subordinadas somente serão subscritas e integralizadas pelo Cedente, após a verificação, pelo Agente Fiduciário da Segunda Emissão, da ocorrência das seguintes condições suspensivas:

(a) realização de todos os procedimentos necessários à existência, validade e eficácia e formalização da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos;

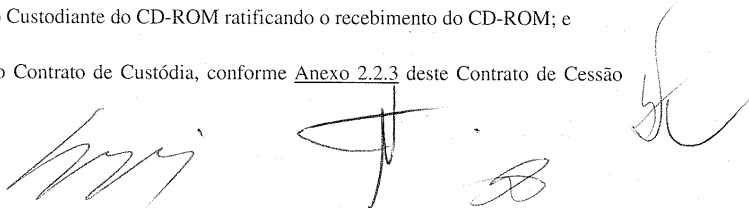
(b) recebimento pela Cessionária de cartas de ciência dos Bancos Arrecadores, conforme abaixo definido, assinadas pelos representantes legais com poderes para tanto, dando ciência da cessão ora acordada;

(c) entrega à Cessionária de uma via do Contrato de Administração de Contas, conforme abaixo definido, acompanhada dos poderes de representação dos respectivos signatários;

(d) todas as declarações e garantias do Cedente, prestadas neste Contrato de Cessão Onerosa, deverão ser completas, corretas e verdadeiras, em todos os aspectos relevantes, na data de pagamento do Preço de Aquisição;

(e) confirmação, pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, do recebimento de comunicação do Custodiante do CD-ROM ratificando o recebimento do CD-ROM; e

(f) assinatura do Contrato de Custódia, conforme Anexo 2.2.3 deste Contrato de Cessão Onerosa.



CLÁUSULA V
PROCEDIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS
REFERENTES AOS DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

5.1 O Cedente, por intermédio (i) da SEF/MG, (ii) da AGE/MG, (iii) do Banco Centralizador e (iv) das demais instituições financeiras que venham a atuar como agentes arrecadadores dos recursos do Cedente, provenientes do pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos ("Bancos Arrecadadores"), é e será responsável pela manutenção dos serviços e rotinas necessários ao recebimento dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária e pagos pelos Contribuintes.

5.2 O Cedente, por intermédio da SEF/MG e da AGE/MG, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante a Cessionária, a fazer com que os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos sejam pagos em moeda corrente e remetidos automaticamente e exclusivamente para a conta n.º 05210-9, da agência 8541, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da SEF/MG ("Conta Centralizadora") e movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, conforme definido na Escritura da Terceira Emissão, nos termos do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 24 de julho de 2012, entre a Cessionária, o Banco Centralizador, o Agente Fiduciário da Terceira Emissão e, como interveniente-anuentes, a SEF/MG e a AGE/MG ("Contrato de Administração de Contas").

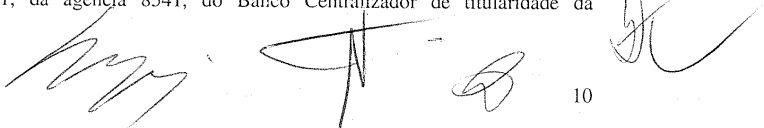
5.3 Sempre que forem realizados depósitos na Conta Centralizadora, o Banco Centralizador deverá calcular os valores em função dos Direitos de Crédito Autônomos, de modo a separar os valores objeto da presente cessão daqueles considerados como Recursos Excluídos, devendo transferir, em até 1 (um) dia útil após o referido depósito:

(a) a parcela desses recursos devida aos Municípios do Estado de Minas Gerais, que será direcionada para a conta n.º 60.000-1, da agência n.º 3380, aberta no Itaú Unibanco S.A. ("Conta do Governo do Estado de MG");

(b) a parcela desses recursos devida ao FUNDEB, que será direcionada para a Conta do Governo do Estado de MG;

(c) a parcela desses recursos correspondente aos honorários advocatícios da AGE/MG, quando aplicável, que também será direcionada para a Conta do Governo do Estado de MG; e

(d) a parcela restante desses recursos devida à Cessionária, que deverá ser direcionada para a conta n.º 05209-1, da agência 8541, do Banco Centralizador de titularidade da



Cessionária ("Conta de Recebimento"), que será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário da Terceira Emissão, e que será exclusivamente vinculada ao Contrato de Administração de Contas.

5.4 Os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os pagamentos que as Partes devam efetuar uma à outra nos termos deste Contrato de Cessão Onerosa serão suportados por quem seja o sujeito passivo da obrigação tributária.

5.5 As transferências previstas nesta Cláusula serão feitas nos termos do Contrato de Administração de Contas.

5.6 O Banco Centralizador obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a segregar em seus sistemas de controle interno os Direitos de Crédito Autônomos, de forma que os referidos direitos sejam automaticamente identificados pelo Banco Centralizador, como cedidos em garantia das Obrigações Garantidas, conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária.

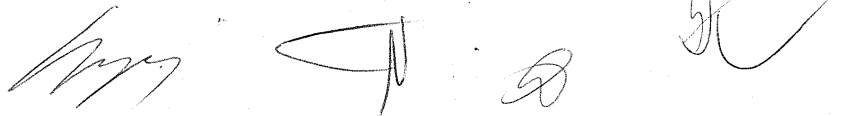
CLÁUSULA VI **EXECUÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS**

6.1 Nos termos deste Contrato de Cessão Onerosa, o Cedente, por meio da AGE/MG ou da SEF/MG, adotará, às suas expensas, em nome e benefício da Cessionária, as medidas cabíveis com relação à cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Créditos Tributários que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária que não sejam pagos nas respectivas datas de vencimento, conforme a Política de Cobrança.

6.2 O Cedente obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, com a expressa anuência da SEF/MG e da AGE/MG, a fazer com que os recursos advindos da cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Créditos Tributários que dão origem aos Direitos de Créditos Autônomos sejam depositados na Conta Centralizadora, no prazo de até 2 (dois) dias úteis de seu recebimento, de modo a que o fluxo de recebimento siga seu curso ordinário, conforme previsto na Cláusula IV acima.

CLÁUSULA VII **PENALIDADES**

7.1 Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 8.1 e 8.3 abaixo, o inadimplemento, por qualquer das Partes, de qualquer obrigação de pagamento prevista neste Contrato de Cessão Onerosa caracterizará, de pleno direito, e independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora de tal Parte, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos:



(a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento tornou-se exigível até o seu integral recebimento pelo respectivo credor;

(b) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento); e

(c) em qualquer hipótese, o valor devido será corrigido monetariamente a partir da data de seu vencimento original com base no índice acumulado de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e apropriado, se for o caso, *pro rata temporis*, ou por outro índice que vier a substituí-lo, no caso de sua extinção.

7.2 O descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Contrato de Cessão Onerosa que não se enquadre na Cláusula 7.1 acima, incluindo, mas não se limitando, as dispostas na Cláusula 9.3 abaixo, e desde que seja devidamente comprovado, obrigará a parte infratora a responder por eventuais perdas e/ou danos resultantes de dolo, fraude e/ou culpa, responsabilizando-se ademais pelas multas, atualizações monetárias e juros daí decorrentes, apurados na forma prevista na legislação vigente.

7.3 As Partes responsabilizam-se, ainda, pelos danos patrimoniais diretos e indiretos, devidamente comprovados, que venham a causar decorrentes da prestação de declarações falsas, imprecisas ou incorretas no âmbito do presente Contrato de Cessão Onerosa e, em especial, daquelas constantes das Cláusulas 9.1 e 10.1 abaixo.

7.4 As obrigações de indenizar estabelecidas nas Cláusulas 7.2 e 7.3 acima permanecerão em vigor enquanto prevalecerem os efeitos deste Contrato de Cessão Onerosa.

CLÁUSULA VIII TUTELA ESPECÍFICA

8.1 O Cedente e a Cessionária reconhecem, desde já, que este Contrato de Cessão Onerosa constitui título executivo extrajudicial, para todos os fins e efeitos dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

8.2 Caso qualquer uma das Partes descumpra qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer previstas neste Contrato de Cessão Onerosa e, notificada para sanar tal inadimplemento, deixe de fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da respectiva notificação, a Parte prejudicada, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da faculdade de resilir este Contrato de Cessão Onerosa, poderá requerer, com fundamento no artigo 273 combinado com o artigo 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida ou, a seu juízo, promover execução da

obrigação de fazer, com fundamento nos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, em ambos os casos sem prejuízo da aplicação da multa prevista na Cláusula 7.1 acima, e da faculdade de exigir a indenização prevista na Cláusula 7.2 acima.

8.2.1 As obrigações de não fazer do Cedente decorrentes do presente Contrato de Cessão Onerosa deverão ser integralmente observadas, sob pena de execução judicial, na forma do artigo 642 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo da aplicação das penalidades e/ou indenização previstas na Cláusula VII acima e Cláusula IX abaixo deste instrumento, conforme o caso, sendo nulos quaisquer atos praticados em desacordo com o estabelecido no presente Contrato de Cessão Onerosa.

8.3 As Partes desde já, expressamente, reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada nesta Cláusula, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.

CLÁUSULA IX
DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

9.1 O Cedente declara à Cessionária, neste ato, o seguinte:

(a) os Créditos Tributários, formalizados pelos Procedimentos Administrativos, que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos são legais, legítimos, verdadeiros, certos, líquidos, exigíveis, encontram-se perfeitamente constituídos de acordo com a legislação brasileira e são oriundos dos Procedimentos Administrativos, devidamente identificados sob a forma de Códigos Criptografados no Anexo 2.7 ao presente Contrato de Cessão Onerosa e, também, no CD-ROM;

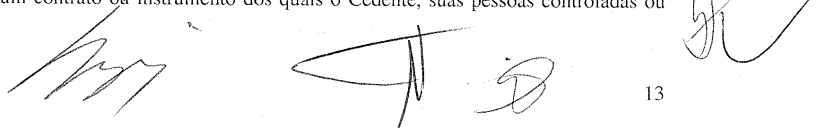
(b) a celebração deste Contrato de Cessão Onerosa e a assunção das obrigações dele decorrentes são legais, eficazes, válidas e exequíveis de acordo com seus termos;

(c) está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações e aprovações necessárias à celebração deste Contrato de Cessão Onerosa, à assunção e ao cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial as relativas à cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos contratuais, legais, estatutários necessários para tanto;

(d) os representantes legais ou mandatários que assinam este Contrato de Cessão Onerosa têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir em nome do Cedente as obrigações estabelecidas neste Contrato de Cessão Onerosa;

(e) a celebração deste Contrato de Cessão Onerosa e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial,

(i) de nenhum contrato ou instrumento dos quais o Cedente, suas pessoas controladas ou



coligadas, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; (ii) de nenhuma norma legal ou regulamentar a que o Cedente, suas pessoas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; ou (iii) de nenhuma ordem ou decisão judicial ou administrativa, ainda que liminar, que afete o Cedente, suas pessoas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas;

(f) todos os Direitos de Crédito Autônomos têm origem legal e estão amparados por Procedimentos Administrativos;

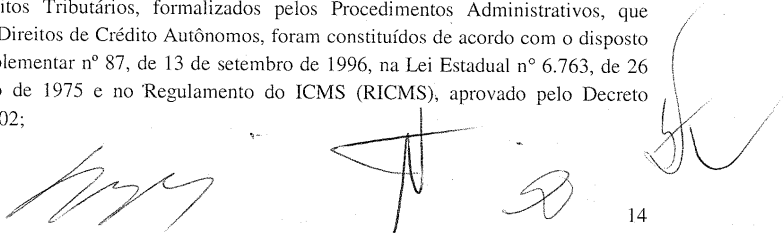
(g) o presente Contrato de Cessão Onerosa constitui obrigação lícita, válida e exequível, em conformidade com seus termos contra o Cedente;

(h) todos os Créditos Tributários, formalizados pelos Procedimentos Administrativos, que originam os Direitos de Crédito Autônomos são de sua exclusiva titularidade e propriedade, responsabilizando-se perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, e perante a Cessionária, pela existência e correta formalização dos Créditos Tributários que originam os Direitos de Crédito Autônomos, declarando, ainda, que os direitos que eles representam estão totalmente livres e desembaraçados de quaisquer ônus reais, restrições ou gravames de qualquer natureza, inclusive sem limitação a qualquer direito de oneração ou, transferência ou alienação, exceto os instituídos em garantia às Obrigações Garantidas, assim deverão permanecer enquanto pendente de pagamento de parte ou da totalidade das Obrigações Garantidas;

(i) não tomou ou tomará qualquer atitude ou ação com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem ou privilégio para a originação dos Direitos de Crédito Autônomos ou qualquer negócio, que tenha resultado em qualquer forma de benefício, pagamento, promessa de pagamento ou vantagem para funcionários públicos, autarquias, empresas estatais, partidos políticos, políticos, candidatos eleitorais ou qualquer pessoa, física ou jurídica, agindo por conta, ordem, instrução ou benefício de tais pessoas;

(j) os Procedimentos Administrativos, corretamente listados no CD-ROM, encontram-se devidamente formalizados (i) junto à SEF/MG, por meio de suas unidades de atendimento, ou (ii) perante a AGE/MG, conforme o caso, conforme comprovado pelos Documentos Comprobatórios, conforme definido abaixo;

(k) os Créditos Tributários, formalizados pelos Procedimentos Administrativos, que originam os Direitos de Crédito Autônomos, foram constituídos de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, na Lei Estadual nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975 e no Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 43.080/2002;

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature on the left, a stylized 'M' in the center, and a signature on the right.

(l) a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos não viola a Lei nº 19.266/10 e demais autorizações mencionadas na Cláusula III deste Contrato de Cessão Onerosa;

(m) a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos não viola a LRF;

(n) não recebeu nenhuma notificação ou comunicação, de qualquer pessoa, bem como ordem judicial ou administrativa, informando, solicitando ou requerendo, a qualquer título, interrupção dos efeitos dos Procedimentos Administrativos;

(o) este Contrato de Cessão Onerosa é realizado em forma e substância satisfatória aos Coordenadores e aos Assessores Jurídicos da Terceira Emissão, conforme definidos na Escritura da Terceira Emissão;

(p) as informações contidas no CD-ROM, conforme Cláusula 2.2.2 acima, são corretas, completas e fidedignas em todos os seus aspectos, e, quando decodificadas na forma prevista na Cláusula XII abaixo, em estrita observância à legislação vigente, permitirão a individualização e identificação de cada Contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomos;

(q) não tem conhecimento, até a presente data, e/ou foi citado em qualquer procedimento judicial ou administrativo formalmente instaurado, versando sobre os negócios jurídicos objeto deste Contrato de Cessão Onerosa e/ou da Lei nº 19.266/10;

(p) até a liquidação integral das Debêntures com Garantia Real, todas e quaisquer informações fornecidas à Cessionária, ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão ou aos Coordenadores, pelo Cedente, incluindo até a liquidação das Debêntures com Garantia Real, aquelas contidas nos instrumentos relacionados à emissão das Debêntures com Garantia Real, são e serão completas, verdadeiras e corretas e não contém ou conterão qualquer tipo de falha ou omissão, de qualquer natureza; e



(q) na melhor avaliação do Cedente, os pedidos de intervenção federal e de sequestro de rendas requeridos contra o Cedente, quando deferidos, costumam incidir sobre os valores depositados na conta corrente do Cedente, razão pela qual não comprometem a existência, validade e eficácia da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos.

9.2 As declarações aqui prestadas pelo Cedente subsistirão até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, conforme prevista na Escritura da Terceira Emissão.

9.3 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Cessão Onerosa, o Cedente expressamente obriga-se a:



- (a) cumprir fiel e tempestivamente com todas as obrigações previstas neste Contrato de Cessão Onerosa;
- (b) adotar todas as providências para manter, no que lhe é pertinente, válidas e eficazes as declarações contidas nesta Cláusula IX até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, mantendo a Cessionária informada de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a inveracidade ou incorreção da declaração;
- (c) aceitar a imediata devolução dos Direitos de Crédito Autônomos ofertados à Cessionária que não atenderem às Características da Cessão;
- (d) indenizar a Cessionária em razão do descumprimento das obrigações previstas neste Contrato de Cessão Onerosa, ou da incorreção, inconsistência, insuficiência ou falsidade das declarações previstas neste Contrato de Cessão Onerosa;
- (e) celebrar e entregar à Cessionária, durante o prazo de vigência deste Contrato de Cessão Onerosa, às suas expensas, todos e quaisquer instrumentos, contratos, declarações e informações, assim como praticar todos os atos adicionais que a Cessionária venha a solicitar por escrito ao Cedente, com a finalidade de proteger, salvaguardar e assegurar a validade e eficácia dos direitos, interesses e prerrogativas da Cessionária e dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, com relação aos Direitos de Crédito Autônomos, conforme definidos neste Contrato de Cessão Onerosa;
- (f) não ofertar à Cessionária Direitos de Crédito Autônomos que contenham parcelas vencidas e não pagas;
- (g) não praticar qualquer ato que resulte na alteração dos termos, revogação, invalidação ou inexecutibilidade dos Procedimentos Administrativos;
- (h) comunicar imediatamente à Cessionária o recebimento de qualquer aviso, comunicação, notificação, ordem judicial ou administrativa tendo por objeto qualquer modificação ou suspensão de qualquer Procedimento Administrativo;
- (i) fazer, por si ou por terceiros, com que os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos sejam pagos em moeda corrente e remetidos pelos Bancos Arrecadadores, exclusivamente para a Conta Centralizadora, e somente alterar esse procedimento mediante a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário da Terceira Emissão, na qualidade de representante dos Debenturistas;
- (j) preservar o sigilo, por si ou por intermédio dos seus órgãos e entidades, relativamente a qualquer informação sobre a situação econômica ou financeira do Contribuinte, do



devedor ou de terceiros e sobre a natureza e situação dos respectivos negócios ou atividade;

(k) defender, em nome próprio, os direitos dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, sobre os Direitos de Crédito Autônomos contra quaisquer ações que venham a ser propostas por terceiros;

(l) não adotar qualquer ato comissivo ou omissivo de que resulte a extinção total ou parcial dos Direitos de Crédito Autônomos, incluindo, mas não se limitando, a qualquer tipo de anistia, remissão de dívida, compensação, dação em pagamento ou qualquer outro ato ou negócio jurídico que possa, de qualquer forma, liquidar ou extinguir, no todo ou em parte, as dívidas dos Contribuintes consubstanciadas nos Créditos Tributários de cujo recebimento depende os Direitos de Crédito Autônomos;

(m) não propor, criar, adotar ou promover qualquer parcelamento ou incentivo que seja, de qualquer forma, mais vantajoso ao Contribuinte do que o Parcelamento dos Créditos Tributários, assim como não alterar o atual programa de Parcelamento, de modo a afetar, prejudicar ou extinguir, no todo ou em parte, o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos ou, ainda, quaisquer das obrigações estabelecidas neste Contrato de Cessão Onerosa;

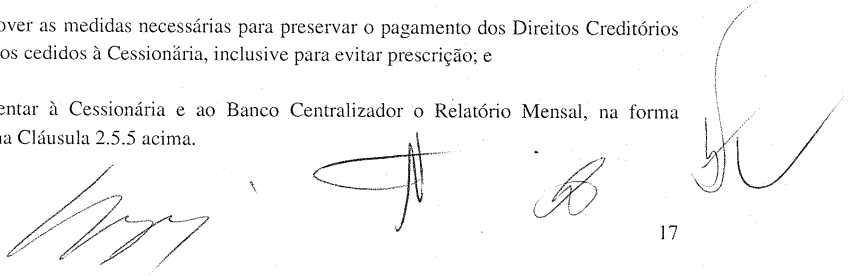
(n) não transigir com os devedores dos Créditos Tributários, nem tampouco conceder descontos, abatimentos, remissões totais ou parciais de dívida no caso de antecipação ou amortização de pagamento dos Créditos Tributários, ou, de qualquer outra forma, permitir que o fluxo do Parcelamento e, conseqüentemente, o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos, seja a qualquer título alterado;

(o) enviar por via eletrônica, mensalmente, ao Banco Centralizador, a contar da data da assinatura deste Contrato, com cópia à Cessionária, comunicação contendo todas as informações necessárias à avaliação da normalidade do fluxo de Direitos de Crédito Autônomos pelo Banco Centralizador;

(p) proceder à auditoria dos sistemas de controle de arrecadação dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária, bem como controlar e registrar as correlatas informações nos sistemas de cobrança dos Créditos Tributários objeto dos Parcelamentos, adotando as medidas necessárias à preservação dos respectivos Direitos de Crédito Autônomos cedidos nos termos deste Contrato de Cessão Onerosa;

(q) promover as medidas necessárias para preservar o pagamento dos Direitos Creditórios Autônomos cedidos à Cessionária, inclusive para evitar prescrição; e

(r) apresentar à Cessionária e ao Banco Centralizador o Relatório Mensal, na forma prevista na Cláusula 2.5.5 acima.



9.4 O Cedente será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à Cessionária e/ou aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, decorrentes da inveracidade, imprecisão ou inexatidão das declarações prestadas na forma da Cláusula 9.1 acima, assim como pelo não cumprimento das obrigações previstas na Cláusula 9.3 acima.

9.5 A indenização devida à Cessionária e/ou aos Debenturistas, na forma da Cláusula 9.4 acima, no caso de descumprimento das obrigações previstas na Cláusula 9.3 “l”, “m” e “n” acima, bem como em decorrência da responsabilidade imputada ao Cedente pelo artigo 295 do Código Civil Brasileiro, conforme previsto na Cláusula 2.3 deste instrumento, deverá ser calculada, sem prejuízo da apuração de outras perdas e danos eventualmente sofridos pela Cessionária, levando-se em consideração o valor que a Cessionária receberia caso o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomo não fosse alterado.

9.5.1. A Cessionária se compromete a depositar na Conta de Recebimento, sempre que aplicável, os recursos advindos da indenização estipulada nas Cláusulas 9.4 e 9.5 acima, no prazo de 2 (dois) dias úteis de seu recebimento.

9.6 A Cedente poderá, a seu exclusivo critério, de forma a evitar a aplicação da Cláusula 9.5 acima, adquirir da Cessionária os Direitos de Crédito Autônomos cujos fluxos venham ou possam vir a ser prejudicados em razão do descumprimento das obrigações previstas na Cláusula 9.3 “l”, “m” e “n” acima. Caso a Cedente exerça a opção de compra a que se refere esta Cláusula 9.6, este deverá comunicar sua intenção à Cessionária, por meio eletrônico, identificando quais Direitos de Crédito Autônomos deseja adquirir. O preço de aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos, para efeito do exercício da opção de compra acima referida, será equivalente ao valor que a Cessionária receberia caso o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos não fosse alterado.

9.6.1. A Cessionária se compromete a depositar na Conta de Recebimento, sempre que aplicável, os recursos advindos do pagamento do preço de aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos estipulado na Cláusula 9.6 acima, no prazo de 2 (dois) dias úteis da data do exercício da opção de compra.

9.7 Durante o prazo de vigência deste Contrato de Cessão Onerosa, o Cedente, por intermédio da SEF/MG, será considerado fiel depositário, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, do produto de todo e qualquer Direito de Crédito Autônomo cedido à Cessionária, que venha a ser recebido diretamente pelo Cedente e/ou por seus agentes, inclusive em razão de qualquer procedimento de cobrança, judicial ou extrajudicial, proposto contra os Contribuintes, nos termos da legislação aplicável, até sua efetiva transferência para o Contrato de Cessão Onerosa, conforme os termos deste Contrato de Cessão Onerosa e da Escritura da Terceira Emissão.



9.7.1 Na qualidade de fiel depositário, nos termos da Cláusula 9.7 acima, o Cedente declara conhecer as consequências legais decorrentes da eventual não restituição dos valores objeto do depósito, quando exigida.

9.8 O Cedente compromete-se a manter em custódia cópia, em meio físico ou eletrônico, dos acordos dos Parcelamentos celebrados entre o Estado e os Contribuintes, referentes aos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária, acompanhados da respectiva Certidão da Dívida Ativa, quando se tratar de débito inscrito ("Documentos Comprobatórios").

9.8.1 O Cedente concorda em permitir o acesso à Cessionária e ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão, aos Documentos Comprobatórios observado, *mutatis mutandis*, o regramento previsto na Cláusula 12.3 abaixo.

CLÁUSULA X
DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

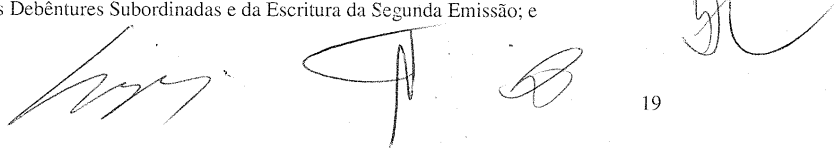
10.1 A Cessionária, devidamente autorizada na forma de seu Estatuto Social, declara e garante, neste ato, que:

(a) a celebração deste Contrato de Cessão Onerosa e a assunção das obrigações dele decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos, são legais e têm plena eficácia;

(b) os representantes legais da Cessionária que assinam este Contrato de Cessão Onerosa têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir, em seu nome, todas e quaisquer obrigações estabelecidas neste Contrato de Cessão Onerosa;

(c) a celebração deste Contrato de Cessão Onerosa e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial: (i) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato de Cessão Onerosa, dos quais a Cessionária, suas pessoas coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de nenhuma das pessoas acima referidas; (ii) de nenhuma norma legal ou regulamentar que a Cessionária, suas pessoas coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; (iii) de nenhuma ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Cessionária, suas pessoas coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; e se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;

(d) realizou todos os procedimentos necessários à existência, validade e eficácia da emissão das Debêntures Subordinadas e da Escritura da Segunda Emissão; e



(e) tem pleno conhecimento da legislação aplicável aos Parcelamentos e aos Direitos de Crédito Autônomos.

10.2 As declarações aqui prestadas pela Cessionária subsistirão até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.

10.3 A Cessionária será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados ao Cedente decorrentes da inveracidade ou inexatidão das declarações acima prestadas.

CLÁUSULA XI
REGISTRO

11.1. Este Contrato de Cessão Onerosa e seus aditamentos, bem como seu Anexo, serão levados a registro pelo Cedente nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede do Cedente e da Cessionária, devendo o Cedente enviar à Cessionária a comprovação da efetivação de tais registros no prazo de até 3 (três) dias úteis contados de sua celebração.

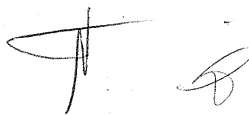
11.2 Todos os custos e despesas incorridos com os registros mencionados nesta Cláusula serão suportados exclusivamente pela Cessionária.

CLÁUSULA XII
DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

12.1 Nos procedimentos referentes à formalização e à execução da cessão dos Direitos de Créditos Autônomos, as Partes e os Intervenientes Anuentes obrigam-se a preservar o sigilo relativo a qualquer informação sobre a situação fiscal, econômica, financeira do Contribuinte e sobre a natureza e o estado de seus negócios e atividades.

12.2 Fica, igualmente, vedada às Partes e aos Intervenientes Anuentes a divulgação ou a utilização, conforme o caso, para fins outros que não aqueles relacionados ao objeto deste Contrato de Cessão Onerosa, da identidade dos Contribuintes, de seus débitos e respectivos Parcelamentos, sob pena de responsabilizações decorrentes de eventuais perdas e danos.

12.3 Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 12.1 e 12.2 acima, a Cessionária e/ou o Agente Fiduciário da Terceira Emissão somente poderão ter acesso às informações contidas no CD-ROM, para fazer prova em juízo, quando isso for necessário à defesa dos direitos, das garantias e das prerrogativas da Cessionária e/ou dos titulares das Debêntures com Garantia Real, ou, ainda, para atender requisição de autoridade competente que tenha instaurado procedimento administrativo ou ação judicial em face da Cessionária ou do Agente Fiduciário da Terceira Emissão. Nesse caso, caberá ao Custodiante do CD-ROM



20



providenciar o depósito do CD-ROM perante a autoridade administrativa ou judicial encarregada do procedimento administrativo e/ou ação judicial, sem necessidade de consultar o Cedente, porém, alertando sobre o caráter sigiloso dos respectivos dados.

CLÁUSULA XIII
COMUNICAÇÕES

13.1 Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes e/ou dos Intervenientes Anuentes, nos termos deste Contrato de Cessão Onerosa, deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, e deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

a) se para o Cedente:

ESTADO DE MINAS GERAIS – (AGE)
Avenida Afonso Pena, nº 1901 - Funcionários
CEP: 30130-004, Belo Horizonte, MG
Tel: (31) 3218-0757
Fax: (31) 3218-0774
At.: Sr. Roney Luiz Torres Alves da Silva
E-mail: gabadjsec@advocaciageral.mg.gov.br

b) se para a Cessionária:

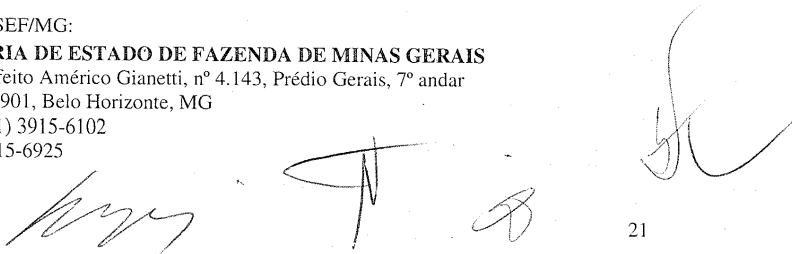
MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.
Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Prédio Gerais, 6º andar
CEP 31630-901, Belo Horizonte, MG
Tel: (31) 3915-4858
Fax: (31) 3915-4893
At.: Sr. Fernando Antônio dos Anjos Viana
Email: fernando@mgipart.com.br

c) se para a o Banco Centralizador:

ITAÚ UNIBANCO S.A.
Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar, Torre Eudoro Villela
CEP 04344-902 – São Paulo, SP
Tel: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
At.: Sr. Douglas Cellegari
Email: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

d) se para a SEF/MG:

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS
Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Prédio Gerais, 7º andar
CEP: 31630-901, Belo Horizonte, MG
Telefone: (31) 3915-6102
Fax: (31) 3915-6925



At.: Sr. Leonardo Mauricio Colombini Lima
E mail: gabinete@fazenda.mg.gov.br

e) se para a AGE/MG:

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Avenida Afonso Pena, nº 1901 - Funcionários

CEP: 30130-004, Belo Horizonte, MG

Tel: (31) 3218-0757

Fax: (31) 3218-0774

At.: Sr. Roney Luiz Torres Alves da Silva

E-mail: gabadjsec@advocaciageral.mg.gov.br

13.2 Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile, via *e-mail* ou outro meio de transmissão eletrônica.

13.3 Para os fins da Cláusula 13.2 acima, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via *e-mail* ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem e/o pelos Intervenientes Anuentes, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

CLÁUSULA XIV
DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato de Cessão Onerosa somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado por todas as Partes e pelos Intervenientes Anuentes.

14.2 As Partes celebram este Contrato de Cessão Onerosa em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

14.3 O presente Contrato de Cessão Onerosa começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor no prazo de 10 (dez) anos, ou até a liquidação das Obrigações Garantidas e dos Direitos de Crédito Autônomos, o que ocorrer por último.

14.3.1 Este Contrato de Cessão Onerosa somente poderá ser resilido por consenso entre as Partes, depois de aprovada a resilição pelos titulares das Debêntures com Garantia Real em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura da Terceira Emissão.



14.3.2 A resilição deste Contrato de Cessão Onerosa não afetará, em nenhuma hipótese, qualquer das cessões de Direitos de Crédito Autônomos realizadas entre as Partes, nos termos aqui previsto, e não afetará qualquer direito, garantia ou prerrogativa da Cessionária ao ressarcimento por perdas e danos por esse sofridos em razão do descumprimento de qualquer avença prevista neste Contrato de Cessão Onerosa.

14.4 A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato de Cessão Onerosa, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato de Cessão Onerosa.

14.5 O presente Contrato de Cessão Onerosa constitui o único e integral acordo entre as Partes com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores a presente data.

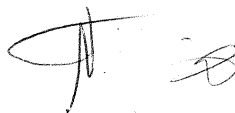

14.6 É expressamente vedada a cessão a terceiros, pelo Cedente, dos direitos e obrigações previstos neste Contrato de Cessão Onerosa.

14.7 O Cedente e os Intervenientes Anuentes autorizam expressamente, neste ato, e na forma prevista no artigo 4º da Lei nº 19.266/10, a Cessionária a ceder fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, os Direitos de Crédito Autônomos e os direitos emergentes deste Contrato de Cessão Onerosa.

14.7.1 Na hipótese de ser necessária a execução da garantia consubstanciada na cessão fiduciária dos Direitos de Crédito Autônomos e dos direitos emergentes deste Contrato de Cessão Onerosa, o Agente Fiduciário da Terceira Emissão fica desde já autorizado, pelo Cedente e pelos Intervenientes Anuentes, observado o disposto na legislação vigente, incluindo, mas não se limitando à LRF, à Lei nº 19.266/10, à Constituição Federal e ao Código Tributário Nacional, a promover a venda, cessão ou transferência dos direitos cedidos fiduciariamente, judicial ou extrajudicialmente (de forma amigável), em uma ou mais vezes, em operação pública ou privada, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial ou de qualquer outro procedimento.

14.8 Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Contrato de Cessão Onerosa poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

14.9 Para os efeitos do disposto neste Contrato de Cessão, entende-se por “dia útil” o dia



23



em que os bancos não deverão ou não poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ou na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme estabelecido pelo BACEN.

14.10 Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irreversível, qualquer disposição ou termo deste Contrato de Cessão Onerosa for declarado nulo ou for anulado, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais Cláusulas deste Contrato de Cessão Onerosa não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

14.11 É vedado às Partes e aos Intervenientes Anuentes utilizarem-se dos termos deste Contrato de Cessão Onerosa, bem como das marcas, nomes e patentes uma da outra, para qualquer finalidade, seja em divulgação ou publicidade, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, da outra Parte, exceto para atendimento às exigências legais.

14.12 Os Anexos deste Contrato de Cessão Onerosa, rubricados pelas Partes e pelos Intervenientes Anuentes, integram este Contrato de Cessão Onerosa para todos os fins e efeitos de direito, como se nele estivessem transcrito.

14.13 As Partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias e cabíveis conforme previsto na Circular n.º 3.461/09 do BACEN e na Instrução CVM n.º 301/99 e posteriores alterações com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei n.º 9.613/98.

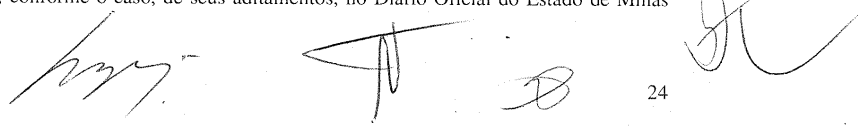
14.14 Os casos fortuitos e de força maior são excludentes da responsabilidade das Partes, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

14.14.1 A Parte que for afetada por caso fortuito ou força maior deverá notificar a outra, de imediato, com relação à extensão do fato e do prazo estimado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato de Cessão Onerosa.

14.14.2 Cessados os efeitos de caso fortuito ou da força maior, a Parte afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original.

14.14.3 Se a ocorrência do caso fortuito ou da força maior prejudicar apenas parcialmente a execução das obrigações oriundas deste Contrato de Cessão por uma das Partes, aquela afetada deverá cumprir as obrigações que não tiverem sido afetadas pela ocorrência do caso fortuito ou da força maior.

14.15 O Cedente deverá providenciar a publicação resumida deste Contrato de Cessão Onerosa e, conforme o caso, de seus aditamentos, no Diário Oficial do Estado de Minas



Gerais, no prazo de 5 (cinco) dias após a celebração de cada um dos referidos instrumentos, devendo enviar 3 (três) originais de cada publicação ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados de cada publicação.

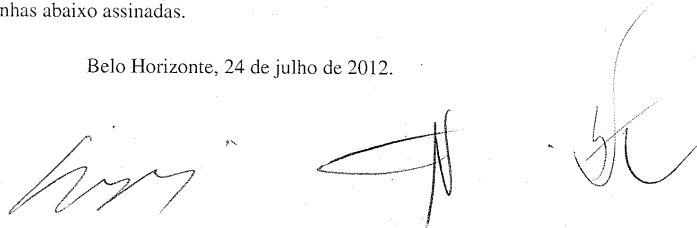
CLÁUSULA XV - FORO

15.1 Eventuais controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato de cessão Onerosa surgidas entre o Cedente e a Cessionária deverão ser solucionados amigavelmente e, na impossibilidade de uma composição, serão submetidas ao exame da AGE/MG.

15.2 Desde que não alcançada uma solução amigável, as eventuais controvérsias oriundas deste Contrato de Cessão Onerosa serão submetidas ao foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimi-las, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato de Cessão Onerosa em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2012.



Página de assinaturas 1/6 do "Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças", celebrado entre o Estado de Minas Gerais, a MGI – Minas Gerais Participações S.A, a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais como intervenientes, em 24 de julho de 2012.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Representado pela SEF/MG

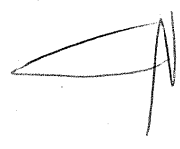

Por: 
Cargo: Leonardo Mauricio Colombini Lima
Secretário de Estado de Fazenda

Por: _____
Cargo: _____

Representado pela AGE/MG

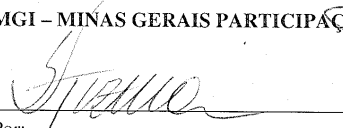
Por: 
Cargo: Roney Luiz Torres Alves da Silva
Advogado-Geral do Estado,
em exercício

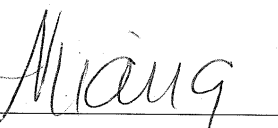
Por: _____
Cargo: _____

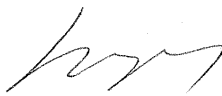
 

Página de assinaturas 2/6 do "Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças", celebrado entre o Estado de Minas Gerais, a MGI – Minas Gerais Participações S.A., a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais como intervenientes, em 24 de julho de 2012.

MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.


Por: _____
Cargo: **Benedito Sérgio de Rezende**
Diretor Presidente

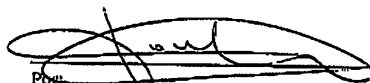

Por: _____
Cargo: **Fernando Antônio dos Anjos Viana**
Diretor de Relações com Investidores





Página de assinaturas 3/6 do "Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças", celebrado entre o Estado de Minas Gerais, a MGI - Minas Gerais Participações S.A., a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais como intervenientes, em 24 de julho de 2012.

ITAÚ UNIBANCO S.A.


Por: _____
Cargo: Jose Nilson Cordeiro
Gerente Comercial


Por: _____
Cargo: Haudrey Miranda
Gerente de Relacionamento
CPF: 075.044.285-93
RG: 20.982.823-9









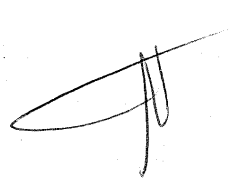
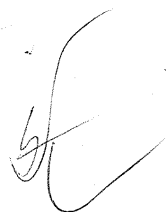
Página de assinaturas 4/6 do "Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças", celebrado entre o Estado de Minas Gerais, a MGI – Minas Gerais Participações S.A., a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais como intervenientes, em 24 de julho de 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS


Por: Leonardo Matricio Colombini Lima
Cargo: Secretário de Estado de Fazenda

Por:
Cargo:



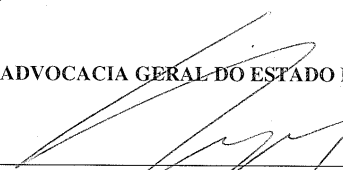
 

Página de assinaturas 5/6 do "Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças", celebrado entre o Estado de Minas Gerais, a MGI – Minas Gerais Participações S.A., a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais como intervenientes, em 24 de julho de 2012.

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

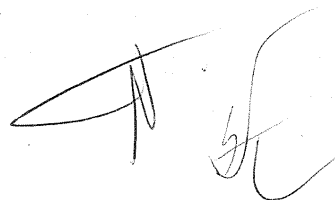

Por:

Cargo:


Roney Luiz Torres Alves da Silva
Advogado-Geral do Estado,
em exercício

Por:

Cargo:

Página de assinaturas 5/6 do "Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças", celebrado entre o Estado de Minas Gerais, a MGI – Minas Gerais Participações S.A., a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais como intervenientes, em 24 de julho de 2012.

Testemunhas:

1. _____

Nome:

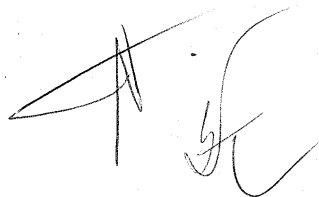
RG:



2. _____

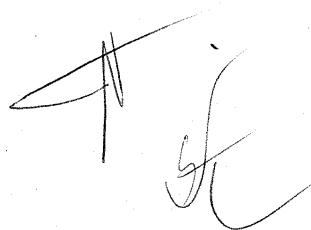
Nome:

RG:



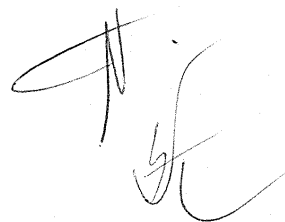
ANEXO E

Escritura da Segunda Emissão



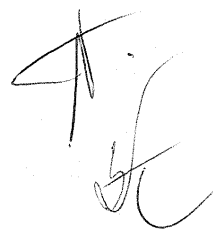
ANEXO 2.2(D)

Política de Cobrança



ANEXO 2.2.3

Contrato de Custódia



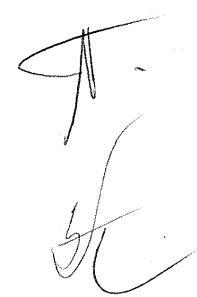
ANEXO 2.7

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITOS AUTÔNOMOS

1. Observado o disposto na Lei nº19.266/10, os Direitos de Crédito Autônomos são cedidos, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, pelo Estado de Minas Gerais, agindo através da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na pessoa do Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais no uso de suas atribuições, com endereço na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.143, Bairro Serra Verde, Cidade Administrativa, Prédio Gerais, 7º andar, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("SEF/MG"), e da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, na pessoa do Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais no uso de suas atribuições, com endereço Avenida Afonso Pena, nº 1901, Funcionários, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("AGE/MG"), para a MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31630-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais ("Emissora"), sem qualquer tipo de direito de regresso ou co-obrigação do Estado de Minas Gerais, na forma estipulada no "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI – Minas Gerais Participações S.A.", firmado em 24 de julho de 2012, e que será registrado nos cartórios de título e documentos das comarcas da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este termo é parte integrante.
2. O Preço de Cessão (conforme indicado abaixo) dos Direitos de Crédito Autônomos será pago ao Estado de Minas Gerais pela Emissora, observados os procedimentos específicos definidos no Contrato de Cessão Onerosa.
3. Preço de Cessão: significa o preço certo e ajustado, indicado no Contrato de Cessão Onerosa, referente ao pagamento, pela Emissora ao Estado de Minas Gerais, em moeda corrente nacional ou bens ou direitos suscetíveis de avaliação pecuniária, em contrapartida à cessão dos Direitos de Crédito Autônomos.
4. Os Documentos Comprobatórios, referentes ao direito de recebimento do fluxo financeiro oriundo dos Direitos de Crédito Autônomos ora cedidos, encontram-se, nesta data, em poder do Estado de Minas Gerais ou de quaisquer órgãos ou entidades integrantes da administração pública direta ou indireta do Estado de Minas Gerais, assim como os gestores públicos e agentes políticos investidos de poderes de representação do Estado de Minas Gerais, sendo que tais Documentos Comprobatórios deverão ser fornecidos à Emissora e/ou ao Agente Fiduciário nos termos e condições previstas no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo).
5. Os termos aqui iniciados em letra maiúscula e não expressamente definidos neste instrumento terão os mesmos significados a eles atribuídos no "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da



35



MGI – Minas Gerais Participações S.A.” celebrado em 24 de julho de 2012 entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Centralizador, com a interveniência da SEF/MG e da AGE/MG (“Contrato de Cessão Fiduciária”).

6. A cessão objeto deste termo, observado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária, é considerada existente, válida e eficaz na data de celebração deste termo.
7. Com o pagamento do Preço de Cessão, o Estado de Minas Gerais e a Emissora conferem um ou outro a mais ampla, geral e rasa quitação com referência ao pagamento do Preço de Cessão, sem prejuízo da manutenção de suas respectivas prerrogativas asseguradas no Contrato de Cessão Fiduciária.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente termo, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2012.

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nome: Leonardo Marinho Colombini Lima
Cargo: Secretário de Estado de Fazenda

Nome: _____
Cargo: _____

Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais

Nome: _____
Cargo: Roney Luiz Torres Alves da Silva
Advogado-Geral do Estado,
em exercício

Nome: _____
Cargo: _____

MGI – Minas Gerais Participações S.A.

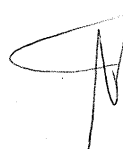
Nome: Benedito Sérgio de Rezende
Cargo: Diretor Presidente

Nome: Fernando Antônio dos Anjos Viana
Cargo: Diretor de Relações com Investidores

Testemunhas:

Nome: _____
RG.: _____
CPF: _____

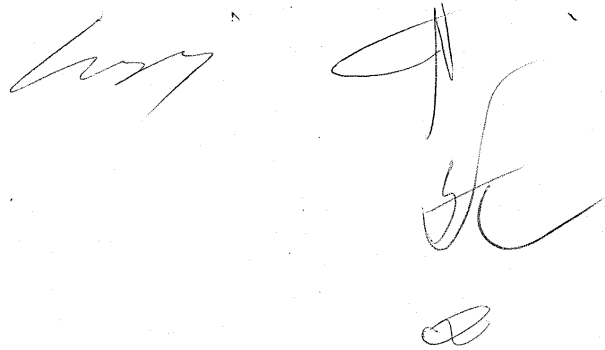
Nome: _____
RG.: _____
CPF: _____



ANEXO I

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITOS AUTÔNOMOS

ESPECIFICAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

The image shows several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a signature that appears to be 'Lury'. To its right, there are several other marks, including a large stylized 'A' or 'J', a signature that looks like 'JH', and a small circular mark at the bottom right.



Soluções para o
Mercado de Capitais

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITO
AUTÔNOMO DE RECEBIMENTO DE CRÉDITOS E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento particular, as "Partes":

Estado de Minas Gerais, representado pela SEF/MG e pela AGE/MG (conforme abaixo definidas e qualificadas), na qualidade de cedente ("Cedente" ou "Estado de Minas Gerais", conforme o caso);

MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31.630-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Cessionária" ou "MGI", conforme o caso); sendo o Cedente e a Cessionária, em conjunto, doravante denominados "Partes", cada qual individualmente uma Parte,

e, ainda, como intervenientes anuentes ("Intervenientes-Anuentes"):

Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar, Torre Eudoro Villela, inscrita no CNPJ/MF 60.701.190/0001-10, neste ato representada por seus representantes legais ("Banco Centralizador");

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na pessoa do Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais no uso de suas atribuições, com endereço na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.143, Bairro Serra Verde, Cidade Administrativa, Prédio Gerais, 7º andar, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("SEF/MG"); e

Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, na pessoa do Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais no uso de suas atribuições, com endereço Avenida Afonso Pena, nº 1901, Funcionários, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("AGE/MG", em conjunto com o Banco Centralizador e com a SEF/MG "Intervenientes Anuentes").

CONSIDERANDO QUE:

(i) em 24 de julho de 2012, a Cedente e a Cessionária celebraram o "Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Onerosa"); e

(ii) na presente data, as partes acordaram em aditar o Contrato de Cessão Onerosa de forma ajustar a redação de determinadas cláusulas do Contrato de Cessão Onerosa.

Resolvem as Partes, na melhor forma do direito, celebrar o presente instrumento particular de "Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças" ("Aditamento"), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas:



CLÁUSULA I
DAS AUTORIZAÇÕES

1.1 O presente Aditamento é celebrado de acordo com o disposto na Cláusula 14.1 do Contrato de Cessão Onerosa, e será arquivado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA II
DAS RETIFICAÇÕES

2.1. As Partes e os Intervenientes-Anuentes acordam em alterar as seguintes cláusulas ao Contrato de Cessão Onerosa, que passam a vigorar com as redações que lhes são atribuídas abaixo:

"3.5 A versão definitiva deste Contrato de Cessão Onerosa e da Escritura da Segunda Emissão, com todos seus anexos e assinada pelas Partes e pelos Intervenientes Anuentes, encontra-se amparada por meio da Nota Técnica nº 32/2012, emitida pela SEF/MG, bem como pela Nota Técnica Conjunta nº 01/2012, emitida pela SEF/MG e pela AGE/MG."

"11.1. Este Contrato de Cessão Onerosa e seus aditamentos, bem como seus Anexos, serão levados a registro pelo Cedente nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede do Cedente e da Cessionária no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua celebração, devendo o Cedente enviar à Cessionária a comprovação da efetivação de tais registros no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da obtenção do respectivo registro."

2.1. As Partes e os Intervenientes-Anuentes acordam em acrescentar as seguintes cláusulas ao Contrato de Cessão Onerosa, que passam a vigorar com as redações que lhes são atribuídas abaixo:

"2.1.1. Não obstante a soma dos Direitos de Crédito Autônomos descritos no Anexo 2.7 ser superior ao valor cedido, o valor cedido é limitado a R\$1.819.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e dezenove milhões de reais), sendo que a diferença entre tais valores será objeto de ajuste entre a Cedente e a Cessionária, nos termos do artigo 5.2.1 abaixo."

"5.2.1. O Cedente obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante a Cessionária, a transferir para a Conta de Recebimento (conforme definida abaixo), quaisquer valores recebidos desde o dia da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos até a data da efetiva abertura da Conta Centralizadora."

CLÁUSULA III
DAS RATIFICAÇÕES

3.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes do Contrato de Cessão Onerosa e não expressamente alteradas por este Aditamento.



Soluções para o
Mercado de Capitais

CLÁUSULA IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 4.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.
- 4.2. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Contrato de Cessão Onerosa.
- 4.3. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.
- 4.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir as questões porventura resultantes deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2012.

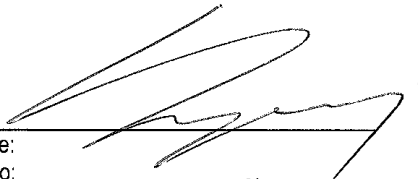


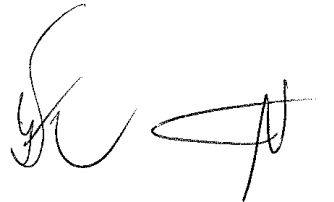


Página de Assinatura do Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças

ESTADO DE MINAS GERAIS


Nome: Leonardo Mauricio Colombini Lima
Cargo: Secretário de Estado de Fazenda


Nome: _____
Cargo: _____
Roney Luiz Torres Alves da Silva
Advogado-Geral do Estado,
em exercício







Soluções para o
Mercado de Capitais

*Página de Assinatura do Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de
Recebimento de Créditos e Outras Avenças*

MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: **Benedito Sérgio de Rezende**
Cargo: **Diretor Presidente**

Nome: **Fernando Antônio dos Anjos Viana**
Cargo: **Diretor de Relações com Investidores**





Página de Assinatura do Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Carlos Alfredo Gomez
Gerente

Nome:

RG:

Noemi Silva
Gerente

Nome:

RG:





Soluções para o
Mercado de Capitais

*Página de Assinatura do Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de
Recebimento de Créditos e Outras Avenças*

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

Nome:
RG:


Leonardo Henrique Clemente Lima
Secretário de Estado de Fazenda

Nome:
RG:





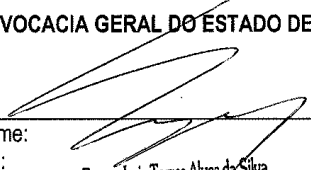




Página de Assinatura do Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nome:
RG:


Roney Luiz Torres Alves da Silva
Advogado-Geral do Estado,
em exercício

Nome:
RG:








Soluções para o
Mercado de Capitais

*Página de Assinatura do Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de
Recebimento de Créditos e Outras Avenças*

Testemunhas


Nome: **Eduardo Costa Borges**
RG: **CPF: 377.774.298-84**
RG: 48.080.588-X


Nome: **Claudia Maria Stuchi Cruz**
RG: **CPF: 337.771.778-14**
RG: 44.382.033-1









(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO K

- Relatório Elaborado pela KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



cutting through complexity

ADVISORY

Banco Citibank S.A.

13 de julho de 2012



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internet www.kpmg.com.br

Ao
Banco Citibank S.A.
São Paulo - SP

13 de julho de 2012

Prezados senhores:

O presente Relatório foi elaborado pela KPMG em consonância com os termos e condições de nossa proposta para prestação de serviços datada de 2 de março de 2012, pertinentes a um processo de securitização por meio da emissão de debêntures da MGI Participações.

Nossos trabalhos foram executados no período de 16 de março a 21 de maio de 2012 e basearam-se em um banco de dados contendo informações até a data de 8 de março de 2012.

Qualquer mudança nessas posições pode afetar os resultados deste Relatório. A KPMG não assume nenhuma obrigação para com a atualização, revisão ou emenda do Relatório, como resultado da divulgação de qualquer informação subsequente a 8 de março de 2012, ou como resultado de qualquer evento subsequente.

Outras informações

Este relatório não foi preparado para atender qualquer norma legal específica ou regulamentos de qualquer órgão regulatório ou governamental. As informações contidas no Relatório foram baseadas em dados apresentados pela Administração da Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Minas Gerais e em informações disponíveis ao público em geral obtidas por meio de fontes públicas. Entre outras, a Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Estado de Minas Gerais forneceu informações referentes à dados históricos de pagamentos de contribuintes, utilizados neste Relatório.

Ressaltamos que nosso trabalho não constituiu uma auditoria das demonstrações. Igualmente, os serviços da KPMG não envolveram profissionais da área tributária, ou direito e não endereçaram questões fiscais, contábeis ou legais. Para a elaboração do Relatório ora apresentado, a KPMG não procedeu à inspeção física de quaisquer ativos e propriedades, responsabilizando-se a Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Estado de Minas Gerais, inclusive por seus prepostos, sócios e colaboradores, por tudo quanto transmitido ou discutido com a KPMG. Não examinamos contingências conhecidas como processos judiciais e mudanças de legislação.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.



Banco Citibank S.A.

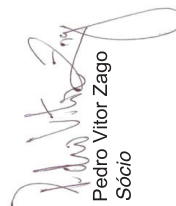
Para a realização dos trabalhos a KPMG teve como premissa que todas as aprovações de ordem governamental, regulatória, contratual ou de qualquer outra natureza foram obtidas.

Terceiros devem fazer suas próprias análises com relação às informações apresentadas no Relatório devendo consultar seus próprios assessores financeiros, tributários e jurídicos, para definirem suas próprias opiniões sobre conteúdo do Relatório, de maneira independente. O Relatório deve ser lido e interpretado à luz das restrições e qualificações anteriormente mencionadas.

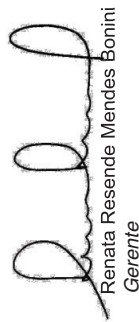
A apresentação deste Relatório conclui definitivamente os serviços que foram objeto de nosso contrato.

Colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Pedro Vitor Zago
Sócio



Renata Resende Mendes Bonini
Gerente

Objetivos do trabalho

Nos termos de nossa proposta de prestação de serviços, o objetivo deste trabalho consiste na identificação dos percentuais de rompimento mensais para os contribuintes que aderiram aos Programas de Parcelamento Incentivado ("PPI"), instituídos por meio das legislações Resolução 4069/2009 ("Resolução") e Decreto 43.839/2004 ("Minas em Dia"), bem como normas complementares.

O rompimento acima mencionado, para fins de nossos trabalhos, foi definido como o não pagamento de 3 parcelas de um mesmo parcelamento, sejam tais parcelas consecutivas ou não. Estes percentuais de rompimento devem balizar, assim como outros aspectos definidos pelo Banco Citibank, a estimativa de fluxo futuro para fazer frente às amortizações de debêntures a serem emitidas pela MGI.

Adicionalmente, foram elaboradas informações sobre a representatividade de parcelamentos considerando a posição da carteira de parcelamentos ativos, na data base de 8 de março de 2012, bem como a previsão de fluxo futuro dos parcelamentos, considerando os parcelamentos ativos nesta mesma data.

Base para preparação das informações

As informações contidas neste relatório foram obtidas a partir da compilação de dados disponibilizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação, da Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Estado de Minas Gerais, contendo informações sobre cada parcela dos parcelamentos que aderiram aos parcelamentos, no período de 1 de outubro de 2004 a 8 de março de 2012.

Esse relatório foi elaborado sob o pressuposto da confiança, com anuência da Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Estado de Minas Gerais, na exatidão, conteúdo, veracidade, completude, suficiência e integralidade da totalidade dos dados que foram fornecidos ou discutidos, de modo que não assumimos nem procedemos à inspeção física dos ativos objeto de revisão, responsabilizando-se a Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Estado de Minas Gerais, inclusive por seus prepostos, sócios e colaboradores, por tudo quanto transmitido ou discutido com a KPMG. Dessa forma, a KPMG não realizou qualquer verificação independente das informações recebidas da Administração da Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Estado de Minas Gerais, tampouco assume responsabilidade pela precisão, exatidão ou suficiência destas informações. Quaisquer erros, alterações ou modificações nessas informações poderiam afetar significativamente as análises da KPMG.

Tabela 1 - Resumo do total disponibilizado em banco de dados

	Fase Administrativa		Dívida Ativa		Consolidado	
	Σ do valor das parcelas - R\$ (000)	Quantidade de parcelamentos	Σ do valor das parcelas - R\$ (000)	Quantidade de parcelamentos	Σ do valor das parcelas - R\$ (000)	Quantidade de parcelamentos
Base de dados	12.010.439	267.257	7.122.963	45.011	19.133.402	312.268
(-) Outros impostos	247.187	37.889	53.233	3.666	300.419	41.555
(-) Inconsistências	3.687	8	-	-	3.687	8
(-) Fora do período analisado	2.816.467	108.488	4.309	111	2.820.775	108.599
(-) Pagamentos a vista	1.162.891	13.750	1.320.797	13.961	2.483.688	27.711
(-) Cancelados	379	10	-	-	379	10
Base final	7.779.830	107.112	5.744.625	27.273	13.524.454	134.385

Tabela 2 – Situação dos parcelamentos em 8 de março de 2012

Situação dos parcelamentos	Parcelas a vencer		Parcelas vencidas		Parcelas liquidadas		Saldo em aberto		Total Sob Análise	
	(R\$ 000)		(R\$ 000)		(R\$ 000)		(R\$ 000)			
Ativos	2.917.610		35.584		661.409		2.953.194		3.614.603	
Quitados	-		-		1.140.362		-		1.140.362	
Inadimplentes	2.103.462		1.646.482		481.959		3.749.944		4.231.903	
Reparcelamentos	2.092.917		1.440.297		1.004.372		3.533.214		4.537.586	
Total	7.113.990		3.122.363		3.288.102		10.236.353		13.524.454	

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de auditores KPMG Network, uma rede global de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 3483)

**Tabela 3 - Os montantes originados em cada mês do período foram segregados e denominados “Safras”.
Segue abaixo, a situação dos parcelamentos em 8 de março de 2012, para cada Safra.**

Origem	Safras	Ativos - \sum do valor das parcelas	AV %	Quitados - \sum do valor das parcelas	AV %	Inadimplentes - \sum do valor das parcelas	AV %	Reparcelamentos - \sum do valor das parcelas	AV %	Consolidado - \sum do valor das parcelas	AV %
out-04	Safra1	-	0,00%	16.218	1,42%	70.086	1,66%	11.977	0,26%	98.281	0,73%
nov-04	Safra1	-	0,00%	17.112	1,50%	130.197	3,08%	64.548	1,42%	211.857	1,57%
dez-04	Safra1	-	0,00%	19.222	1,69%	51.094	1,21%	39.951	0,88%	110.267	0,82%
jan-05	Safra2	-	0,00%	17.276	1,51%	40.353	0,95%	14.088	0,31%	71.718	0,53%
fev-05	Safra2	-	0,00%	9.136	0,80%	23.073	0,55%	20.710	0,46%	52.919	0,39%
mar-05	Safra2	-	0,00%	46.389	4,07%	70.750	1,67%	12.884	0,28%	130.022	0,96%
abr-05	Safra3	-	0,00%	20.258	1,78%	54.622	1,29%	35.786	0,79%	110.666	0,82%
mai-05	Safra3	1	0,00%	30.336	2,66%	37.374	0,88%	44.464	0,98%	112.174	0,83%
jun-05	Safra3	-	0,00%	31.968	2,80%	42.744	1,01%	22.427	0,49%	97.139	0,72%
jul-05	Safra4	1.286	0,04%	26.076	2,29%	32.184	0,76%	26.627	0,59%	86.173	0,64%
ago-05	Safra4	-	0,00%	12.222	1,07%	31.957	0,76%	13.133	0,29%	57.313	0,42%
set-05	Safra4	-	0,00%	7.705	0,68%	34.075	0,81%	17.889	0,39%	59.669	0,44%
out-05	Safra5	-	0,00%	7.248	0,64%	29.242	0,69%	12.309	0,27%	48.798	0,36%
nov-05	Safra5	-	0,00%	6.197	0,54%	53.649	1,27%	11.878	0,26%	71.723	0,53%
dez-05	Safra5	-	0,00%	15.811	1,39%	25.084	0,59%	33.148	0,73%	74.043	0,55%
jan-06	Safra6	-	0,00%	10.740	0,94%	18.854	0,45%	17.923	0,39%	47.516	0,35%
fev-06	Safra6	2.011	0,06%	11.537	1,01%	15.178	0,36%	8.759	0,19%	37.484	0,28%
mar-06	Safra6	-	0,00%	9.449	0,83%	25.677	0,61%	16.534	0,36%	51.660	0,38%
abr-06	Safra7	-	0,00%	63.530	5,57%	40.365	0,95%	27.791	0,61%	131.685	0,97%
mai-06	Safra7	-	0,00%	15.638	1,37%	61.099	1,44%	26.260	0,58%	102.997	0,76%
jun-06	Safra7	168	0,00%	13.604	1,19%	97.889	2,31%	22.861	0,50%	134.523	0,99%
jul-06	Safra8	-	0,00%	4.518	0,40%	77.619	1,83%	38.080	0,84%	120.218	0,89%
ago-06	Safra8	-	0,00%	6.022	0,53%	25.205	0,60%	53.006	1,17%	84.233	0,62%
set-06	Safra8	-	0,00%	8.774	0,77%	16.543	0,39%	97.578	2,15%	122.895	0,91%
out-06	Safra9	-	0,00%	7.968	0,70%	35.316	0,83%	23.039	0,51%	66.323	0,49%
nov-06	Safra9	-	0,00%	7.445	0,65%	16.244	0,38%	173.604	3,83%	197.292	1,46%
dez-06	Safra9	2.488	0,07%	5.736	0,50%	69.968	1,65%	39.380	0,87%	117.572	0,87%
jan-07	Safra10	59	0,00%	5.251	0,46%	46.316	1,09%	33.997	0,75%	85.623	0,63%
fev-07	Safra10	33	0,00%	2.633	0,23%	12.345	0,29%	17.446	0,38%	32.456	0,24%
mar-07	Safra10	67	0,00%	5.456	0,48%	23.159	0,55%	18.904	0,42%	47.586	0,35%

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria, consultoria e serviços financeiros KPMG Network (“KPMG Network”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 3 (cont.)

Origem	Safras	Ativos - \sum do valor das parcelas	AV %	Quitados - \sum do valor das parcelas	AV %	Inadimplentes - \sum do valor das parcelas	AV %	Reparcamentos - \sum do valor das parcelas	AV %	Consolidado - \sum do valor das parcelas	AV %
abr-07	Safra11	32	0,00%	4.335	0,38%	26.497	0,63%	54.147	1,19%	85.011	0,63%
mai-07	Safra11	153	0,00%	3.520	0,31%	38.838	0,92%	33.603	0,74%	76.114	0,56%
jun-07	Safra11	781	0,02%	3.651	0,32%	19.363	0,46%	42.292	0,93%	66.087	0,49%
jul-07	Safra12	1.065	0,03%	4.563	0,40%	18.544	0,44%	37.237	0,82%	61.409	0,45%
ago-07	Safra12	635	0,02%	6.720	0,59%	27.868	0,66%	56.064	1,24%	91.287	0,67%
set-07	Safra12	36	0,00%	2.158	0,19%	7.361	0,17%	81.731	1,80%	91.285	0,67%
out-07	Safra13	3.283	0,09%	11.759	1,03%	9.364	0,22%	87.163	1,92%	111.570	0,82%
nov-07	Safra13	351	0,01%	2.168	0,19%	7.041	0,17%	42.628	0,94%	52.188	0,39%
dez-07	Safra13	144	0,00%	2.734	0,24%	4.203	0,10%	77.350	1,70%	84.431	0,62%
jan-08	Safra14	21.916	0,61%	5.440	0,48%	32.534	0,77%	37.578	0,83%	97.467	0,72%
fev-08	Safra14	90.126	2,49%	34.403	3,02%	166.274	3,93%	213.939	4,71%	504.742	3,73%
mar-08	Safra14	311.403	8,62%	107.097	9,39%	830.273	19,62%	1.385.676	30,54%	2.634.449	19,48%
abr-08	Safra15	1.076	0,03%	50.176	4,40%	5.334	0,13%	5.088	0,11%	61.674	0,46%
mai-08	Safra15	331	0,01%	31.215	2,74%	9.232	0,22%	12.459	0,27%	53.237	0,39%
jun-08	Safra15	1.260	0,03%	7.190	0,63%	139.080	3,29%	32.824	0,72%	180.355	1,33%
jul-08	Safra16	2.518	0,07%	9.090	0,80%	12.759	0,30%	15.062	0,33%	39.428	0,29%
ago-08	Safra16	2.149	0,06%	7.858	0,69%	20.108	0,48%	30.489	0,67%	60.604	0,45%
set-08	Safra16	3.215	0,09%	5.693	0,50%	29.133	0,69%	14.536	0,32%	52.577	0,39%
out-08	Safra17	1.079	0,03%	11.126	0,98%	24.047	0,57%	29.933	0,66%	66.185	0,49%
nov-08	Safra17	902	0,02%	7.079	0,62%	23.687	0,56%	26.299	0,58%	57.966	0,43%
dez-08	Safra17	879	0,02%	6.967	0,61%	18.686	0,44%	20.838	0,46%	47.370	0,35%
jan-09	Safra18	1.887	0,05%	9.038	0,79%	19.804	0,47%	13.125	0,29%	43.854	0,32%
fev-09	Safra18	3.933	0,11%	8.149	0,71%	53.320	1,26%	20.194	0,45%	85.597	0,63%
mar-09	Safra18	3.734	0,10%	17.467	1,53%	27.452	0,65%	33.947	0,75%	82.600	0,61%
abr-09	Safra19	3.153	0,09%	6.123	0,54%	19.543	0,46%	18.974	0,42%	47.793	0,35%
mai-09	Safra19	6.054	0,17%	6.184	0,54%	34.607	0,82%	34.395	0,76%	81.239	0,60%
jun-09	Safra19	4.325	0,12%	9.270	0,81%	41.260	0,97%	44.904	0,99%	99.759	0,74%
jul-09	Safra20	15.991	0,44%	7.978	0,70%	64.479	1,52%	32.757	0,72%	121.205	0,90%
ago-09	Safra20	5.067	0,14%	6.294	0,55%	18.991	0,45%	34.955	0,77%	65.307	0,48%
set-09	Safra20	10.132	0,28%	5.316	0,47%	46.225	1,09%	87.479	1,93%	149.151	1,10%

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria, consultoria e serviços financeiros KPMG Network ("KPMG Network"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 3 (cont.)

Origem	Safas	Ativos - Σ do valor das parcelas	AV %	Quitados - Σ do valor das parcelas	AV %	Inadimplentes - Σ do valor das parcelas	AV %	Reparcamentos - Σ do valor das parcelas	AV %	Consolidado - Σ do valor das parcelas	AV %
out-09	Safra21	151.296	4,19%	4.518	0,40%	22.247	0,53%	66.868	1,47%	244.929	1,81%
nov-09	Safra21	31.407	0,87%	5.706	0,50%	17.433	0,41%	39.961	0,88%	94.508	0,70%
dez-09	Safra21	55.575	1,54%	14.310	1,25%	109.995	2,60%	73.774	1,63%	253.654	1,88%
jan-10	Safra22	7.031	0,19%	27.219	2,39%	13.380	0,32%	117.743	2,59%	165.374	1,22%
fev-10	Safra22	42.817	1,18%	5.481	0,48%	6.053	0,14%	36.572	0,81%	90.922	0,67%
mar-10	Safra22	5.728	0,16%	11.571	1,01%	55.818	1,32%	129.474	2,85%	202.591	1,50%
abr-10	Safra23	10.132	0,28%	10.888	0,95%	15.372	0,36%	59.888	1,32%	96.280	0,71%
mai-10	Safra23	67.964	1,88%	9.879	0,87%	38.546	0,91%	9.732	0,21%	126.121	0,93%
jun-10	Safra23	131.025	3,62%	20.100	1,76%	103.480	2,45%	194.257	4,28%	448.861	3,32%
jul-10	Safra24	285.064	7,89%	23.311	2,04%	117.373	2,77%	52.106	1,15%	477.855	3,53%
ago-10	Safra24	725.232	20,06%	77.543	6,80%	348.885	8,24%	42.255	0,93%	1.193.915	8,83%
set-10	Safra24	267.778	7,41%	10.594	0,93%	16.825	0,40%	1.831	0,04%	297.028	2,20%
out-10	Safra25	27.519	0,76%	5.603	0,49%	22.007	0,52%	1.093	0,02%	56.222	0,42%
nov-10	Safra25	22.663	0,63%	6.028	0,53%	16.957	0,40%	11.338	0,25%	56.986	0,42%
dez-10	Safra25	92.669	2,56%	6.318	0,55%	25.167	0,59%	1.671	0,04%	125.825	0,93%
jan-11	Safra26	43.223	1,20%	4.812	0,42%	14.393	0,34%	3.538	0,08%	65.966	0,49%
fev-11	Safra26	81.131	2,24%	7.355	0,64%	15.268	0,36%	3.631	0,08%	107.385	0,79%
mar-11	Safra26	103.329	2,86%	4.350	0,38%	32.274	0,76%	6.988	0,15%	146.943	1,09%
abr-11	Safra27	31.906	0,88%	4.300	0,38%	30.574	0,72%	3.894	0,09%	70.674	0,52%
mai-11	Safra27	92.719	2,57%	5.067	0,44%	15.448	0,37%	7.620	0,17%	120.854	0,89%
jun-11	Safra27	58.486	1,62%	3.260	0,29%	19.527	0,46%	3.136	0,07%	84.410	0,62%
jul-11	Safra28	58.690	1,62%	2.060	0,18%	21.585	0,51%	9.391	0,21%	91.727	0,68%
ago-11	Safra28	71.631	1,98%	3.230	0,28%	14.820	0,35%	3.412	0,08%	93.093	0,69%
set-11	Safra28	86.656	2,40%	2.418	0,21%	20.722	0,49%	2.080	0,05%	111.876	0,83%
out-11	Safra29	100.120	2,77%	1.032	0,09%	6.610	0,16%	269	0,01%	108.031	0,80%
nov-11	Safra29	65.391	1,81%	818	0,07%	2.597	0,06%	266	0,01%	69.072	0,51%
dez-11	Safra29	178.988	4,95%	198	0,02%	4.364	0,10%	3	0,00%	183.553	1,36%
jan-12	Safra30	110.199	3,05%	147	0,01%	-	0,00%	147	0,00%	110.493	0,82%
fev-12	Safra30	103.258	2,86%	11	0,00%	17	0,00%	-	0,00%	103.286	0,76%
mar-12	Safra30	1.260	0,03%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	1.260	0,01%
Total		3.614.603	100%	1.140.362	100%	4.231.303	100%	4.537.586	100%	13.524.454	100%

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria KPMG Network, uma rede operacional Cooperativa ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 4 – Os parcelamentos com a situação “Ativos” na data de 8 de março de 2012, foram segregados pela safra de origem, sendo demonstrados os valores “Liquidação” e “Em aberto” dos mesmos.

Originação	Liquidação	Em aberto	Consolidado	% de origem		Originação	Liquidação	Em aberto	Consolidado	% de origem	
				% em aberto	% de origem					% em aberto	% de origem
mai-05	1	-	1	0,00%	0,00%	jun-09	2.970	1.355	4.325	31,34%	0,12%
jul-05	610	676	1.286	52,54%	0,04%	jul-09	4.342	11.649	15.991	72,85%	0,44%
fev-06	241	1.770	2.011	88,04%	0,06%	ago-09	3.727	1.340	5.067	26,45%	0,14%
jun-06	85	83	168	49,15%	0,00%	set-09	4.185	5.947	10.132	58,70%	0,28%
dez-06	629	1.859	2.488	74,73%	0,07%	out-09	6.443	144.852	151.296	95,74%	4,19%
jan-07	34	25	59	42,11%	0,00%	nov-09	17.160	14.247	31.407	45,36%	0,87%
fev-07	32	1	33	2,04%	0,00%	dez-09	6.777	48.798	55.575	87,81%	1,54%
mar-07	64	3	67	4,15%	0,00%	jan-10	4.167	2.864	7.031	40,73%	0,19%
abr-07	31	1	32	3,09%	0,00%	fev-10	5.743	37.074	42.817	86,59%	1,18%
mai-07	142	11	153	6,93%	0,00%	mar-10	3.098	2.629	5.728	45,91%	0,16%
jun-07	708	73	781	9,39%	0,02%	abr-10	5.538	4.594	10.132	45,34%	0,28%
jul-07	871	194	1.065	18,21%	0,03%	mai-10	12.080	55.883	67.964	82,23%	1,88%
ago-07	521	113	635	17,86%	0,02%	jun-10	23.469	107.555	131.025	82,09%	3,62%
set-07	32	4	36	11,12%	0,00%	jul-10	51.910	233.154	285.064	81,79%	7,89%
out-07	2.636	647	3.283	19,72%	0,09%	ago-10	109.245	615.987	725.232	84,94%	20,06%
nov-07	279	72	351	20,44%	0,01%	set-10	10.518	257.260	267.778	96,07%	7,41%
dez-07	117	27	144	18,46%	0,00%	out-10	9.003	18.515	27.519	67,28%	0,76%
jan-08	6.775	15.140	21.916	69,08%	0,61%	nov-10	8.586	14.077	22.663	62,12%	0,63%
fev-08	31.902	58.224	90.126	64,60%	2,49%	dez-10	22.193	70.476	92.669	76,05%	2,56%
mar-08	114.440	196.962	311.403	63,25%	8,62%	jan-11	11.965	31.258	43.223	72,32%	1,20%
abr-08	864	212	1.076	19,72%	0,03%	fev-11	9.827	71.303	81.131	87,89%	2,24%
mai-08	238	93	331	27,99%	0,01%	mar-11	19.281	84.048	103.329	81,34%	2,86%
jun-08	882	378	1.260	30,00%	0,03%	abr-11	9.681	22.225	31.906	69,66%	0,88%
jul-08	1.382	1.135	2.518	45,10%	0,07%	mai-11	14.705	78.013	92.719	84,14%	2,57%
ago-08	1.476	673	2.149	31,30%	0,06%	jun-11	18.003	40.483	58.486	69,22%	1,62%
set-08	1.487	1.727	3.215	53,73%	0,09%	jul-11	13.743	44.948	58.690	76,58%	1,62%
out-08	702	377	1.079	34,95%	0,03%	ago-11	14.153	57.478	71.631	80,24%	1,98%
nov-08	678	224	902	24,80%	0,02%	set-11	12.877	73.779	86.656	85,14%	2,40%
dez-08	560	319	879	36,28%	0,02%	out-11	10.796	89.324	100.120	89,22%	2,77%
jan-09	1.119	768	1.887	40,70%	0,05%	nov-11	9.759	55.632	65.391	85,08%	1,81%
fev-09	2.645	1.288	3.933	32,74%	0,11%	dez-11	11.412	167.576	178.988	93,62%	4,95%
mar-09	3.197	537	3.734	14,37%	0,10%	jan-12	7.859	102.340	110.199	92,87%	3,05%
abr-09	1.809	1.344	3.153	42,63%	0,09%	fev-12	5.313	97.945	103.258	94,85%	2,86%
mai-09	3.655	2.399	6.054	39,63%	0,17%	mar-12	31	1.229	1.260	97,56%	0,03%
Total	661.409	2.953.194	3.614.603			Total	661.409	2.953.194	3.614.603	81,70%	100,00%

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria KPMG Network, uma rede internacional de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma entidade sup. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 5 – Parcelamentos com o status “Ativo” em 8 de março de 2012, segregados pelo prazo do parcelamento no momento da adesão. A representatividade considera o saldo em aberto na data de 8 de março de 2012.

Número de parcelas na adesão				Σ do valor das parcelas - R\$ (000)				%	% acum.						
002	22	0,00%	0,00%	0,00%	042	489	0,02%	13,27%	0,02%	0,01%	27,93%				
003	39	0,00%	0,00%	0,00%	043	652	0,02%	13,29%	0,03%	0,05%	27,99%				
004	1.315	0,04%	0,05%	0,05%	044	1.308	0,04%	13,33%	0,04%	0,05%	28,01%				
005	5.490	0,19%	0,23%	0,23%	045	2.312	0,08%	13,41%	0,05%	0,03%	28,07%				
006	1.411	0,05%	0,28%	0,28%	046	822	0,03%	13,44%	0,06%	0,04%	28,11%				
007	945	0,03%	0,31%	0,31%	047	531	0,02%	13,46%	0,07%	0,01%	28,11%				
008	2.126	0,07%	0,38%	0,38%	048	16.101	0,55%	14,00%	0,08%	0,01%	28,12%				
009	28.559	0,97%	1,35%	1,35%	049	7.606	0,26%	14,26%	0,08%	0,02%	28,15%				
010	1.420	0,05%	1,40%	1,40%	050	2.831	0,10%	14,35%	0,09%	0,03%	28,48%				
011	2.497	0,08%	1,48%	1,48%	051	1.147	0,04%	14,39%	0,09%	0,03%	28,69%				
012	5.603	0,19%	1,67%	1,67%	052	1.417	0,05%	14,44%	0,09%	0,03%	28,81%				
013	28.174	0,95%	2,63%	2,63%	053	1.850	0,06%	14,50%	0,09%	0,03%	28,91%				
014	300	0,01%	2,64%	2,64%	054	1.203	0,04%	14,54%	0,09%	0,04%	28,95%				
015	738	0,02%	2,66%	2,66%	055	3.472	0,12%	14,66%	0,09%	0,04%	29,04%				
016	2.703	0,09%	2,75%	2,75%	056	1.573	0,05%	14,72%	0,09%	0,03%	29,07%				
017	10.369	0,35%	3,11%	3,11%	057	5.366	0,18%	14,90%	0,10%	0,01%	29,08%				
018	489	0,02%	3,12%	3,12%	058	821	0,03%	14,93%	0,10%	0,01%	29,09%				
019	1.481	0,05%	3,17%	3,17%	059	10.492	0,36%	15,28%	0,10%	0,04%	29,13%				
020	6.135	0,21%	3,38%	3,38%	060	234.059	7,93%	23,21%	0,10%	0,04%	29,13%				
021	13.304	0,45%	3,83%	3,83%	061	123.473	4,18%	27,39%	0,10%	0,04%	29,58%				
022	2.574	0,09%	3,92%	3,92%	062	243	0,01%	27,40%	0,10%	0,02%	29,87%				
023	1.647	0,06%	3,97%	3,97%	063	144	0,00%	27,40%	0,10%	0,02%	29,88%				
024	6.580	0,22%	4,20%	4,20%	064	269	0,01%	27,41%	0,10%	0,01%	29,89%				
025	17.046	0,58%	4,77%	4,77%	065	468	0,02%	27,43%	0,10%	0,01%	29,90%				
026	831	0,03%	4,80%	4,80%	066	311	0,01%	27,44%	0,10%	0,02%	29,92%				
027	316	0,01%	4,81%	4,81%	067	150	0,01%	27,44%	0,10%	0,01%	29,93%				
028	851	0,03%	4,84%	4,84%	068	727	0,02%	27,47%	0,10%	0,02%	29,96%				
029	4.724	0,16%	5,00%	5,00%	069	306	0,01%	27,48%	0,10%	0,01%	29,96%				
030	2.245	0,08%	5,08%	5,08%	070	1.399	0,05%	27,52%	0,10%	0,01%	30,46%				
031	16.389	0,55%	5,63%	5,63%	071	1.282	0,04%	27,57%	0,10%	0,03%	30,51%				
032	806	0,03%	5,66%	5,66%	072	3.048	0,10%	27,67%	0,10%	0,04%	30,55%				
033	15.795	0,53%	6,19%	6,19%	073	1.227	0,04%	27,71%	0,10%	0,01%	30,57%				
034	487	0,02%	6,21%	6,21%	074	460	0,02%	27,73%	0,10%	0,01%	30,58%				
035	1.931	0,07%	6,28%	6,28%	075	500	0,02%	27,74%	0,10%	0,02%	30,59%				
036	50.237	1,70%	7,98%	7,98%	076	266	0,01%	27,75%	0,10%	0,02%	30,60%				
037	148.548	5,03%	13,01%	13,01%	077	332	0,01%	27,76%	0,10%	0,01%	30,61%				
038	317	0,01%	13,02%	13,02%	078	477	0,02%	27,78%	0,10%	0,02%	30,63%				
039	375	0,01%	13,03%	13,03%	079	168	0,01%	27,79%	0,10%	0,04%	30,67%				
040	2.335	0,08%	13,11%	13,11%	080	3.652	0,12%	27,91%	0,10%	0,15%	30,82%				
041	4.119	0,14%	13,25%	13,25%	081	335	0,01%	27,92%	0,10%	0,37%	91,19%				
								50.505				7,10%		98,29%	
												2.953.194		100%	

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria KPMG Network, uma rede de firmas de auditoria e consultoria independente. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 6 – Maiores grupos econômicos – Parcelamentos ativos

#	Grupo econômico	Σ do valor das parcelas			#	Grupo econômico	Σ do valor das parcelas			#	Grupo econômico	Σ do valor das parcelas		
		R\$ (000)	%	% Acum.			R\$ (000)	%	% Acum.			R\$ (000)	%	% Acum.
1	000074458	151.504	5,13%	5,13%	35	000001406	13.365	0,45%	38,58%	69	000112212	6.751	0,23%	49,02%
2	000073313	129.198	4,37%	9,51%	36	000004167	12.826	0,43%	39,02%	70	000051108	6.659	0,23%	49,24%
3	000091636	80.776	2,74%	12,24%	37	000104245	12.777	0,43%	39,45%	71	000083045	6.453	0,22%	49,46%
4	000047748	79.898	2,71%	14,95%	38	000084849	12.703	0,43%	39,88%	72	000088863	6.395	0,22%	49,68%
5	000102224	56.325	1,91%	16,85%	39	000019619	12.018	0,41%	40,29%	73	000075603	6.168	0,21%	49,89%
6	000079258	43.990	1,49%	18,34%	40	000092950	11.309	0,38%	40,67%	74	000037181	6.087	0,21%	50,09%
7	000059187	40.739	1,38%	19,72%	41	000104640	11.250	0,38%	41,05%	75	000122460	5.850	0,20%	50,29%
8	000087361	35.701	1,21%	20,93%	42	000094796	11.044	0,37%	41,42%	76	000095541	5.788	0,20%	50,49%
9	000044760	33.406	1,13%	22,06%	43	000094829	10.679	0,36%	41,79%	77	000079257	5.684	0,19%	50,68%
10	000111187	30.143	1,02%	23,08%	44	000057347	10.139	0,34%	42,13%	78	000083733	5.659	0,19%	50,87%
11	000125409	26.620	0,90%	23,98%	45	000074828	9.983	0,34%	42,47%	79	000076347	5.656	0,19%	51,06%
12	000072652	24.918	0,84%	24,83%	46	000072805	9.933	0,34%	42,80%	80	000098908	5.422	0,18%	51,25%
13	000106583	23.694	0,80%	25,63%	47	000104217	9.789	0,33%	43,14%	81	000009305	5.309	0,18%	51,43%
14	000076749	23.475	0,79%	26,43%	48	000102746	9.683	0,33%	43,46%	82	000016853	5.300	0,18%	51,61%
15	000089901	23.272	0,79%	27,21%	49	000110884	9.418	0,32%	43,78%	83	000104295	5.211	0,18%	51,78%
16	000086179	22.717	0,77%	27,98%	50	000083629	9.308	0,32%	44,10%	84	000120793	5.055	0,17%	51,95%
17	000110791	22.338	0,76%	28,74%	51	000020543	9.154	0,31%	44,41%	85	000007957	5.038	0,17%	52,13%
18	000016933	21.682	0,73%	29,47%	52	000074740	9.080	0,31%	44,71%	86	000031585	4.989	0,17%	52,29%
19	000121368	21.023	0,71%	30,18%	53	000085799	8.572	0,29%	45,00%	87	000078158	4.982	0,17%	52,46%
20	000065508	19.127	0,65%	30,83%	54	000110883	8.333	0,28%	45,29%	88	000081549	4.841	0,16%	52,63%
21	000122329	18.773	0,64%	31,47%	55	000093650	8.295	0,28%	45,57%	89	000099114	4.711	0,16%	52,79%
22	000089632	17.886	0,61%	32,07%	56	000118353	7.870	0,27%	45,83%	90	000081555	4.676	0,16%	52,94%
23	000117693	16.045	0,54%	32,62%	57	000087337	7.815	0,26%	46,10%	91	000102958	4.669	0,16%	53,10%
24	000008925	15.960	0,54%	33,16%	58	000093469	7.679	0,26%	46,36%	92	000074899	4.648	0,16%	53,26%
25	000083799	15.529	0,53%	33,68%	59	000116481	7.640	0,26%	46,62%	93	000110861	4.609	0,16%	53,42%
26	000020288	15.474	0,52%	34,21%	60	000084262	7.576	0,26%	46,87%	94	000078959	4.469	0,15%	53,57%
27	000099946	15.473	0,52%	34,73%	61	000110772	7.331	0,25%	47,12%	95	000111102	4.379	0,15%	53,72%
28	000117732	15.118	0,51%	35,24%	62	000080437	7.329	0,25%	47,37%	96	000083948	4.345	0,15%	53,86%
29	000010616	15.080	0,51%	35,75%	63	000046367	7.137	0,24%	47,61%	97	000031518	4.330	0,15%	54,01%
30	000072095	14.694	0,50%	36,25%	64	000104244	7.035	0,24%	47,85%	98	000077445	4.327	0,15%	54,16%
31	000083624	14.578	0,49%	36,75%	65	000002469	7.010	0,24%	48,09%	99	000115672	4.245	0,14%	54,30%
32	000066931	13.810	0,47%	37,21%	66	000108932	7.005	0,24%	48,33%	100	000104418	4.227	0,14%	54,44%
33	000091343	13.671	0,46%	37,68%	67	000122489	6.975	0,24%	48,56%					
34	000124619	13.412	0,45%	38,13%	68	000093954	6.774	0,23%	48,79%					
											Total			
											Demais (12.129)			
											1.345.379			
											45,56%			
											100,00%			
											2.953.194			
											100,00%			

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria, consultoria e serviços financeiros KPMG Network, uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 7 – Maiores contribuintes – Parcelamentos ativos

#	Contribuinte individual	Σ do valor das parcelas - R\$ (000)			#	Contribuinte individual	Σ do valor das parcelas - R\$ (000)			#	Contribuinte individual	Σ do valor das parcelas - R\$ (000)		
		%	% Acum.				%	% Acum.				%	% Acum.	
1	0000744580001	151.456	5,13%	5,13%	35	0000848490001	12.703	0,43%	37,69%	69	0000041670001	6.834	0,23%	47,99%
2	0000733130002	127.037	4,30%	9,43%	36	0000196190001	12.018	0,41%	38,10%	70	0000939540001	6.774	0,23%	48,22%
3	0000916360001	80.776	2,74%	12,17%	37	0001042450052	11.986	0,41%	38,50%	71	0001122120001	6.751	0,23%	48,45%
4	0000477480002	79.860	2,70%	14,87%	38	0000929500001	11.309	0,38%	38,88%	72	0000511080001	6.588	0,22%	48,67%
5	0001022240002	56.116	1,90%	16,77%	39	0001046400001	11.250	0,38%	39,27%	73	0000830450001	6.453	0,22%	48,89%
6	0000792580001	43.990	1,49%	18,26%	40	0000947960001	11.044	0,37%	39,64%	74	0000888630001	6.395	0,22%	49,11%
7	0000691870006	40.739	1,38%	19,64%	41	0000948290001	10.679	0,36%	40,00%	75	0000756030001	6.151	0,21%	49,31%
8	0000873610001	35.701	1,21%	20,85%	42	0001223290020	10.658	0,36%	40,36%	76	0000371810002	6.087	0,21%	49,52%
9	0000447400003	33.406	1,13%	21,98%	43	0001254090010	10.438	0,35%	40,72%	77	0000041670003	5.992	0,20%	49,72%
10	000111870012	30.143	1,02%	23,00%	44	0000673470001	10.139	0,34%	41,06%	78	0001224600008	5.850	0,20%	49,92%
11	0000726520098	24.918	0,84%	23,84%	45	0000748280002	9.983	0,34%	41,40%	79	0000955410001	5.780	0,20%	50,12%
12	0001065830003	23.694	0,80%	24,65%	46	0000728050001	9.933	0,34%	41,73%	80	0000792570001	5.684	0,19%	50,31%
13	0000767490001	23.475	0,79%	25,44%	47	0001042170001	9.789	0,33%	42,06%	81	0000837330001	5.659	0,19%	50,50%
14	0000890100004	23.272	0,79%	26,23%	48	0001027460001	9.683	0,33%	42,39%	82	0000763470001	5.656	0,19%	50,69%
15	0000861790001	22.717	0,77%	27,00%	49	0001108840001	9.418	0,32%	42,71%	83	0000989080001	5.422	0,18%	50,88%
16	0001107910062	22.338	0,76%	27,75%	50	0000836290001	9.308	0,32%	43,03%	84	0000993050001	5.309	0,18%	51,06%
17	0001213680001	21.023	0,71%	28,47%	51	0000205430001	9.154	0,31%	43,34%	85	0000168530001	5.300	0,18%	51,23%
18	0000169330020	19.928	0,67%	29,14%	52	0000747000001	9.080	0,31%	43,64%	86	0001042950011	5.211	0,18%	51,41%
19	0000655080001	19.127	0,65%	29,79%	53	0000857990001	8.572	0,29%	43,93%	87	0001207930001	5.055	0,17%	51,58%
20	0000896320001	16.095	0,55%	30,33%	54	0001108830010	8.333	0,28%	44,22%	88	000079570001	5.038	0,17%	51,75%
21	0001176930001	16.045	0,54%	30,88%	55	0000936500001	8.295	0,28%	44,50%	89	0000315850001	4.989	0,17%	51,92%
22	000089250002	15.960	0,54%	31,42%	56	0001223290009	8.116	0,27%	44,77%	90	0000781580001	4.982	0,17%	52,09%
23	0000837990002	15.529	0,53%	31,94%	57	0001183530001	7.870	0,27%	45,04%	91	0000815490001	4.841	0,16%	52,25%
24	0000202880003	15.474	0,52%	32,47%	58	0000934690001	7.679	0,26%	45,30%	92	0000991140001	4.711	0,16%	52,41%
25	0000699460001	15.452	0,52%	32,99%	59	0001164810001	7.640	0,26%	45,56%	93	0000815550001	4.676	0,16%	52,57%
26	0001177320001	15.118	0,51%	33,50%	60	0000873370007	7.581	0,26%	45,81%	94	0001029580001	4.669	0,16%	52,73%
27	0000106160004	15.080	0,51%	34,01%	61	0000842620001	7.576	0,26%	46,07%	95	0000748900001	4.648	0,16%	52,89%
28	0000720950008	14.694	0,50%	34,51%	62	0001107720004	7.331	0,25%	46,32%	96	0001108610002	4.609	0,16%	53,04%
29	0000836240001	14.578	0,49%	35,00%	63	0000804370001	7.329	0,25%	46,57%	97	0000789590001	4.469	0,15%	53,20%
30	0000669310002	13.810	0,47%	35,47%	64	0000463670001	7.137	0,24%	46,81%	98	0001111020165	4.379	0,15%	53,34%
31	0001254090001	13.420	0,45%	35,93%	65	0001042440029	7.035	0,24%	47,05%	99	0000839480001	4.345	0,15%	53,49%
32	0001246190006	13.335	0,45%	36,38%	66	0000024690001	7.010	0,24%	47,28%	100	0000315180004	4.330	0,15%	53,64%
33	0000014060029	13.294	0,45%	36,83%	67	0001089320001	7.005	0,24%	47,52%					
34	0000913430001	12.717	0,43%	37,26%	68	0001224890006	6.975	0,24%	47,76%					
					Total		2.953.194			Total		2.953.194		
										Demais (12.519)		1.369.184		
												100%		
												100,00%		

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria KPMG Network, uma rede de firmas de auditoria independentes, todas as entidades supe. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 8 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 1

[illegible]

As páginas 12 a 41 apresentam o somatório do valor das parcelas previsto, conforme base de dados, e o previsto projetado, que considera o rompimento do fluxo remanescente de um parcelamento, a partir do acúmulo de 3 parcelas inadimplidas. Considerou-se “valor das parcelas”, o valor da parcela mais percente de cada parcelamento. Os valores de parcela original oscilam em função da correção do saldo devedor pela taxa Selic (Lei 8763/75).

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firmamembro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 34853)

Tabela 9 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 2

Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)
200501	236	1.899	200811	1.899	407	201209	601	114	201607	-	-
200502	387	1.899	200812	1.899	403	201210	601	114	201608	-	-
200503	1.297	1.899	200901	1.899	403	201211	601	114	201609	-	-
200504	1.588	1.899	200902	1.898	403	201212	601	114	201610	-	-
200505	1.899	1.899	200903	1.898	402	201301	601	114	201611	-	-
200506	1.899	1.899	200904	1.897	401	201302	601	114	201612	-	-
200507	1.899	1.899	200905	1.898	400	201303	601	114	201701	-	-
200508	1.899	1.899	200906	1.886	397	201304	601	114	201702	-	-
200509	1.899	1.899	200907	1.866	393	201305	468	114	201703	-	-
200510	1.899	1.899	200908	1.864	362	201306	468	114	201704	-	-
200511	1.899	1.899	200909	1.864	362	201307	468	114	201705	-	-
200512	1.899	1.899	200910	1.862	362	201308	468	114	201706	-	-
200601	1.899	1.899	200911	1.860	362	201309	447	114	201707	-	-
200602	1.899	1.899	200912	1.855	359	201310	447	114	201708	-	-
200603	1.899	1.899	201001	1.853	359	201311	447	114	201709	-	-
200604	1.899	1.899	201002	1.762	354	201312	447	114	201710	-	-
200605	1.899	1.899	201003	1.063	81	201401	447	114	201711	-	-
200606	1.899	1.899	201004	833	65	201402	447	114	201712	-	-
200607	1.899	1.899	201005	601	63	201403	446	114	201801	-	-
200608	1.899	1.899	201006	601	63	201404	446	114	201802	-	-
200609	1.899	1.899	201007	1.071	63	201405	446	114	201803	-	-
200610	1.899	1.899	201008	1.057	63	201406	446	114	201804	-	-
200611	1.899	1.899	201009	1.036	29	201407	446	114	201805	-	-
200612	1.899	1.899	201010	1.013	29	201408	446	114	201806	-	-
200701	1.899	1.899	201011	1.013	0	201409	417	114	201807	-	-
200702	1.899	1.899	201012	995	0	201410	417	114	201808	-	-
200703	1.899	1.899	201101	963	0	201411	417	114	201809	-	-
200704	1.899	1.899	201102	949	0	201412	417	114	201810	-	-
200705	1.899	1.899	201103	947	0	201501	407	114	201811	-	-
200706	1.899	1.899	201104	945	0	201502	379	114	201812	-	-
200707	1.899	1.899	201105	930	0	201503	188	114	201901	-	-
200708	1.899	1.899	201106	930	0	201504	135	114	201902	-	-
200709	1.899	1.899	201107	930	0	201505	114	114	201903	-	-
200710	1.899	1.899	201108	928	0	201506	114	114	201904	-	-
200711	1.899	1.899	201109	918	0	201507	114	114	201905	-	-
200712	1.899	1.899	201110	912	0	201508	114	114	201906	-	-
200801	1.899	1.899	201111	911	0	201509	114	114	201907	-	-
200802	1.899	1.899	201112	876	0	201510	114	114	201908	-	-
200803	1.899	1.899	201201	775	0	201511	114	114	201909	-	-
200804	1.899	1.899	201202	618	0	201512	114	114	201910	-	-
200805	1.899	1.899	201203	463	0	201601	114	114	201911	-	-
200806	1.899	1.899	201204	437	0	201602	114	114	201912	-	-
200807	1.899	1.899	201205	410	0	201603	114	114	202001	-	-
200808	1.899	1.899	201206	409	0	201604	114	114	202002	-	-
200809	1.899	1.899	201207	408	0	201605	114	114	202003	-	-
200810	1.899	1.899	201208	407	0	201606	114	19	202004	-	-
Total							153.441	53.246			

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-
mente associada à KPMG Network, uma rede mundial de firmas de contabilidade independente e afiliadas (KPMG Network),
uma entidade suja. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 24853)

Tabela 10 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 3

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firmamembro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPD5 34853

Tabela 11 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 4

Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)
2005/07	176	176	2009/05	1.384	134	2013/03	332	13
2005/08	287	287	2009/06	1.384	128	2013/04	332	13
2005/09	978	978	2009/07	1.384	126	2013/05	332	13
2005/10	1.173	1.173	2009/08	1.378	98	2013/06	332	13
2005/11	1.384	1.384	2009/09	1.378	98	2013/07	332	13
2005/12	1.384	1.327	2009/10	1.375	97	2013/08	328	13
2006/01	1.384	1.113	2009/11	1.347	95	2013/09	328	13
2006/02	1.384	1.077	2009/12	1.342	94	2013/10	328	13
2006/03	1.384	1.019	2010/01	1.332	93	2013/11	327	12
2006/04	1.384	979	2010/02	1.331	93	2013/12	326	12
2006/05	1.384	962	2010/03	1.329	92	2014/01	326	12
2006/06	1.384	954	2010/04	1.328	91	2014/02	282	12
2006/07	1.384	944	2010/05	1.322	91	2014/03	282	12
2006/08	1.384	937	2010/06	1.320	91	2014/04	282	12
2006/09	1.384	933	2010/07	1.286	85	2014/05	282	12
2006/10	1.384	928	2010/08	1.237	51	2014/06	282	12
2006/11	1.384	920	2010/09	662	36	2014/07	282	12
2006/12	1.384	913	2010/10	515	14	2014/08	282	12
2007/01	1.384	910	2010/11	332	13	2014/09	282	12
2007/02	1.384	896	2010/12	332	13	2014/10	281	12
2007/03	1.384	883	2011/01	332	13	2014/11	281	12
2007/04	1.384	880	2011/02	332	13	2014/12	281	12
2007/05	1.384	876	2011/03	332	13	2015/01	281	12
2007/06	1.384	861	2011/04	332	13	2015/02	281	12
2007/07	1.384	847	2011/05	332	13	2015/03	281	12
2007/08	1.384	836	2011/06	332	13	2015/04	281	12
2007/09	1.384	832	2011/07	332	13	2015/05	281	12
2007/10	1.384	796	2011/08	332	13	2015/06	281	12
2007/11	1.384	792	2011/09	332	13	2015/07	203	-
2007/12	1.384	789	2011/10	332	13	2015/08	132	-
2008/01	1.384	786	2011/11	332	13	2015/09	68	-
2008/02	1.384	712	2011/12	332	13	2015/10	39	-
2008/03	1.384	676	2012/01	332	13	2015/11	37	-
2008/04	1.384	474	2012/02	332	13	2015/12	37	-
2008/05	1.384	188	2012/03	332	13	2016/01	37	-
2008/06	1.384	159	2012/04	332	13	2016/02	37	-
2008/07	1.384	149	2012/05	332	13	2016/03	37	-
2008/08	1.384	140	2012/06	332	13	2016/04	37	-
2008/09	1.384	140	2012/07	332	13	2016/05	37	-
2008/10	1.384	140	2012/08	332	13	2016/06	37	-
2008/11	1.384	140	2012/09	332	13	2016/07	37	-
2008/12	1.384	140	2012/10	332	13	2016/08	37	-
2009/01	1.384	139	2012/11	332	13	2016/09	37	-
2009/02	1.384	136	2012/12	332	13	2016/10	37	-
2009/03	1.384	135	2013/01	332	13	2016/11	37	-
2009/04	1.384	134	2013/02	332	13	2016/12	37	-
Total						Total	136.928	33.883

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-
mente associada ao KPMG Network, uma rede mundial de firmas de auditoria e consultoria independente (KPMG International),
uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 12 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 5

Período	Previsto - \sum do		Previsto - \sum do		Previsto - \sum do		Previsto - \sum do		Previsto - \sum do	
	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)
200510	150	1.572	150	1.572	200908	150	1.572	201306	446	61
200511	346	1.572	346	1.572	200909	71	1.572	201307	446	61
200512	725	1.572	725	1.572	200910	71	1.572	201308	446	61
200601	1.165	1.572	1.164	1.572	200911	70	1.572	201309	446	61
200602	1.572	1.572	1.568	1.567	200912	70	1.567	201310	446	61
200603	1.572	1.572	1.565	1.559	201001	69	1.559	201311	446	61
200604	1.572	1.572	1.533	1.558	201002	64	1.558	201312	446	61
200605	1.572	1.572	1.367	1.541	201003	64	1.541	201401	446	61
200606	1.572	1.572	1.239	1.528	201004	62	1.528	201402	446	61
200607	1.572	1.572	1.075	1.527	201005	61	1.527	201403	446	61
200608	1.572	1.572	1.058	1.525	201006	60	1.525	201404	446	61
200609	1.572	1.572	1.041	1.521	201007	58	1.521	201405	446	61
200610	1.572	1.572	1.002	1.520	201008	13	1.520	201406	446	61
200611	1.572	1.572	992	1.518	201009	12	1.518	201407	446	61
200612	1.572	1.572	975	1.494	201010	10	1.494	201408	446	61
200701	1.572	1.572	826	1.461	201011	7	1.461	201409	446	61
200702	1.572	1.572	815	1.175	201012	2	1.175	201410	446	61
200703	1.572	1.572	804	824	201101	1	824	201411	446	61
200704	1.572	1.572	802	446	201102	446	446	201412	446	61
200705	1.572	1.572	796	446	201103	446	446	201501	446	61
200706	1.572	1.572	787	446	201104	446	446	201502	446	61
200707	1.572	1.572	753	446	201105	446	446	201503	446	61
200708	1.572	1.572	749	446	201106	446	446	201504	446	61
200709	1.572	1.572	745	446	201107	446	446	201505	446	61
200710	1.572	1.572	713	446	201108	446	446	201506	446	61
200711	1.572	1.572	702	446	201109	446	446	201507	446	61
200712	1.572	1.572	700	446	201110	446	446	201508	446	61
200801	1.572	1.572	632	446	201111	446	446	201509	446	61
200802	1.572	1.572	595	446	201112	446	446	201510	340	61
200803	1.572	1.572	578	446	201201	446	446	201511	189	61
200804	1.572	1.572	464	446	201202	446	446	201512	116	61
200805	1.572	1.572	265	446	201203	446	446	201601	68	61
200806	1.572	1.572	124	446	201204	446	446	201602	61	61
200807	1.572	1.572	100	446	201205	446	446	201603	61	61
200808	1.572	1.572	99	446	201206	446	446	201604	61	61
200809	1.572	1.572	99	446	201207	446	446	201605	61	61
200810	1.572	1.572	99	446	201208	446	446	201606	61	61
200811	1.572	1.572	99	446	201209	446	446	201607	61	61
200812	1.572	1.572	98	446	201210	446	446	201608	61	61
200901	1.572	1.572	79	446	201211	446	446	201609	61	61
200902	1.572	1.572	78	446	201212	446	446	201610	61	61
200903	1.572	1.572	78	446	201301	446	446	201611	61	61
200904	1.572	1.572	72	446	201302	446	446	201612	61	61
200905	1.572	1.572	71	446	201303	446	446	201701	61	61
200906	1.572	1.572	71	446	201304	446	446	201702	61	61
200907	1.572	1.572	71	446	201305	446	446	201703	61	61
Total									124.294	29.598

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro do KPMG Network e da rede internacional de firmas-membro independentes e afiliadas da Rede Global de uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 13 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 6

Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)
200601	112	1034	201309	90	15	201707	-	-
200602	191	1034	201310	90	15	201708	-	-
200603	468	1034	201311	90	15	201709	-	-
200604	719	1033	201312	90	15	201710	-	-
200605	1.034	1.023	201401	90	15	201711	-	-
200606	1.023	1.022	201402	90	15	201712	-	-
200607	1.011	1.020	201403	90	15	201801	-	-
200608	932	1.016	201404	90	15	201802	-	-
200609	861	1.012	201405	90	15	201803	-	-
200610	790	1.011	201406	53	15	201804	-	-
200611	761	1.010	201407	52	15	201805	-	-
200612	732	1.009	201408	52	15	201806	-	-
200701	728	1.008	201409	52	15	201807	-	-
200702	719	1.005	201410	52	15	201808	-	-
200703	706	946	201411	52	15	201809	-	-
200704	653	840	201412	52	15	201810	-	-
200705	651	651	201501	52	15	201811	-	-
200706	644	388	201502	52	15	201812	-	-
200707	644	95	201503	52	15	201901	-	-
200708	636	95	201504	52	15	201902	-	-
200709	622	95	201505	52	15	201903	-	-
200710	602	95	201506	51	15	201904	-	-
200711	586	95	201507	51	15	201905	-	-
200712	580	95	201508	51	15	201906	-	-
200801	572	95	201509	51	15	201907	-	-
200802	564	95	201510	51	15	201908	-	-
200803	402	95	201511	51	15	201909	-	-
200804	308	95	201512	51	15	201910	-	-
200805	209	95	201601	44	15	201911	-	-
200806	161	95	201602	39	15	201912	-	-
200807	154	95	201603	17	15	202001	-	-
200808	154	95	201604	15	15	202002	-	-
200809	153	95	201605	15	15	202003	-	-
200810	153	95	201606	15	15	202004	-	-
200811	153	95	201607	15	15	202005	-	-
200812	153	95	201608	15	15	202006	-	-
200901	153	95	201609	15	15	202007	-	-
200902	140	91	201610	15	15	202008	-	-
200903	139	91	201611	15	15	202009	-	-
200904	139	90	201612	15	15	202010	-	-
200905	137	90	201701	15	15	202011	-	-
200906	135	90	201702	15	15	202012	-	-
200907	135	90	201703	15	15	202101	-	-
200908	135	90	201704	15	15	202102	-	-
200909	135	90	201705	15	8	202103	-	-
200910	135	90	201706	15	8	202104	-	-
Total							45.567	20.921

Tabela 14 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 7

Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - RS(000)	Previsto Projeto- \sum do valor das parcelas - RS(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - RS(000)	Previsto Projeto- \sum do valor das parcelas - RS(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - RS(000)	Previsto Projeto- \sum do valor das parcelas - RS(000)
200604	95	201002	201312	1.275	2	201710	190	-
200605	517	201003	201401	1.275	2	201711	190	-
200606	1.676	201004	201402	1.275	2	201712	190	-
200607	1.915	201005	201403	1.275	2	201801	190	-
200608	2.199	201006	201404	1.275	2	201802	190	-
200609	2.199	201007	201405	1.275	2	201803	190	-
200610	2.199	201008	201406	1.275	2	201804	190	-
200611	2.199	201009	201407	1.275	2	201805	190	-
200612	2.199	201010	201408	1.275	2	201806	190	-
200701	2.199	201011	201409	1.275	2	201807	190	-
200702	2.199	201012	201410	1.275	2	201808	190	-
200703	2.199	201101	201411	1.275	2	201809	190	-
200704	2.199	201102	201412	1.275	2	201810	190	-
200705	2.199	201103	201501	1.275	2	201811	190	-
200706	2.199	201104	201502	1.275	2	201812	190	-
200707	2.199	201105	201503	1.275	2	201901	190	-
200708	2.199	201106	201504	1.272	2	201902	190	-
200709	2.199	201107	201505	1.272	2	201903	190	-
200710	2.199	201108	201506	1.272	2	201904	190	-
200711	2.199	201109	201507	1.272	2	201905	190	-
200712	2.199	201110	201508	1.272	2	201906	190	-
200801	2.199	201111	201509	1.272	2	201907	190	-
200802	2.199	201112	201510	1.272	2	201908	190	-
200803	2.199	201201	201511	1.272	2	201909	190	-
200804	2.199	201202	201512	1.272	2	201910	190	-
200805	2.199	201203	201601	1.272	2	201911	190	-
200806	2.199	201204	201602	1.272	2	201912	190	-
200807	2.199	201205	201603	1.272	2	202001	190	-
200808	2.199	201206	201604	1.269	2	202002	190	-
200809	2.199	201207	201605	870	2	202003	190	-
200810	2.199	201208	201606	206	2	202004	190	-
200811	2.199	201209	201607	193	-	202005	190	-
200812	2.199	201210	201608	193	-	202006	190	-
200901	2.199	201211	201609	193	-	202007	190	-
200902	2.199	201212	201610	193	-	202008	190	-
200903	2.199	201301	201611	193	-	202009	190	-
200904	2.199	201302	201612	193	-	202010	190	-
200905	2.199	201303	201701	193	-	202011	190	-
200906	2.199	201304	201702	193	-	202012	190	-
200907	2.199	201305	201703	193	-	202101	190	-
200908	2.199	201306	201704	193	-	202102	190	-
200909	2.199	201307	201705	190	-	202103	190	-
200910	2.199	201308	201706	190	-	202104	190	-
200911	2.199	201309	201707	190	-	202105	190	-
200912	2.199	201310	201708	190	-	202106	124	-
201001	2.199	201311	201709	190	-	202107	79	-
Total							105.117	33.379

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-
mente associada à KPMG Network, uma rede mundial de firmas de contabilidade independente e afiliadas, todas as quais operam
sob o nome fantasia KPMG. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 15 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 8

Período	Previsto - ∑ do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projeto- ∑ do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - ∑ do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projeto- ∑ do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - ∑ do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projeto- ∑ do valor das parcelas - R\$(000)	
200607	605	605	201005	2.587	42	201403	1.565	201801	42
200608	941	941	201006	2.587	34	201404	1.565	201802	42
200609	2.126	2.126	201007	2.587	33	201405	1.565	201803	42
200610	2.377	2.377	201008	2.581	24	201406	1.565	201804	42
200611	2.587	2.229	201009	2.578	21	201407	1.565	201805	42
200612	2.587	2.229	201010	2.574	18	201408	1.565	201806	42
200701	2.587	2.199	201011	2.562	12	201409	1.565	201807	42
200702	2.587	2.132	201012	2.559	12	201410	1.565	201808	42
200703	2.587	2.066	201013	2.557	12	201411	1.565	201809	42
200704	2.587	1.986	201014	2.555	12	201412	1.565	201810	42
200705	2.587	1.958	201015	2.553	12	201501	1.565	201811	42
200706	2.587	1.910	201016	2.548	12	201502	1.565	201812	42
200707	2.587	1.891	201017	2.547	12	201503	1.564	201901	42
200708	2.587	1.889	201018	2.546	12	201504	1.564	201902	42
200709	2.587	1.884	201019	2.419	12	201505	1.564	201903	42
200710	2.587	1.880	201020	2.365	12	201506	1.564	201904	42
200711	2.587	1.859	201021	2.097	8	201507	1.564	201905	42
200712	2.587	1.858	201022	1.784	5	201508	1.564	201906	42
200801	2.587	1.850	201023	1.593	-	201509	1.564	201907	42
200802	2.587	1.768	201024	1.593	-	201510	1.564	201908	42
200803	2.587	1.559	201025	1.593	-	201511	1.564	201909	42
200804	2.587	635	201026	1.593	-	201512	1.386	201910	42
200805	2.587	505	201027	1.593	-	201601	1.386	201911	42
200806	2.587	111	201028	1.593	-	201602	1.386	201912	42
200807	2.587	54	201029	1.593	-	201603	1.386	202001	42
200808	2.587	54	201030	1.593	-	201604	1.386	202002	42
200809	2.587	54	201031	1.593	-	201605	1.386	202003	42
200810	2.587	54	201032	1.593	-	201606	1.386	202004	42
200811	2.587	53	201033	1.593	-	201607	866	202005	42
200812	2.587	53	201034	1.593	-	201608	801	202006	42
200901	2.587	51	201035	1.593	-	201609	54	202007	42
200902	2.587	51	201036	1.593	-	201610	46	202008	42
200903	2.587	50	201037	1.593	-	201611	42	202009	42
200904	2.587	50	201038	1.593	-	201612	42	202010	42
200905	2.587	50	201039	1.567	-	201701	42	202011	32
200906	2.587	45	201040	1.565	-	201702	42	202012	32
200907	2.587	45	201041	1.565	-	201703	42	202101	32
200908	2.587	44	201042	1.565	-	201704	42	202102	32
200909	2.587	44	201043	1.565	-	201705	42	202103	32
200910	2.587	44	201044	1.565	-	201706	42	202104	32
200911	2.587	44	201045	1.565	-	201707	42	202105	32
200912	2.587	44	201046	1.565	-	201708	42	202106	32
201001	2.587	44	201047	1.565	-	201709	42	202107	32
201002	2.587	43	201048	1.565	-	201710	42	202108	32
201003	2.587	43	201049	1.565	-	201711	42	202109	9
201004	2.587	43	201050	1.565	-	201712	42	202110	5
Total				116.462	41.447				

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-
mente associada ao KPMG Network, uma rede mundial de firmas de auditoria independente e de consultoria (KPMG Network),
uma entidade suja. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 24853)

Tabela 16 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 9

Período	Previsto - Σ do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- Σ do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - Σ do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- Σ do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - Σ do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- Σ do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - Σ do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- Σ do valor das parcelas - R\$(000)
200610	253	253	201008	3.085	225	201406	2.072	21	201804	107	-
200611	1.478	1.478	201009	3.085	218	201407	2.072	21	201805	107	-
200612	2.459	2.459	201010	3.085	119	201408	2.072	21	201806	107	-
200701	2.884	2.884	201011	3.084	117	201409	2.072	21	201807	107	-
200702	3.085	3.078	201012	3.084	40	201410	2.072	21	201808	107	-
200703	3.085	3.076	201101	3.070	30	201411	2.072	21	201809	107	-
200704	3.085	3.053	201102	3.056	30	201412	2.072	21	201810	107	-
200705	3.085	3.010	201103	3.050	30	201501	2.072	21	201811	107	-
200706	3.085	2.962	201104	3.042	30	201502	2.072	21	201812	107	-
200707	3.085	2.952	201105	3.041	30	201503	2.052	21	201901	107	-
200708	3.085	2.929	201106	3.040	29	201504	2.052	21	201902	107	-
200709	3.085	2.922	201107	3.040	29	201505	2.052	21	201903	107	-
200710	3.085	2.914	201108	3.038	29	201506	2.052	21	201904	107	-
200711	3.085	2.897	201109	3.037	29	201507	2.052	21	201905	107	-
200712	3.085	2.893	201110	3.031	29	201508	2.052	21	201906	106	-
200801	3.085	2.702	201111	2.975	28	201509	2.052	21	201907	106	-
200802	3.085	2.607	201112	2.668	25	201510	2.052	21	201908	106	-
200803	3.085	2.185	201201	2.224	24	201511	2.052	21	201909	106	-
200804	3.085	1.817	201202	2.077	24	201512	2.052	21	201910	106	-
200805	3.085	1.460	201203	2.077	21	201601	2.052	21	201911	106	-
200806	3.085	618	201204	2.077	21	201602	2.052	21	201912	106	-
200807	3.085	560	201205	2.077	21	201603	2.052	21	202001	106	-
200808	3.085	548	201206	2.077	21	201604	2.052	21	202002	106	-
200809	3.085	548	201207	2.077	21	201605	2.052	21	202003	106	-
200810	3.085	547	201208	2.077	21	201606	2.052	21	202004	106	-
200811	3.085	547	201209	2.077	21	201607	2.052	21	202005	106	-
200812	3.085	513	201210	2.077	21	201608	2.052	21	202006	106	-
200901	3.085	512	201211	2.077	21	201609	2.052	21	202007	106	-
200902	3.085	509	201212	2.077	21	201610	1.884	21	202008	106	-
200903	3.085	508	201301	2.077	21	201611	1.514	21	202009	106	-
200904	3.085	508	201302	2.077	21	201612	112	-	202010	106	-
200905	3.085	508	201303	2.077	21	201701	112	-	202011	106	-
200906	3.085	244	201304	2.077	21	201702	107	-	202012	106	-
200907	3.085	244	201305	2.077	21	201703	107	-	202101	106	-
200908	3.085	243	201306	2.074	21	201704	107	-	202102	106	-
200909	3.085	243	201307	2.074	21	201705	107	-	202103	106	-
200910	3.085	243	201308	2.074	21	201706	107	-	202104	106	-
200911	3.085	243	201309	2.072	21	201707	107	-	202105	106	-
200912	3.085	243	201310	2.072	21	201708	107	-	202106	106	-
201001	3.085	243	201311	2.072	21	201709	107	-	202107	106	-
201002	3.085	243	201312	2.072	21	201710	107	-	202108	106	-
201003	3.085	243	201401	2.072	21	201711	107	-	202109	106	-
201004	3.085	243	201402	2.072	21	201712	107	-	202110	106	-
201005	3.085	241	201403	2.072	21	201801	107	-	202111	106	-
201006	3.085	239	201404	2.072	21	201802	107	-	202112	102	-
201007	3.085	236	201405	2.072	21	201803	107	-	202201	41	-
										Total	141.483
											60.367

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-
mente associada a KPMG Network, uma rede mundial de firmas de auditoria independente e de consultoria financeira,
uma entidade suja. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 17 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 10

Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)	
200701	513	513	201011	1.132	78	201409	704	201807	41
200702	613	613	201012	1.132	14	201410	704	201808	41
200703	880	880	201101	1.132	11	201411	704	201809	41
200704	965	965	201102	1.132	11	201412	704	201810	41
200705	1.132	1.132	201103	1.131	11	201501	704	201811	41
200706	1.132	1.075	201104	1.127	11	201502	704	201812	41
200707	1.132	1.025	201105	1.115	10	201503	704	201901	41
200708	1.132	1.006	201106	1.111	10	201504	704	201902	41
200709	1.132	948	201107	1.110	10	201505	704	201903	41
200710	1.132	919	201108	1.109	10	201506	704	201904	41
200711	1.132	904	201109	1.109	10	201507	682	201905	41
200712	1.132	894	201110	1.108	10	201508	682	201906	41
200801	1.132	885	201111	1.107	10	201509	682	201907	41
200802	1.132	869	201112	1.107	10	201510	682	201908	41
200803	1.132	863	201201	1.105	10	201511	682	201909	41
200804	1.132	837	201202	1.038	7	201512	682	201910	41
200805	1.132	801	201203	935	3	201601	682	201911	41
200806	1.132	766	201204	860	2	201602	682	201912	41
200807	1.132	706	201205	706	-	201603	682	202001	41
200808	1.132	154	201206	706	-	201604	682	202002	41
200809	1.132	143	201207	706	-	201605	682	202003	41
200810	1.132	143	201208	706	-	201606	682	202004	41
200811	1.132	141	201209	706	-	201607	682	202005	41
200812	1.132	140	201210	706	-	201608	682	202006	41
200901	1.132	139	201211	706	-	201609	682	202007	41
200902	1.132	139	201212	706	-	201610	682	202008	41
200903	1.132	116	201301	706	-	201611	682	202009	41
200904	1.132	116	201302	706	-	201612	682	202010	41
200905	1.132	116	201303	706	-	201701	226	202011	41
200906	1.132	116	201304	706	-	201702	162	202012	41
200907	1.132	116	201305	706	-	201703	54	202013	41
200908	1.132	115	201306	706	-	201704	41	202014	41
200909	1.132	115	201307	706	-	201705	41	202015	41
200910	1.132	115	201308	706	-	201706	41	202016	41
200911	1.132	115	201309	706	-	201707	41	202017	41
200912	1.132	107	201310	706	-	201708	41	202018	41
201001	1.132	107	201311	706	-	201709	41	202019	41
201002	1.132	107	201312	706	-	201710	41	202020	41
201003	1.132	107	201401	706	-	201711	41	202021	41
201004	1.132	107	201402	706	-	201712	41	202022	41
201005	1.132	106	201403	706	-	201801	41	202023	20
201006	1.132	104	201404	706	-	201802	41	202024	9
201007	1.132	104	201405	706	-	201803	41		
201008	1.132	96	201406	706	-	201804	41		
201009	1.132	84	201407	706	-	201805	41		
201010	1.132	80	201408	706	-	201806	41		
Total							52.342	17.179	

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-
mente associada a KPMG Network, uma rede mundial de firmas de contabilidade independente e afiliadas, todas as quais são
entidades supe. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 18 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 11

Período	Previsto - \sum do		Previsto Projetado - \sum do		Previsto - \sum do		Previsto Projetado - \sum do	
	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)
200704	85	85	201102	1.960	27	201412	651	82
200705	382	382	201103	1.960	27	201501	647	82
200706	1.472	1.472	201104	1.960	27	201502	647	82
200707	1.647	1.647	201105	1.957	27	201503	647	82
200708	1.960	1.957	201106	1.953	27	201504	647	82
200709	1.960	1.957	201107	1.949	27	201505	647	82
200710	1.960	1.946	201108	1.934	26	201506	647	82
200711	1.960	1.649	201109	1.911	24	201507	647	82
200712	1.960	1.581	201110	1.906	23	201508	647	82
200801	1.960	1.557	201111	1.906	23	201509	639	82
200802	1.960	1.490	201112	1.905	23	201510	639	82
200803	1.960	822	201201	1.904	23	201511	639	82
200804	1.960	554	201202	1.903	23	201512	639	82
200805	1.960	414	201203	1.902	23	201601	639	82
200806	1.960	248	201204	1.893	23	201602	639	82
200807	1.960	202	201205	1.856	22	201603	639	82
200808	1.960	190	201206	1.115	20	201604	639	82
200809	1.960	183	201207	888	4	201605	639	82
200810	1.960	182	201208	655	-	201606	639	82
200811	1.960	181	201209	655	-	201607	639	82
200812	1.960	180	201210	655	-	201608	639	82
200901	1.960	94	201211	655	-	201609	639	82
200902	1.960	92	201212	655	-	201610	639	82
200903	1.960	90	201301	655	-	201611	639	82
200904	1.960	90	201302	655	-	201612	639	82
200905	1.960	89	201303	655	-	201701	639	82
200906	1.960	89	201304	655	-	201702	639	82
200907	1.960	89	201305	655	-	201703	639	82
200908	1.960	79	201306	655	-	201704	559	82
200909	1.960	78	201307	655	-	201705	434	82
200910	1.960	77	201308	655	-	201706	99	82
200911	1.960	75	201309	655	-	201707	89	82
200912	1.960	75	201310	655	-	201708	82	82
201001	1.960	75	201311	655	-	201709	82	82
201002	1.960	75	201312	655	-	201710	82	82
201003	1.960	72	201401	655	-	201711	82	82
201004	1.960	70	201402	655	-	201712	82	82
201005	1.960	69	201403	655	-	201801	82	82
201006	1.960	69	201404	655	-	201802	82	82
201007	1.960	68	201405	651	-	201803	82	82
201008	1.960	50	201406	651	-	201804	82	82
201009	1.960	46	201407	651	-	201805	82	82
201010	1.960	33	201408	651	-	201806	82	82
201011	1.960	31	201409	651	-	201807	82	82
201012	1.960	27	201410	651	-	201808	82	52
201101	1.960	27	201411	651	-	201809	82	32
Total								89.585
								20.614

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria, consultoria e serviços financeiros KPMG Network, uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 19 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 12

Período	Prestado - ∑ do valor das parcelas - R\$(000)	Prestado - ∑ do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Prestado - ∑ do valor das parcelas - R\$(000)	Prestado - ∑ do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Prestado - ∑ do valor das parcelas - R\$(000)	Prestado - ∑ do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Prestado - ∑ do valor das parcelas - R\$(000)	Prestado - ∑ do valor das parcelas - R\$(000)
200707	88	1.443	201105	88	1.443	201503	469	16	201901	469	16
200708	648	1.443	201106	648	1.443	201504	469	16	201902	469	16
200709	991	1.443	201107	991	1.443	201505	466	16	201903	466	16
200710	1.204	1.441	201108	1.204	1.441	201506	466	16	201904	466	16
200711	1.443	1.432	201109	1.443	1.432	201507	466	16	201905	466	16
200712	1.443	1.411	201110	1.443	1.428	201508	466	16	201906	466	16
200801	1.443	1.408	201111	1.443	1.408	201509	466	16	201907	466	16
200802	1.443	1.277	201112	1.277	1.403	201510	466	16	201908	466	16
200803	1.443	1.125	201201	1.125	1.397	201511	466	16	201909	466	16
200804	1.443	907	201202	907	1.394	201512	466	16	201910	466	16
200805	1.443	663	201203	663	1.390	201601	465	16	201911	465	16
200806	1.443	491	201204	491	1.387	201602	465	16	201912	465	16
200807	1.443	468	201205	468	1.385	201603	465	16	202001	465	16
200808	1.443	439	201206	439	1.382	201604	465	16	202002	465	16
200809	1.443	437	201207	437	1.371	201605	465	16	202003	465	16
200810	1.443	315	201208	315	1.158	201606	465	16	202004	465	16
200811	1.443	314	201209	314	837	201607	465	11	202005	465	11
200812	1.443	311	201210	311	636	201608	465	11	202006	465	11
200901	1.443	308	201211	308	471	201609	465	11	202007	465	11
200902	1.443	255	201212	255	471	201610	465	11	202008	465	11
200903	1.443	252	201301	252	471	201611	464	11	202009	464	11
200904	1.443	251	201302	251	471	201612	464	11	202010	464	11
200905	1.443	251	201303	251	471	201701	464	11	202011	464	11
200906	1.443	250	201304	250	471	201702	464	11	202012	464	11
200907	1.443	249	201305	249	471	201703	464	11	202101	464	11
200908	1.443	249	201306	249	471	201704	464	11	202102	464	11
200909	1.443	248	201307	248	471	201705	464	11	202103	464	11
200910	1.443	245	201308	245	471	201706	464	11	202104	464	11
200911	1.443	196	201309	196	471	201707	420	11	202105	420	11
200912	1.443	195	201310	195	470	201708	174	11	202106	174	11
201001	1.443	194	201311	194	470	201709	79	11	202107	79	11
201002	1.443	190	201312	190	470	201710	38	11	202108	38	11
201003	1.443	190	201401	190	470	201711	16	11	202109	16	11
201004	1.443	187	201402	187	470	201712	16	11	202110	16	11
201005	1.443	185	201403	185	470	201801	16	11	202111	16	11
201006	1.443	169	201404	169	470	201802	16	11	202112	16	11
201007	1.443	165	201405	165	470	201803	16	2	202201	16	2
201008	1.443	131	201406	131	470	201804	16	2	202202	16	2
201009	1.443	119	201407	119	470	201805	16	2	202203	16	2
201010	1.443	108	201408	108	470	201806	16	2	202204	16	2
201011	1.443	46	201409	46	470	201807	16	2	202205	16	2
201012	1.443	45	201410	45	470	201808	16	2	202206	16	2
201013	1.443	44	201411	44	470	201809	16	2	202207	16	2
201014	1.443	40	201412	40	469	201810	16	1	202208	16	1
			201501		469	201811	16	1	202209	16	1
			201502	40	469	201812	16	1	202210	16	1
Total								64.038	Total		18.720

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-
mente associada a KPMG Network, uma rede mundial de firmas de contabilidade independente e afiliadas, todas as quais operam
sob o nome fantasia KPMG. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 20 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 13

Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)
200710	470	1.512	201108	76	436	201904	94	-
200711	788	1.512	201109	76	436	201905	94	-
200712	1.261	1.512	201110	76	436	201906	94	-
200801	1.408	1.508	201111	75	436	201907	94	-
200802	1.512	1.507	201112	75	436	201908	94	-
200803	1.512	1.501	201201	74	436	201909	94	-
200804	1.512	1.497	201202	74	436	201910	94	-
200805	1.512	1.493	201203	74	436	201911	94	-
200806	323	1.490	201204	74	436	201912	94	-
200807	275	1.468	201205	74	436	202001	94	-
200808	271	1.463	201206	73	436	202002	94	-
200809	260	1.479	201207	73	436	202003	94	-
200810	258	1.478	201208	73	436	202004	94	-
200811	258	1.477	201209	73	436	202005	94	-
200812	255	1.402	201210	71	436	202006	94	-
200901	249	1.280	201211	68	436	202007	94	-
200902	241	750	201212	6	436	202008	94	-
200903	217	526	201301	1	436	202009	94	-
200904	217	436	201302	0	436	202010	94	-
200905	214	436	201303	0	436	202011	94	-
200906	214	436	201304	0	436	202012	94	-
200907	210	436	201305	0	436	202101	94	-
200908	210	436	201306	0	436	202102	94	-
200909	208	436	201307	0	436	202103	94	-
200910	207	436	201308	0	436	202104	94	-
200911	202	436	201309	0	436	202105	94	-
200912	202	436	201310	0	436	202106	94	-
201001	202	436	201311	0	436	202107	94	-
201002	200	436	201312	0	177	202108	94	-
201003	199	436	201401	0	173	202109	94	-
201004	196	436	201402	0	94	202110	94	-
201005	194	436	201403	0	94	202111	94	-
201006	193	436	201404	0	94	202112	94	-
201007	191	436	201405	0	94	202201	94	-
201008	170	436	201406	0	94	202202	94	-
201009	114	436	201407	0	94	202203	94	-
201010	93	436	201408	0	94	202204	94	-
201011	81	436	201409	0	94	202205	94	-
201012	81	436	201410	0	94	202206	94	-
201013	81	436	201411	0	94	202207	94	-
201014	80	436	201412	0	94	202208	94	-
201015	77	436	201501	0	94	202209	94	-
201016	77	436	201502	0	94	202210	94	-
201017	77	436	201503	0	94	202211	94	-
201018	77	436	201504	0	94	202212	2	-
201019	76	436	201505	0	94	202301	2	-
Total				71.571	14.709			

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-
mente integrante do escritório de contabilidade KPMG Rede Nacional de Contabilidade (KPMG Rede Nacional),
uma entidade suja. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 21 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 14

Período	Previsto - ∑ do		Previsto - ∑ do		Previsto - ∑ do		Previsto - ∑ do		Previsto - ∑ do		Previsto - ∑ do		
	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)	
200801	756	756	26.615	26.615	4.236	4.236	201509	24.739	24.739	3.399	3.399	710	383
200802	4.780	4.780	26.615	26.615	4.230	4.230	201510	24.730	24.730	3.396	3.396	710	383
200803	26.433	26.433	26.615	26.615	4.216	4.216	201511	24.723	24.723	3.394	3.394	710	383
200804	26.525	26.525	26.606	26.606	3.756	3.756	201512	24.721	24.721	3.393	3.393	710	383
200805	26.615	26.597	26.600	26.600	3.753	3.753	201601	24.715	24.715	3.393	3.393	709	383
200806	26.615	26.582	26.542	26.542	3.741	3.741	201602	24.704	24.704	3.389	3.389	709	383
200807	26.615	26.075	26.473	26.473	3.733	3.733	201603	24.686	24.686	3.386	3.386	709	383
200808	26.615	25.726	26.439	26.439	3.713	3.713	201604	24.680	24.680	3.386	3.386	709	383
200809	26.615	25.225	26.426	26.426	3.710	3.710	201605	24.674	24.674	3.386	3.386	709	383
200810	26.615	24.856	26.413	26.413	3.709	3.709	201606	24.511	24.511	3.383	3.383	709	383
200811	26.615	24.516	26.395	26.395	3.706	3.706	201607	24.365	24.365	3.380	3.380	709	383
200812	26.615	24.173	26.372	26.372	3.701	3.701	201608	24.355	24.355	3.378	3.378	709	383
200901	26.615	23.715	26.352	26.352	3.698	3.698	201609	24.350	24.350	3.377	3.377	709	383
200902	26.615	23.413	26.334	26.334	3.688	3.688	201610	24.347	24.347	3.377	3.377	709	383
200903	26.615	22.955	26.215	26.215	3.688	3.688	201611	24.341	24.341	3.376	3.376	707	383
200904	26.615	22.653	26.071	26.071	3.650	3.650	201612	24.332	24.332	3.370	3.370	707	383
200905	26.615	22.397	25.373	25.373	3.578	3.578	201701	24.324	24.324	3.364	3.364	707	383
200906	26.615	22.305	25.268	25.268	3.551	3.551	201702	24.303	24.303	3.363	3.363	707	383
200907	26.615	22.216	25.202	25.202	3.540	3.540	201703	24.299	24.299	3.362	3.362	707	383
200908	26.615	22.040	25.182	25.182	3.539	3.539	201704	24.267	24.267	3.354	3.354	707	383
200909	26.615	21.954	25.175	25.175	3.537	3.537	201705	24.240	24.240	3.353	3.353	707	383
200910	26.615	21.553	25.157	25.157	3.534	3.534	201706	24.235	24.235	3.351	3.351	707	383
200911	26.615	21.422	25.153	25.153	3.533	3.533	201707	24.230	24.230	3.350	3.350	707	383
200912	26.615	20.888	25.146	25.146	3.533	3.533	201708	24.223	24.223	3.348	3.348	707	383
201001	26.615	20.772	25.134	25.134	3.531	3.531	201709	24.216	24.216	3.348	3.348	706	383
201002	26.615	20.633	25.123	25.123	3.526	3.526	201710	24.213	24.213	3.347	3.347	706	383
201003	26.615	20.578	25.100	25.100	3.517	3.517	201711	24.209	24.209	3.345	3.345	706	383
201004	26.615	20.525	25.044	25.044	3.472	3.472	201712	24.089	24.089	3.344	3.344	706	383
201005	26.615	20.201	24.973	24.973	3.470	3.470	201801	23.567	23.567	3.262	3.262	706	383
201006	26.615	19.346	24.965	24.965	3.468	3.468	201802	20.327	20.327	2.641	2.641	706	383
201007	26.615	17.780	24.959	24.959	3.467	3.467	201803	719	719	3.383	3.383	706	383
201008	26.615	15.225	24.947	24.947	3.465	3.465	201804	710	710	3.383	3.383	706	383
201009	26.615	13.827	24.939	24.939	3.463	3.463	201805	710	710	3.383	3.383	706	383
201010	26.615	5.857	24.933	24.933	3.461	3.461	201806	710	710	3.383	3.383	706	383
201011	26.615	4.544	24.922	24.922	3.459	3.459	201807	710	710	3.383	3.383	705	383
201012	26.615	4.531	24.902	24.902	3.455	3.455	201808	710	710	3.383	3.383	705	383
201011	26.615	4.494	24.880	24.880	3.451	3.451	201809	710	710	3.383	3.383	705	383
201012	26.615	4.489	24.864	24.864	3.450	3.450	201810	710	710	3.383	3.383	705	383
201013	26.615	4.479	24.859	24.859	3.449	3.449	201811	710	710	3.383	3.383	704	383
201014	26.615	4.453	24.853	24.853	3.449	3.449	201812	710	710	3.383	3.383	704	383
201015	26.615	4.419	24.832	24.832	3.448	3.448	201901	710	710	3.383	3.383	704	383
201016	26.615	4.397	24.819	24.819	3.445	3.445	201902	710	710	3.383	3.383	704	383
201017	26.615	4.361	24.812	24.812	3.441	3.441	201903	710	710	3.383	3.383	624	313
201018	26.615	4.284	24.806	24.806	3.440	3.440	201904	710	710	3.383	3.383	427	189
201019	26.615	4.258	24.801	24.801	3.437	3.437	201905	710	710	3.383	3.383		
201110	26.615	4.248	24.779	24.779	3.423	3.423	201906	710	710	3.383	3.383		
Total										1.207.090	774.000		

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria, consultoria e serviços financeiros KPMG Network ("KPMG Network"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 22 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 15

Período	Previsto - Σ do		Previsto - Σ do		Previsto - Σ do		Previsto - Σ do		Previsto - Σ do	
	valor das parcelas -	R\$(000)	valor das parcelas -	R\$(000)	valor das parcelas -	R\$(000)	valor das parcelas -	R\$(000)	valor das parcelas -	R\$(000)
200804	14	1.650	14	1.650	80	1.485	201306	9	1.250	-
200805	54	1.650	54	1.650	74	1.350	201307	-	1.250	-
200806	1.424	1.650	1.424	1.650	69	1.250	201308	-	1.250	-
200807	1.518	1.650	1.518	1.650	67	1.250	201309	-	1.250	-
200808	1.650	1.650	1.649	1.650	67	1.250	201310	-	1.250	-
200809	1.650	1.650	1.641	1.650	67	1.250	201311	-	1.250	-
200810	1.650	1.650	1.635	1.650	67	1.250	201312	-	1.250	-
200811	1.650	1.650	1.626	1.650	66	1.250	201401	-	1.250	-
200812	1.650	1.650	1.610	1.650	66	1.250	201402	-	1.250	-
200901	1.650	1.650	535	1.650	66	1.250	201403	-	1.250	-
200902	1.650	1.650	510	1.650	66	1.250	201404	-	1.250	-
200903	1.650	1.650	503	1.650	66	1.250	201405	-	1.250	-
200904	1.650	1.650	488	1.650	66	1.250	201406	-	1.250	-
200905	1.650	1.650	482	1.650	66	1.250	201407	-	1.250	-
200906	1.650	1.650	475	1.650	66	1.250	201408	-	1.250	-
200907	1.650	1.650	464	1.650	66	1.250	201409	-	1.250	-
200908	1.650	1.650	464	1.650	62	1.250	201410	-	1.250	-
200909	1.650	1.650	464	1.650	62	1.250	201411	-	1.250	-
200910	1.650	1.650	461	1.650	62	1.250	201412	-	1.250	-
200911	1.650	1.650	452	1.648	60	1.250	201501	-	1.250	-
200912	1.650	1.650	452	1.646	50	1.250	201502	-	1.250	-
201001	1.650	1.650	450	1.645	50	1.250	201503	-	1.250	-
201002	1.650	1.650	450	1.644	50	1.250	201504	-	1.250	-
201003	1.650	1.650	448	1.641	50	1.250	201505	-	1.250	-
201004	1.650	1.650	444	1.641	50	1.250	201506	-	1.250	-
201005	1.650	1.650	440	1.640	50	1.250	201507	-	1.250	-
201006	1.650	1.650	431	1.639	49	1.250	201508	-	1.250	-
201007	1.650	1.650	426	1.638	49	1.250	201509	-	1.250	-
201008	1.650	1.650	371	1.634	49	1.250	201510	-	1.241	-
201009	1.650	1.650	319	1.629	47	1.250	201511	-	1.250	-
201010	1.650	1.650	96	1.607	46	1.250	201512	-	1.250	-
Total									83.784	20.795

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-
 mentista do KPMG Network, uma rede mundial de firmas de auditoria independente afiliadas, integrantes do grupo internacional
 KPMG Network, todas as quais são membros associados da Associação Brasileira de Contadores (ABC), inscrita no CNPJ nº 06.908.119/0001-90, uma entidade sup. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 23 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 16

Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)
200807	74	74	201102	661	121	201309	409	76	201604	65	27
200808	113	113	201103	661	120	201310	248	38	201605	65	27
200809	313	313	201104	661	120	201311	66	28	201606	65	27
200810	470	470	201105	661	120	201312	66	28	201607	65	27
200811	661	660	201106	661	120	201401	66	28	201608	65	27
200812	661	659	201107	661	120	201402	66	28	201609	65	27
200901	661	646	201108	661	120	201403	66	28	201610	65	27
200902	661	626	201109	661	120	201404	66	28	201611	65	27
200903	661	484	201110	661	119	201405	66	28	201612	65	27
200904	661	473	201111	661	119	201406	66	28	201701	65	27
200905	661	461	201112	661	119	201407	66	28	201702	57	27
200906	661	449	201201	661	119	201408	66	28	201703	57	27
200907	661	438	201202	661	119	201409	66	28	201704	57	27
200908	661	408	201203	661	119	201410	66	28	201705	57	27
200909	661	385	201204	661	119	201411	66	28	201706	57	27
200910	661	383	201205	661	119	201412	66	28	201707	57	27
200911	661	380	201206	661	119	201501	66	28	201708	57	27
200912	661	371	201207	661	119	201502	66	28	201709	57	27
201001	661	369	201208	658	119	201503	66	28	201710	57	27
201002	661	366	201209	658	119	201504	66	28	201711	57	27
201003	661	366	201210	658	119	201505	66	28	201712	57	27
201004	661	365	201211	655	118	201506	66	28	201801	57	27
201005	661	364	201212	653	118	201507	65	27	201802	57	27
201006	661	360	201301	651	118	201508	65	27	201803	57	27
201007	661	355	201302	651	118	201509	65	27	201804	57	27
201008	661	303	201303	650	118	201510	65	27	201805	57	27
201009	661	240	201304	649	118	201511	65	27	201806	57	27
201010	661	178	201305	649	118	201512	65	27	201807	54	27
201011	661	136	201306	647	118	201601	65	27	201808	28	18
201012	661	121	201307	631	115	201602	65	27	201809	28	18
201101	661	121	201308	582	113	201603	65	27	Total	20.531	12.242

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-
mente associada a KPMG Network, uma rede mundial de firmas de auditoria independente e de consultoria, sob o nome "KPMG
uma entidade suja. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 24 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 17

Período	Previsto - Σ do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- Σ do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - Σ do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- Σ do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - Σ do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- Σ do valor das parcelas - R\$(000)
200810	159	1034	201105	159	1034	201312	676	7
200811	256	1034	201106	256	1034	201401	347	0
200812	568	1034	201107	568	1034	201402	186	
200901	870	1034	201108	870	1034	201403	186	
200902	1034	1034	201109	1033	1034	201404	186	
200903	1034	1034	201110	1031	1034	201405	186	
200904	1034	1034	201111	940	1034	201406	186	
200905	1034	1034	201112	862	1034	201407	186	
200906	1034	1034	201201	829	1034	201408	186	
200907	1034	1034	201202	732	1034	201409	186	
200908	1034	1034	201203	726	1034	201410	186	
200909	1034	1034	201204	723	1034	201411	186	
200910	1034	1034	201205	722	1034	201412	186	
200911	1034	1034	201206	721	1034	201501	186	
200912	1034	1034	201207	660	1034	201502	186	
201001	1034	1034	201208	643	1034	201503	186	
201002	1034	1034	201209	639	1034	201504	186	
201003	1034	1034	201210	637	1034	201505	186	
201004	1034	1034	201211	612	1034	201506	186	
201005	1034	1034	201212	596	1029	201507	186	
201006	1034	1034	201301	572	1026	201508	186	
201007	1034	1034	201302	554	1022	201509	186	
201008	1034	1034	201303	459	1017	201510	186	
201009	1034	1034	201304	361	1016	201511	186	
201010	1034	1034	201305	215	1014	201512	186	
201011	1034	1034	201306	191	1014	201601	186	
201012	1034	1034	201307	151	1013	201602	186	
201013	1034	1034	201308	105	1013	201603	186	
201014	1034	1034	201309	105	1011	201604	186	
201015	1034	1034	201310	105	995	201605	186	
201016	1034	1034	201311	105	883	201606	186	
						Total	33.458	16.882

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-
mente associada à KPMG Network, uma rede mundial de firmas de auditoria independente e de consultoria, sob o nome
uma entidade suja. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 3483)

Tabela 25 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 18

Período	Previsto - ∑ do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- ∑ do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - ∑ do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- ∑ do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - ∑ do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- ∑ do valor das parcelas - R\$(000)
200901	115	1.431	201108	115	1.431	201403	1.059	296
200902	333	1.431	201109	333	1.431	201404	534	296
200903	749	1.431	201110	749	1.431	201405	296	296
200904	1.180	1.431	201111	1.180	1.431	201406	296	296
200905	1.431	1.431	201112	1.429	1.431	201407	296	296
200906	1.431	1.401	201201	1.401	1.431	201408	296	296
200907	1.431	1.264	201202	1.264	1.431	201409	296	281
200908	1.431	1.172	201203	1.172	1.431	201410	296	280
200909	1.431	844	201204	844	1.431	201411	296	279
200910	1.431	825	201205	825	1.431	201412	296	279
200911	1.431	795	201206	795	1.431	201501	296	279
200912	1.431	772	201207	772	1.431	201502	296	279
201001	1.431	687	201208	687	1.431	201503	296	279
201002	1.431	685	201209	685	1.431	201504	296	279
201003	1.431	667	201210	667	1.431	201505	296	279
201004	1.431	659	201211	659	1.431	201506	296	279
201005	1.431	651	201212	651	1.431	201507	296	279
201006	1.431	593	201301	593	1.431	201508	296	279
201007	1.431	464	201302	464	1.429	201509	296	279
201008	1.431	387	201303	387	1.428	201510	296	279
201009	1.431	302	201304	302	1.403	201511	296	279
201010	1.431	145	201305	145	1.402	201512	296	279
201011	1.431	130	201306	130	1.399	201601	296	279
201012	1.431	115	201307	115	1.397	201602	296	279
201011	1.431	115	201308	115	1.396	201603	296	279
201012	1.431	113	201309	113	1.393	201604	296	279
201013	1.431	113	201310	113	1.392	201605	296	279
201014	1.431	112	201311	112	1.390	201606	296	207
201015	1.431	111	201312	111	1.389	201607	296	154
201016	1.431	111	201401	111	1.372	201608	296	9
201017	1.431	111	201402	111	1.293	201609	296	1
Total							49.010	17.164

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-
mente associada a KPMG Network, uma rede mundial de firmas de auditoria independente e de consultoria financeira, todas as
uma entidade suja. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 26 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 19

Período	Previsto - Σ do		Previsto Projetado- Σ do		Previsto - Σ do		Previsto Projetado- Σ do		Previsto - Σ do		Previsto Projetado- Σ do	
	valor das parcelas -	R\$(000)	valor das parcelas -	R\$(000)	valor das parcelas -	R\$(000)	valor das parcelas -	R\$(000)	valor das parcelas -	R\$(000)	valor das parcelas -	R\$(000)
200904	152		152	201111	152	1.596	125	201406	1.014	70	201701	663
200905	520		520	201112	520	1.596	125	201407	799	51	201702	663
200906	1.228		1.228	201201	1.228	1.596	125	201408	663	28	201703	663
200907	1.419		1.419	201202	1.419	1.596	120	201409	663	28	201704	663
200908	1.596		1.586	201203	1.586	1.596	120	201410	663	28	201705	663
200909	1.596		1.527	201204	1.527	1.596	120	201411	663	28	201706	663
200910	1.596		1.407	201205	1.407	1.596	120	201412	663	28	201707	663
200911	1.596		1.401	201206	1.401	1.596	120	201501	663	28	201708	663
200912	1.596		1.168	201207	1.168	1.596	120	201502	663	28	201709	543
201001	1.596		1.157	201208	1.157	1.596	120	201503	663	28	201710	518
201002	1.596		1.136	201209	1.136	1.596	120	201504	663	28	201711	518
201003	1.596		1.109	201210	1.109	1.596	120	201505	663	28	201712	518
201004	1.596		1.077	201211	1.077	1.596	120	201506	663	28	201801	518
201005	1.596		1.056	201212	1.056	1.596	120	201507	663	28	201802	518
201006	1.596		996	201301	996	1.596	120	201508	663	28	201803	518
201007	1.596		966	201302	966	1.596	120	201509	663	28	201804	518
201008	1.596		840	201303	840	1.596	120	201510	663	28	201805	518
201009	1.596		699	201304	699	1.596	120	201511	663	28	201806	518
201010	1.596		535	201305	535	1.595	120	201512	663	28	201807	518
201011	1.596		449	201306	449	1.591	120	201601	663	28	201808	518
201012	1.596		435	201307	435	1.590	120	201602	663	28	201809	518
201101	1.596		381	201308	381	1.589	120	201603	663	28	201810	518
201102	1.596		380	201309	380	1.587	120	201604	663	28	201811	518
201103	1.596		380	201310	380	1.585	120	201605	663	28	201812	518
201104	1.596		380	201311	380	1.585	120	201606	663	28	201901	518
201105	1.596		380	201312	380	1.583	120	201607	663	28	201902	518
201106	1.596		380	201401	380	1.582	120	201608	663	28	201903	518
201107	1.596		374	201402	374	1.582	119	201609	663	28	201904	518
201108	1.596		374	201403	374	1.581	119	201610	663	28	201905	305
201109	1.596		374	201404	374	1.549	118	201611	663	28	201906	48
201110	1.596		125	201405	125	1.364	116	201612	663	28		
Total											62.453	24.863

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria, contabilidade, consultoria e tributação (KPMG International), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 27 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 20

Período	Previsto - \sum do		Período	Previsto - \sum do		Período	Previsto - \sum do		Período	Previsto - \sum do		Período	Previsto - \sum do	
	valor das parcelas -	R\$(000)		valor das parcelas -	R\$(000)		valor das parcelas -	R\$(000)		valor das parcelas -	R\$(000)		valor das parcelas -	R\$(000)
200907	612		201202	2.154	230	201409	1.546	178	201704	701	138	201704	701	138
200908	796		201203	2.154	229	201410	891	145	201705	701	138	201705	701	138
200909	1.641		201204	2.154	229	201411	704	138	201706	701	138	201706	701	138
200910	1.949		201205	2.154	229	201412	704	138	201707	701	138	201707	701	138
200911	2.154		201206	2.154	229	201501	704	138	201708	701	138	201708	701	138
200912	2.154		201207	2.154	229	201502	704	138	201709	701	138	201709	701	138
201001	2.154		201208	2.154	229	201503	704	138	201710	699	138	201710	699	138
201002	2.154		201209	2.154	229	201504	704	138	201711	699	138	201711	699	138
201003	2.154		201210	2.154	229	201505	704	138	201712	699	138	201712	699	138
201004	2.154		201211	2.154	229	201506	704	138	201801	698	138	201801	698	138
201005	2.154		201212	2.154	229	201507	704	138	201802	698	138	201802	698	138
201006	2.154		201301	2.154	229	201508	704	138	201803	698	138	201803	698	138
201007	2.154		201302	2.154	229	201509	704	138	201804	698	138	201804	698	138
201008	2.154		201303	2.154	229	201510	704	138	201805	698	138	201805	698	138
201009	2.154		201304	2.154	229	201511	704	138	201806	698	138	201806	698	138
201010	2.154		201305	2.154	229	201512	704	138	201807	401	138	201807	401	138
201011	2.154		201306	2.154	229	201601	704	138	201808	401	138	201808	401	138
201012	2.154		201307	2.154	229	201602	704	138	201809	401	138	201809	401	138
20101	2.154		201308	2.118	227	201603	704	138	201810	401	138	201810	401	138
20102	2.154		201309	2.107	226	201604	704	138	201811	401	138	201811	401	138
20103	2.154		201310	2.100	225	201605	704	138	201812	401	138	201812	401	138
20104	2.154		201311	2.097	224	201606	704	138	201901	401	138	201901	401	138
20105	2.154		201312	2.096	224	201607	704	138	201902	401	138	201902	401	138
20106	2.154		201401	2.088	224	201608	704	138	201903	401	138	201903	401	138
20107	2.154		201402	2.080	224	201609	704	138	201904	401	138	201904	401	138
20108	2.154		201403	2.078	223	201610	704	138	201905	401	138	201905	401	138
20109	2.154		201404	2.077	223	201611	704	138	201906	401	138	201906	401	138
20110	2.154		201405	2.076	223	201612	704	138	201907	298	138	201907	298	138
20111	2.154		201406	2.075	223	201701	704	138	201908	140	40	201908	140	40
20112	2.154		201407	2.050	220	201702	701	138	201909	7	1	201909	7	1
201201	2.154		201408	1.920	195	201703	701	138	Total	78.903	28.444	Total	78.903	28.444

Tabela 28 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 21

Período	Previsto - \sum do		Período	Previsto - \sum do		Período	Previsto - \sum do		Período	Previsto - \sum do		Período	Previsto - \sum do	
	valor das parcelas -	RS(000)		valor das parcelas -	RS(000)		valor das parcelas -	RS(000)		valor das parcelas -	RS(000)		valor das parcelas -	RS(000)
200910	1.706	1.706	201205	4.511	1.925	201412	3.776	1.842	201707	3.178	1.707	202001	2	-
200911	2.208	2.208	201206	4.511	1.925	201501	3.522	1.812	201708	3.178	1.707	202002	223.218	129.952
200912	4.122	4.122	201207	4.511	1.925	201502	3.308	1.736	201709	3.178	1.707	Total	223.218	129.952
201001	4.291	4.291	201208	4.511	1.925	201503	3.308	1.736	201710	3.178	1.707			
201002	4.511	4.511	201209	4.511	1.925	201504	3.308	1.736	201711	3.178	1.707			
201003	4.511	4.503	201210	4.511	1.925	201505	3.308	1.736	201712	3.178	1.707			
201004	4.511	4.242	201211	4.511	1.925	201506	3.308	1.736	201801	3.175	1.707			
201005	4.511	4.182	201212	4.511	1.925	201507	3.308	1.736	201802	3.175	1.707			
201006	4.511	3.900	201301	4.511	1.925	201508	3.283	1.736	201803	3.169	1.707			
201007	4.511	3.815	201302	4.511	1.925	201509	3.283	1.736	201804	3.169	1.707			
201008	4.511	3.485	201303	4.511	1.925	201510	3.283	1.736	201805	3.169	1.707			
201009	4.511	3.276	201304	4.511	1.925	201511	3.283	1.736	201806	3.169	1.707			
201010	4.511	2.635	201305	4.511	1.925	201512	3.283	1.736	201807	3.169	1.707			
201011	4.511	2.253	201306	4.511	1.925	201601	3.283	1.736	201808	3.169	1.707			
201012	4.511	2.048	201307	4.511	1.925	201602	3.283	1.736	201809	3.169	1.707			
201101	4.511	2.041	201308	4.511	1.925	201603	3.283	1.736	201810	3.169	1.707			
201102	4.511	2.020	201309	4.511	1.925	201604	3.283	1.736	201811	3.169	1.707			
201103	4.511	2.019	201310	4.511	1.925	201605	3.283	1.736	201812	3.169	1.707			
201104	4.511	2.017	201311	4.508	1.925	201606	3.283	1.736	201901	3.169	1.707			
201105	4.511	2.017	201312	4.475	1.924	201607	3.210	1.736	201902	3.169	1.707			
201106	4.511	2.017	201401	4.469	1.924	201608	3.209	1.736	201903	3.169	1.707			
201107	4.511	2.013	201402	4.464	1.921	201609	3.209	1.736	201904	3.169	1.707			
201108	4.511	2.013	201403	4.460	1.921	201610	3.209	1.736	201905	3.169	1.707			
201109	4.511	1.932	201404	4.456	1.920	201611	3.209	1.736	201906	3.169	1.707			
201110	4.511	1.931	201405	4.454	1.919	201612	3.209	1.736	201907	3.169	1.707			
201111	4.511	1.931	201406	4.454	1.919	201701	3.209	1.736	201908	3.169	1.707			
201112	4.511	1.931	201407	4.452	1.919	201702	3.207	1.736	201909	3.169	1.707			
201201	4.511	1.931	201408	4.449	1.917	201703	3.207	1.736	201910	1.698	476			
201202	4.511	1.925	201409	4.448	1.917	201704	3.207	1.736	201911	1.529	404			
201203	4.511	1.925	201410	4.415	1.904	201705	3.178	1.707	201912	235	229			
201204	4.511	1.925	201411	4.186	1.870	201706	3.178	1.707	202001	2	-			

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria, consultoria e serviços financeiros KPMG Network, uma entidade suja. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 29 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 22

Período	Previsto - \sum do		Previsto - \sum do		Previsto - \sum do		Previsto - \sum do		Previsto - \sum do	
	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)
201001	819	819	819	819	2.998	2.998	2.998	2.998	2.614	2.614
201002	1.302	1.302	1.302	1.302	2.998	2.998	2.998	2.998	2.396	2.396
201003	2.376	2.376	2.376	2.376	2.998	2.998	2.998	2.998	1.887	1.887
201004	2.477	2.477	2.477	2.477	2.998	2.998	2.998	2.998	1.887	1.887
201005	2.998	2.998	2.997	2.997	2.998	2.998	2.998	2.998	1.887	1.887
201006	2.998	2.998	2.963	2.963	2.998	2.998	2.998	2.998	1.887	1.887
201007	2.998	2.998	2.903	2.903	2.998	2.998	2.998	2.998	1.887	1.887
201008	2.998	2.998	1.842	1.842	2.998	2.998	2.998	2.998	1.887	1.887
201009	2.998	2.998	1.625	1.625	2.998	2.998	2.998	2.998	1.887	1.887
201010	2.998	2.998	1.252	1.252	2.998	2.998	2.998	2.998	1.887	1.887
201011	2.998	2.998	725	725	2.998	2.998	2.998	2.998	1.887	1.887
201012	2.998	2.998	683	683	2.998	2.998	2.998	2.998	1.887	1.887
201012	2.998	2.998	680	680	2.998	2.998	2.998	2.998	1.887	1.887
201012	2.998	2.998	678	678	2.998	2.998	2.998	2.998	1.887	1.887
201012	2.998	2.998	676	676	2.998	2.998	2.998	2.998	1.887	1.887
201012	2.998	2.998	675	675	2.998	2.998	2.998	2.998	1.887	1.887
201012	2.998	2.998	674	674	2.998	2.998	2.998	2.998	1.887	1.887
201012	2.998	2.998	673	673	2.998	2.998	2.998	2.998	1.887	1.887
201012	2.998	2.998	671	671	2.998	2.998	2.998	2.998	1.887	1.887
201012	2.998	2.998	663	663	2.994	2.994	2.994	2.994	1.885	1.885
201012	2.998	2.998	433	433	2.990	2.990	2.990	2.990	1.757	1.757
201012	2.998	2.998	431	431	2.985	2.985	2.985	2.985	1.757	1.757
201012	2.998	2.998	426	426	2.984	2.984	2.984	2.984	1.757	1.757
201012	2.998	2.998	426	426	2.983	2.983	2.983	2.983	1.757	1.757
201012	2.998	2.998	425	425	2.983	2.983	2.983	2.983	1.757	1.757
201012	2.998	2.998	425	425	2.981	2.981	2.981	2.981	1.757	1.757
201012	2.998	2.998	425	425	2.980	2.980	2.980	2.980	1.757	1.757
201012	2.998	2.998	425	425	2.978	2.978	2.978	2.978	1.757	1.757
201012	2.998	2.998	425	425	2.976	2.976	2.976	2.976	1.757	1.757
201012	2.998	2.998	425	425	2.968	2.968	2.968	2.968	1.747	1.747
201012	2.998	2.998	425	425	2.979	2.979	2.979	2.979	1.747	1.747
Total									135.025	40.257

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria, consultoria e serviços financeiros KPMG Network ("KPMG Network"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 30 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 23

Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)
201004	446	1.757	201504	4.847	1.711	201711	4.230	1.478
201005	1.301	1.757	201505	4.726	1.662	201712	4.230	1.478
201006	5.052	1.757	201506	4.335	1.549	201801	4.229	1.478
201007	5.076	1.757	201507	4.310	1.540	201802	4.228	1.478
201008	5.077	1.757	201508	4.308	1.539	201803	4.227	1.476
201009	5.077	1.757	201509	4.308	1.539	201804	4.219	1.468
201010	5.077	1.757	201510	4.306	1.538	201805	4.217	1.468
201011	5.077	1.757	201511	4.305	1.537	201806	4.217	1.467
201012	5.077	1.757	201512	4.303	1.536	201807	4.216	1.467
201101	5.077	1.757	201601	4.302	1.535	201808	4.216	1.467
201102	5.077	1.757	201602	4.299	1.532	201809	4.130	1.464
201103	5.077	1.757	201603	4.298	1.531	201810	4.125	1.460
201104	5.077	1.757	201604	4.291	1.525	201811	4.124	1.460
201105	5.077	1.757	201605	4.291	1.524	201812	4.124	1.460
201106	5.077	1.757	201606	4.272	1.510	201901	4.124	1.460
201107	5.077	1.757	201607	4.269	1.509	201902	4.124	1.459
201108	5.077	1.757	201608	4.268	1.507	201903	4.122	1.458
201109	5.077	1.757	201609	4.264	1.504	201904	4.122	1.457
201110	5.077	1.757	201610	4.262	1.503	201905	4.121	1.457
201111	5.077	1.757	201611	4.259	1.501	201906	4.119	1.455
201112	5.077	1.755	201612	4.257	1.499	201907	4.118	1.455
201201	5.077	1.763	201701	4.255	1.499	201908	4.113	1.450
201202	5.077	1.747	201702	4.251	1.497	201909	4.111	1.450
201203	5.077	1.728	201703	4.250	1.497	201910	4.110	1.449
201204	5.077	1.727	201704	4.248	1.496	201911	4.109	1.447
201205	5.077	1.726	201705	4.247	1.495	201912	4.108	1.447
201206	5.077	1.723	201706	4.239	1.487	202001	4.106	1.446
201207	5.077	1.722	201707	4.236	1.483	202002	4.106	1.446
201208	5.077	1.718	201708	4.234	1.482	202003	4.105	1.446
		1.717	201709	4.233	1.481	202004	4.034	1.438
		1.715	201710	4.233	1.481	202005	3.215	913
Total				266.498	123.126			

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria, consultoria e serviços financeiros KPMG Network ("KPMG Network"), uma entidade suja. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 31 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 24

Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Período	Previsto - \sum do valor das parcelas - R\$(000)	Previsto Projetado- \sum do valor das parcelas - R\$(000)
201007	3.758	3.758	201302	15.600	10.958	201509	14.602	10.421
201008	13.150	13.150	201303	15.600	10.958	201510	14.403	10.274
201009	15.395	15.395	201304	15.600	10.958	201511	14.266	10.192
201010	15.457	15.457	201305	15.600	10.958	201512	14.261	10.188
201011	15.600	15.146	201306	15.600	10.958	201601	14.254	10.181
201012	15.600	14.518	201307	15.600	10.958	201602	14.247	10.176
201101	15.600	14.178	201308	15.600	10.958	201603	14.237	10.168
201102	15.600	13.879	201309	15.600	10.958	201604	14.230	10.162
201103	15.600	13.561	201310	15.600	10.958	201605	14.219	10.153
201104	15.600	13.015	201311	15.600	10.958	201606	14.204	10.141
201105	15.600	12.740	201312	15.600	10.958	201607	14.196	10.135
201106	15.600	12.578	201401	15.600	10.958	201608	14.153	10.095
201107	15.600	12.367	201402	15.600	10.958	201609	14.145	10.089
201108	15.600	12.243	201403	15.600	10.958	201610	14.139	10.084
201109	15.600	12.097	201404	15.600	10.958	201611	14.132	10.081
201110	15.600	12.008	201405	15.600	10.958	201612	14.128	10.078
201111	15.600	11.638	201406	15.600	10.958	201701	14.124	10.075
201112	15.600	11.549	201407	15.600	10.958	201702	14.117	10.071
201201	15.600	11.402	201408	15.544	10.902	201703	14.082	10.052
201202	15.600	11.295	201409	15.500	10.865	201704	14.034	10.040
201203	15.600	11.011	201410	15.472	10.848	201705	14.031	10.038
201204	15.600	10.958	201411	15.464	10.843	201706	14.023	10.033
201205	15.600	10.968	201412	15.454	10.836	201707	14.020	10.031
201206	15.600	10.958	201501	15.425	10.809	201708	14.013	10.026
201207	15.600	10.958	201502	15.415	10.801	201709	14.001	10.014
201208	15.600	10.958	201503	15.403	10.793	201710	13.995	10.008
201209	15.600	10.958	201504	15.394	10.787	201711	13.992	10.006
201210	15.600	10.958	201505	15.384	10.780	201712	13.988	10.003
201211	15.600	10.958	201506	15.374	10.774	201801	13.941	9.960
201212	15.600	10.958	201507	15.216	10.641	201802	13.911	9.937
201301	15.600	10.958	201508	14.686	10.462	201803	13.876	9.905
				Total		850.855		645.391

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria, consultoria e serviços financeiros KPMG Network ("KPMG Network"), uma entidade suja. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 32 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 25

Periodo	Previsto - \sum do		Previsto Projetado - \sum do		Periodo	Previsto - \sum do		Previsto Projetado - \sum do		Periodo	Previsto - \sum do		Previsto Projetado - \sum do	
	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)		valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)		valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)
201010	244	244	1.899	1.899	201305	1.899	1.432	201512	1.396	1.030	201807	403	295	295
201011	398	398	1.899	1.899	201306	1.899	1.432	201601	741	509	201808	403	295	295
201012	1.374	1.374	1.899	1.899	201307	1.899	1.432	201602	404	295	201809	403	295	295
201101	1.554	1.554	1.899	1.899	201308	1.899	1.432	201603	404	295	201810	403	295	295
201102	1.899	1.878	1.899	1.899	201309	1.899	1.432	201604	404	295	201811	403	295	295
201103	1.899	1.872	1.899	1.899	201310	1.899	1.432	201605	404	295	201812	403	295	295
201104	1.899	1.834	1.899	1.899	201311	1.899	1.432	201606	404	295	201901	403	295	295
201105	1.899	1.768	1.899	1.899	201312	1.899	1.432	201607	404	295	201902	403	295	295
201106	1.899	1.721	1.899	1.899	201401	1.899	1.432	201608	404	295	201903	395	288	288
201107	1.899	1.663	1.899	1.899	201402	1.899	1.432	201609	404	295	201904	395	288	288
201108	1.899	1.649	1.899	1.899	201403	1.899	1.432	201610	404	295	201905	395	288	288
201109	1.899	1.634	1.899	1.899	201404	1.899	1.432	201611	404	295	201906	394	287	287
201110	1.899	1.627	1.899	1.899	201405	1.899	1.432	201612	404	295	201907	394	287	287
201111	1.899	1.617	1.899	1.899	201406	1.899	1.432	201701	404	295	201908	394	287	287
201112	1.899	1.516	1.899	1.899	201407	1.899	1.432	201702	404	295	201909	394	287	287
201201	1.899	1.503	1.899	1.899	201408	1.899	1.432	201703	404	295	201910	394	287	287
201202	1.899	1.435	1.899	1.899	201409	1.899	1.432	201704	404	295	201911	394	287	287
201203	1.899	1.432	1.899	1.899	201410	1.899	1.432	201705	404	295	201912	394	287	287
201204	1.899	1.432	1.899	1.892	201411	1.892	1.426	201706	404	295	202001	394	287	287
201205	1.899	1.432	1.899	1.887	201412	1.887	1.423	201707	404	295	202002	394	287	287
201206	1.899	1.432	1.899	1.880	201501	1.880	1.417	201708	403	295	202003	386	279	279
201207	1.899	1.432	1.899	1.875	201502	1.875	1.415	201709	403	295	202004	386	279	279
201208	1.899	1.432	1.899	1.870	201503	1.870	1.411	201710	403	295	202005	386	279	279
201209	1.899	1.432	1.899	1.867	201504	1.867	1.408	201711	403	295	202006	386	279	279
201210	1.899	1.432	1.899	1.865	201505	1.865	1.408	201712	403	295	202007	386	279	279
201211	1.899	1.432	1.899	1.864	201506	1.864	1.407	201801	403	295	202008	386	279	279
201212	1.899	1.432	1.899	1.862	201507	1.862	1.405	201802	403	295	202009	386	279	279
201301	1.899	1.432	1.899	1.861	201508	1.861	1.404	201803	403	295	202010	306	269	269
201302	1.899	1.432	1.899	1.858	201509	1.858	1.401	201804	403	295	202011	245	243	243
201303	1.899	1.432	1.899	1.829	201510	1.829	1.374	201805	403	295	202012	153	151	151
201304	1.899	1.432	1.899	1.707	201511	1.707	1.273	201806	403	295	Total	66.199	53.760	53.760

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria, consultoria e serviços financeiros KPMG Network, uma entidade suja. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 33 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 26

Período	Previsão - ∑ do		Previsão - ∑ do		Previsão - ∑ do		Previsão - ∑ do		Previsão - ∑ do		Previsão - ∑ do	
	valor das parcelas -	Rs(000)	valor das parcelas -	Rs(000)	valor das parcelas -	Rs(000)	valor das parcelas -	Rs(000)	valor das parcelas -	Rs(000)	valor das parcelas -	Rs(000)
201101	369	369	201308	2.457	2.028	201603	1.633	1.395	201810	1.045	1.018	
201102	1.013	1.013	201309	2.457	2.028	201604	1.266	1.161	201811	1.045	1.018	
201103	1.999	1.999	201310	2.457	2.028	201605	1.052	1.023	201812	1.045	1.018	
201104	2.197	2.197	201311	2.457	2.028	201606	1.052	1.023	201901	1.045	1.018	
201105	2.457	2.453	201312	2.457	2.028	201607	1.052	1.023	201902	1.045	1.018	
201106	2.457	2.444	201401	2.457	2.028	201608	1.052	1.023	201903	1.045	1.018	
201107	2.457	2.410	201402	2.457	2.028	201609	1.052	1.023	201904	1.045	1.018	
201108	2.457	2.264	201403	2.457	2.028	201610	1.052	1.023	201905	995	967	
201109	2.457	2.190	201404	2.457	2.028	201611	1.052	1.023	201906	995	967	
201110	2.457	2.153	201405	2.457	2.028	201612	1.052	1.023	201907	995	967	
201111	2.457	2.108	201406	2.457	2.028	201701	1.052	1.023	201908	995	967	
201112	2.457	2.091	201407	2.457	2.028	201702	1.052	1.023	201909	995	967	
201201	2.457	2.055	201408	2.457	2.028	201703	1.052	1.023	201910	995	967	
201202	2.457	2.037	201409	2.457	2.028	201704	1.052	1.023	201911	995	967	
201203	2.457	2.028	201410	2.457	2.028	201705	1.052	1.023	201912	995	967	
201204	2.457	2.028	201411	2.457	2.028	201706	1.052	1.023	202001	995	967	
201205	2.457	2.028	201412	2.457	2.028	201707	1.052	1.023	202002	995	967	
201206	2.457	2.028	201501	2.457	2.028	201708	1.052	1.023	202003	995	967	
201207	2.457	2.028	201502	2.456	2.027	201709	1.052	1.023	202004	995	967	
201208	2.457	2.028	201503	2.447	2.018	201710	1.052	1.022	202005	995	967	
201209	2.457	2.028	201504	2.431	2.002	201711	1.052	1.022	202006	995	967	
201210	2.457	2.028	201505	2.429	2.000	201712	1.052	1.022	202007	995	967	
201211	2.457	2.028	201506	2.421	1.993	201801	1.052	1.022	202008	995	967	
201212	2.457	2.028	201507	2.418	1.990	201802	1.052	1.022	202009	995	967	
201301	2.457	2.028	201508	2.400	1.972	201803	1.052	1.022	202010	995	967	
201302	2.457	2.028	201509	2.398	1.970	201804	1.050	1.020	202011	995	967	
201303	2.457	2.028	201510	2.328	1.901	201805	1.050	1.020	202012	995	967	
201304	2.457	2.028	201511	2.327	1.900	201806	1.050	1.020	202101	975	948	
201305	2.457	2.028	201512	2.326	1.900	201807	1.050	1.020	202102	526	499	
201306	2.457	2.028	201601	2.270	1.869	201808	1.048	1.020	202103	481	481	
201307	2.457	2.028	201602	2.034	1.678	201809	1.048	1.020	Total	134.511	122.842	

Tabela 34 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 27

Período	Previsto - \sum do		Previsto Projetado- \sum do		Período		Previsto - \sum do		Previsto Projetado- \sum do		Período		Previsto - \sum do		Previsto Projetado- \sum do	
	valor das parcelas -	R\$(000)	valor das parcelas -	R\$(000)	Período	valor das parcelas -	R\$(000)	Período	valor das parcelas -	R\$(000)	Período	valor das parcelas -	R\$(000)	Período	valor das parcelas -	R\$(000)
201104	127	127	1.882	1.882	201311	1.186	1.186	201606	1.102	1.102	757	201901	364	364	364	364
201105	655	655	1.882	1.882	201312	1.886	1.886	201607	639	639	478	201902	364	364	364	364
201106	1.242	1.242	1.882	1.882	201401	1.186	1.186	201608	397	397	386	201903	364	364	364	364
201107	1.612	1.612	1.882	1.882	201402	1.186	1.186	201609	397	397	386	201904	364	364	364	364
201108	1.882	1.876	1.882	1.882	201403	1.186	1.186	201610	397	397	386	201905	364	364	364	364
201109	1.882	1.842	1.882	1.882	201404	1.186	1.186	201611	397	397	386	201906	364	364	364	364
201110	1.882	1.805	1.882	1.882	201405	1.186	1.186	201612	397	397	386	201907	364	364	364	364
201111	1.882	1.532	1.882	1.882	201406	1.186	1.186	201701	397	397	386	201908	364	364	364	364
201112	1.882	1.391	1.882	1.882	201407	1.186	1.186	201702	397	397	386	201909	355	355	355	355
201201	1.882	1.319	1.882	1.882	201408	1.186	1.186	201703	397	397	386	201910	355	355	355	355
201202	1.882	1.198	1.882	1.882	201409	1.186	1.186	201704	397	397	386	201911	355	355	355	355
201203	1.882	1.189	1.882	1.882	201410	1.186	1.186	201705	396	396	385	201912	355	355	355	355
201204	1.882	1.186	1.882	1.882	201411	1.186	1.186	201706	396	396	385	202001	355	355	355	355
201205	1.882	1.186	1.882	1.882	201412	1.186	1.186	201707	395	395	384	202002	355	355	355	355
201206	1.882	1.186	1.882	1.882	201501	1.186	1.186	201708	395	395	384	202003	355	355	355	355
201207	1.882	1.186	1.882	1.882	201502	1.186	1.186	201709	395	395	384	202004	355	355	355	355
201208	1.882	1.186	1.882	1.882	201503	1.186	1.186	201710	395	395	384	202005	355	355	355	355
201209	1.882	1.186	1.882	1.882	201504	1.186	1.186	201711	394	394	383	202006	355	355	355	355
201210	1.882	1.186	1.880	1.880	201505	1.184	1.184	201712	394	394	383	202007	355	355	355	355
201211	1.882	1.186	1.864	1.864	201506	1.168	1.168	201801	394	394	383	202008	355	355	355	355
201212	1.882	1.186	1.858	1.858	201507	1.164	1.164	201802	392	392	381	202009	355	355	355	355
201301	1.882	1.186	1.855	1.855	201508	1.162	1.162	201803	392	392	381	202010	355	355	355	355
201302	1.882	1.186	1.849	1.849	201509	1.160	1.160	201804	392	392	381	202011	355	355	355	355
201303	1.882	1.186	1.843	1.843	201510	1.154	1.154	201805	392	392	381	202012	355	355	355	355
201304	1.882	1.186	1.841	1.841	201511	1.153	1.153	201806	386	386	381	202011	355	355	355	355
201305	1.882	1.186	1.840	1.840	201512	1.152	1.152	201807	386	386	381	202102	355	355	355	355
201306	1.882	1.186	1.838	1.838	201601	1.150	1.150	201808	386	386	381	202103	355	355	355	355
201307	1.882	1.186	1.832	1.832	201602	1.147	1.147	201809	386	386	381	202104	354	354	354	354
201308	1.882	1.186	1.826	1.826	201603	1.141	1.141	201810	380	380	375	202105	73	73	73	73
201309	1.882	1.186	1.810	1.810	201604	1.127	1.127	201811	370	370	365	202106	37	37	37	37
201310	1.882	1.186	1.697	1.697	201605	1.032	1.032	201812	365	365	365	Total	64.570	64.570	48.441	48.441

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-
mente associada a KPMG Network, uma rede mundial de firmas de contabilidade independente e afiliadas, todas as quais operam
sob o nome comum KPMG. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 35 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 28

Período	Previsto - \sum do		Previsto - \sum do		Previsto - \sum do		Previsto - \sum do		Previsto - \sum do	
	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)
20107	236	236	201402	1.810	1.233	201609	875	754	201904	282
20108	518	518	201403	1.810	1.233	201610	575	535	201905	282
20109	1.281	1.281	201404	1.810	1.233	201611	323	323	201906	282
20110	1.551	1.551	201405	1.810	1.233	201612	323	323	201907	282
20111	1.810	1.806	201406	1.810	1.233	201701	323	323	201908	282
20112	1.810	1.792	201407	1.810	1.233	201702	323	323	201909	282
20101	1.810	1.505	201408	1.810	1.233	201703	323	323	201910	282
20102	1.810	1.321	201409	1.810	1.233	201704	323	323	201911	282
20103	1.810	1.233	201410	1.810	1.233	201705	323	323	201912	174
20104	1.810	1.233	201411	1.810	1.233	201706	323	323	202001	170
20105	1.810	1.233	201412	1.810	1.233	201707	323	323	202002	168
20106	1.810	1.233	201501	1.810	1.233	201708	321	320	202003	168
20107	1.810	1.233	201502	1.810	1.233	201709	321	320	202004	168
20108	1.810	1.233	201503	1.810	1.233	201710	315	314	202005	168
20109	1.810	1.233	201504	1.810	1.233	201711	315	314	202006	168
20110	1.810	1.233	201505	1.810	1.233	201712	315	314	202007	168
20111	1.810	1.233	201506	1.810	1.233	201801	315	314	202008	168
20112	1.810	1.233	201507	1.810	1.233	201802	315	314	202009	168
20101	1.810	1.233	201508	1.790	1.213	201803	315	314	202010	168
20102	1.810	1.233	201509	1.777	1.201	201804	315	314	202011	168
20103	1.810	1.233	201510	1.772	1.196	201805	293	292	202012	168
20104	1.810	1.233	201511	1.767	1.193	201806	293	292	202013	168
20105	1.810	1.233	201512	1.763	1.190	201807	293	292	202014	168
20106	1.810	1.233	201601	1.758	1.186	201808	293	292	202015	168
20107	1.810	1.233	201602	1.757	1.185	201809	284	284	202016	168
20108	1.810	1.233	201603	1.755	1.183	201810	282	282	202017	165
20109	1.810	1.233	201604	1.751	1.179	201811	282	282	202018	124
20110	1.810	1.233	201605	1.749	1.179	201812	282	282	202019	36
20111	1.810	1.233	201606	1.747	1.177	201901	282	282	Total	58.252
20112	1.810	1.233	201607	1.702	1.139	201902	282	282		44.155
20101	1.810	1.233	201608	1.428	1.029	201903	282	282		

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria, consultoria e serviços financeiros KPMG Network ("KPMG Network"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 36 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 29

Período	Previsto - Σ do		Previsto - Σ do		Previsto - Σ do		Previsto - Σ do		Previsto - Σ do	
	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)	valor das parcelas -	RS(000)
201110	526		2.673	2.577	2.673	2.577	1.818	1.724	1.227	1.161
201111	733		2.673	2.577	2.673	2.577	1.531	1.439	1.227	1.161
201112	2.067		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201201	2.331		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201202	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201203	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201204	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201205	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201206	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201207	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201208	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201209	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201210	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201211	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201212	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201301	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201302	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201303	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201304	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201305	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201306	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201307	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201308	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201309	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201310	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201311	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201312	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201401	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201402	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201403	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
201404	2.673		2.673	2.577	2.673	2.577	1.258	1.193	1.227	1.161
Total										113.056
										108.826

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria, contabilidade, consultoria e tributária (KPMG Network), uma entidade suja. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 37 – Rompimento dos parcelamentos – Safra 30

Período	Previsto - \sum do		Previsto - \sum do		Previsto - \sum do		Previsto - \sum do		Previsto - \sum do	
	valor das parcelas -	R\$(000)	valor das parcelas -	R\$(000)	valor das parcelas -	R\$(000)	valor das parcelas -	R\$(000)	valor das parcelas -	R\$(000)
201201	446	446	1.666	1.666	1.665	1.665	624	624	388	388
201202	672	672	1.666	1.666	1.665	1.665	453	453	388	388
201203	1.275	1.275	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201204	1.665	1.665	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201205	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201206	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201207	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201208	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201209	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201210	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201211	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201212	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201301	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201302	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201303	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201304	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201305	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201306	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201307	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201308	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201309	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201310	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201311	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201312	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201401	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201402	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201403	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201404	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201405	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201406	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
201407	1.666	1.666	1.666	1.666	1.665	1.665	452	452	388	388
Total									58.574	58.566

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria, consultoria e serviços financeiros KPMG Network, uma entidade suja. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 38 – Rompimento dos parcelamentos - Consolidado

Meses	Safra1	Safra2	Safra3	Safra4	Safra5	Safra6	Safra7	Safra8	Safra9	Safra10	Safra11	Safra12	Safra13
1	409	236	274	176	150	112	95	605	253	513	85	88	470
2	1.697	387	634	287	346	191	517	941	1.478	613	382	648	788
3	2.429	1.297	1.251	978	725	468	1.676	2.126	2.459	880	1.472	991	1.261
4	2.875	1.588	1.500	1.173	1.164	719	1.915	2.377	2.884	965	1.647	1.204	1.408
5	3.355	1.899	1.966	1.384	1.568	1.026	2.199	2.229	3.078	1.132	1.957	1.443	1.474
6	3.352	1.896	1.953	1.327	1.565	1.023	2.198	2.229	3.076	1.075	1.957	1.411	
7	3.295	1.808	1.916	1.113	1.533	1.011	1.857	2.199	3.053	1.025	1.946	1.343	
8	3.160	1.590	1.866	1.077	1.367	932	1.818	2.132	3.010	1.006	1.649	1.277	
9	3.052	1.433	1.732	1.019	1.239	861	1.749	2.006	2.962	948	1.581		
10	3.031	1.359	1.533	979	1.075	790	1.509	1.986	2.952	919	1.557		
11	2.379	1.302	1.469	982	1.058	761	1.345	1.958	2.929	904	1.490		
12	2.366	1.285	1.453	954	1.041	732	1.327	1.910	2.922	894			
13	2.340	1.259	1.427	944	1.002	728	1.300	1.891	2.914	885			
14	2.224	1.215	1.417	937	992	719	1.281	1.889	2.897	869			
15	2.171	1.209	1.413	933	975	706	1.276	1.884	2.893				
16	2.118	1.189	1.379	928	826	653	1.269	1.880	2.702				
17	2.036	1.135	1.355	920	815	651	1.250	1.859					
18	2.026	1.108	1.348	913	804	644	1.214	1.858					
19	1.983	1.107	1.312	910	802	644	1.210	1.850					
20	1.950	1.106	1.303	896	796	636	1.048	1.768					
21	1.931	1.071	1.296	883	787	622	1.046						
22	1.904	1.057	1.279	880	753	602	947						
23	1.900	1.036	1.274	876	749	586	759						
24	1.891	1.013	1.264	861	745	580							
25	1.879	1.013	1.257	847	713	572							
26	1.874	995	1.255	836	702	564							
27	1.873	963	1.213	832	700								
28	1.860	949	1.210	796	632								
29	1.266	947	1.209	792	595								
30	1.264	945	1.205	789									
31	1.260	930	1.076	786									
32	1.258	930	1.057	712									
33	1.257	930	1.042										
34	1.256	928	1.034										
35	1.251	918	823										
36	1.251	912											
37	1.220	911											
38	1.206	876											
39	1.204												
40	1.203												
41	1.191												

As páginas 42 a 44 apresentam o previsto projetado, que considera o rompimento do fluxo remanescente de um parcelamento, a partir do acúmulo de 3 parcelas inadimplidas. Esse fluxo está apresentado, para cada Safra, até o mês em que o mesmo apresenta um montante representativo de parcelamentos, em volume financeiro.

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de auditores KPMG Network, uma rede global de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Tabela 38 (cont.)

Meses	Safra14	Safra15	Safra16	Safra17	Safra18	Safra19	Safra20	Safra21	Safra22
1	756	14	74	159	115	152	612	1.706	819
2	4.780	54	113	256	333	520	796	2.208	1.302
3	26.433	1.424	313	568	749	1.228	1.641	4.122	2.376
4	26.525	1.518	470	870	1.180	1.419	1.949	4.291	2.477
5	26.597	1.649	660	1.033	1.429	1.586	2.154	4.510	2.997
6	26.582	1.641	659	1.031	1.401	1.527	2.136	4.503	2.963
7	26.075	1.635	646	940	1.264	1.407	1.812	4.242	
8	25.726	1.626	626	862	1.172	1.401	1.727	4.182	
9	25.225	1.610	484	829	844	1.168	1.593	3.900	
10	24.856	535	473	732	825	1.157	1.254		
11	24.516	510	461	726	795	1.136	1.091		
12	24.173	503	449	723	772	1.109	1.009		
13	23.715	488	438	722	687	1.077			
14	23.413	482	408	721	685	1.056			
15	22.955	475	385	660	667	996			
16	22.653	464	383	643	659				
17	22.397	464	380	639	651				
18	22.305	464	371	637	593				
19	22.216	461	369	612					
20	22.040	452	366	596					
21	21.954	452	366	572					
22	21.553	450	365						
23	21.422	450	364						
24	20.888	448	360						
25	20.772	444							
26	20.633	440							
27	20.578	431							
28	20.525								
29	20.201								
30	19.346								

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria KPMG Network ("KPMG Network"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 3483)

Tabela 38 (cont.)

Meses	Safra23	Safra24	Safra25	Safra26	Safra27	Safra28	Safra29	Safra30
1	446	3.758	244	369	127	236	526	446
2	1.301	13.150	398	1.013	655	518	733	672
3	5.052	15.395	1.374	1.999	1.242	1.281	2.067	1.275
4	5.076	15.457	1.554	2.197	1.612	1.551	2.331	1.665
5	4.838	15.146	1.878	2.453	1.876	1.806	2.631	
6	4.773	14.518	1.872	2.444	1.842	1.792	2.631	
7	4.077	14.178	1.834	2.410	1.805	1.505	2.629	
8	3.090	13.879	1.768	2.264	1.532	1.321		
9	3.044	13.561	1.721	2.190	1.391	1.233		
10	2.993	13.015	1.663	2.153	1.319	1.233		
11	2.963	12.740	1.649	2.108	1.198			
12	2.917	12.578	1.634	2.091	1.189			
13	2.854	12.367	1.627	2.055	1.186			
14	2.820	12.243	1.617	2.037				
15	2.788	12.097	1.516	2.028				
16	2.739	12.008	1.503	2.028				
17	2.682	11.638	1.435					
18	2.518	11.549	1.432					
19	2.472	11.402	1.432					
20	2.463	11.295						
21	2.462	11.011						
22	1.762	10.958						
23	1.758							
24	1.757							
25	1.757							

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria, contabilidade, consultoria e tributação KPMG Network ("KPMG Network"), uma entidade suja. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 3483)

Tabela 39 – Rompimento dos parcelamentos – Base 100

Meses	Safra1	Safra2	Safra3	Safra4	Safra5	Safra6	Safra7	Safra8	Safra9	Safra10	Safra11	Safra12	Safra13
5	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
6	100	100	99	96	100	100	100	100	100	95	100	98	
7	98	95	97	80	98	99	84	99	99	91	99	93	
8	94	84	95	78	87	91	83	96	98	89	84	88	
9	91	75	88	74	79	84	80	90	96	84	81		
10	90	72	78	71	69	77	69	89	96	81	80		
11	71	69	75	70	67	74	61	88	95	80	76		
12	71	68	74	69	66	71	60	86	95	79			
13	70	66	73	68	64	71	59	85	95	78			
14	66	64	72	68	63	70	58	85	94	77			
15	65	64	72	67	62	69	58	85	94				
16	63	63	70	67	53	64	58	84	88				
17	61	60	69	66	52	63	57	83	85				
18	60	58	69	66	51	63	55	83					
19	59	58	67	66	51	63	55	83					
20	58	58	66	65	51	62	48	79					
21	58	56	66	64	50	61	48						
22	57	56	65	64	48	59	43						
23	57	55	65	63	48	57	35						
24	56	53	64	62	47	57							
25	56	53	64	61	45	56							
26	56	52	64	60	45	55							
27	56	51	62	60	45								
28	55	50	62	58	40								
29	38	50	61	57	38								
30	38	50	61	57									
31	38	49	55	57									
32	37	49	54	51									
33	37	49	53										
34	37	49	53										
35	37	48	42										
36	37	48											
37	36	48											
38	36	46											
39	36												
40	36												
41	35												

A tabela ao lado, e as demais tabelas apresentadas nas páginas 46 e 47, apresentam a mesma informação constante das páginas 42 a 44. Porém, para fins de comparabilidade do índice de rompimento, o saldo inicial de cada safra foi convertido em uma base 100, a partir do quinto mês de *seasoning* da Safra.

A página 47 apresenta ainda a média aritmética e a média ponderada de cada *seasoning*.

A página 48 apresenta uma representação gráfica de cada uma das trinta Safras elaboradas.

Tabela 39 (cont.)

Meses	Safra14	Safra15	Safra16	Safra17	Safra18	Safra19	Safra20	Safra21	Safra22
5	100	100	100	100	100	100	100	100	100
6	100	100	100	100	98	96	99	100	99
7	98	99	98	91	88	89	84	94	
8	97	99	95	83	82	88	80	93	
9	95	98	73	80	59	74	74	86	
10	93	32	72	71	58	73	58		
11	92	31	70	70	56	72	51		
12	91	30	68	70	54	70	47		
13	89	30	66	70	48	68			
14	88	29	62	70	48	67			
15	86	29	58	64	47	63			
16	85	28	58	62	46				
17	84	28	58	62	46				
18	84	28	56	62	41				
19	84	28	56	59					
20	83	27	55	58					
21	83	27	55	55					
22	81	27	55						
23	81	27	55						
24	79	27	55						
25	78	27							
26	78	27							
27	77	26							
28	77								
29	76								
30	73								
31									
32									
33									
34									
35									
36									
37									
38									
39									
40									
41									

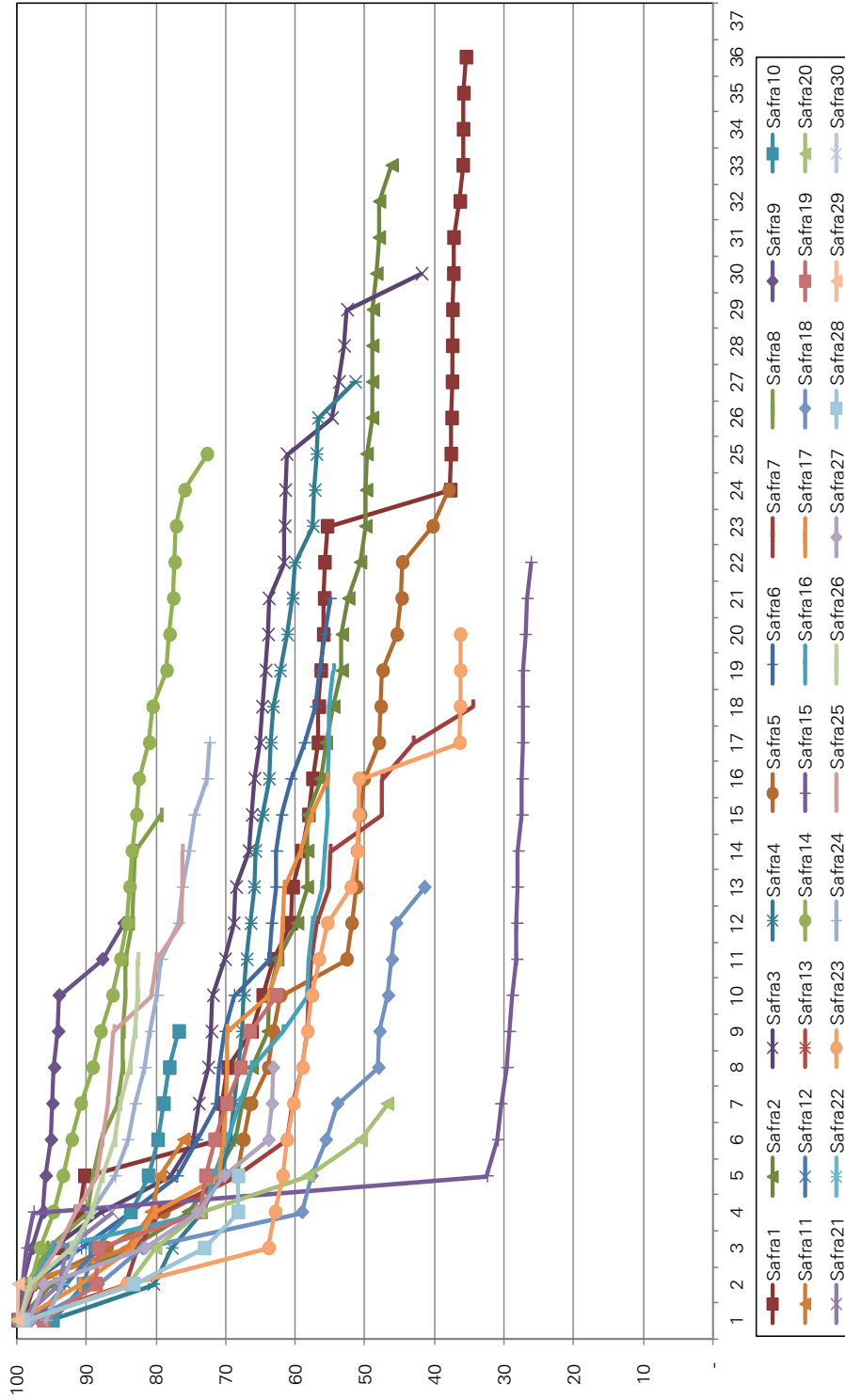
© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial de firmas de auditoria independente KPMG Network, operando sob o nome KPMG Brasil, uma entidade suja. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34830)

Tabela 39 (cont.)

Meses	Safra23	Safra24	Safra25	Safra26	Safra27	Safra28	Safra29	Safra30	Média	Média ponderada
5	100	100	100	100	100	100	100	100	100,00	99,99
6	99	96	100	100	98	99	100		98,91	98,88
7	84	94	98	98	96	83	100		93,62	94,99
8	64	92	94	92	82	73			87,70	91,12
9	63	90	92	89	74	68			81,45	87,67
10	62	86	89	88	70	68			74,61	84,46
11	61	84	88	86	64				71,72	82,40
12	60	83	87	85	63				70,36	81,45
13	59	82	87	84	63				70,18	80,65
14	58	81	86	83					69,45	79,99
15	58	80	81	83					67,52	78,67
16	57	79	80	83					65,96	77,64
17	55	77	76						63,66	75,93
18	52	76	76						61,36	74,95
19	51	75	76						62,07	74,80
20	51	75							59,71	73,89
21	51	73							57,42	72,91
22	36	72							55,26	71,81
23	36								52,53	71,13
24	36								53,68	70,39
25	36								53,01	70,15
26									54,57	71,81
27									53,79	71,87
28									56,99	72,32
29									53,37	70,75
30									55,69	68,73
31									49,50	48,09
32									47,90	46,66
33									46,48	45,33
34									46,29	45,12
35									42,52	41,47
36									42,65	41,13
37									42,18	40,63
38									41,05	39,52
39									35,90	34,77
40									35,85	34,69
41									35,49	34,31

© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria, consultoria e serviços financeiros KPMG Network, uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34830)

Gráfico 1 – Rompimento dos parcelamentos – Consolidado



© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede mundial independente de firmas de auditoria, consultoria e serviços financeiros KPMG Network, uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 34853)

Gráfico 2 – A curva “Log. (Média Ponderada)” traz a representação gráfica da curva construída a partir da equação $y = 19,01 \ln(x) + 118,63$, e que representa, a média ponderada dos percentuais de rompimento para as Safras elaboradas, conforme descrito anteriormente.

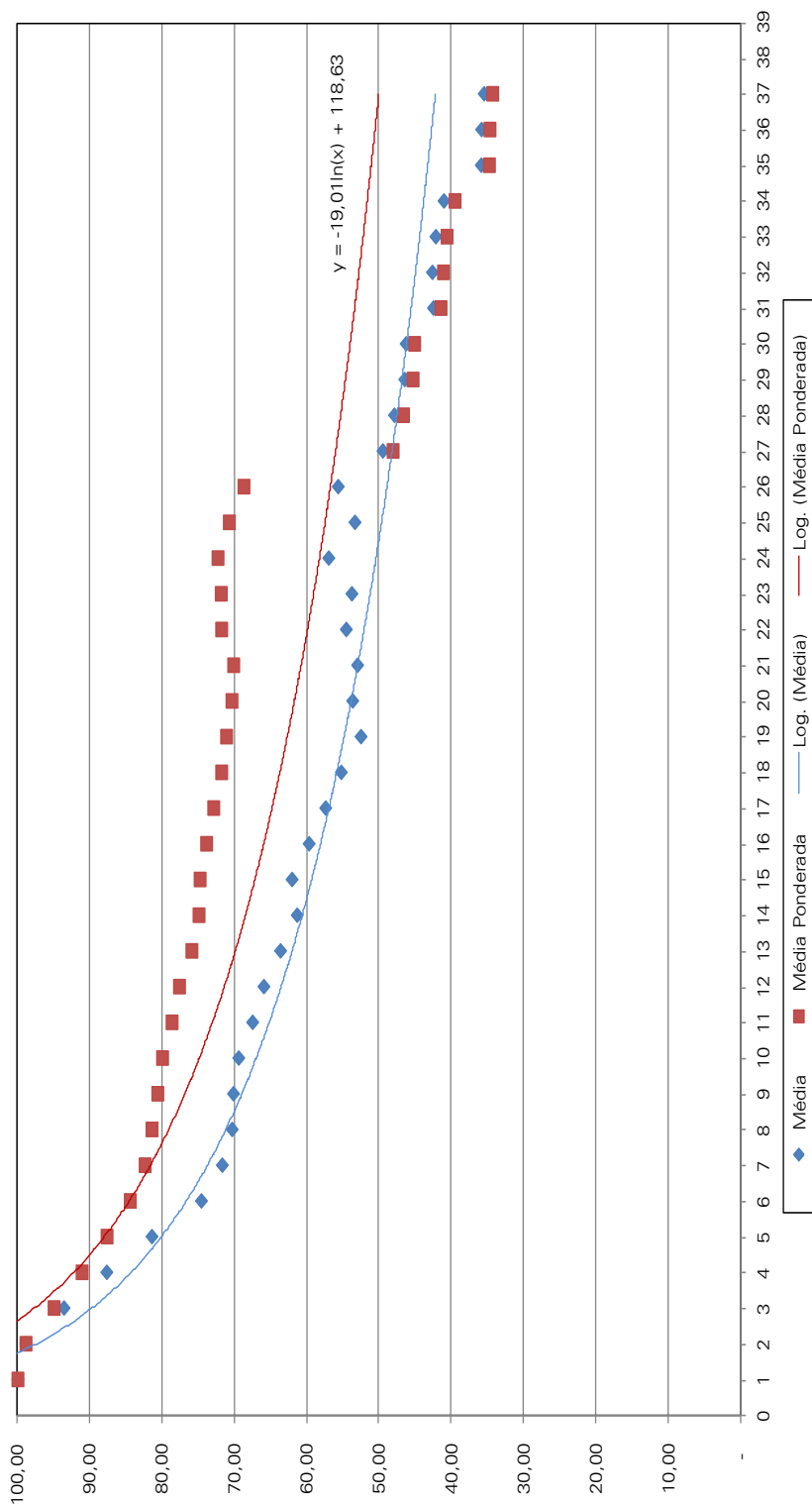


Tabela 40 – Fluxo de pagamentos previsto – Parcelamentos ativos

Período de vencimento	Σ do valor das parcelas - R\$ (000)	Período de vencimento	Σ do valor das parcelas - R\$ (000)	Período de vencimento	Σ do valor das parcelas - R\$ (000)	Período de vencimento	Σ do valor das parcelas - R\$ (000)
200611	28	201101	45	201503	27.529	201905	22.691
200612	28	201102	4	201504	27.440	201906	22.689
200701	29	201103	4	201505	27.435	201907	22.668
200702	29	201104	4	201506	27.311	201908	22.488
200703	29	201105	4	201507	27.093	201909	22.368
200704	30	201106	10	201508	26.892	201910	19.924
200705	30	201107	13	201509	28.722	201911	19.856
200706	30	201108	14	201510	28.791	201912	19.430
200707	30	201109	22	201511	28.580	202001	19.327
200708	31	201110	36	201512	28.287	202002	18.732
200709	31	201111	475	201601	27.863	202003	18.725
200710	31	201112	4.554	201602	27.728	202004	18.707
200711	31	201201	12.304	201603	27.412	202005	18.174
200712	32	201202	16.265	201604	27.119	202006	17.108
200801	32	201203	47.970	201605	26.953	202007	15.046
200802	32	201204	47.065	201606	26.682	202008	9.241
200803	32	201205	48.683	201607	26.352	202009	5.144
200804	33	201206	48.695	201608	26.156	202010	5.127
200805	34	201207	44.440	201609	25.832	202011	5.090
200806	34	201208	43.677	201610	25.815	202012	4.959
200807	34	201209	42.835	201611	25.578	202101	4.502
200808	35	201210	41.242	201612	25.019	202102	3.666
200809	35	201211	39.315	201701	24.993	202103	3.653
200810	36	201212	38.768	201702	24.707	202104	3.135
200811	36	201301	38.063	201703	23.977	202105	2.882
200812	36	201302	37.461	201704	23.798	202106	2.647
200901	37	201303	36.912	201705	23.795	202107	2.607
200902	37	201304	36.888	201706	23.817	202108	2.568
200903	37	201305	36.441	201707	23.808	202109	2.415
200904	38	201306	36.149	201708	23.909	202110	1.954
200905	38	201307	35.676	201709	25.058	202111	1.884
200906	38	201308	35.289	201710	25.091	202112	1.833
200907	38	201309	35.183	201711	25.084	202201	660
200908	39	201310	34.788	201712	25.131	202202	588
200909	39	201311	34.480	201801	25.164	202203	588
200910	39	201312	34.209	201802	24.712	202204	383
200911	39	201401	33.593	201803	22.421	202205	383
200912	40	201402	33.435	201804	22.389	202206	383
201001	40	201403	33.075	201805	22.363	202207	383
201002	39	201404	31.594	201806	22.386	202208	383
201003	39	201405	30.814	201807	22.354	202209	383
201004	40	201406	30.498	201808	22.381	202210	383
201005	40	201407	29.889	201809	22.376	202211	383
201006	40	201408	29.449	201810	22.459	202212	383
201007	40	201409	29.200	201811	22.422	202301	313
201008	44	201410	29.239	201812	22.575	202302	189
201009	44	201411	28.898	201901	22.502		
201010	44	201412	28.502	201902	22.727		
201011	45	201501	28.165	201903	22.718		
201012	45	201502	27.893	201904	22.715		
						Total	2.953.194

A tabela ao lado apresenta a previsão de recebimento mensal dos parcelamentos ativos em 08 de março de 2012, conforme informação fornecida pela Secretaria de Estrado de Fazenda do Governo do Estado de Minas Gerais.

Não há garantias de que as premissas, estimativas, projeções, resultados parciais ou totais apresentadas serão efetivamente alcançados ou verificados, no todo ou em parte.

Terceiros devem fazer suas próprias análises com relação às informações apresentadas devendo consultar seus próprios assessores financeiros, tributários e jurídicos, para definir suas próprias opiniões sobre conteúdo deste material de maneira independente.

Tabela 41 – Fluxo de pagamentos de acordo com as parcelas incorridas – Parcelamentos ativos

	Quantidade de parcelas incorridas	Σ do valor das parcelas R\$ (000)	%	Quantidade de parcelas incorridas	Σ do valor das parcelas R\$ (000)	%
0	0	127.154	4,3 %	32	1.221	0,0 %
1	1	98.365	3,3 %	33	2.048	0,1 %
2	2	159.170	5,4 %	34	2.166	0,1 %
3	3	58.063	2,0 %	35	1.058	0,0 %
4	4	85.317	2,9 %	36	260	0,0 %
5	5	68.954	2,3 %	37	346	0,0 %
6	6	56.182	1,9 %	38	408	0,0 %
7	7	49.444	1,7 %	39	439	0,0 %
8	8	38.187	1,3 %	40	666	0,0 %
9	9	75.062	2,5 %	41	1.781	0,1 %
10	10	22.915	0,8 %	42	254	0,0 %
11	11	83.320	2,8 %	43	873	0,0 %
12	12	77.330	2,6 %	44	286	0,0 %
13	13	28.476	1,0 %	45	217	0,0 %
14	14	65.918	2,2 %	46	94	0,0 %
15	15	14.140	0,5 %	47	193.885	6,6 %
16	16	16.241	0,5 %	48	58.150	2,0 %
17	17	254.793	8,6 %	49	15.400	0,5 %
18	18	613.091	20,8 %	50	2.412	0,1 %
19	19	233.953	7,9 %	51	16	0,0 %
20	20	108.503	3,7 %	52	43	0,0 %
21	21	56.447	1,9 %	53	5	0,0 %
22	22	4.817	0,2 %	54	278	0,0 %
23	23	2.923	0,1 %	55	49	0,0 %
24	24	38.763	1,3 %	56	47	0,0 %
25	25	2.747	0,1 %	57	1.148	0,0 %
26	26	46.928	1,6 %	58	2	0,0 %
27	27	14.521	0,5 %	60	1.770	0,1 %
28	28	144.516	4,9 %	62	1.859	0,1 %
29	29	5.847	0,2 %	68	83	0,0 %
30	30	1.408	0,0 %	79	676	0,0 %
31	31	11.756	0,4 %			
				Total	2.953.194	100,0%

A tabela ao lado apresenta a distribuição do saldo devedor dos contratos, em 08 de março de 2012, conforme informação fornecida pela Secretaria de Estrado de Fazenda do Governo do Estado de Minas Gerais.

Este saldo está distribuído em quantidade de parcelas incorridas para cada um dos parcelamentos.



© 2012 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil.

O nome KPMG, o logotipo e "cutting through complexity" são marcas registradas ou comerciais da KPMG International.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO L

- Demonstrações Financeiras da Emissora Relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2009, 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011, Acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011, 2010,
2009 e 1º de janeiro de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011, 2010, 2009 e 1º janeiro de 2009

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3 - 4
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11 - 57

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



KPMG Auditores Independentes
R. Paraíba, 1.122 - 13º
30130-918 - Belo Horizonte, MG - Brasil
Caixa Postal 509
30123-970 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Central Tel 55 (31) 2128-5700
Fax 55 (31) 2128-5702
Internet www.kpmg.com.br



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
MGI - Minas Gerais Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da MGI - Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGI - Minas Gerais Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 2e às demonstrações financeiras, a Companhia decidiu reapresentar suas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, originalmente emitidas e aprovadas pela Administração em 1 de março de 2011 e 10 de fevereiro de 2010, respectivamente, para adequar as demonstrações financeiras de maneira mais apropriada às práticas contábeis adotadas no Brasil, quanto à mensuração dos investimentos disponíveis para venda ao valor justo, demais investimentos pelo custo de aquisição e investimentos em coligadas pelo método de equivalência patrimonial e para o aprimoramento de certas divulgações. Nossa opinião não é qualificada em respeito desse assunto.

Outros assuntos

Ajustes às demonstrações financeiras reapresentadas

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2011, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2e que foram efetuados para alterar o balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, ou seja, saldos de abertura em 1 de janeiro de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram adequadamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre o balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre este balanço patrimonial tomado em conjunto. Este balanço patrimonial antes dos citados ajustes foi examinado por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem modificação, datado de 19 de fevereiro de 2009.

Belo Horizonte, 21 de maio de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-MG



Antonio de Pádua Soares Pelicarpo
Contador CRC MG 027739/O-3

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011, 2010, 2009 e 01/01/2009

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2011	2010 representado	2009 representado	01/01/2009 representado	Passivo	Nota	2011	2010 representado	2009 representado	01/01/2009 representado
Caixa e equivalentes de caixa	5	73.473	62.245	52.209	106.094	Fornecedores e outras contas a pagar		160	225	218	530
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	17.226	2.160	1.365	1.383	Salários e encargos sociais		636	578	557	487
Títulos e valores mobiliários	7	3.511	6.461	2.768	6.210	Impostos a recolher		760	612	223	551
Tributos a recuperar	8	6.896	8.997	10.958	7.631	Obrigações por repasse	13	20.422	7.598	6.199	6.450
Outras contas		46	42	67	68	Juros sobre o capital próprio		-	-	-	11.098
Total do ativo circulante		101.152	79.905	67.367	121.386	Total do passivo circulante		21.978	9.013	7.197	19.116
Títulos e valores mobiliários	7	10.431	11.623	13.992	15.899	Provisões	9	654	395	161	7
Depósitos judiciais	9	3.415	2.701	3.037	2.718	Passivo fiscal diferido	14	58.824	43.321	48.252	34.418
Investimentos em coligada	10	14.575	11.643	8.925	6.856	Total do passivo não circulante		59.478	43.716	48.413	34.425
Outros investimentos	11	242.656	214.978	229.480	182.229	Total do passivo		81.456	52.729	55.610	53.541
Imobilizado	12	155	560	674	701	Patrimônio líquido	16				
Intangível		11	19	32	81	Capital social		105.571	140.000	140.000	100.000
Total do ativo não circulante		271.243	241.524	256.140	208.484	Reserva de lucros		69.568	45.111	34.232	96.587
						Lucros acumulados		-	-	-	12.929
						Ajuste de avaliação patrimonial		115.800	83.589	93.665	66.813
Total do ativo		372.395	321.429	323.507	329.870	Total do patrimônio líquido		290.939	268.700	267.897	276.329
						Total do passivo e patrimônio líquido		372.395	321.429	323.507	329.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2011	2010 reapresentado	2009 reapresentado
Receita	17	53.871	38.864	20.484
Custos	19	<u>(7.210)</u>	<u>(7.324)</u>	<u>(5.413)</u>
Lucro bruto		<u>46.661</u>	<u>31.540</u>	<u>15.071</u>
Despesas administrativas		(3.592)	(2.839)	(3.102)
Outras receitas (despesas)		2.532	7	25
Resultado de equivalência patrimonial	10	<u>3.033</u>	<u>4.738</u>	<u>2.069</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>48.634</u>	<u>33.446</u>	<u>14.063</u>
Receitas financeiras		9.396	9.770	12.067
Despesas financeiras		<u>(90)</u>	<u>(3)</u>	<u>(1.818)</u>
Receita (despesas) financeiras, líquidas	18	<u>9.306</u>	<u>9.767</u>	<u>10.249</u>
Resultado antes dos impostos		<u>57.940</u>	<u>43.213</u>	<u>24.312</u>
Impostos de renda		(2.274)	(2.109)	(465)
Contribuição social		<u>(832)</u>	<u>(774)</u>	<u>(181)</u>
	14	<u>(3.106)</u>	<u>(2.883)</u>	<u>(646)</u>
Resultado do exercício		<u>54.834</u>	<u>40.330</u>	<u>23.666</u>
Resultado p/ lote de mil ações (básico e diluído em R\$)		<u>374,47</u>	<u>206,74</u>	<u>121,31</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2011	2010	2009
Resultado do exercício		54.834	40.330	23.666
Outros resultados abrangentes				
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	11.a	94.859	(14.502)	40.686
Redução do valor justo em função da redução de capital na baixa do investimento na Gasmig		(49.262)	-	-
Participação no resultado abrangente de coligada		<u>2.117</u>	<u>(505)</u>	<u>-</u>
		<u>47.714</u>	<u>(15.007)</u>	<u>40.686</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes		<u>(15.503)</u>	<u>4.931</u>	<u>(13.834)</u>
Resultado abrangente total		<u><u>87.045</u></u>	<u><u>30.254</u></u>	<u><u>50.518</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

Nota	Reserva de lucros				Ajuste Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital social	Legal	Ações em tesouraria	Retenção de Lucros			
Saldo ajustado em 1º de janeiro de 2009 (reapresentado)	100.000	7.898	(124)	88.813	66.813	12.929	276.329
Aumento de capital	40.000	(137)	-	(39.863)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(48.950)	-	-	(48.950)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.666	23.666
Reserva legal	-	1.173	-	-	-	(1.173)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Variação no valor justo dos investimentos	2.e	-	-	-	40.686	-	40.686
Tributos s/ variação no valor justo dos investimentos	2.e	-	-	-	(13.834)	-	(13.834)
Retenção de lucros	16.c	-	-	25.422	-	(25.422)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	140.000	8.934	(124)	25.422	93.665	-	267.897
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	40.330	40.330
Reserva legal	-	2.318	-	-	-	(2.318)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(9.167)	(9.167)
Variação no valor justo dos investimentos	2.e	-	-	-	(14.502)	-	(14.502)
Tributos s/ variação no valor justo dos investimentos	2.e	-	-	-	4.931	-	4.931
Participação no resultado abrangente de coligada	-	-	-	-	(505)	-	(505)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(12.284)	-	(8.000)	(20.284)
Retenção de lucros	16.c	-	-	20.845	-	(20.845)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reapresentado)	140.000	11.252	(124)	33.983	83.589	-	268.700
Redução de capital	(34.429)	-	-	-	(49.262)	16.510	(67.181)
Realização do passivo fiscal diferido	-	-	-	-	16.749	-	16.749
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	119	(119)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	54.834	54.834
Reserva legal	-	2.742	-	-	-	(2.742)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(9.586)	(9.586)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(26.887)	-	(10.414)	(37.301)
Variação no valor justo dos investimentos	2.e	-	-	-	94.859	-	94.859
Tributos s/ variação no valor justo dos investimentos	2.e	-	-	-	(32.252)	-	(32.252)
Participação no resultado abrangente de coligada	-	-	-	-	2.117	-	2.117
Retenção de lucros	16.c	-	-	48.602	-	(48.602)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	105.571	13.994	(5)	55.579	115.800	-	290.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	Notas	2011	2010 reapresentado	2009 reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do Exercício		54.834	40.330	23.666
Ajustes para:				
Depreciação e amortização		90	106	147
Despesa com provisão férias, 13º sal. e encargos		493	435	416
Baixa de ativo imobilizado		2	2	-
Amortização desp. antecipadas		11	17	2
Provisão para contingências	9	260	234	154
Resultado na venda de ativo imobilizado		(2.296)	(8)	-
Venda de bens não de uso a receber		(488)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	(3.033)	(4.738)	(2.069)
Receita de participações acionárias não recebidas	17	(14.254)	(1.631)	(858)
Atualização de títulos e valores mobiliários		(2.549)	(4.421)	(1.368)
		<u>33.070</u>	<u>30.326</u>	<u>20.090</u>
(Aumento)/Diminuição de contas a receber (exceto juros sobre o capital próprio e dividendos)		(57)	(15)	(74)
(Aumento)/Diminuição de impostos a recuperar	8	2.101	1.961	(3.327)
(Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais		(714)	336	(319)
Aumento/(Diminuição) de fornecedores		(65)	7	(312)
Aumento/(Diminuição) de salários e encargos sociais		(435)	(414)	(346)
Aumento/(Diminuição) de impostos a recolher		147	389	(328)
Aumento/(Diminuição) obrigações por repasses	13	12.824	1.400	(251)
Receita de participações acionárias recebidas de coligada		2.218	1.515	-
Receita de participações acionárias recebidas de outros investimentos	6	1.631	858	950
		<u>50.720</u>	<u>36.363</u>	<u>16.083</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais				
Venda de ativo imobilizado		727	68	-
Aumento de capital em outros investimentos	11	-	-	(6.566)
Aquisições imobilizado/intangível		(23)	(41)	(71)
		<u>704</u>	<u>27</u>	<u>(6.637)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento				
Recebimento de títulos e valores mobiliários		6.691	3.097	6.717
Distribuição dividendos e juros sobre o capital próprio	16	(46.887)	(29.451)	(70.048)
		<u>(40.196)</u>	<u>(26.354)</u>	<u>(63.331)</u>
Caixa proveniente de (usado em) atividades de financiamento				
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa:		<u>11.228</u>	<u>10.036</u>	<u>(53.885)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		73.473	62.245	52.209
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		62.245	52.209	106.094
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa:		<u>11.228</u>	<u>10.036</u>	<u>(53.885)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	2011	2010	2009
Receitas de serviços	5.792	5.683	4.465
Receitas de recuperação de créditos	11.780	12.115	6.424
Outras receitas	2.532	8	25
Receitas	20.104	17.806	10.914
Custos processuais	(827)	(1.270)	(658)
Serviços tomados de terceiros	(1.613)	(1.235)	(1.033)
Despesas administrativas	(314)	(445)	(593)
Insumos adquiridos de terceiros	(2.754)	(2.950)	(2.284)
Valor adicionado bruto	17.350	14.856	8.630
Depreciação e amortização	(90)	(106)	(147)
Valor adicionado líquido	17.260	14.750	8.483
Resultado de equivalência patrimonial	3.033	4.738	2.069
Receitas de participações acionárias	38.328	23.079	10.859
Receitas financeiras	9.396	9.770	12.067
Valor adicionado total a distribuir	68.017	52.337	33.478
Remuneração direta	3.560	3.303	3.098
Benefícios	613	589	601
FGTS	263	223	236
Pessoal	4.436	4.115	3.935
Remuneração direta	820	778	723
FGTS	38	42	14
Diretoria e conselhos	858	820	737
Federais	5.957	5.605	2.642
Estaduais	3	18	1
Municipais	364	357	280
Impostos, taxas e contribuições	6.324	5.980	2.923
Obrigação por repasse	1.460	970	285
Despesa financeira	90	3	1.818
Alugueis	15	119	114
Remuneração de capitais de terceiros	1.565	1.092	2.217
Juros sobre o capital próprio	9.586	9.167	10.000
Dividendos	10.414	34.887	12.284
Reservas legal	2.742	2.318	1.173
Retenção de lucros	32.092	(6.042)	209
Remuneração de capitais próprios	54.834	40.330	23.666
Distribuição do valor adicionado	68.017	52.337	33.478

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2011, 2010, 2009 e 1º janeiro de 2009.

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais.

Os principais objetivos da Companhia são:

- a.** Participação na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b.** Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c.** Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d.** Assessorar os dirigentes da Secretaria de Estado da Fazenda e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com a participação acionária do Estado;
- e.** Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da Secretaria de Estado de Fazenda - SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais ("Minascaixa") e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais ("Bemge") e Banco de Crédito Real de Minas Gerais ("Credireal"). A administração desses ativos do EMG abrange, atualmente, 2.032 operações de crédito originadas na Minascaixa (971), Bemge (965), Credireal (53) e Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais ("BDMG") (43), de suas carteiras comercial, rural e habitacional.

As receitas decorrentes da recuperação de operações de crédito (créditos em liquidação) adquiridas pela Companhia junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal, mediante contrato de cessão de créditos, totalizaram em 2011 a importância de R\$11.780 (Bemge - R\$4.882 e Credireal - R\$6.898), R\$12.115 em 2010 e R\$6.424 em 2009 (veja nota 17).

Por força do contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado semestral líquido da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação (veja nota 13.b).

Essas operações, por serem de difícil precificação e não acrescentarem nenhum valor ao preço de venda dos dois bancos foram cedidas à Companhia pelo valor de R\$1,00 por contrato (Bemge) e R\$0,08 (Credireal). A cessão desses créditos teve como objetivo garantir a sua permanência em uma empresa sob controle acionário do EMG e, indiretamente, reduzir o custo do saneamento financeiro e patrimonial dos dois bancos estaduais, suportado pelo acionista controlador (EMG). O recebimento dessas operações não tem um comportamento uniforme e depende muito da evolução dos procedimentos jurídicos de cobrança de cada crédito, bem como da superação de entraves e obstáculos utilizados pelos devedores. A tendência de recuperação é declinante, pois são dívidas bem antigas, contraídas, em grande parte, com devedores que atualmente apresentam baixa ou nenhuma capacidade de pagamento e suportadas geralmente por garantias frágeis e de difícil realização.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Conforme autorizado pela Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010, pretendemos adquirir do EMG a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”) referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG (“Direitos de Crédito Autônomos”).

De forma a adquirir recursos para a aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos, pretendemos realizar nossa Segunda Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, no montante total de até R\$ 500.000 (“Debêntures”).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de maio de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado, por participação em coligada mensurada pelo método de equivalência patrimonial e por ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 9 - Depósitos judiciais e provisão para contingências
- Nota 11 - Outros investimentos
- Nota 13 - Obrigações por repasse

As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 9 - Depósitos judiciais e provisão para contingências
- Nota 11 - Outros investimentos
- Nota 13 - Obrigações por repasse

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

e. Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008 foram apuradas considerando os Outros investimentos mensurados ao valor de custo de aquisição com provisão para perdas. Essa prática foi motivada por uma divergência de interpretação conceitual na aplicação do CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, o que impactou o resultado e a mensuração dos ativos. Naqueles exercícios, o mais apropriado seria a classificação desses investimentos como ativos financeiros disponíveis para venda e a mensuração pelo valor justo, para aqueles em que o valor justo pudesse ser prontamente determinado de forma confiável, e os demais ao custo de aquisição, sem a necessidade de provisão para perdas, visto tratarem-se de investimentos em empresas de grupos sólidos cuja expectativa de realização é provável.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foram apuradas considerando o investimento em coligada mensurado ao valor de custo de aquisição e os dividendos lançados no resultado dos respectivos exercícios. Essa prática foi motivada por uma divergência de interpretação conceitual na aplicação do CPC 18 - Investimento em coligada e em controlada, o que impactou o resultado e a mensuração do ativo. Naqueles exercícios o mais apropriado seria a mensuração do investimento em coligada pelo método de equivalência patrimonial.

Em função destas situações e visando adequar as demonstrações financeiras de maneira mais apropriada ao BRGAAP, qual seja a mensuração dos investimentos disponíveis para venda ao valor justo, demais investimentos pelo custo de aquisição e investimentos em coligadas pelo método de equivalência patrimonial, uma nova mensuração foi realizada aos investimentos, para efeito de reapresentação dos demonstrativos.

Esses ajustes contábeis foram aplicados retrospectivamente ao início do período anterior mais antigo apresentado e tiveram um impacto positivo de R\$210 no lucro em 2009 e negativo de R\$6.042 em 2010. Abaixo, seguem balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício que sumarizam os ajustes realizados para os exercícios supracitados:

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

ATIVO		31/12/2010 Reapresentado	Ajustes e reclassi- ficações	31/12/2010 Divulgado	31/12/2009 Reapresentado	Ajustes e reclassi- ficações	31/12/2009 Divulgado	01/01/2009 Reapresentado	Ajustes e reclassi- ficações	31/12/2008 Divulgado
Investimento em Coligada	i	11.643	1.277	10.366	8.925	8.326	599	6.856	6.257	599
Outros Investimento	ii - iii	214.978	132.728	82.250	229.480	146.729	82.751	182.229	107.902	74.326
Total do Ativo Não circulante:		241.524	134.005	107.519	256.140	155.055	101.085	208.484	114.160	94.324
TOTAL DO ATIVO		321.429	134.005	187.424	323.507	155.055	168.452	329.870	114.160	215.710

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31/12/2010 Reapresentado	Ajustes e reclassi- ficações	31/12/2010 Divulgado	31/12/2009 Reapresentado	Ajustes e reclassi- ficações	31/12/2009 Divulgado	01/01/2009 Reapresentado	Ajustes e reclassi- ficações	31/12/2008 Divulgado
Passivo fiscal diferido	ii	43.321	43.321	-	48.252	48.252	-	34.418	34.418	-
Total do passivo não circulante		43.716	43.321	395	48.413	48.252	161	34.425	34.418	7
Patrimônio líquido										
Capital social		140.000	-	140.000	140.000	-	140.000	100.000	-	100.000
Reservas de lucros	i-iii	45.111	7.096	38.015	34.232	13.138	21.094	96.587	-	96.587
Lucros acumulados	i-iii	-	-	-	-	-	-	12.929	12.929	-
Ajuste de avaliação patrimonial	ii	83.589	83.589	-	93.665	93.665	-	66.813	66.813	-
Total do patrimônio líquido		268.700	90.685	178.015	267.897	106.803	161.094	276.329	79.742	196.587
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		321.429	134.005	187.424	323.507	155.055	168.452	329.870	114.160	215.710

Demonstração do Resultado		31/12/2010 Reapresentado	Ajustes e reclassi- ficações	31/12/2010 Divulgado	31/12/2009 Reapresentado	Ajustes e reclassi- ficações	31/12/2009 Divulgado
Receita	i	38.864	(1.515)	40.379	20.484	-	20.484
Outras receitas (despesas)	iii	7	503	(496)	25	(1.859)	1.884
Resultado de equivalência patrimonial	i	4.738	(5.030)	9.768	2.069	2.069	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		33.446	(6.042)	39.488	14.063	210	13.853
Resultado antes dos impostos		43.213	(6.042)	49.255	24.312	210	24.102
Resultado do exercício		40.330	(6.042)	46.372	23.666	210	23.456

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		31/12/2010 Reapresentado	Ajustes e reclassi- ficações	31/12/2010 Divulgado	31/12/2009 Reapresentado	Ajustes e reclassi- ficações	31/12/2009 Divulgado
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Resultado do Exercício		40.330	6.042	46.372	23.666	(210)	23.456
Ajustes para:							
Provisão para perdas de participações acionárias	iii	-	(503)	503	-	(212)	212
Reversão de prov. p/perdas de participações acionárias	iii	-	-	-	-	2.071	(2.071)
Resultado de equivalência patrimonial	i	(4.738)	5.030	(9.768)	(2.069)	(2.069)	-

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Demonstrações de resultados abrangentes	31/12/2010 Reapresentado	Ajustes e reclassi- ficações	31/12/2010 Divulgado	31/12/2009 Reapresentado	Ajustes e reclassi- ficações	31/12/2009 Divulgado
Resultado do exercício	40.330	40.330	-	23.666	23.666	-
Outros resultados abrangentes						
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(14.502)	(14.502)	-	40.686	40.686	-
Participação no resultado abrangente de coligada	(505)	(505)	-	-	-	-
	(15.007)	(15.007)	-	40.686	40.686	-
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	4.931	4.931	-	(13.833)	(13.833)	-
Resultado abrangente total	30.254	30.254	-	50.519	50.519	-

Explicações adicionais sobre os ajustes realizados:

i. Ajuste dos investimentos em coligada

Nas demonstrações financeiras apresentadas anteriormente, o investimento em coligada estava mensurado pelo valor de custo até o exercício 2009, sendo que a demonstração de resultados do exercício de 2010 apresentou ainda dividendos oriundos de coligada no valor de R\$1.515. Somente em dezembro de 2010 foi reconhecida a equivalência patrimonial acumulada no valor de R\$9.768 com base no patrimônio líquido da coligada em 30 de novembro de 2010. Tanto os dividendos recebidos quanto à equivalência patrimonial foram reconhecidas no resultado e consequentemente no lucro acumulado daquele exercício.

Os ajustes realizados nos saldos do investimento em coligada em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, nos respectivos valores acumulados de R\$6.257 e R\$8.326, referem-se à diferença entre o valor do investimento mensurado anteriormente a custo - R\$599 e o valor do investimento mensurado pelo método de equivalência patrimonial ("MEP") nessas datas. O resultado da equivalência patrimonial do exercício de 2009 - R\$2.069 encontra-se reconhecido no resultado e no fluxo de caixa do exercício a conta de "resultado de equivalência patrimonial" (veja nota 10).

A diferença entre o valor de resultado de equivalência patrimonial reconhecido anteriormente no resultado de 31 de dezembro de 2010 (R\$9.768) e a equivalência patrimonial relativa apenas ao exercício de 2010 (R\$4.738), no valor de R\$5.030 foi reconhecido no resultado de equivalência patrimonial (veja nota 10).

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Os resultados abrangentes negativos da Coligada no exercício de 2010 não foram reconhecidos pela Companhia nas demonstrações anteriormente apresentadas, o que resultou no ajuste de R\$505, decorrente da aplicação da participação da Companhia sobre o resultado abrangente apresentado pela Coligada. Esse ajuste teve como reflexo a redução do patrimônio líquido à conta de “Ajuste de avaliação patrimonial”.

ii. Ajuste dos investimentos em participações ao valor justo

Nas demonstrações financeiras apresentadas anteriormente certos investimentos, ora classificados na rubrica “outros investimentos” (veja nota 11.a), estavam mensurados pelo valor de custo.

Os ajustes nos saldos desses investimentos aqui apresentados, referem-se à variação entre o valor de custo e o valor justo apurado nas datas base das demonstrações financeiras: R\$101.231 em 1º de janeiro de 2009, R\$141.917 em 2009 e R\$127.415 em 2010.

Os ajustes ao valor justo acima foram reconhecidos na demonstração de resultados abrangentes à conta de “ajuste de avaliação patrimonial”.

iii. Ajuste dos investimentos em participações ao custo de aquisição

Nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores certos investimentos, ora classificados na rubrica “outros investimentos” (veja nota 11.b), estavam mensurados pelo valor de custo e estavam reduzidos de provisões para perda.

Os ajustes nos saldos desses investimentos referem-se ao estorno das provisões para perdas no valor do investimento em participações ao custo de aquisição: R\$6.671 em 1º de janeiro de 2009, R\$4.812 em 2009 e R\$5.314 em 2010.

Em relação aos resultados e fluxos de caixa dos exercícios, os ajustes de R\$1.859 em 2009 e R\$503 em 2010 referem-se ao estorno dos reflexos da provisão para perdas no valor dos investimentos que fora reconhecida no resultado apresentado anteriormente.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

iv. Apresentação dos resultados abrangentes

Não foi originalmente apresentada à demonstração dos resultados abrangentes conforme requerido pelo BRGAAP nos exercícios de 2010 e 2009. As demonstrações dos resultados abrangentes estão sendo apresentadas para refletir os ajustes a valor justo dos investimentos disponíveis para venda e seus reflexos tributários.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Investimento em coligada

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorreram. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos, títulos e valores mobiliários e outros investimentos.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão representados por títulos e valores mobiliários (veja nota 7).

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis estão representados por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros créditos (veja notas 5 e 6).

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa e CDBs com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de conversão de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda na rubrica “outros investimentos” (veja nota 11.a).

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar e obrigações por repasse.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram creditados e pagos durante o exercício de competência.

c. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado.

ii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual estimado.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

d. Ativos intangíveis

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Estes ativos estão representados por softwares não customizados adquiridos pela Companhia.

ii. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

A Companhia possui o seguinte ativo com ajuste ao valor recuperável: crédito junto a Goes Cohabita (operação de mútuo) decorrente de alienação de participação acionária no Banco Agrimisa (veja nota 6.d).

f. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

g. Receita operacional

i. Serviços

A receita de prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG é reconhecida no resultado tendo como base o mês da prestação do serviço.

ii. Recuperação de créditos

As receitas de recuperação de créditos adquiridos pela Companhia junto aos bancos Bemge e Credireal, por se tratarem de créditos contingentes decorrentes de operações de crédito com qualidade deteriorada e portanto desreconhecidos nas instituições financeiras de origem, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de atualização de créditos tributários, aplicações em fundos e CDBs e rendimentos de títulos e valores mobiliários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações negativas de ativos financeiros, encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

i. Receitas de participações acionárias

As receitas de participações acionárias são representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos registrados pelo valor justo ou custo histórico, quando aplicável.

As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

j. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, relacionados a ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, são classificados como passivos fiscais diferidos, cuja variação encontra-se reconhecida em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

k. Informação por segmento

Administração entende haver apenas um segmento operacional, identificadas a partir da maneira pela qual os processos são organizados dentro da Companhia para a tomada de decisões operacionais e para a avaliação de desempenho. As informações financeiras são divulgadas da mesma maneira e baseadas nas mesmas políticas como são reportadas internamente e utilizadas pelo principal gestor ou grupo de pessoas que tomam decisões sobre os recursos a serem alocados e avaliam o seu desempenho.

l. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Investimentos em instrumentos patrimoniais

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras e se não há cotação de mercado, através de uma técnica de “valuation”. Técnicas de “valuation” aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados utilizando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (veja nota 20.n).

5 Caixa e equivalente de caixa

	2011	2010	2009	01/01/2009
		reapresentado	reapresentado	reapresentado
Caixa e bancos	10	180	2	13
Aplicações financeiras	<u>73.463</u>	<u>62.065</u>	<u>52.207</u>	<u>106.081</u>
	<u>73.473</u>	<u>62.245</u>	<u>52.209</u>	<u>106.094</u>

As aplicações financeiras são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

6 Contas a receber de clientes e outros créditos

		2011	2010 reapresentado	2009 reapresentado	01/01/2009 reapresentado
Circulante					
JCP/Dividendos a receber	a	14.254	1.630	858	950
Valores a receber de cliente	b	534	513	475	401
Créditos a recuperar		16	17	17	17
Outros créditos	c	2.422	-	15	15
		17.226	2.160	1.365	1.383
Não circulante					
Créditos a receber - Goes Cohabita	d	5.105	5.105	5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	d	(5.105)	(5.105)	(5.105)	(5.105)
Total contas a receber e outros créditos		17.226	2.160	1.365	1.383

- a. Os dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrem de investimentos: i) participações acionárias classificadas como disponíveis para venda na Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig") e na Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig") e ii) na coligada Helicópteros do Brasil S.A. ("Helibrás"). O prazo de recebimento não ultrapassa a um exercício.
- b. A Companhia possui como principal cliente o EMG por meio de contrato de prestação de serviços firmados junto à Secretaria de Estado de Fazenda ("SEF") e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão ("SEPLAG"). O prazo de recebimento não ultrapassa 30 dias.
- c. Em novembro de 2011 foi alienado um imóvel anteriormente utilizado como sede da Companhia antes da transferência para a Cidade Administrativa do EMG, cujo saldo parcelado em 31 de dezembro de 2011 tem quitação prevista para novembro de 2012. O resultado da venda desse imobilizado foi de R\$2.296.
- d. A Companhia possui créditos ajuizados decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Goes Cohabita Participações Ltda. em março de 1989, por ocasião da alienação de participação acionária no Banco Agrimisa S.A. Em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização, o Conselho de Administração da Companhia deliberou em 20 de junho de 2002 pela provisão da perda total do crédito, cenário este que permanece inalterado.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

7 Títulos e valores mobiliários

		2011	2010	2009	01/01/2009
			reapresentado	reapresentado	reapresentado
CEMIG GT	a.	-	3.283	46	3.268
ArcelorMittal	b.	3.359	3.146	2.722	2.942
TDA	c.	152	32	-	-
Circulante		<u>3.511</u>	<u>6.461</u>	<u>2.768</u>	<u>6.210</u>
CEMIG GT	a.	-	-	3.226	3.226
ArcelorMittal	b.	9.976	11.052	10.766	12.673
TDA	c.	455	571	-	-
Não Circulante		<u>10.431</u>	<u>11.623</u>	<u>13.992</u>	<u>15.899</u>
TOTAL		<u>13.942</u>	<u>18.084</u>	<u>16.760</u>	<u>22.109</u>

Os títulos e valores mobiliários, classificados como mantidos até o vencimento, referem-se a:

- 400 debêntures de emissão da CEMIG Geração e Transmissão S.A., sendo 200 títulos de 1ª série atualizados pelo CDI mais juros de 1,20% a.a. e 200 títulos de 2ª série atualizadas em 104% do CDI, vencidas em 1º de novembro 2009 e 2011, respectivamente. A receita financeira reconhecida em relação a esses títulos foi de R\$331 em 2011, R\$327 em 2010, R\$639 em 2009.
- 54.914 debêntures de emissão da Belgo Mineira Participações Ind. Com. S.A. (incorporada pela ArcelorMittal) atualizadas por IGP-M, com pagamento de parcelas semestrais, cuja última parcela vencerá em 30 de dezembro de 2017. A receita financeira reconhecida em relação a esses títulos foi de R\$2.265 em 2011, R\$3.493 em 2010, R\$1.335 em 2009.

Conforme mencionado na nota 1, a Companhia é detentora de títulos de créditos por força do contrato celebrado com o EMG, adquiridos no processo de alienação do controle acionário do Bemge e Credireal. Esses créditos foram adquiridos por valores simbólicos (R\$1 real e R\$0,08 centavos por cada título respectivamente), dado que se encontravam totalmente provisionados nas respectivas instituições financeiras acima referidas e, portanto, reconhecidos com valores justos zero no momento inicial.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A Companhia efetuou a cobrança, no exercício findo em 31 de dezembro de 1999, de dois títulos da empresa Mendes Júnior, vencidos em julho de 1997 e janeiro de 1998, cujos valores totalizavam R\$18.396 em 31 de dezembro de 1999. A companhia Belgo Mineira Participações S.A., sucessora da Mendes Júnior e posteriormente incorporada pela ArcelorMittal, concordou em pagar tais títulos através de emissão de 54.914 debêntures, não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$18.396, sujeitas à atualização monetária anual pela variação do IGPM, amortizadas em 51 parcelas semestrais, cujo vencimento da primeira deu-se em 30 de junho de 2002 e vencimento final em 28 anos contados a partir de 31 de dezembro de 1999. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, o vencimento final foi repactuado para 17 anos, ou seja, 31 de dezembro de 2017.

Conforme divulgado na nota 3g, a Companhia reconhece a receita correspondente aos valores negociados (R\$18.396) e o custo contábil (R\$0,16 centavos), conforme o recebimento das parcelas semestrais e a atualização monetária pelo IGPM em bases mensais.

- c. 6.219 Títulos da Dívida Agrária - TDAE, adquiridos em agosto/2010, atualizados pela TR + 6% a.a., com resgate de juros em 1º de março de 2011 e resgate do principal e juros em quatro parcelas anuais a partir de 1º de março de 2012, com vencimento final em 1º de março de 2015. A receita financeira reconhecida em relação a esses títulos foi de R\$39 em 2011 e R\$31 em 2010.

8 Tributos a recuperar

		2011	2010	2009	01/01/2009
			reapresentado	reapresentado	reapresentado
COFINS	a	1.089	2.932	4.721	6.078
FINSOCIAL	b	-	1.014	1.838	-
Saldos negativos IRPJ/CSLL	c	5.807	5.051	4.399	1.553
Total		<u>6.896</u>	<u>8.997</u>	<u>10.958</u>	<u>7.631</u>

- a. Créditos tributários (impostos a compensar) decorrentes de ação judicial com trânsito em julgado em 14 de maio de 2008 e habilitação junto à Receita Federal do Brasil em 18 de junho de 2008. O saldo remanescente será compensado à medida que impostos a recolher forem apurados;

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- b. Créditos tributários e atualizações decorrentes de recolhimento a maior de FINSOCIAL, cuja decisão transitada em julgado reconheceu o direito de compensação dos valores recolhidos indevidamente para aquele tributo somente com débitos da COFINS; e
- c. Pagamento a maior de imposto de renda e contribuição social nos exercícios de 2009 e 2010 devidamente atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC conforme legislação vigente, e imposto de renda retido na fonte no exercício de 2011.

9 Depósitos judiciais e provisões

Natureza		2011	2010 reapresentado	2009 reapresentado	01/01/2009 reapresentado
Cível	a	2.178	1.717	2.296	2.120
Tributária	b	1.237	977	736	583
Trabalhista	c	-	7	5	15
Total		3.415	2.701	3.037	2.718

- a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais (“penhoras *on-line*”) sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência;
- b. Valor referente a: depósitos de natureza tributária de IRPJ/CSLL no valor de R\$654 em 2011 (R\$394 em 2010 e R\$153 em 2009); depósito de natureza fiscal de Imposto sobre Operações Financeiras - IOF relacionado a processo judicial no qual a Receita Federal do Brasil contesta o não recolhimento do tributo (R\$583 em 31 de dezembro de 2011, 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009). A Administração considera a possibilidade de perda como remota, razão pela qual não foi constituída nenhuma provisão;
- c. Depósitos judiciais em ações trabalhistas decorrentes de responsabilidade solidária na contratação de serviços com cessão de mão de obra.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Movimentação de depósitos judiciais:

	01/01/2009	2009			2010			2011		
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo	Adições	Baixas	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Cível	2.119	289	(112)	2.296	347	(926)	1.717	779	(318)	2.178
Tributária	583	153	-	736	241	-	977	260	-	1.237
Trabalhista	16	4	(15)	5	7	(5)	2	-	(7)	-
	<u>2.718</u>	<u>446</u>	<u>(127)</u>	<u>3.037</u>	<u>595</u>	<u>(931)</u>	<u>2.701</u>	<u>1.039</u>	<u>(325)</u>	<u>3.415</u>

Provisão

Refere-se à provisão constituída no valor de R\$654 (R\$394 em 2010 e R\$153 em 2009) para fazer face à eventual desfecho desfavorável na ação judicial impetrada em 28 de janeiro de 2009 questionando a não dedutibilidade da CSLL sobre a base de cálculo do IRPJ e da própria CSLL, para efeito da determinação do lucro real. Os valores questionados são depositados judicialmente.

Contingências não provisionadas

Os principais processos da Companhia, com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, são os relacionados abaixo, para os quais não há provisão contábil:

- Processo oriundo de companhia incorporada em 2006, visando impedir a cobrança de taxas de fiscalização cobradas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Referido processo encontra-se pendente de julgamento de recurso de apelação interposto pela CVM junto ao Tribunal Federal da 1ª região contra sentença que julgou procedente os embargos à execução interpostos pela Companhia. O montante envolvido neste processo é de R\$69 em 31 de dezembro de 2011.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- Processo em trâmite contra a Companhia na 5ª Vara da Fazenda Estadual - Belo Horizonte cujo objeto é a anulação do contrato de compra e venda por meio do qual a Companhia transferiu à Goes Cohabita Participações Ltda. ações representativas do controle do Banco Agrimisa S.A., além de contrato de mútuo celebrado em cobertura ao aporte de recursos efetuado pela Companhia ao Banco. Em caso de perda, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos além daqueles já contabilizados nas contas de provisão (veja nota 6.d). Esse processo está em trâmite desde 1990 e o valor atualizado da causa é de aproximadamente R\$35.000. Em conexão com esse processo existe também a discussão judicial sobre honorários de sucumbência estimados em R\$3.000.

10 Investimentos em coligada

A Companhia possui participação acionária na Helicópteros do Brasil S.A. (“Helibrás”) correspondente a 12,45% do Capital Social e 25% do Capital votante.

Essa participação encontra-se classificada como investimento em coligada em conformidade com CPC 18 e art. 243 da Lei 6.404/76 (redação dada pela lei 11.941/09), uma vez que a Companhia detém 25% de ações ordinárias com direito a voto e possui representante no Conselho de Administração.

Mutação de investimento em coligada:

	Helibrás
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (reapresentado)	6.856
Equivalência patrimonial	2.069
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	8.925
Dividendos	(1.515)
Equivalência patrimonial	4.738
Participação no resultado abrangente	(505)
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (reapresentado)	11.643
Dividendos	(2.218)
Equivalência patrimonial	3.033
Participação no resultado abrangente	2.117
Saldos em 31 de dezembro de 2011	14.575

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras da coligada:

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo circulante	413.940	470.308	275.662	280.186
Ativo não circulante	113.536	69.288	27.881	17.275
Total do ativo	527.476	539.596	303.543	297.461
Passivo circulante	199.510	252.583	214.962	229.390
Passivo não circulante	210.924	193.513	16.906	13.009
Patrimônio líquido	117.042	93.500	71.675	55.062
Total do passivo e patrimônio líquido	527.476	539.596	303.543	297.461
Capital social	28.624	28.624	28.624	28.624
Receita líquida de vendas	288.082	357.451	304.092	201.959
Lucro líquido	15.063	23.202	14.311	25.143

11 Outros investimentos

	2011	2010 reapresentado	2009 reapresentado	01/01/2009 reapresentado
Participações ao valor justo	232.729	205.051	219.553	172.301
Participações ao custo de aquisição	9.927	9.927	9.927	9.928
Total	242.656	214.978	229.480	182.229

a. Participações ao valor justo

Os valores justos dos investimentos em instrumentos patrimoniais representados por 6.839.890 ações preferenciais da Cemig e 154.640 ações ordinárias da Copasa são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das demonstrações financeiras, classificados no nível 1 - mercado ativo - preço cotado (veja nota 20.n).

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

O investimento em instrumentos patrimoniais da Gasmig foi mensurado pelo valor de custo nos exercícios de 2009 e 2010, dada a inexistência de informações disponíveis e confiáveis sobre o valor justo do ativo. Em 2011, o controlador da Companhia procedeu à mensuração pelo valor justo através de técnicas de “valuation” com aplicação de fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado. Essa avaliação permitiu a classificação do referido ativo no nível 2 da hierarquia do valor justo (veja nota 20.n). Entretanto, não há saldo desse investimento em 31 de dezembro de 2011, uma vez que conforme assembleia geral extraordinária ocorrida em 13 de dezembro de 2011, o controlador da Companhia reduziu capital mediante retirada da totalidade das ações da Gasmig.

Os investimentos em instrumentos patrimoniais apresentaram a seguinte movimentação:

	Cemig	Copasa	Gasmig	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 reapresentado	<u>158.039</u>	<u>2.909</u>	<u>11.353</u>	<u>172.301</u>
Aumento de capital	-	-	6.566	6.566
Variação no valor justo	<u>38.453</u>	<u>2.233</u>	<u>-</u>	<u>40.686</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009 reapresentado	<u>196.492</u>	<u>5.142</u>	<u>17.919</u>	<u>219.553</u>
Variação no valor justo	<u>(13.798)</u>	<u>(704)</u>	<u>-</u>	<u>(14.502)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010 reapresentado	<u>182.694</u>	<u>4.438</u>	<u>17.919</u>	<u>205.051</u>
Variação no valor justo	<u>44.870</u>	<u>727</u>	<u>49.262</u>	<u>94.859</u>
Baixa por redução de capital	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(67.181)</u>	<u>(67.181)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u><u>227.564</u></u>	<u><u>5.165</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>232.729</u></u>

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

b. Participações ao custo de aquisição

Os investimentos em instrumentos patrimoniais abaixo foram mensurados pelo valor de custo dada a inexistência de informações disponíveis e confiáveis sobre os valores justos dos ativos.

Esses investimentos estão representados por 71.195 ações preferenciais e 45 ações ordinárias de cada uma das Companhias listadas abaixo:

	2011	2010	2009	01/01/2009
Gerdau Açominas S.A.	4.376	4.376	4.376	4.376
Gerdau Aços Longos S.A.	3.269	3.269	3.269	3.269
Gerdau América do Sul Participações S.A.	876	876	876	876
Gerdau Comercial de Aços S.A.	731	731	731	731
Gerdau Aços Especiais S.A.	574	574	574	574
Outros	101	101	101	102
Total	9.927	9.927	9.927	9.928

12 Imobilizado e intangível

Movimentação do custo:

	Saldo 01/01/2009	Aquisições	Baixas	Saldo 2009	Aquisições	Baixas	Saldo 2010	Aquisições	Baixas	Saldo 2011
Edificações	417	-	-	417	-	-	417	-	(417)	-
Terrenos	73	-	-	73	-	-	73	-	(73)	-
Máquinas e equipamentos	55	2	-	57	-	-	57	8	(43)	22
Móveis e utensílios	387	16	-	403	-	(98)	305	-	(188)	117
Veículos	46	45	(30)	61	-	-	61	-	-	61
Computadores e periféricos	287	1	(19)	269	41	(2)	308	15	(73)	250
Instalações comerciais	47	-	-	47	-	-	47	-	-	47
Aparelhos telefônicos	11	-	-	11	-	-	11	-	(10)	1
Total do imobilizado	1.323	64	(49)	1.338	41	(100)	1.279	23	(804)	498
Softwares	350	7	-	357	-	-	357	-	-	357
Total do intangível	350	7	-	357	-	-	357	-	-	357
Total	1.673	71	(49)	1.695	41	(100)	1.636	23	(804)	855

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Movimentação da depreciação e amortização:

	Taxa	Saldo			Saldo			Saldo			Saldo
	%	01/01/2009	Adição	Baixas	2009	Adição	Baixas	2010	Adição	Baixas	2011
Edificações	4	174	17	-	191	17	-	208	14	(222)	-
Máquinas e equipamentos	10	24	4	-	28	4	-	32	5	(28)	9
Móveis e utensílios	10	148	34	-	182	33	(38)	177	22	(126)	73
Veículos	20	46	-	(30)	16	9	-	25	9	-	34
Computadores e periféricos	20	188	33	(19)	202	27	-	229	29	(72)	186
Instalações comerciais	10	33	2	-	35	3	-	38	2	-	40
Aparelhos telefônicos	20	9	1	-	10	-	-	10	1	(10)	1
Total do imobilizado		622	91	(49)	664	93	(38)	719	82	(458)	343
Softwares		269	56	-	325	13	-	338	8	-	346
Total do diferido		269	56	-	325	13	-	338	8	-	346
TOTAL		891	147	(49)	989	106	(38)	1.057	90	(458)	689

Saldos líquido (custo - depreciação/amortização) em:

	01/01/2009	2009	2010	2011
Imobilizado	701	674	560	155
Intangível	81	32	19	11
Total líquido	782	706	579	166

13 Obrigações por repasses

	2011	2010	2009	01/01/2009
		reapresentado	reapresentado	reapresentado
Valores retidos de ex-acionistas Bemge	a	6.000	6.000	6.000
Resultado a distribuir a ex-acionistas Bemge	b	1.168	778	137
Recursos da venda de imóveis de terceiros	c	13.120	745	313
Créditos de terceiros	d	127	47	-
Outras obrigações		7	28	-
		20.422	7.598	6.450

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- a. Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e o Bemge (veja nota 1), destinados à cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pela Conselho de Administração.
- b. Valores a serem distribuídos aos ex-acionistas do Bemge (veja nota 1) decorrentes do resultado líquido da recuperação de créditos no segundo semestre de 2011. Os resultados líquidos das recuperações de créditos são distribuídos semestralmente.
- c. Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contratos de prestação de serviços firmados junto à SEF e SEPLAG. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados integralmente ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;
- d. Créditos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação conforme contrato de prestação de serviços de administração de ativos a serem repassados ao EMG.

14 Imposto de renda e contribuição social

	2011	2010 reapresentado	2009 reapresentado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	61.333	41.431	24.312
Despesa com juros sobre o capital próprio	(9.586)	(9.167)	(10.000)
Resultado de equivalência patrimonial	(6.426)	(2.956)	(2.069)
Dividendos recebidos	(36.075)	(20.712)	(9.519)
Outras adições/exclusões	-	-	(719)
Base de cálculo	9.246	8.596	2.005
Imposto de renda - 15%	1.387	1.289	301
Adicional de imposto de renda - 10%	901	836	177
Dedução Incentivo PAT	(14)	(16)	(12)
Total imposto de renda	2.274	2.109	465
Total contribuição social - 9%	832	774	181
Total de imposto de renda e contribuição social	3.106	2.883	646
Taxa efetiva	33,59%	33,53%	32,23%

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido refere-se aos ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, conforme demonstrado abaixo:

	2011	2010	2009	01/01/2009
Saldo bruto de ajustes de avaliação patrimonial	<u>173.012</u>	<u>127.415</u>	<u>141.917</u>	<u>101.231</u>
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	(43.253)	(31.854)	(35.479)	(25.307)
Contribuição social (9%)	<u>(15.571)</u>	<u>(11.467)</u>	<u>(12.773)</u>	<u>(9.111)</u>
Passivo fiscal diferido	<u>(58.824)</u>	<u>(43.321)</u>	<u>(48.252)</u>	<u>(34.418)</u>
Saldo líquido de ajustes de avaliação patrimonial	114.188	84.094	93.665	66.813

15 Partes relacionadas

O controlador direto da Companhia é o EMG, que também é o seu controlador final.

As transações entre a Companhia e suas partes relacionadas abrangem as seguintes operações: (i) valores a receber decorrentes de serviços prestados ao EMG; (ii) valores a repassar ao EMG conforme contratos de prestação de serviços firmados juntos à SEF e SEPLAG; (iii) dividendos da Cemig e Helibrás.

	2011			
	Governo de Minas	Helibrás	Cemig	Total
Ativos				
Circulante:	534	457	12.105	13.096
Contas a receber de clientes e outros créditos	534 (i)	457 (iii)	12.105 (iii)	13.096
Passivos				
Circulante:	18.655	-	-	18.655
Obrigações por repasse	18.655 (ii)	-	-	18.655
Receitas	5.792	3.033	32.622	41.447
Serviços prestados	5.792	-	-	5.792
Receitas de participações acionárias	-	-	32.622	32.622
Equivalência patrimonial	-	3.033	-	3.033

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

		2010			
		Governo de Minas	Helibrás	Cemig	Total
Ativos					
Circulante:		513	-	3.283	3.796
Contas a receber de clientes e outros créditos	(i)	513	-	-	513
Títulos e valores mobiliários		-	-	3.283	3.283
Passivos					
Circulante:		5.949	-	-	5.949
Obrigações por repasse	(ii)	5.949	-	-	5.949
Receitas		5.683	1.782	18.684	26.149
Serviços prestados		5.683	-	-	5.683
Receitas de participações acionárias		-	-	18.357	18.357
Receitas financeiras		-	-	327	327
Equivalência patrimonial		-	1.782	-	1.782

		2009				
		Governo de Minas	Helibrás	Cemig	BDMG	Total
Ativos		481	-	3.271	9	3.761
Circulante:		481	-	45	9	535
Contas a receber de clientes e outros créditos	(i)	481	-	-	9	490
Títulos e valores mobiliários		-	-	45	-	45
Não Circulante:		-	-	3.226	-	3.226
Títulos e valores mobiliários		-	-	3.226	-	3.226
Passivos						
Circulante:		4.802	-	-	-	4.802
Obrigações por repasse	(ii)	4.802	-	-	-	4.802
Receitas		4.464	2.069	10.100	-	16.633
Serviços prestados		4.464	-	-	-	4.464
Receitas de participações acionárias		-	-	9.461	-	9.461
Receitas financeiras		-	-	639	-	639
Equivalência patrimonial		-	2.069	-	-	2.069

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	01/01/2009				
	Governo de Minas	Helibrás	Cemig	BDMG	Total
Ativos	407	-	6.494	-	6.901
Circulante:	407	-	3.268	-	3.675
Contas a receber de clientes e outros créditos	407 (i)	-	-	9	416
Títulos e valores mobiliários	-	-	3.268	-	3.268
Não circulante:	-	-	3.226	-	3.226
Títulos e valores mobiliários	-	-	3.226	-	3.226
Passivos					
Circulante:	16.081	-	-	-	16.081
Obrigações por repasse	4.993 (ii)	-	-	-	4.993
Juros sobre o capital próprio	11.088	-	2	8	11.098

Adicionalmente, considerando que as transações da Companhia são realizadas exclusivamente com partes relacionadas, seja através da prestação de serviços ao seu controlador (Estado), ou a manutenção de investimentos em empresas por ele controladas, os resultados das operações da Companhia poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos com partes não relacionadas.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui a presidência, membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da companhia. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	2011	2010	2009
Honorários e Encargos	790	451	423
Diretoria	511	250	221
Conselho de administração	280	202	202

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Avais e fiança

A Companhia atuou como garantidora em operação de empréstimo do EMG junto ao Banco do Brasil (“BB”), firmada em 30 de junho de 2006, oferecendo 92% dos ativos representados por títulos patrimoniais da Cemig, os quais permanecerão caucionados.

Em 19 de dezembro de 2011, através do primeiro aditamento ao contrato de garantia firmado entre EMG e BB, houve a substituição das garantias vinculadas ao contrato, ocasião em que o EMG ofereceu títulos públicos federais como garantia da operação, liberando assim os títulos patrimoniais da Companhia ora caucionados.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é composto de ações nominativas, sem valor nominal e totalmente subscrito e integralizado.

Em 1º de janeiro de 2009 o capital social era de R\$100.000. Em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) realizada em 14 de abril de 2009, foi aprovado um aumento de capital alterando-o para R\$140.000 sem emissão de novas ações, permanecendo inalterado nas datas base de 31 de dezembro de 2009 e 2010.

Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2009 e 2010 e 1º de janeiro de 2009

Acionistas	Quantidade de ações			% Partic.
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
EMG	193.927.190	-	193.927.190	99,41
BDMG	165.323	-	165.323	0,08
CEMIG	53.307	-	53.307	0,03
Ações em tesouraria	35.860	897.901	933.761	0,48
Outros	-	7	7	0,00
	<u>194.181.680</u>	<u>897.908</u>	<u>195.079.588</u>	<u>100,00</u>

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Em 07 de dezembro de 2011 foram canceladas 897.908 ações preferenciais existentes em tesouraria conforme decisão da Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”).

Em 13 de dezembro de 2011, em AGE aprovou-se a redução do capital social no montante de R\$34.429, com consequente cancelamento de 47.752.319 ações ordinárias, mediante transferência de ativos da Companhia ao acionista controlador composto por 10.781.736 ações ordinárias nominativas e 7.132.773 ações preferenciais nominativas integrantes do capital social da Gasmig, ficando o capital social no montante de R\$105.571 assim composto:

Em 31 de dezembro de 2011

Acionistas	Quantidade de ações			% Partic.
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
EMG	146.174.871	-	146.174.871	99,83
BDMG	165.323	-	165.323	0,11
CEMIG	53.307	-	53.307	0,04
Ações em tesouraria	35.860	-	933.761	0,02
	<u>146.429.361</u>	<u>-</u>	<u>146.429.361</u>	<u>100,00</u>

b. Reserva legal

A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

c. Retenção de lucros

O saldo remanescente dos lucros gerados nos exercícios de 2011, 2010 e 2009 (oriundo basicamente dos ajustes efetuados nas demonstrações financeiras conforme nota 2e) foi reclassificado para reserva de retenção de lucros conforme disposição da Lei 11.638/2007, tendo a destinação determinada pela Assembleia Geral Ordinária.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

d. Ações em tesouraria

A Companhia cancelou em 07 de dezembro de 2011, 897.908 ações preferenciais de sua própria emissão, restando em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

e. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei.

Nas datas de 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 não houve saldo de dividendos a pagar, tendo em vista o pagamento de juros sobre o capital próprio superior aos dividendos mínimos obrigatórios em 2009, 2010 e 2011 e ainda a antecipação de dividendos ocorrida nos exercícios de 2010 e 2011, conforme demonstrado abaixo:

	2011	2010	2009
Lucro líquido	54.834	40.330	23.666
Reserva legal	<u>(2.742)</u>	<u>(2.318)</u>	<u>(1.173)</u>
Base de cálculo para dividendos	<u>52.092</u>	<u>38.012</u>	<u>22.493</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	13.023	9.503	5.623
Juros sobre o capital próprio distribuídos - exercício corrente	9.586	9.167	10.000
Juros sobre o capital próprio distribuídos - exercício anterior	-	-	11.098
Dividendos ordinários distribuídos	10.414	8.000	48.950
Dividendos extraordinários distribuídos	<u>26.887</u>	<u>12.284</u>	<u>-</u>
Total distribuído	<u>46.887</u>	<u>29.451</u>	<u>70.048</u>

f. Juros sobre capital próprio

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia tem como prática o cálculo mensal de juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") vigente no exercício, os quais são imputados ao dividendo mínimo obrigatório e classificados como despesas financeiras para fins fiscais, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram reconhecidos na conta de lucros acumulados.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

g. Lucro líquido por ação

Nos exercícios de 2010 e 2009 não houve alteração nas quantidades de ações do capital social da Companhia, permanecendo a quantidade de 195.079.588 de ações em circulação em ambos os exercícios.

Em 2011, em função do cancelamento de ações e redução de capital da Companhia, o resultado por lote de mil ações (básico e diluído) encontra-se mensurado com base na quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício, conforme cálculo abaixo:

	em circulação	Fração do ano em circulação	Ações em circulação em função do período de tempo em circulação
Quant. de ações em 31/12/2011	146.429.361	12/12	146.429.361
Cancelamento de ações em dezembro de 2011	897.908	11/12	823.082
Redução de capital em dezembro de 2011	47.752.319	11/12	43.772.959
Média ponderada de ações em circulação durante o exercício			191.025.402

17 Receita

	2011	2010 reapresentado	2009 reapresentado
Receitas de serviços	5.792	5.683	4.465
Receitas de recuperação de créditos	11.780	12.115	6.424
Receitas de participações acionárias	38.328	23.079	10.859
Impostos sobre serviços (ISS)	(290)	(284)	(223)
PIS/COFINS	(1.739)	(1.729)	(1.041)
Receita	53.871	38.864	20.484

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente de outros investimentos em títulos patrimoniais, abaixo discriminados:

	2011	2010	2009
		reapresentado	reapresentado
Cemig	32.622	18.358	9.461
Gasmig	5.335	4.180	1.029
Copasa	256	284	212
Gerdau Açominas S.A.	-	58	-
Gerdau Aços Longos S.A.	76	161	127
Gerdau Comercial de Aços S.A.	14	8	9
Gerdau Aços Especiais S.A.	18	28	18
Outras	7	2	3
	<u>38.328</u>	<u>23.079</u>	<u>10.859</u>

18 Receita (despesas) financeiras líquidas

	2011	2010	2009
		reapresentado	reapresentado
Receitas aplicações financeiras	6.033	5.171	7.820
Receitas com títulos e valores mobiliários	2.635	3.851	1.974
Receitas de atualização de créditos	728	748	1.555
Outras receitas financeiras	-	-	718
Receitas financeiras	<u>9.396</u>	<u>9.770</u>	<u>12.067</u>
Multas/juros sobre Impostos	-	(1)	(1.210)
Demais despesas financeiras	<u>(90)</u>	<u>(2)</u>	<u>(608)</u>
Despesas financeiras	<u>(90)</u>	<u>(3)</u>	<u>(1.818)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>9.306</u>	<u>9.767</u>	<u>10.249</u>

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

19 Custos

	2011	2010	2009
Pessoal	3.815	4.126	3.675
Obrigações por repasse	1.460	970	285
Serviços de terceiros	989	866	723
Despesas judiciais	675	1.067	453
Demais custos	271	295	277
	<u>7.210</u>	<u>7.324</u>	<u>5.413</u>

20 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

b. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A assembleia de acionistas estabeleceu o Conselho Fiscal, o qual é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das aplicações financeiras, das contas a receber de clientes e de títulos e valores mobiliários conforme apresentado abaixo.

Não possuímos atualmente recursos suficientes para a realização do fluxo de pagamentos de principal e juros para a nossa segunda emissão de Debêntures, conforme descrito na nota explicativa 1. Caso haja um alto índice de inadimplemento dos Direitos de Crédito Autônomos, não seremos capazes de arcar com nossas obrigações decorrentes da emissão das mesmas.

Exposição a riscos de crédito

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2011	2010	2009	01/01/2009
			reapresentado	reapresentado	reapresentado
Aplicações Financeiras	5	73.463	62.065	52.207	106.081
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	17.226	2.160	1.365	1.383
Títulos e valores mobiliários	7	13.942	18.084	16.760	22.109
Total		104.631	82.309	70.332	129.573

d. Perdas por redução no valor recuperável

Contas a receber de clientes e outros créditos

Estes ativos estão substancialmente representados por dividendos a receber da Cemig e Helibrás e valores a receber do EMG decorrente da prestação de serviços, os quais, em função de sua natureza e histórico não apresentam riscos que justifiquem qualquer tipo de redução no valor recuperável. Excepcionalmente em 2011, há também créditos a receber decorrente de venda de ativo imobilizado no valor de R\$1.934 com vencimento em 09 de novembro de 2012, os quais não apresentam desvios no fluxo de recebimentos determinado em contrato.

A Companhia mantém registrado em seu ativo provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização (veja nota 6.d).

Títulos e valores mobiliários

No período de 2009 a 2011, não houve indícios que justifiquem qualquer tipo de provisão para perdas no valor recuperável e todos os fluxos de recebimentos foram cumpridos pontualmente.

A Companhia tem por objetivos manter os títulos e valores mobiliários até o vencimento.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

	2011	2010	2009	01/01/2009
Passivo financeiro não derivativo		reapresentado	reapresentado	reapresentado
Fornecedores e outras contas a pagar	160	225	218	530
Obrigações por repasse	20.422	7.598	6.199	6.450
Total	20.582	7.823	6.417	6.980

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro:

	31 de dezembro de 2011 <i>Em mil Reais</i>	Valor contábil	12 meses ou menos
Passivos financeiros não derivativos			
Fornecedores		160	160
Obrigações por repasse		20.422	20.422
Total		20.582	20.582

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

f. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

No que tange a riscos de mercado, a Companhia está exposta indiretamente a mercados distintos em decorrência de suas participações acionárias e consequentemente dividendos e juros sobre o capital próprio a receber.

g. Risco cambial

A Companhia não possui riscos cambiais pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

h. Risco de taxa de juros

A Companhia adota política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos), CDBs e títulos e valores mobiliários.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2011	2010 reapresentado	2009 reapresentado	01/01/2009 reapresentado
Indexador CDI				
Aplicações Financeiras	73.463	62.065	52.207	106.081
Indexador IGP-M				
Títulos e Valores Mobiliários	13.942	18.084	16.760	22.109

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBOVESPA. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Análise de sensibilidade - Taxa de juros

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2011, apurando-se o impacto nas receitas financeiras no período de 1 ano, conforme segue:

Variável de risco	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	Redução do CDI	8	6	4

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (%)	10,83	8,12	5,41

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2011, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia.

i. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

j. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

A companhia possui investimentos em instrumentos patrimoniais da Cemig e Copasa que, por estarem listados na Bolsa Valores de São Paulo, estão classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo.

Para os investimentos na Cemig, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 0,65% do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2011, enquanto que para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,01%.

k. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

l. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;

m. Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	2011		2010		2009		01/01/2009	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Mantidos até o vencimento	13.942	13.942	18.084	18.084	16.760	16.760	22.109	22.109
Títulos e valores mobiliários	13.942	13.942	18.084	18.084	16.760	16.760	22.109	22.109
Empréstimos e recebíveis	37.808	37.808	9.983	9.983	7.782	7.782	8.363	8.363
Contas a receber de clientes e outros créditos	17.226	17.226	2.160	2.160	1.365	1.365	1.383	1.383
Fornecedores	160	160	225	225	218	218	530	530
Obrigações por repasse	20.422	20.422	7.598	7.598	6.199	6.199	6.450	6.450

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Títulos e valores mobiliários** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).
- **Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Obrigação por repasse** - As obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

n. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- **Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Valor justo em 31 de dezembro de 2011				
	Saldo em 31/12/2011	Mercado ativo - preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (Nível 2)	Sem mercado ativo - título patrimonial (Nível 3)
Ativos financeiros disponíveis para venda - Cemig e Copasa	232.729	232.729	-	-
Demais investimentos - nota 11b	9.297	-	-	9.297

A nota explicativa 11.a apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo nos níveis 1 e 2 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

O investimento na Gasmig (classificada no nível 2) não compõe o saldo em 31 de dezembro de 2011 em decorrência da redução de capital ocorrida em 13 de dezembro de 2011 (veja nota 16.a).

As companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais, Gerdau Comercial de Aços e Gerdau América do Sul Participações não são empresas listadas em bolsa de valores e consequentemente o preço de mercado de sua ação não está disponível. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo pois seu valor justo não pode ser prontamente determinado de forma confiável.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Mensuração do valor justo de ativo sem mercado ativo (Gasmig)

As projeções de fluxos de caixa, com horizonte de projeção de 10 anos e valor terminal com base em perpetuidade após 10 anos, envolveram as seguintes etapas:

- Projeções de fluxo de caixa;
- Levantamento dos parâmetros de composição do custo de capital;
- Determinação de faixa de valor do negócio pelo modelo de projeção de fluxo de caixa;
- Levantamento de múltiplo EV/EBITDA típico;
- Determinação de valor do negócio pelo múltiplo.

EBITDA estimado

A valoração baseada em múltiplos EV/EBITDA de mercado considerou amostra de 36 empresas norte-americanas e sul-americanas, com ações negociadas em bolsa. A relação EV/EBITDA mediana foi de 8,298.

21 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros para bens sujeitos a risco era composto por R\$350 para danos materiais, roubo e furto.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Conselho de Administração

Leonardo Maurício Colombini Lima - Presidente
Fernando Viana Cabral - Vice-presidente
Gustavo de Castro Magalhães - Membro
Rogério Fernandes - Membro
Perácio Alves Salvador - Membro
José Orlando Silva e Santos - Membro
Sady da Cunha Pereira - Membro

Diretoria Executiva

Benedito Sérgio de Rezende - Diretor Presidente
André Antônio Alves - Diretor Vice-Presidente
Fernando Antônio dos Anjos Viana - Diretor
Marlos Florêncio Fernandes - Diretor

Contador responsável

Gilson de Oliveira Amaral
Contador - CRC/MG 083.293/O-4

ANEXO M

- Informações Financeiras Trimestrais - ITR da Emissora Relativas aos Trimestres Encerrados em 30 de Junho de 2012 e 30 de Junho de 2011, Acompanhadas do Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	1
Balanço Patrimonial Passivo	2
Demonstração do Resultado	3
Demonstração do Resultado Abrangente	4
Demonstração do Fluxo de Caixa	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	6
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	7
Demonstração do Valor Adicionado	8
Comentário do Desempenho	9
Notas Explicativas	13

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	34
--	----

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo
(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	464.852	372.395
1.01	Ativo Circulante	97.853	101.152
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	81.042	73.473
1.01.01.01	Caixa e bancos	24	10
1.01.01.02	Aplicações financeiras	81.018	73.463
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.812	3.511
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.812	3.511
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	2.812	3.511
1.01.03	Contas a Receber	7.864	17.226
1.01.03.01	Clientes	7.864	17.226
1.01.03.01.01	Valores a receber de clientes	414	534
1.01.03.01.02	Juros sobre o capital próprio e dividendos	6.529	14.254
1.01.03.01.03	Créditos a recuperar	16	16
1.01.03.01.04	Outros créditos	905	2.422
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.044	6.896
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	91	46
1.02	Ativo Não Circulante	366.999	271.243
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.096	13.846
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	10.768	10.431
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	10.768	10.431
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.328	3.415
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	3.328	3.415
1.02.02	Investimentos	352.723	257.231
1.02.02.01	Participações Societárias	352.723	257.231
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	15.192	14.575
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	337.531	242.656
1.02.03	Imobilizado	173	155
1.02.04	Intangível	7	11

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	464.852	372.395
2.01	Passivo Circulante	15.965	21.978
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	739	636
2.01.02	Fornecedores	670	160
2.01.03	Obrigações Fiscais	121	760
2.01.05	Outras Obrigações	14.084	20.422
2.01.05.02	Outros	14.084	20.422
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.133	0
2.01.05.02.04	Obrigações por repasse	8.951	20.422
2.01.06	Provisões	351	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	351	0
2.01.06.01.05	Provisão para imposto de renda e contribuição social	351	0
2.02	Passivo Não Circulante	91.736	59.478
2.02.03	Tributos Diferidos	91.082	58.824
2.02.04	Provisões	654	654
2.03	Patrimônio Líquido	357.151	290.939
2.03.01	Capital Social Realizado	105.571	105.571
2.03.04	Reservas de Lucros	69.568	69.568
2.03.04.01	Reserva Legal	13.994	13.994
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	55.579	55.579
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-5	-5
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	527	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	181.485	115.800

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.589	9.865	17.951	20.907
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-807	-4.822	-2.011	-3.294
3.03	Resultado Bruto	2.782	5.043	15.940	17.613
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-396	-3.524	637	-68
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.353	-2.450	-718	-1.431
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	11	11	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-6	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	946	-1.079	1.355	1.363
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.386	1.519	16.577	17.545
3.06	Resultado Financeiro	2.359	4.493	2.000	4.730
3.06.01	Receitas Financeiras	2.359	4.505	2.039	4.769
3.06.02	Despesas Financeiras	0	-12	-39	-39
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.745	6.012	18.577	22.275
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-79	-351	-362	-1.055
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.666	5.661	18.215	21.220
3.11	Lucro/Prejuízo do Período			18.215	
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			18.215	21.220

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	4.666	5.661	18.215	21.220
4.02	Outros Resultados Abrangentes	16.691	65.685	5.777	23.908
4.02.01	Varição no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	22.732	94.875	3.871	34.328
4.02.03	Participação no resultado abrangente de coligada	1.688	3.067	3.222	1.251
4.02.04	Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	-7.729	-32.257	-1.316	-11.671
4.03	Resultado Abrangente do Período	21.357	71.346	23.992	45.128

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto
(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2012 à 30/06/2012	01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.231	12.192
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.851	13.494
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	5.661	21.220
6.01.01.02	Depreciação e amortização	31	48
6.01.01.03	Baixa de ativo imobilizado	6	0
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	1.079	-1.363
6.01.01.09	Receitas de outros investimentos a receber	-476	-6.390
6.01.01.10	Receita com títulos e valores mobiliários	-1.199	-1.473
6.01.01.11	Provisão para imposto de renda e contribuição social	351	1.055
6.01.01.12	Despesa com provisão férias, 13º sal. e encargos	398	397
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.620	-1.302
6.01.02.01	(Aumento)/diminuição de valores a receber de clientes	120	-28
6.01.02.02	(Aumento)/diminuição de juros sobre o capital próprio e dividendos a receber	7.744	815
6.01.02.03	(Aumento)/diminuição de outros créditos	1.517	0
6.01.02.04	Aumento/(diminuição) de tributos a recuperar	852	224
6.01.02.05	Aumento/(diminuição) de outros ativos circulantes	-45	-44
6.01.02.06	Aumento/(diminuição) de depósitos judiciais	87	-474
6.01.02.07	Aumento/(diminuição) de salários e encargos sociais	-295	-274
6.01.02.08	Aumento/(diminuição) de fornecedores	510	-63
6.01.02.09	Aumento/(diminuição) de obrigações fiscais	-639	-399
6.01.02.11	Aumento/(diminuição) de obrigações por repasse	-11.471	-1.059
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.777	1.752
6.02.02	Dividendos recebidos de coligada	1.828	1.761
6.02.03	Aquisições de imobilizado/intangível	-51	-9
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.561	-23.968
6.03.01	Recebimento de títulos e valores mobiliários	1.561	2.919
6.03.03	Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-26.887
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.569	-10.024
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	73.473	62.245
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	81.042	52.221

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	105.571	-5	69.573	0	115.800	290.939
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	105.571	-5	69.573	0	115.800	290.939
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-5.134	0	-5.134
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.134	0	-5.134
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.661	65.685	71.346
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.661	0	5.661
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	65.685	65.685
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	3.067	3.067
5.05.02.08	Variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	94.875	94.875
5.05.02.09	tributos s/ variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-32.257	-32.257
5.07	Saldo Finais	105.571	-5	69.573	527	181.485	357.151

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	140.000	-124	45.235	0	83.589	268.700
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	140.000	-124	45.235	0	83.589	268.700
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	0	0	-26.887	-4.934	0	-31.821
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.887	0	0	-26.887
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.934	0	-4.934
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.220	23.908	45.128
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.220	0	21.220
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	23.908	23.908
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	1.251	1.251
5.05.02.08	Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	34.328	34.328
5.05.02.09	Tributos s/ variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-11.671	-11.671
5.07	Saldo Finais	140.000	-124	18.348	16.286	107.497	282.007

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2012 à 30/06/2012	01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	10.869	21.841
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	10.858	21.841
7.01.02	Outras Receitas	11	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.891	-1.333
7.02.04	Outros	-1.891	-1.333
7.02.04.01	Custos processuais	-249	-444
7.02.04.02	Serviços tomados de terceiros	-1.044	-666
7.02.04.03	Despesas administrativas	-598	-223
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.978	20.508
7.04	Retenções	-37	-48
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31	-48
7.04.02	Outras	-6	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	8.941	20.460
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.434	6.137
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.079	1.363
7.06.02	Receitas Financeiras	4.513	4.774
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.375	26.597
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.375	26.597
7.08.01	Pessoal	2.615	2.510
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.151	2.066
7.08.01.02	Benefícios	301	306
7.08.01.03	F.G.T.S.	163	138
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.901	2.521
7.08.02.01	Federais	1.776	2.326
7.08.02.02	Estaduais	3	2
7.08.02.03	Municipais	122	193
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.198	346
7.08.03.02	Aluguéis	19	15
7.08.03.03	Outras	2.179	331
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	12	39
7.08.03.03.02	Obrigações por repasse	2.167	292
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.134	4.934
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	5.134	4.934
7.08.05	Outros	527	16.286
7.08.05.03	Lucro acumulado	527	16.286

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com obrigações de curto, médio e longo prazo.

A afirmação acima está baseada nos seguintes indicadores:

- a. Estrutura de capital conservadora, com baixa alavancagem: em 30 de junho de 2012 nosso endividamento total correspondia a R\$16.619 mil, vínculo diretamente a: (i) fornecedores; (ii) proventos, encargos sociais e provisão de férias e 13º salário; (iii) tributos federais e municipais; (iv) jcp/dividendos; e (v) obrigações por repasse. Estas dívidas concentram-se quase na totalidade em obrigações do mês com liquidação no mês seguinte.
- b. Fluxo de caixa previsível, uma vez que grande parte dos recursos disponíveis (82%) estão alocados em fundos de investimentos e Certificado de Depósito Bancário (“CDB”), resgatáveis a qualquer momento;
- c. Acessibilidade a fontes de financiamento para o desenvolvimento em apoio às políticas públicas; e
- d. Elevadas margens operacionais das atividades em curso, notadamente por força do nosso rígido controle de custos e despesas operacionais.

2. Estrutura de capital

A atual estrutura de capital da Companhia não apresenta níveis de financiamento.

Nosso patrimônio líquido passou de R\$ 166.739 mil em 30 de junho de 2011 para R\$ 357.151 mil em 30 de junho de 2012. Esta variação decorrente principalmente de procedimentos de reavaliação pelo valor justo das ações da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (“CEMIG”), resultando em ajuste de variação patrimonial no montante de R\$181.485 mil. As notas explicativas das nossas informações trimestrais – ITR (“ITRs”) de 30 de junho de 2012 contém uma descrição pormenorizada da evolução do nosso patrimônio líquido.

3. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o atual perfil de endividamento, a posição de liquidez, bem como as atividades desenvolvidas, a Companhia apresenta liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir investimentos, despesas, dívidas e outros valores já contratados, embora não tenhamos garantias que tal situação permanecerá igual nos próximos exercícios sociais. Apresentamos abaixo algumas considerações sobre nossa capacidade de pagamento dos principais compromissos financeiros assumidos em 30 de junho de 2012:

Comentário do Desempenho

- (i) recursos mantidos em aplicações financeiras de resgate imediato e comprovado pelo cálculo do índice de liquidez corrente de 6,13, que corresponde a relação entre o ativo circulante e o passivo circulante;
- (ii) a Companhia não possui dívidas de financiamentos.

4. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

A estratégia para financiamento de operações utiliza os recursos decorrentes de aplicações em fundos de investimentos junto ao mercado financeiro, das recuperações de créditos e da prestação de serviços ao Estado de Minas Gerais, além dos dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de nossas investidas.

5. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 30 de junho de 2012, o endividamento correspondia a 0,3% do patrimônio líquido, ressaltando que foi considerado no cálculo, a provisão para imposto de renda e contribuição diferidos (R\$91.082mil) e a Reserva de Lucros – Ajuste de avaliação patrimonial (R\$181.485mil), resultantes da reavaliação a valor justo das ações da Cemig.

6. Resultado

a. Receita

As receitas são compostas preponderantemente pelo recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio de investimentos e de receitas financeiras de recursos locados no mercado financeiro. Adicionam-se a elas ainda, as receitas de recuperação de crédito e da prestação de serviços. A previsibilidade das receitas de dividendos e JCP são asseguradas por meio do desempenho das atividades das empresas onde temos participação. Aquelas vinculadas ao mercado financeiro são atreladas ao desempenho das taxas SELIC. As resultantes da prestação de serviços sustentam-se pelos contratos de curto/médio prazo firmados em ambiente regulado, protegendo nossos resultados das condições mercadológicas. Os esforços gerenciais de alta especialização provêm às receitas oriundas da recuperação de créditos. Estas, são capazes de equilibrar o nosso custo operacional, administrativo e fiscal.

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012, a “Receita” atingiu o montante de R\$9.865mil, apresentando uma redução de 52,81%, em comparação com o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2011, quando nossa receita foi de R\$20.907mil. Esta variação decorreu principalmente dos recebimentos no primeiro semestre de 2011 de dividendos da Cemig e Gasmig (R\$12.000 mil).

b. Custo dos Serviços Prestados

Os “Custos dos Serviços Prestados” no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 foram de R\$4.822mil, apresentando um aumento de 46,39%, em comparação com o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2011, quando atingiram o montante de R\$3.294mil. Esta variação decorreu principalmente da variação da natureza desses custos, os quais estão diretamente relacionados com a receita de recuperação de créditos, tais como: (i) honorários

Comentário do Desempenho

advocáticos de êxito; (iii) honorários sucumbenciais e (iv) distribuição, aos ex-acionistas do Bemge (R\$2.167 mil), correspondente a 90% do resultado líquido da recuperação de créditos no período.

c. Lucro Bruto

Em função do acima exposto, no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012, o “Lucro Bruto” atingiu o montante de R\$5.043 mil, representando uma redução de 71,37% em relação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2011, quando atingiu o valor de R\$17.613mil.

d. Despesas Gerais e Administrativas

No período encerrado em 30 de junho de 2012, as “Despesas Gerais e Administrativas” atingiram o montante de R\$2.450 mil, apresentando um aumento de 71,21% em comparação ao período encerrado em 30 de junho de 2011, quando atingiram o valor de R\$1.431mil. Esta variação está diretamente relacionada com: (i) a implementação do rateio, pelo Estado, dos custos com a gestão da Cidade Administrativa para todos os órgãos/secretarias/empresas, (ii) contrato de auditoria para abertura de capital e; (iii) incremento de publicações legais (assembleias, atas, contratos).

e. Receitas Financeiras

No período de três meses encerrado em 30 de junho de 2012, as “Receitas Financeiras” atingiram o montante de R\$4.493 mil, apresentando uma redução de 5,01% em comparação com o período encerrado em 31 de junho de 2011, quando atingiu o valor de R\$4.730 mil. A variação pode ser explicada pelo recuo das taxas de juros frente aos recursos aplicados aliado às reduções nas taxas do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic (“Selic”).

7. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

(i) Recuperação de Créditos – Morosidade e imprevisibilidade dos atos jurídicos que cercam os processos de cobrança dos créditos, dos entraves e obstáculos utilizados pelos devedores, aliado ainda à temporalidade em que os empréstimos foram concedidos, e em grande parte, com devedores que atualmente apresentam baixas ou nenhuma capacidade de pagamento, corroborado também por garantias frágeis e de difícil realização, podem repercutir nas nossas receitas; (ii) Quedas significativas nas taxas de juros aliadas às políticas públicas implementadas pelo Banco Central do Brasil, que remuneram as aplicações em fundos e investimentos e títulos de renda fixa, bem como as taxas de juros, afetarão nossas receitas, as quais são parte integrantes do lucro da Companhia; (iii) Redução dos investimentos mantidos em outras empresas, sobretudo na Gasmig contribuirão para a redução das receitas de participação acionária e; (iv) as relações contratuais mantidas com o Estado (SEF/SEPLAG) para gestão de créditos (Bemge/Credireal/Minascaixa) e vendas de ativos não de uso (imóveis) também afetarão nossos resultados.

8. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Comentário do Desempenho

Mudanças de conjuntura macroeconômicas nacional, principalmente no que tange a índices inflacionários, taxas de juros de curto e longo prazo e política cambial, podem afetar nossos resultados operacionais. A variação das taxas de inflação e juros no Brasil pode influenciar os nossos resultados, pois afetam a disponibilidade de renda, o ritmo da atividade econômica e o volume de investimentos na economia. A variação dos índices de inflação afeta nossos custos e despesas dado que diversos serviços que utilizamos são reajustados de acordo com índices atrelados à inflação, tais como IGP-M e IPCA, dentre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios).

Não houve variações relevantes de nosso resultado financeiro e operacional atribuíveis à inflação e variações de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros. No caso de nossas atividades, o aumento da inflação pode acarretar em um aumento nas receitas derivado da correção das taxas de juros, responsáveis pela regulação do mercado financeiro e, ao mesmo tempo, um aumento de nossos custos derivado da correção imposta pela economia ou a ela atribuída.

9. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial

Todos os nossos ativos e passivos estão contemplados nas demonstrações financeiras, elaboradas e apresentadas em conformidade com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas respectivas alterações (Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09), bem como as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Não possuímos conhecimento de nenhum ativo ou passivo material que não esteja evidenciado em nossas demonstrações financeiras.

10. Principais elementos do plano de negócios da Companhia

A Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010 (“Lei nº19.266/10”) autorizou o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a ceder, a título oneroso à nossa companhia, o direito autônomo ao recebimento de créditos tributários, objeto de parcelamentos administrativos, referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. Desta forma, celebraremos com o Estado de Minas Gerais, Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças para aquisição dos referidos créditos.

Para a aquisição dos créditos mencionados acima, iremos realizar nossa segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios, em série única, no montante de R\$ 316.000.000,00 (trezentos e dezesseis milhões de reais). Tal montante poderá ser aumentado em virtude do exercício da opção de debêntures adicionais e/ou da opção de debêntures do lote suplementar, conforme termos e condições a serem estabelecidos na escritura de emissão das debêntures.

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A MGI – Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”).

Os principais objetivos da Companhia são:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da Secretaria de Estado de Fazenda e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com a participação acionária do Estado;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto.

Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”).

As receitas decorrentes da recuperação de operações de crédito (créditos em liquidação) adquiridas pela Companhia junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal, mediante contrato de cessão de créditos, totalizaram, nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 as importâncias de R\$7.655 e R\$5.777, respectivamente (veja nota 15).

Por força do contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge, 90% do lucro semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação (veja nota 11.b).

Essas operações, por serem de difícil precificação e não acrescentarem nenhum valor ao preço de venda dos dois bancos, foram cedidas à Companhia pelo valor de R\$1,00 (Bemge) e R\$0,08 (Credireal), por contrato. A cessão desses créditos teve como objetivo garantir a sua permanência em uma empresa sob controle acionário do EMG e, indiretamente, reduzir o custo do saneamento financeiro e patrimonial dos dois bancos estaduais, suportado pelo acionista controlador (EMG). O recebimento dessas operações não tem um comportamento uniforme e depende muito da evolução dos procedimentos jurídicos de cobrança de cada crédito, bem como da superação de entraves e obstáculos utilizados pelos devedores. A tendência de recuperação é declinante, pois são dívidas bem antigas, contraídas, em grande parte, com devedores que atualmente apresentam baixa ou nenhuma capacidade de pagamento e suportadas geralmente por garantias frágeis e de difícil realização.

Conforme autorizado pela Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010, pretendemos adquirir do EMG a título

Notas Explicativas

oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes ("Contribuintes"), objeto de parcelamentos administrativos ("Parcelamentos") referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS ("Créditos Tributários"), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG ("Direitos de Crédito Autônomos").

De forma a adquirir recursos para a aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos, pretendemos realizar nossa Segunda Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em série única, no montante de até R\$ 316.000.

2 Políticas contábeis

As Informações Trimestrais ("ITRs") foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") aplicáveis à elaboração das ITRs, seguindo os princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2011. Dessa forma, estas ITRs devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis.

Todas as informações financeiras estão apresentadas em Real e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 18 de julho de 2012.

3 Caixa e equivalente de caixa

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos	24	10
Aplicações financeiras	81.018	73.463
	<u>81.042</u>	<u>73.473</u>

As aplicações financeiras são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de depósito interbancário ("CDI"). Os Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo.

4 Contas a receber de clientes e outros créditos

		<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante			
JCP/Dividendos a receber	a	6.529	14.254
Valores a receber de cliente	b	414	534
Créditos a recuperar		16	16
Outros créditos	c	905	2.422
		<u>7.864</u>	<u>17.226</u>
Não Circulante			
Créditos a receber - Goes Cohabita	d	5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	d	(5.105)	(5.105)
		<u>-</u>	<u>-</u>
Total contas a receber e outros créditos		<u>7.864</u>	<u>17.226</u>

- a. Os dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrem de investimentos: i) participações acionárias, classificadas como disponíveis para venda, na Companhia Energética de Minas Gerais S.A. ("Cemig"), Companhia de

Notas Explicativas

Saneamento de Minas Gerais S.A. (“Copasa”) e Companhia de Gás de Minas Gerais (“Gasmig”) e ii) na coligada Helicópteros do Brasil S.A. (“Helibrás”). O prazo de recebimento não ultrapassa a um exercício.

- b. A Companhia possui como principal cliente o EMG por meio de contrato de prestação de serviços firmados junto à Secretaria de Estado de Fazenda (“SEF”) e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (“SEPLAG”). O prazo de recebimento não ultrapassa 30 dias.
- c. Em novembro de 2011 foi alienado um imóvel, anteriormente utilizado como sede da Companhia, devido da transferência para a Cidade Administrativa do EMG, cujo saldo parcelado tem quitação prevista para 09 de novembro de 2012.
- d. A Companhia possui créditos ajuizados decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Goes Cohabita Participações Ltda. em março de 1989, por ocasião da alienação de participação acionário no Banco Agrimisa S.A. Em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização, o Conselho de Administração da Companhia deliberou em 20 de junho de 2002 pela provisão da perda total do crédito, cenário este que permanece inalterado.

O investimento na Gasmig foi alienado em 13 de dezembro de 2011 mediante redução de capital, entretanto, o valor a receber a título de juros sobre o capital próprio decorre de crédito anterior à alienação.

5 Títulos e valores mobiliários

		30/06/2012	31/12/2011
ArcelorMittal	a.	2.660	3.359
TDA	b.	152	152
Circulante		2.812	3.511
ArcelorMittal	a.	10.476	9.976
TDA	b.	292	455
Não Circulante		10.768	10.431
TOTAL		13.580	13.942

Os títulos e valores mobiliários, classificados como mantidos até o vencimento, referem-se a:

- a. 54.914 debêntures de emissão da Belgo Mineira Participações Ind. Com. S.A.(incorporada pela ArcelorMittal) atualizadas por IGP-M, com pagamento de parcelas semestrais, cuja última parcela vencerá em 30 de dezembro de 2017.

Conforme mencionado na nota 1, a Companhia é detentora de títulos de créditos (créditos em liquidação) adquiridos por valores simbólicos, dado que tais créditos se encontravam totalmente provisionados nas respectivas instituições financeiras, portanto, reconhecidos com valores justos zero no momento inicial.

A Companhia efetuou a cobrança, no exercício findo em 31 de dezembro de 1999, de dois títulos da empresa Mendes Júnior, vencidos em julho de 1997 e janeiro de 1998, cujos valores totalizavam R\$18.396 em 31 de dezembro de 1999. A companhia Belgo Mineira Participações S.A., sucessora da Mendes Júnior e posteriormente incorporada pela ArcelorMittal, concordou em pagar tais títulos através de emissão de 54.914 debêntures, não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$18.396, sujeitas a atualização monetária anual pela variação do IGPM, amortizadas em 51 parcelas semestrais, cujo vencimento da primeira deu-se em 30 de junho de 2002 e vencimento final em 28 anos contados a partir de 31 de dezembro de 1999. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, o vencimento final foi repactuado para 17 anos, ou seja, 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

A Companhia reconhece a receita correspondente aos valores negociados (R\$18.396) e o custo contábil (R\$0,16 centavos), conforme o recebimento das parcelas semestrais e a atualização monetária pelo IGPM em bases mensais.

- b. 6.219 Títulos da Dívida Agrária – TDAE, adquiridos em agosto/2010, atualizados pela TR + 6% a.a., com resgate de juros em 1º de março de 2011 e resgate do principal e juros em quatro parcelas anuais a partir de 1º de março de 2012, com vencimento final em 1º de março de 2015.

6 Impostos a recuperar

	30/06/2012	31/12/2011
COFINS	a -	1.089
Saldos negativos IRPJ/CSLL	b 5.252	5.807
Imposto de renda e contribuição social pagos por estimativa	351	-
Imposto de renda retido na fonte no período	437	-
Outros	4	-
Total	6.044	6.896

- a. Créditos tributários (impostos a compensar) decorrentes de ação judicial com trânsito em julgado em 14 de maio de 2008 e habilitação junto a Receita Federal do Brasil em 18 de junho de 2008;
- b. Pagamento a maior de imposto de renda e contribuição social nos exercícios de 2008 a 2011, devidamente atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC conforme legislação vigente. O saldo remanescente será compensado a medida que impostos a recolher forem apurados.

7 Depósitos judiciais e provisões

Natureza	30/06/2012	31/12/2011
Cível	a 2.091	2.178
Tributária	b 1.237	1.237
Total	3.328	3.415

- a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais (“penhoras on-line”) sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência;
- b. Valor referente a: depósito de natureza tributária de IRPJ/CSLL no valor de R\$654 em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011; e depósito de natureza fiscal de Imposto sobre Operações Financeiras - IOF relacionado a processo judicial no qual a Receita Federal do Brasil contesta o não recolhimento do tributo no valor de R\$583 em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011. A Administração considera a possibilidade de perda como remota, razão pela qual não foi constituída nenhuma provisão.

Provisão

Refere-se à provisão no valor de R\$654, constituída para fazer face à eventual desfecho desfavorável na ação judicial impetrada em 28 de janeiro de 2009 questionando a não dedutibilidade da CSLL sobre a base de cálculo da IRPJ e da própria CSLL, para efeito da determinação do lucro real. Os valores questionados são depositados em juízo.

Notas Explicativas

Contingências não provisionadas

Os principais processos da Companhia, com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, são os relacionados abaixo, para os quais não há provisão contábil:

- Processo oriundo de Companhia incorporada em 2006, visando impedir a cobrança de taxas de fiscalização cobradas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Referido processo encontra-se pendente de julgamento de recurso de apelação interposto pela CVM junto ao Tribunal Federal da 1ª região contra sentença que julgou procedente os embargos à execução interpostos pela Companhia. O montante envolvido neste processo é de R\$69.
- Processo em trâmite contra a Companhia na 5ª Vara da Fazenda Estadual - Belo Horizonte cujo objeto é a anulação do contrato de compra e venda por meio do qual a Companhia transferiu à Goes Cohabita Participações Ltda. ações representativas do controle do Banco Agrimisa S.A., além de contrato de mútuo celebrado em cobertura ao aporte de recursos efetuado por nós ao Banco. Em caso de perda, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros aversos além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (veja nota 4.d). Esse processo está em trâmite desde 1990 e o valor atualizado da causa é de aproximadamente R\$35.000. Em conexão com esse processo existe também a discussão judicial sobre honorários de sucumbência estimados em R\$3.000.

8 Investimentos em coligada

A Companhia possui participação acionária na Helibrás correspondente a 12,45% do Capital Social e 25% do Capital votante.

Essa participação encontra-se classificada como investimento em coligada em conformidade com CPC 18 e art. 243 da Lei 6.404/76 (redação dada pela lei 11.941/09), uma vez que a Companhia detém 25% de ações ordinárias com direito a voto e possui representante no Conselho de Administração.

Mutação de investimento em coligada:

	Helibrás
Saldos em 31 de dezembro de 2011	14.575
Dividendos creditados	(1.371)
Participação no resultado abrangente da coligada	3.067
Equivalência patrimonial	(1.079)
Saldos em 30 de junho de 2012	15.192

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras da coligada:

Notas Explicativas

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo circulante	470.788	413.940
Ativo não circulante	179.978	113.536
Total do Ativo	650.766	527.476
Passivo circulante	73.574	199.510
Passivo não circulante	455.193	210.924
Patrimônio líquido	126.284	117.042
Total do passivo e patrimônio líquido	655.051	527.476
Capital social	28.624	28.624
Receita líquida de vendas	145.788	288.082
Resultado do período/exercício	(4.285)	15.063

9 Outros investimentos

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Participações ao valor justo	327.604	232.729
Participações ao custo de aquisição	9.927	9.927
TOTAL	337.531	242.656

a. Participações ao valor justo

Os valores justos dos investimentos em instrumentos patrimoniais representados por 8.549.862 ações preferenciais da Cemig em 30 de junho de 2012 (6.839.890 ações em 31 de dezembro de 2011, cujo acréscimo se deve a bonificação ocorrida em 27 de abril de 2012) e 154.640 ações ordinárias da Copasa em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das informações trimestrais, classificados no nível 1 – mercado ativo – preço cotado (veja nota 18.n).

Os investimentos em instrumentos patrimoniais apresentaram a seguinte movimentação:

	<u>Cemig</u>	<u>Copasa</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	227.564	5.165	232.729
Varição no valor justo	93.313	1.562	94.875
Saldos em 30 de junho de 2012	320.877	6.727	327.604

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

b. Participações ao custo de aquisição

Os investimentos em instrumentos patrimoniais abaixo foram mensurados pelo valor de custo dada a inexistência de informações disponíveis e confiáveis sobre os valores justos dos ativos.

Esses investimentos estão representados por 71.195 ações preferenciais e 45 ações ordinárias de cada uma das Companhias listadas abaixo:

Notas Explicativas

	30/06/2012 e 31/12/2011
Gerdau Açominas S.A.	4.376
Gerdau Aços Longos S.A.	3.269
Gerdau América do Sul Participações S.A.	876
Gerdau Comercial de Aços S.A.	731
Gerdau Aços Especiais S.A.	574
Outros	101
TOTAIS	9.927

10 Imobilizado e intangível

Movimentação dos saldos líquidos de depreciação e amortização:

	Saldo em 31/12/2011	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo em 30/06/2012
Máquinas e equipamentos	13	-	-	(1)	12
Móveis e utensílios	44	-	-	(5)	39
Veículos	27	51	-	(7)	71
Computadores e periféricos	64	-	-	(13)	51
Instalações comerciais	7	-	(6)	(1)	-
Total do imobilizado	155	51	(6)	(27)	173
Softwares	11	-	-	(4)	7
Total do intangível	11	-	-	(4)	7
TOTAL	166	51	(6)	(31)	180

11 Obrigações por repasses

	30/06/2012	31/12/2011
Obrigações com ex-acionistas do Bemge	a 6.000	6.000
Resultado a distribuir a ex-acionistas Bemge	b 2.167	1.168
Recursos da venda de imóveis de terceiros	c 682	13.120
Créditos de terceiros	d 98	127
Outras obrigações	4	7
	8.951	20.422

- Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge (veja nota 1), destinados à cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pelo Conselho de Administração;
- Valores a serem distribuídos aos ex-acionistas do Bemge (veja nota 1) decorrentes do resultado líquido da recuperação de créditos;
- Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contratos de prestação de serviços firmados junto à SEF e SEPLAG. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados integralmente ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;
- Créditos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação conforme contrato de prestação de serviços de

Notas Explicativas

administração de ativos a serem repassados ao EMG.

12 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimentos mensais por estimativa ou balancete de redução ou suspensão. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício.

	30/06/2012	30/06/2011
Lucro antes dos impostos	6.012	22.275
Juros sobre o capital próprio a pagar	(5.134)	(4.934)
Receita de dividendos	(870)	(12.821)
Equivalência patrimonial	1.079	(1.363)
Base de cálculo para IRPJ	1.087	3.157
Total Imposto de renda e contribuição social	(351)	(1.055)
Taxa efetiva	32,29%	33,42%

Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido refere-se aos ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2012	31/12/2011
Saldo bruto de ajustes de avaliação patrimonial	267.887	173.012
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	(66.972)	(43.253)
Contribuição social (9%)	(24.110)	(15.571)
Passivo fiscal diferido	(91.082)	(58.824)

13 Partes relacionadas

O controlador direto da Companhia é o EMG, que também é o seu controlador final.

As transações entre a Companhia e suas partes relacionadas abrangem as seguintes operações: (i) valores a receber decorrente de serviços prestados ao EMG; (ii) valores a repassar ao EMG conforme contratos de prestação de serviços firmados juntos a SEF e SEPLAG; (iii) dividendos da Cemig e Helibrás.

	30/06/2012				31/12/2011			
	Governo de Minas	Helibrás	Cemig	Total	Governo de Minas	Helibrás	Cemig	Total
Ativos								
Circulante:	414	-	6.488	6.902	534	457	12.105	13.096
Contas a receber de clientes e outros créditos	414	-	6.488	6.902	534	457	12.105	13.096
Passivos								
Circulante:	12.115	-	2	12.117	18.655	-	-	18.655
Juros sobre capital próprio	5.126	-	2	5.128	-	-	-	-
Obrigações por Repasse	6.989	-	-	6.989	18.655	-	-	18.655

Notas Explicativas

	30/06/2012				30/06/2011			
	Governo de Minas	Helibrás	Cemig	Total	Governo de Minas	Helibrás	Cemig	Total
Receitas	2.187	(1.079)	871	1.979	3.101	1.363	11.993	16.457
Serviços Prestados	2.187	-	-	2.187	3.101	-	-	3.101
Receitas de Participações	-	-	871	871	-	-	11.993	11.993
Acionárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Equivalência Patrimonial	-	(1.079)	-	(1.079)	-	1.363	-	1.363

Adicionalmente, considerando que as transações da Companhia são realizadas exclusivamente com partes relacionadas, seja através da prestação de serviços ao seu controlador (Estado), ou a manutenção de investimentos em empresas por ele controladas, os resultados das operações da Companhia poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos com partes não relacionadas.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui a presidência, membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. A remuneração de pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Honorários e Encargos	460	319
Diretoria	323	191
Conselho de Administração	137	128

Avais e fiança

A Companhia atuou como garantidora em operação de empréstimo do EMG junto ao Banco do Brasil ("BB"), firmada em 30 de junho de 2006, oferecendo 92% dos ativos representados por títulos patrimoniais da Cemig, os quais permanecerão caucionados.

Em 19 de dezembro de 2011, através do primeiro aditamento ao contrato de garantia firmado entre EMG e BB, houve a substituição das garantias vinculadas ao contrato, ocasião em que o EMG ofereceu títulos públicos federais como garantia da operação, liberando assim os títulos patrimoniais da Companhia ora caucionados.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é composto de ações nominativas, sem valor nominal e totalmente subscrito e integralizado.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011

Acionistas	Quantidade de ações			% Partic.
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Estado de Minas Gerais	146.174.871	-	146.174.871	99,83
BDMG	165.323	-	165.323	0,11
CEMIG	53.307	-	53.307	0,04
Ações em tesouraria	35.860	-	35.860	0,02
	<u>146.429.361</u>	<u>-</u>	<u>146.429.361</u>	<u>100,00</u>

b. Reserva legal

Notas Explicativas

A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

c. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei.

e. Juros sobre capital próprio

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia tem como prática o cálculo mensal de juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, os quais foram contabilizados em despesas financeiras para fins fiscais, conforme requerido pela legislação. Para efeito dessas informações trimestrais, esses juros foram reconhecidos na conta de lucros acumulados.

f. Lucros acumulados

Os lucros acumulados referem-se apenas ao lucro do período registrado no patrimônio líquido, e tem como contrapartida contas transitórias que serão encerradas quando da apuração do lucro do exercício

g. Lucro líquido por ação básico

	30/06/2012	30/06/2011
Quantidade de ações (em milhares)	146.429	195.080
Resultado do período	5.661	21.220
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	38,66	108,78

15 Receita

	30/06/2012	30/06/2011
Receitas de serviços	2.187	3.101
Receitas de recuperação de créditos	7.655	5.777
Receita de participação acionária	1.023	12.969
Impostos sobre serviços (ISS)	(109)	(155)
PIS/COFINS	(891)	(785)
Receita	9.865	20.907

As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente de outros investimentos em títulos patrimoniais, abaixo discriminados:

	30/06/2012	30/06/2011
Cemig	871	11.993
GasmiG	-	788
Copasa	139	143
Gerdau Açominas S.A.	6	39
Outras	7	6
	1.023	12.969

Notas Explicativas**16 Receitas financeiras**

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Receitas aplicações financeiras	2.965	2.916
Receitas com títulos e valores mobiliários	1.199	1.473
Receitas de atualização de créditos	341	380
Receitas Financeiras	4.505	4.769

17 Custos

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Pessoal	1.816	1.991
Obrigações por repasse	2.167	292
Serviços terceiros	541	469
Despesas judiciais	208	392
Demais custos	90	150
	<u>4.822</u>	<u>3.294</u>

18 Instrumentos financeiros**Gerenciamento de risco financeiro****a. Visão geral**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações trimestrais.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A assembleia de acionistas estabeleceu o Conselho Fiscal, o qual é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

c. Risco de crédito

Notas Explicativas

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

Não possuímos atualmente recursos suficientes para a realização do fluxo de pagamentos de principal e juros pra nossa Segunda emissão de Debêntures, conforme descrito na nota explicativa 1. Caso haja um alto índice de inadimplemento dos Direitos de Créditos Autônomos, não seremos capazes de arcar com nossas obrigações decorrentes da emissão das Debêntures. Entretanto, pelo histórico da carteira de Créditos Autônomos, a inadimplência não ultrapassa a 2%.

Exposição a riscos de crédito

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das informações trimestrais foi:

	<u>nota</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Aplicações Financeiras	3	81.018	73.463
Contas a receber de clientes e outros créditos	4	7.864	17.226
Títulos e valores mobiliários	5	13.580	13.942
Total		102.462	104.631

d. Perdas por redução no valor recuperável

Contas a receber de clientes e outros créditos

Estes ativos estão representados por dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrente de investimentos em coligada e outros investimentos em títulos patrimoniais e valores a receber do EMG decorrente da prestação de serviços, os quais, em função de sua natureza e histórico não apresentam riscos que justifiquem qualquer tipo de redução no valor recuperável. Excepcionalmente, há créditos a receber decorrente de venda de ativo imobilizado no valor de R\$905 (R\$1.934 em 31 de dezembro de 2011) com pagamentos mensais encerrando-se em 09 de novembro de 2012, os quais não apresentam desvios no fluxo de recebimentos determinado em contrato.

A Companhia mantém registrado em seu ativo provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização (veja nota 4.d).

Títulos e valores mobiliários

No histórico de recebimentos, não há indícios que justifiquem qualquer tipo de provisão para perdas no valor recuperável, pois todos os fluxos de recebimentos tem sido cumpridos pontualmente.

A Companhia tem por objetivos manter os títulos e valores mobiliários até o vencimento.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Notas Explicativas

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Passivo financeiro não derivativo		
Fornecedores e outras contas a pagar	670	160
Obrigações por repasse	8.951	20.422
Total	<u>9.621</u>	<u>20.582</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro:

30 de junho de 2012 <i>Em mil Reais</i>	Valor Contábil	12 meses ou menos
Passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	670	670
Obrigações por repasse	8.951	8.951
Total	<u>9.621</u>	<u>9.621</u>

f. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

No que tange a riscos de mercado, a Companhia está exposta indiretamente a mercados distintos em decorrência de suas participações acionárias e consequentemente dividendos e juros sobre o capital próprio a receber.

g. Risco cambial

A Companhia não possui riscos cambiais pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

h. Risco de taxa de juros

A Companhia adota política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos), CDBs e títulos e valores mobiliários.

Na data das informações trimestrais, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Indexador CDI		
Aplicações financeiras	81.018	73.463
Indexador IGP-M		
Títulos e valores mobiliários	13.580	13.942
	<u>94.598</u>	<u>87.405</u>

Notas Explicativas

- Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBOVESPA. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

- Análise de sensibilidade - Taxa de juros

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 30 de junho de 2012, apurando-se o impacto nas receitas financeiras no período de 1 ano, conforme segue:

Variável de risco	Risco	(reduções em milhões de reais)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	Redução do CDI	-	(2)	(3)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (%)	8,35	6,26	4,18

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem de uma posição da carteira em 30 de junho de 2012, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia.

i. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

j. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

A Companhia possui investimentos em instrumentos patrimoniais da Cemig e Copasa que, por estarem listados na Bolsa de Valores de São Paulo, estão classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo.

Para os investimentos na Cemig, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 0,60% do Patrimônio Líquido da Companhia em 30 de junho de 2012, enquanto que para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,01%.

k. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

Notas Explicativas

l. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;

m. Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	30/06/2012		31/12/2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Mantidos até o vencimento	13.580	13.580	13.942	13.942
Títulos e valores mobiliários	13.580	13.580	13.942	13.942
Empréstimos e recebíveis	17.485	17.485	37.808	37.808
Contas a receber de clientes e outros créditos	7.864	7.864	17.226	17.226
Fornecedores	670	670	160	160
Obrigações por repasse	8.951	8.951	20.422	20.422

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Notas Explicativas

- **Títulos e valores mobiliários** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).
- **Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Obrigação por repasse** - As obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

n. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Valor justo em 30 de junho de 2012				
	Saldo em 30/06/2012	Mercado Ativo - Preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (Nível 2)	Sem mercado ativo - Título patrimonial (Nível 3)
Ativos financeiros disponíveis para venda – Cemig e Copasa	327.604	327.604	-	-
Demais investimentos nota 9b	9.927	-	-	9.927

A nota explicativa 9.a apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

As Companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais, Gerdau Comercial de Aços e Gerdau América do Sul Participações não são empresas listadas em bolsa de valores e consequentemente o preço de mercado de sua ação não está disponível. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, pois seu valor justo não pode ser prontamente determinado de forma confiável.

Notas Explicativas

19 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das informações trimestrais, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2012, a cobertura de seguros para bens sujeitos a risco era composto por R\$350 para danos materiais, roubo e furto.

20 Evento Subsequente

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 23 de julho de 2012, os acionistas da Companhia decidiram por aprovar a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, da Companhia, as quais serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de melhores esforços de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 a qual terá as seguintes características e condições: **(a) Número da Emissão:** a Emissão de Debêntures Subordinadas representa a segunda emissão de debêntures da Companhia; **(b) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão de Debêntures Subordinadas é de até R\$ 1.819.000.000,00 (um bilhão oitocentos e dezenove milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida); **(c) Séries:** a Emissão de Debêntures Subordinadas será realizada em série única; **(d) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas até 181.900 (cento e oitenta e um mil e novecentas) debêntures; **(e) Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 24 de julho de 2012 (“Data de Emissão das Debêntures Subordinadas”); **(f) Valor Nominal das Debêntures Subordinadas:** O valor nominal unitário das debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (“Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas”); **(g) Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures Subordinadas:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas não será atualizado. As Debêntures Subordinadas farão jus a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 85% (oitenta e cinco por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra-grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”) (“Juros”) calculados a partir da data de subscrição de cada Debênture Subordinada, a serem pagos, mensalmente; **(h) Tipo e Forma:** As Debêntures Subordinadas serão emitidas sob a forma nominativa, sem a emissão de certificados representativos de debêntures; **(i) Conversibilidade:** As Debêntures não serão conversíveis em ações; **(j) Espécie:** As Debêntures Subordinadas serão da espécie subordinada, sem participação nos lucros da Companhia; **(k) Destinação dos Recursos:** O montante obtido pela Companhia com a distribuição das Debêntures Subordinadas será integralmente utilizado para pagamento do preço de aquisição de Direitos de Crédito Autônomos, na forma prevista no Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, a ser firmado entre a Companhia e o Estado de Minas Gerais, em 24 de julho de 2012, conforme autorização do Conselho de Administração em reunião ocorrida em 23 de julho de 2012 (“Contrato de Cessão Onerosa”); **(l) Prazo e Data de Vencimento das Debêntures Subordinadas:** O prazo das Debêntures será de 10 anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 24 de julho de 2022 (“Data de Vencimento das Debêntures Subordinadas”); **(m) Local de pagamento:** os pagamentos serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, conforme o caso; ou (ii) na hipótese de as Debêntures Subordinadas não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (1) na sede da Companhia ou (2) conforme o caso, pela instituição depositária contratada para este fim; **(n)**

Notas Explicativas

Coordenador Líder: o coordenador líder da Oferta 476 será o Banco Citibank S.A. ("Coordenador Líder"); **(o) Integralização:** A integralização das debêntures será à vista, em moeda corrente ou em qualquer espécie de bens ou direitos suscetíveis de avaliação pecuniária; **(p) Preço de Subscrição:** As Debêntures Subordinadas serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas sem acréscimo a título de Juros; **(q) Registro e Negociação em Sistema de Liquidação e Custódia:** (i) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures Subordinadas custodiadas eletronicamente na CETIP; **(r) Garantias:** As Debêntures Subordinadas são subordinadas a todas as demais obrigações da Emissora e preferem somente aos acionistas no ativo remanescente, se houver, em caso de liquidação da Emissora; **(s) Resgate Antecipado Facultativo Total das debêntures Subordinadas:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado facultativo das Debêntures Subordinadas, desde que (i) as Debêntures Simples sejam integralmente amortizadas e/ou resgatadas, considerando o seu valor nominal unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures Simples (conforme definido abaixo), e (ii) a Companhia encontre-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações definidas na Escritura das Debêntures da Terceira Emissão (conforme definido abaixo), incluindo, mas sem limitação, às Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures Subordinadas em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures Subordinadas, sendo vedado o resgate antecipado parcial ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures Subordinadas"); **(t) Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas:** A Companhia, desde que se encontre adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações definidas na Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A.", a ser celebrada em 24 de julho de 2012 entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na forma prevista no item 5.4 abaixo ("Escritura das Debêntures da Terceira Emissão", "Debêntures da Terceira Emissão" e "Agente Fiduciário dos Debenturistas da Terceira Emissão", respectivamente), incluindo, mas sem limitação às Obrigações Garantidas, conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da MGI – Minas Gerais Participações S.A., a ser celebrado entre a Companhia, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e o Itaú Unibanco S.A., em 24 de julho de 2012, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração nesta data ("Contrato de Cessão Fiduciária"), promoverá, em critério de caixa, a partir de 03 de abril de 2013, inclusive, e sempre no 3º (terceiro) dia útil de cada mês subsequente ("Data de Amortização das Debêntures Subordinadas"), a amortização compulsória das Debêntures Subordinadas ("Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas"), pelo valor de no mínimo 90% (noventa por cento) das disponibilidades de caixa da Emissora depositadas na Conta de Livre Movimentação, conforme definida na Escritura das Debêntures da Terceira Emissão, que estejam desvinculadas e livres para transferência, no dia útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas; **(u) Amortização Programada Extraordinária:** No prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da integralização das Debêntures, a Emissora realizará amortização parcial das Debêntures Subordinadas utilizando os recursos advindos da Terceira Emissão de Debêntures; **(v) Pagamento da Remuneração das Debêntures Subordinadas:** A remuneração das Debêntures Subordinadas será paga mensalmente, observado o disposto na Escritura das Debêntures de 2ª Emissão (conforme definido abaixo).; **(x) Vencimento Antecipado das Debêntures Subordinadas:** As Debêntures Subordinadas terão certos eventos que acionarão o seu vencimento antecipado, definidos com base nas práticas usuais de mercado adotadas em operações semelhantes e a serem detalhados no Instrumento

Notas Explicativas

Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A. (“Escritura das Debêntures de 2ª Emissão”).

Em ato contínuo, os acionistas da Companhia deliberaram ainda pela aprovação da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios, em série única, da Companhia, as quais serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução CVM 400, a qual terá as seguintes características e condições: **(a) Número da Emissão:** as Debêntures Simples representam a terceira emissão de debêntures da Companhia, mas a sua segunda emissão pública de debêntures; **(b) Valor Total da Emissão:** O valor total da Oferta nos termos da Instrução CVM nº 400 é de até R\$ 316.000.000,00 (trezentos e dezesseis milhões de reais), na Data de Emissão das Debêntures Simples (conforme abaixo definida); **(c) Séries:** a emissão das Debêntures Simples será realizada em série única; **(d) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas até 31.600 (trinta e um mil e seiscentas) Debêntures Simples, não devendo haver qualquer acréscimo a título de lote suplementar ou adicional após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, para a definição, com a Companhia, da Remuneração das Debêntures Simples (conforme definido abaixo) (“Procedimento de Bookbuilding”). **(e) Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 30 de agosto de 2012 (“Data de Emissão das Debêntures Simples”); **(f) Valor Nominal das Debêntures Simples:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (“Valor Nominal Unitário das Debêntures Simples”); **(g) Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures da Primeira Série:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures Simples não será atualizado. Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Simples incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a até 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Sobretaxa”, e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração das Debêntures Simples”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Simples desde a Data de Emissão das Debêntures Simples ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures Simples imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração das Debêntures Simples será calculada de acordo com a fórmula descrita na Escritura das Debêntures da Terceira Emissão; **(h) Tipo e Forma:** As Debêntures Simples terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de debêntures; **(i) Conversibilidade:** As Debêntures Simples não serão conversíveis em ações; **(j) Espécie:** As Debêntures Simples serão da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos de crédito autônomos; **(k) Destinação dos Recursos:** O montante líquido obtido pela Companhia com a distribuição das Debêntures Simples será integralmente utilizado para a amortização programada extraordinária das Debêntures Subordinadas; **(l) Prazo e Data de Vencimento:** O prazo das Debêntures Simples será de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão das Debêntures Simples, com vencimento final previsto para 30 de agosto de 2017 (“Data de Vencimento das Debêntures Simples”); **(m) Integralização:** A integralização das Debêntures Simples será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”) e/ou BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) ; **(n) Preço de Subscrição:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro*

Notas Explicativas

rata temporis desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Escritura das Debêntures da Terceira Emissão; **(o) Registro e Negociação em Sistema de Liquidação e Custódia:** As Debêntures Simples serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, respectivamente, por meio do (i) SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrados e operacionalizados pela CETIP, com a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do (ii) DDA e/ou sistema de negociação da BM&FBOVESPA (ambiente de negociação de ativos de renda fixa), administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, com a distribuição e a negociação liquidadas e as debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA; **(p) Garantias:** As Debêntures Simples terão como garantia real (“Garantia”) a cessão fiduciária dos Direitos de Crédito Autônomos (conforme abaixo definido) e todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos (conforme abaixo definido), de titularidade da Companhia, presentes e futuros, (“Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente”), nos termos a serem negociados e previstos no Contrato de Cessão Fiduciária; **(q) Resgate Antecipado Facultativo:** Não haverá a possibilidade de resgate antecipado facultativo; **(r) Amortização:** O percentual de amortização, será indicado em cronograma de amortização a ser definido na Escritura das Debêntures da Terceira Emissão, incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures Simples, para cada parcela, desde a primeira parcela com vencimento em 30 de março de 2013 até a última com vencimento em 30 de agosto de 2017; **(s) Pagamento da Remuneração das Debêntures Simples:** A Remuneração das Debêntures Simples será paga mensalmente, a partir da Data de Emissão das Debêntures Simples, sendo o primeiro pagamento devido em 30 de setembro de 2012 e o último na Data de Vencimento das Debêntures Simples, ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de Vencimento Antecipado (conforme a ser definido na Escritura das Debêntures da Terceira Emissão), ou da realização do resgate nos termos da Escritura das Debêntures da Terceira Emissão; e **(t) Vencimento Antecipado das Debêntures Simples:** As Debêntures Simples terão certos eventos que acionarão o seu vencimento antecipado, definidos de comum acordo entre a Companhia e os coordenadores da Oferta com base nas práticas usuais de mercado adotadas em operações semelhantes e a serem detalhados na Escritura das Debêntures da Terceira Emissão.

Conselho de Administração

Leonardo Maurício Colombini Lima - Presidente

Fernando Viana Cabral - Vice-presidente

Antônio Jorge de Souza Marques - Membro

Perácio Alves Salvador - Membro

José Orlando Silva e Santos - Membro

Sady da Cunha Pereira - Membro

Diretoria Executiva

Notas Explicativas

Benedito Sérgio de Rezende – Diretor Presidente

Leandro Ramon Campos Gusmão – Diretor Vice-Presidente

Fernando Antônio dos Anjos Viana – Diretor de Relações com os Investidores

Marlos Florêncio Fernandes – Diretor

Contador responsável

Gilson de Oliveira Amaral
Contador – CRC/MG 083.293/O-4

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
MGI – Minas Gerais Participações S.A
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da MGI – Minas Gerais Participações S.A (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao período findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Antonio de Pádua Soares Pelicarpio
Contador CRC MG 027739/O-3